

GUSTAVO MARTINS PICCOLO

Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência

Tese apresentada à Comissão de Pós Graduação em Educação Especial (PPGEES) da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – como exigência para defesa de Doutorado. Área de concentração: Educação do Indivíduo Especial. Área de Conhecimento: Educação Especial.
Orientadora: Profa. Dra. Enicéia Gonçalves Mendes.

**UFSCar
SÃO CARLOS – SP
2012**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

P591cp

Piccolo, Gustavo Martins.

Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência
/ Gustavo Martins Piccolo. -- São Carlos : UFSCar, 2012.
231 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,
2012.

1. Educação especial. 2. Sociologia. 3. Deficiência. 4.
Modelo social. 5. Capitalismo. I. Título.

CDD: 371.9 (20^a)



Banca Examinadora de Defesa de Tese de **Gustavo Martins Piccolo**.

Profa. Dra. Enicéia Gonçalves Mendes
(UFSCar)

Ass. 

Profa. Dra. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda
(UFSCar)

Ass. 

Profa. Dra. Anna Maria Padilha
(UNIMEP)

Ass. 

Prof. Dr. Sadao Omote
(UNESP/Marília)

Ass. 

Profa. Dra. Maria Valéria Barbosa Verissimo
(UNESP/Marília)

Ass. 

Devo tudo a todos

RESUMO

Ao longo da história moderna a deficiência tem sido fundamentalmente descrita pelo saber médico. No presente trabalho nos proporemos a investigar a importância da teoria em direção a compreensão do fenômeno aludido sobre outras bases que não as hegemonicamente veiculadas, na medida em que partimos do pressuposto que apenas um movimento guiado por uma teoria efetivamente revolucionária pode desempenhar o papel de combatente de vanguarda. A empreitada envolveu um processo de densa imersão sobre os escritos do grupo londrino denominado *Disability Studies*, corrente representativa de um movimento que pode ser visto como um ponto de inflexão sobre os saberes historicamente dominantes no trato com a deficiência, tendo por base conceitos explicativos oriundos do campo sociológico. Sobre esta literatura nosso trabalho se debruçará, intuindo compor um cenário que apresenta o desenvolvimento histórico deste movimento, assim como algumas de suas limitações e possibilidades projetivas a serem exploradas. Por materializar um processo de busca teórica, o referente trabalho se constitui basicamente como uma composição literária (envolvendo revisão, apreensão, análise, explicação e criação de literatura), tendo por referencial teórico cardenal o materialismo histórico, embora o mesmo não materialize um trabalho marxista strictu sensu. Anteriormente a apresentação pormenorizada deste corpus teórico, realizamos como preposto metodológico um processo de estado da arte sobre as dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação credenciados pela CAPES em campos afins a ciência sociológica (Sociologia, Ciências Sociais, Antropologia e Ciência Política) entre os anos de 1990 e 2010, universo mister pelo qual os londrinos desenvolvem suas relações sobre a deficiência. Após a coleta destes dados constatamos empiricamente que pouco de efetivamente sociológico foi escrito sobre a deficiência. Na sociologia dos 5691 trabalhos catalogados apenas 10 (0,18%) versaram diretamente sobre a deficiência. Na antropologia, dos 1893 trabalhos produzidos apenas 5 (0,26%) tiveram a deficiência como objeto de estudo principal, o mesmo número encontrado na Ciência Política em um universo de 1211 teses e dissertações. Dos 20 trabalhos encontrados em um universo de 8.798, apenas dois fizeram esporádicas menções ao grupo londrino. Assim, a deficiência ainda parece vista essencialmente sob firmamentos médicos, um tema pré ou pouco sociológico, não digno de nota de ser representado como questão de pesquisa pelas ciências que se valem da análise do social. Nesse sentido, uma pergunta emerge: Como se elaborar políticas públicas emancipatórias para as pessoas com deficiência se o referencial do qual partem está inextricavelmente ligado a condição da deficiência como doença e dependência? Políticas e práticas libertárias carecem de conceitos e epistemologias também libertárias. Mas tais conceitos existem e na busca em se apropriar dos mesmos fizemos uma verdadeira varredura nos artigos publicados pela revista *Disability & Society*, mais importante periódico existente na análise sociológica da deficiência. De junho de 1986 a julho de 2011 a revista publicou 1.487 artigos, todos em língua inglesa, embora produzidos por autores de mais de 30 países. Destes, 383 foram lidos na íntegra, os quais nos permitiram compor as linhas deste trabalho, que tem como um de seus pressupostos fundantes a ideia de que a deficiência é produto da opressão social inserida por sobre as diferenças expressas pelo corpo de seus sujeitos, portanto, criada mediante a insensibilidade intrínseca do meio no qual estamos inseridos. A partir da análise da literatura indicada foram extraídos os eixos temáticos no que tange ao analisar as contribuições e limites desta abordagem social da deficiência e a necessidade imperiosa de apropriação de seus constructos. Conclui-se que por ser a deficiência uma categoria criada se mostra passível de superação, cujas condições objetivas estão dadas no

interstício da própria sociedade capitalista, embora jamais efetivadas devido à própria composição estruturalmente excludente que caracteriza dito sistema. Ter todos os meios para se superar esta condição opressiva que envolve as pessoas com deficiência e não superá-la é um fenômeno que destaca cardealmente a cisão entre essência e existência, daí a necessidade candente em lutarmos contra estas alienações, as quais reduzem os seres humanos ao simples desejo do ter, ao papel de meros objetos, destarte, despossuídos ou podados bruscamente quanto à capacidade subjetiva de autodeterminação, da escolha do destino e dos caminhos elencados para esta acolhida. A citada luta apenas obterá sucesso pleno quando da coincidência entre a mudança das circunstâncias e a transformação das consciências, marca característica de qualquer ato efetivamente revolucionário. Revolução, por conseguinte, que nunca deixou de ser a transformação das estruturas econômicas, políticas e culturais coadunadas pela tomada de consciência das verdades e interditos do sistema que nos oprime. Apenas ao desvendar seus reais interesses podemos de fato propor sua superação. Justamente na intersecção destes elementos que o pensamento de Marx se coloca como a filosofia ainda insuperável de nosso tempo em função de sua propriedade crítica e emancipadora; da unidade dialética entre o estudo do capital e a convocação para sua derrubada, da análise da alienação e do fetichismo ao qual estamos envolvidos e a proposição de eliminação de todas as condições no seio das quais o homem é um ser diminuído, abandonado, mutilado, desprezado. É preciso trazer o marxismo ao campo analítico da deficiência, essa é nossa aposta e o universo com o qual o leitor se deparará a partir de agora.

Palavras-Chave: Sociologia; Educação Especial; Deficiência, Modelo social; Capitalismo.

ABSTRACT

Throughout modern history the deficiency has been described mainly by the medical knowledge. In this paper we propose to investigate the importance of theory toward understanding the cited phenomenon on other bases than the accepted hegemonic, for this, we assumed that only a movement led by a revolutionary theory can effectively exercise the role of combatant lead. The development cited to materialize mainly through a process of dive on the writings of the London group called Disability Studies, representative current of a movement that can be seen as an inflection point on the historically dominant knowledge in dealing with disabilities, based on explanatory concepts from the field of sociology. Our work will be focused on this literature, aiming to compose a scenario which presents the historical development of this movement, as well as some of its limitations and possibilities to be explored. By materializing a theoretical search process, this work constitutes primarily as a literary composition (involving review, seizure, analysis, explanation and creation of literature), with the guidelines the historical materialism theory, though it does not materialize a Marxist work strict sense. Prior to submission of detailed theoretical corpus, we conducted a methodological process by state of the art on the dissertations and theses produced on (post-)graduate programs accredited by CAPES in fields related to sociological science (Sociology, Social Sciences, Anthropology and Political Science) between 1990 and 2010, mister universe by which Londoners develop their relations on disability. After collecting these data we found empirically that almost nothing was written about disability in the sociological fields. In 5691 texts of sociology cataloged only 10 (0.18%) dealt directly on disability. These data do not show significant changes when we compared the texts produced in the Graduate Program in Anthropology and Political Science. In anthropology, 1893 works were produced, and only 5 (0.26%) of these papers have disability as the main object of study, the same number found in Political Science in a universe of 1211 theses and dissertations. Of the 20 works found in a universe of 8798, only two made sporadic references to the London group. Thus, the deficiency still seems primarily as a medical phenomenon, a pre-sociological issue, not worthy of note to be represented as a matter of research in the sciences that make use of social analysis. In this sense, a question inevitably tends to be made: How to develop emancipatory policies for people with disabilities if the benchmark it leaves is inextricably linked to disability as a condition of dependency? Policies and practices need to be libertarian concepts and epistemologies also libertarian. But such concepts exist and seeking to appropriate the same we did a real scan magazine articles published in *Disability & Society*, the most important journal in the existing sociological analysis of disability. From June 1986 to July 2011 the magazine published 1487 articles, all in English, although produced by authors from more than 30 countries. Of these, 383 were read in full, which allowed us to compose the lines of this work, having as a foundational assumption the idea that disability is a product of social oppression inserted over the differences expressed by the body of his subjects, so, it is created by the intrinsic insensitivity of the environment in which we operate. From the literature review indicated themes were extracted to analyze the contributions and limits of social approach to disability and the urgent need ownership of their constructs. We conclude that the deficiency to be a category created shown capable of overcoming, whose objective conditions are given in the interstice of capitalist sociality, though never effected due to the structurally exclusive composition that features this system. Having all the means to overcome this oppressive condition that involves people with disabilities and does not exceed it is a phenomenon that highlights so nuclear forms the split between essence and existence, hence the need in fighting against these alienations, which reduces human beings the simple desire to have, the role of mere objects, thus, dispossessed or pruned sharply as the subjective capacity for self-determination, the choice of destination and the means of its attainment. The aforementioned struggle will succeed only when that full coincidence of changing circumstances and the transformation of consciousness, hallmark of any revolutionary act. Revolution, therefore, that never ceased to be the transformation

of economic, political and cultural structures, linked by awareness the truths and prohibitions of the system that oppresses us. Only to discover their real interests can actually propose to overcome them. Precisely at the intersection of these elements, the thought of Marx's arises such as philosophy unsurpassed in our time because of its critical and emancipatory property; the dialectical unity between the study of capital and call for its overthrow, the analysis of alienation and fetishism by which we are involved and proposals for the disposal of all the conditions within which a man is to be reduced, abandoned, mutilated, despised. We need to bring Marxism to the analytical field of disability, that is our commitment and the universe with which the reader will encounter now.

Keywords: Sociology, Special Education, Disability, Social Model; Capitalism.

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS.....	10
1. METODOLOGIA.....	18
1.1. Procedimentos Metodológicos.....	22
2. A DEFICIÊNCIA VISTA SOB UM OLHAR SOCIOLÓGICO OU NÃO COTIDIANO.....	32
2.1. Como a deficiência tem sido interpretada tendencialmente ao longo da história.....	42
3. OS CAMINHOS QUE LEVARAM A CONSTITUIÇÃO DO MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA.....	56
3.1. Passos constituintes da UPIAS.....	64
3.2. Vic Finkelstein: o bandeirante frente ao contexto a ser desbravado.....	77
4. OS DISABILITY STUDIES	91
5. NOVAS PERSPECTIVAS SE AVIZINHAM.....	119
6. AS QUATRO GRANDES CONTESTAÇÕES AO MODELO SOCIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA.....	129
6.1. A realidade biológica da deficiência.....	129
6.2. Contestações a suposta homogeneidade dos Disability Studies.....	144
6.3. As intersecções entre os estudos sobre a deficiência e outras minorias sociais: notas críticas.....	151
6.4. É tornada a esfera da cultura e linguagem secundária pelo modelo social?.....	158
7. CONTRIBUIÇÕES FORMATIVAS A TEORIA SOCIAL DA DEFICIÊNCIA: AS ARESTAS QUE NECESSITAM SER APARADAS A PARTIR DE PROBLEMÁTICAS NÃO RESOLVIDAS PELO MODELO SOCIAL.....	172
7.1. Críticas adjacentes e novos versos sobre a questão política e a cidadania.....	172
7.2. A questão da diferença nos Disability Studies.....	189
7.3. Quando o centro a tudo engloba: uma análise sócio-antropológica do espaço marginal ocupado pelas pessoas com deficiência hodiernamente.....	196
Considerações Finais.....	205

REFERÊNCIAS.....212

ANEXOS.....227

PRIMEIRAS PALAVRAS

O dever que devemos a história é reescrevê-la.

Oscar Wilde

Este trabalho se constitui basicamente como uma composição literária (envolvendo revisão, apreensão, análise, explicação e criação de literatura), cuja organicidade se desenvolverá tomando por base a contribuição de autores da Sociologia Clássica e Contemporânea no sentido de redarguir o fatus sobre como a apropriação destes conceitos nos possibilita um novo pensar sobre a categoria deficiência. Partimos de uma base fincada pelo materialismo histórico, mas, nem por isso, como o próprio Marx bem nos ensinou ao se apropriar com mestria da economia política inglesa, da filosofia alemã e da política francesa, desconsideramos as possibilidades oferecidas por distintas literaturas sociológicas no sentido de explicarmos a deficiência para além de supostos biológicos. A empreitada e desafio citado acima tomou corpo fundamentalmente mediante um processo de densa imersão sobre os escritos do grupo londrino denominado *Disability Studies*, corrente representativa de um movimento que pode ser visto como um ponto de inflexão sobre os saberes historicamente dominantes no trato com a deficiência, tendo por base conceitos explicativos oriundos do campo sociológico.

O grupo “Disability Studies” ou “Estudos sobre a deficiência”, posteriormente foi rebatizado como “teóricos do modelo social”. Neste trabalho, utilizaremos os dois termos em sinonímia, relacionados à emergência de um grupo de pessoas com deficiências que objetivou estudar sua condição como fenômeno social, cultural e político, portanto, em contraposição as perspectivas clínicas, médicas ou terapêuticas. Tal grupo se constitui em Londres no início da década de 80, mais especificamente, no Departamento de Sociologia e Política da então denominada Leeds University, tendo como característica marcante o fato de todos seus componentes (Oliver, Barnes, Finkelstein, Hunt, Abberley) serem professores de Sociologia da instituição e deficientes físicos.

O “Group of Five” como foi chamado à época se propunha abalar as estruturas do saber convencional sobre a temática da deficiência e passou gradualmente a ganhar adeptos e admiradores dos mais variados tipos. Como derivativo da difusão de suas ideias e da necessidade em se abrir as portas para outros interessados, seus partícipes resolvem fundar o “*Centre of Disability Studies*”, que passaria a abrigar pesquisadores seduzidos pela ideia de investigar a deficiência sob o prisma da produção social.

A criação do “Centre of Disability Studies” expandiu as ideias iniciais trabalhadas pelo “Group of Five” e anexou outros pesquisadores ao grupo, tais como Gleeson, Mercer, Morris, Barton, Shakespeare, Thomas, Tregaskis, Pfeiffer, Brisenden, Campling, dentre outros, incluindo

peças com e sem deficiência. Deste então, sempre que falamos em Disability Studies ou teóricos do modelo social estamos nos referindo aos autores vinculados ao “Centre of Disability Studies”.

Na senda dos lineamentos expostos pelo aludido grupo que alicerçamos as linhas expressas neste trabalho. Com ele, objetivamos teleologicamente contribuir para pensarmos a deficiência sob outros vértices; demarcar a força da teoria no que tange a contestação visceral de práticas e discursos opressivos sobre as manifestações e fenômenos que se distanciam de um determinado tipo tido por ideal; e, por fim, mas não menos importante, trazer para o contexto brasileiro uma compilação de literatura ainda não explorada em terras tupiniquins.

Se em todo trabalho de corte científico o difícil é o começo, como já pontuava Karl Marx (2003b), mais abstruso ainda tende a ser hodiernamente a materialização acadêmica de quefazeres estritamente teóricos, principalmente quando consideramos a força sufocante que as correntes pragmáticas e o saber fincado na cotidianidade estabelecem sobre as mais diversas formas de se pensar os textos e contextos de nossa realidade.

A sociedade capitalista tardia ou contemporânea pode ser caracterizada por uma gama de epítetos, dentre os quais certamente estará presente a valorização da racionalidade do sempre igual no processo de relação entre sujeito e objeto, o enaltecimento dos chamados pensamentos de clichês e uma reconhecida aversão pela teoria¹ em sua forma contestadora das verdades anteriormente tidas por naturais, elementos igualmente comuns a todas as sociedades pré-capitalistas, mas que, todavia, parecem paradoxais quando manifestos em profusão por um sistema liberal, individualista, racional, burocrático e secularizado, posto que teoricamente represente um movimento material e espiritual em direção à superação das chamadas verdades eternas e incontestáveis.

Semelhante encadeamento não significa qualquer tentativa de igualarmos sistemas díspares de organização societal, e, sim, de afirmarmos que aparatos opressores necessariamente se valem de medidas e estruturas também opressoras (embora cada vez mais veladas e disfarçadas), muitas das quais dadas anteriormente e cujo objetivo igualmente resida no tolhimento da prática do pensamento e criatividade, obliteração direcionada as múltiplas esferas da cultura, educação, trabalho, lazer.

Seguindo tal raciocínio, ainda permanecem extremamente atuais as assertivas de Lênin (1979, p.87) de que “*sem teoria revolucionária não há prática revolucionária*”, pois “*apenas um*

¹ Esta aversão a teoria, característica de nossa época, constitui certamente uma das principais fragilidades da práxis hodierna, que peca pela impaciência de querer transformar o mundo sem sequer interpretá-lo, enviesando a famosa assertiva de Marx disposta em suas Teses sobre Feuerbach “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo” em um anátema ortodoxo e de pouco sentido efetivo. Marx jamais, seja nas obras de juventude ou maturidade, nos induziu a um pensar que interpretasse a filosofia como uma quimera, muito pelo contrário, sua pugna se materializava em contraposição as teorias que se encastelavam sobre si mesma, portanto, sem um vínculo efetivo com a prática e a concretude que as cercava.

movimento guiado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combatente de vanguarda”. Coerentemente, torna-se nítida a relação de unidade, mas não de identidade, entre teoria e prática, na medida em que a teoria deixa de ter objeto quando não ligada a certa prática, e esta se torna cega, espontânea e ingênua quando não iluminada por alguma forma de teoria crítica, daí a importância do conceito de práxis como prática social incorporada de teoria.

A força de qualquer movimento societário está indissociavelmente ligada à relação de unidade entre teoria e prática. Unicamente a teoria pode dar relativa segurança e orientação sobre os caminhos que devem ser percorridos em direção a dada transformação social mediante a compressão temporal entre passado, presente e futuro. Aqui, torna-se nítida a afirmação materialista-histórica de que o pensamento como relação teórica entre o sujeito e determinado objeto/fenômeno se desenvolve exatamente na base de interação entre estes elementos. Inexiste qualquer pensamento descolado das atividades humanas que o sustentam, embora saibamos da relativa autonomia do pensamento e da teoria em relação à prática, aliás, reconhecemos que, em determinadas condições, o pensamento crítico e uma teoria efetivamente emancipatória apenas podem se desenvolver a partir de certo descolamento em relação à prática propriamente dita e as experiências fincadas sob o prisma do socialmente tido como natural e ideal, o que, entretanto, não significa a autonomização absoluta da teoria sobre a prática e a perda de sua vinculação com o movimento real da sociedade.

Teoria e práxis não são imediatamente o mesmo, nem absolutamente distintas, sua relação não é de passagem, tampouco de subordinação, mas de descontinuidade. Nem a práxis transcorre independentemente da teoria e nem esta é independente daquela, uma vez que se a práxis fosse regida única e exclusivamente pelas indicações da teoria endurecer-se-ia, falseando a própria teoria.

Por todas essas razões, no entender de Adorno (1995, p.211), “a aversão a teoria que notamos nos dias atuais não só não se justifica, como também debilita a práxis, a condena ao fracasso, de modo que constitua sua própria fragilidade”. Aliás, no entender do referido autor, o relacionamento infeliz entre teoria e prática consiste nos dias hodiernos precisamente no fato de a teoria se encontrar subsumida a uma pré-censura prática. O compósito destas circunstâncias exige-nos o desenvolvimento do pensar crítico, aquele que busque os últimos resíduos de liberdade ainda que pareça impotente frente a grande marcha da história.

Objetivamos com estas primeiras palavras destacar a independência dependente do pensar em relação ao seu objeto, na medida em que o imperativo da distância relativa entre as esferas é contrabalançado a todo o momento pela inequívoca necessidade de o pensamento levar em conta a materialidade que o cerca, caso contrário, como pontua Adorno (1995), o pensamento se afundará

em uma noção de pureza quase metafísica, que, longe de representar um canal para a libertação, acaba por cumprir a função disciplinadora e repressora da efetiva crítica.

Mais do que nunca é preciso combater as chamadas respostas imediatas a certos fazeres, pois estas impedem o desenvolvimento do pensar efetivo, demonstrando em carne aquilo que podemos denominar de aversão da teoria transmutada por uma suposta força do coletivo em que o senso comum e os conceitos naturalizantes se constituem como o palco formador da maioria de nossas opiniões e certezas, estáticas até o momento em que se veem confrontadas pelo caráter mediato da crítica. Devemos desconfiar da aparência, mesmo porque, como bem pontua Marx (1996, p.271), “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”.

A boa teoria nasce da prática para dela separar-se e a posteriori voltar ao seu terreno sob forma libertária. Esse talvez seja o grande ensinamento de Adorno (quando a teoria alcança algo importante, o pensamento produz um impulso prático, mesmo que oculto a ele) sobre as relações entre teoria e prática, compreensão em rígido acordo aos postulados do materialismo histórico do qual boa parte da Escola de Frankfurt é caudatária. Reitera, em outros termos, a importância em se questionar com o radicalismo necessário a dominação das classes dominantes sobre as dominadas e oprimidas, processo projetivo cuja teleologia se orienta sob uma guinada libertária ao enfatizar que a análise de uma dada situação possibilita a recusa em se adaptar a esquemas e modelos sociais desfavoráveis, coerentemente, a reflexão crítica nos conduz para além das coações impostas pelas esferas, saberes e discursos normativos.

Logo, é o bloqueio material e espiritual gerado pelas esferas cotidianas sobre as múltiplas contradições prementes na sociedade que possibilita a supervalorização da prática e a escravização do sempre igual. Não se pode mudar, transformar, plasmar outra possibilidade, enfim, pensar, esta é a lógica a qual estamos submetidos. Contra ela, que demarca a deficiência como falha, limitação, dano biológico, infortúnio e tragédia pessoal nos interpomos frontalmente. A nós esta concepção e suposto predicativo da deficiência não basta, pois equivocado, opressivo e alienante².

² Discordamos da visão da deficiência como tragédia, embora saibamos que por sermos educados desde a mais tenra idade sob essa perspectiva se torna difícil imaginar a mesma sob outro lineamento. O olhar médico sobre a deficiência se tornou um hábito, faz parte de nosso cotidiano e é visto como única solução para a mesma. E nada nos faz crer, absolutamente nada, que a aversão às diferenças expressas pela deficiência seja uma constante presente desde o ato de nascimento. Quem já frequentou ou atuou como docente em creches e pré-escolas sabe do gosto inato apresentado pelas crianças em objetos como cadeiras de rodas, muletas, andadores, vendas de pano que produzem uma momentânea perda visual, bonecos com uma perna, braço, sem pernas, etc. A diferença é muito bem aceita pelas crianças que não passaram pelo disciplinamento educacional gestado sob os auspícios da sociedade capitalista. Este sentimento de curiosidade, aproximação e até adoração ao não cotidiano se transforma rapidamente quando da apropriação dos saberes e práticas normativas, seja por meio dos adultos ou da escola, mídias, colegas mais velhos, enfim, da própria estrutura social que acaba por transformar o gosto inato apresentado pelas crianças sobre as diferenças em motivo de temor. A diferença aceitável passa a ser vista como aquela que está distante de si, que não lhe toca, não participa de seu cotidiano. De adorada a ameaçadora, este é o traço que a mesma passa a comportar na imensa maioria das crianças socializadas

Assumimos o risco de partir de uma natureza diferente, de pensarmos de forma negativa quanto a está lógica (quão bem nos faz Hegel, de fato, não se pode tratá-lo como cachorro morto, já pontuava Marx (1968)) e trazermos efetivamente a história ao campo de análise da categoria deficiência. Como pontua Fernandes (1976), a falta de história em nosso pensamento parece ser uma das principais máculas desta liquidez característica dos tempos atuais. É preciso recuperá-la. Não se é crítico sendo anistórico.

Esta é a primeira e mais importante tarefa deste trabalho, impregnar a deficiência de meandros históricos. Apenas então podemos redargui-la sob outro lineamento. Se a lógica atual é apagar a historicidade dos fenômenos humanos, a nossa, consiste justamente no oposto, impregnar de história o supostamente dado e natural, biológico e eterno, vértices estes hegemonicamente utilizados no processo exegético de apropriação das complexas relações que envolvem deficiência e sociedade, relações presentes desde o estabelecimento das primeiras comunidades humanas, contudo, contínua e inescrupulosamente apagados da história que nos é contada pela via escrita. É preciso recobrar o passado com os olhos de quem nele introduz algo novo, em nosso caso, a experiência e presença da deficiência nos mais distintos recônditos.

Não constitui qualquer novidade a afirmação, como pontua Stiker (2006, p.24), de que a figura da deficiência esteve historicamente presente nas mais diversas sociedades já noticiadas, pois “onde quer que tenha havido relatos efetivos de corpos humanos em coletividades sociais podemos também pressupor dá existência de corpos humanos em desvio, enfim, corpos excepcionais, diferentes, anormais³”. Por um simples exercício de lógica indutiva nos é permitido considerar, nestes termos, a deficiência como uma constante e não um desvio na história da humanidade. Contudo, o registro de sua presença não pode ser utilizado a fim de demarcar um suposto processo de naturalização, na medida em que, apesar de existir nas mais diversas temporalidades, continua a se tratar de um fenômeno profundamente histórico que varia em termos de amplitude e incidência, pois conforme retrata Omote (2004, p.289)

A história da Humanidade revela, desde os tempos remotos, as mais variadas formas de se lidar com determinadas diferenças, alvos de alguma atenção especial, seja de temor e medo, seja de admiração e veneração. As mais variadas diferenças receberam os mais variados tratamentos no decorrer dos milênios. Condições que eram alvos de profunda abominação,

hodiernamente, elemento sinalizador sobre a importância que a educação assume no processo humanizador quanto à aceitação ou refutação das diferenças. Trabalhar democraticamente estes componentes seria fundamental para que se criem outras relações entre pessoas sem e com deficiência, se não for possível, solicitamos que, ao menos, não se estrague o gosto inato apresentado pelas crianças sobre as diferenças.

³ Tradução feita pelo autor. Importante assinalar, neste momento, que todas as citações, em inglês, espanhol e francês, aparecerão no texto em língua portuguesa de forma literal.

podendo até levar o seu portador a formas extremas de exclusão ou de eliminação, podem, em outros tempos, tornar-se alvos de afeição e simpatia. Outras condições podem ser repudiadas em algumas comunidades e aceitas em outras, recebendo interpretações e eventualmente designações diferentes. A homossexualidade, a prostituição, a cegueira e a bruxaria são alguns desses exemplos. As terríveis cicatrizes e mutilações resultantes de luta em batalhas podem levar os seus portadores, em tempos de guerra, à posição privilegiada de heróis e a serem admirados e valorizados. Mas, em tempos de recessão e dificuldades, após o término da guerra, podem perder seus privilégios e sofrer segregação e exclusão.

Toda diferença, como o é a deficiência, pode ser vista sob o prisma ontológico da produção social, cujo traçar de seu significado comumente aceito se materializa em processo de intercâmbio contínuo entre distintas forças sociais. Assim, é um terreno extremamente confortável, mesmo a uma abordagem biologicista, proferir em alto e bom som que a deficiência trata-se de uma construção histórica. Ora, isso não diz absolutamente nada. É uma forma tautológica lançada a fim de tergiversar sobre a complexidade que está cravejada na análise de algo que se diz produzido historicamente.

Não basta dizer que a deficiência é uma construção social. Isso diz pouco. Salutar em tempo presente se mostra a densidade explicativa que o poema Vida e Morte Severina de João Cabral de Melo Neto carrega ao traçar em tintas poéticas Severino, filho do sertão nordestino.

*O meu nome é Severino
 não tenho outro de pia.
 Como há muitos Severinos,
 que é santo de romaria,
 deram então de me chamar
 Severino de Maria;
 como há muitos Severinos
 com mães chamadas Maria,
 fiquei sendo o da Maria
 do finado Zacarias.
 Mas isso ainda diz pouco:
 há muito na freguesia,
 por causa de um coronel
 que se chamou Zacarias
 e que foi o mais antigo
 senhor desta sesmaria.
 Como então dizer quem fala
 ora a Vossas Senhorias?
 Vejamos: é o Severino
 da Maria do Zacarias,
 lá da Serra da Costela,
 limites da Paraíba.
 Mas isso ainda diz pouco:
 se ao menos mais cinco havia
 com nome de Severino
 filhos de tantas Marias
 mulheres de outros tantos,
 já finados, Zacarias,
 vivendo na mesma serra
 magra e ossuda em que eu vivia.*

*Somos muitos Severinos
 iguais em tudo na vida:
 na mesma cabeça grande
 que a custo é que se equilibra,
 no mesmo ventre crescido
 sobre as mesmas pernas finas,
 e iguais também porque o sangue
 que usamos tem pouca tinta.
 E se somos Severinos
 iguais em tudo na vida,
 morremos de morte igual,
 mesma morte severina:
 que é a morte de que se morre
 de velhice antes dos trinta,
 de emboscada antes dos vinte,
 de fome um pouco por dia...*

Severino, figura simbólica versada acima, é nossa metáfora analítica para a ideia da deficiência como construção social, pois se delinea esteticamente pela exploração das circunstâncias que o cerca. É um Severino como pressuposto ontológico, em constante relação com o meio e consigo mesmo, escapando a qualquer designação extemporânea ou autoexplicativa.

Tal analogia reitera a necessidade em se investigar as minúcias da produção social da deficiência. Levantar suas teses, antíteses e estabelecer novas sínteses. Essa tarefa ideativa foi levada a cabo, mediante a incorporação do materialismo histórico como referencial cardeal de análise, pelo grupo londrino denominado *Disability Studies*, cujos textos se mostram influentes no que tange a um verdadeiro repensar da deficiência sob perspectivas diametralmente opostas àquelas hegemonicamente perpetradas na dialogia cotidiana. Os estudos sobre a deficiência objetivam chamar a atenção para as tendências de desativação presentes nas estruturas da sociedade moderna e configurar mecanismos que possam gestar políticas, teorias e práticas que confrontem tal situação. Compõe, assim, uma arquitetura que destaca como os rótulos pejorativos sobre a deficiência são criados e historicamente impostos, portanto, não eleitos, os quais apesar de não corresponderem a realidade moldam uma feição social politicamente divisionista, que tantos agravos têm causado àqueles submetidos a tal prática de etiquetagem. Romper com essa tradição é um compromisso assumido pelos fundadores dos *Disability Studies*, assim como a afirmação taxativa do significado da deficiência, das atitudes assumidas sobre a mesma e da noção de incapacidade como uma construção cultural e situacional orientada para interesses escusos permeados por uma sociedade somática, alienada e alienante. A deficiência, neste escopo teórico, deve imperiosamente ser interpretada como uma forma de restrição/opressão social. O argumento crucial neste solo histórico é o de que

Todas as pessoas com deficiência experimentam múltiplas maneiras de restrições sociais, seja devido à inacessibilidade de alguns ambientes ou de noções questionáveis de inteligência e competência social, da inabilidade de a população em geral se comunicar mediante uma linguagem gestual ou pelo uso do Braille, ou ainda pelas atitudes de descrédito e preconceito desferidas contra as pessoas com deficiência (OLIVER, 1996, p.44).

Muda-se o foco, a relação e o próprio sentido fenomênico da experiência da deficiência. Na senda destes argumentos, os teóricos do modelo social buscaram estabelecer uma espécie de revolução científica sobre a deficiência com o objetivo explícito de alterar a consciência e o entendimento que a imensa maioria da humanidade possuía sobre o referido fenômeno. Tal movimento demarca a importância conferida a teoria como formadora das relações sociais, mas, sobretudo, como espaço no qual se reconfiguram socialidades.

O marxismo também trouxe uma revolução científica ao universo das ciências humanas que grande impacto exerceu sobre nossas vidas. O quão revolucionário não foi à época descobrir que havia uma explicação histórica para os impasses, desajustes e ao emaranhado de exclusões que dilaceram a sociedade humana, e, mais além, que este momento podia ser superado mediante ação coletiva organizada.

Os Disability Studies objetivam realizar o mesmo movimento, embora sob outras proporções, ao implodir os fundamentos do modelo individual da deficiência e ressaltar a mesma como um produto histórico gestado pela opressão secular alavancada nos ditames capitalistas. Que tamanha mudança em termos políticos e práticos não representa o processo de deixar de entender a deficiência como providência divina ou falha biológica e passar a configurá-la como um produto de uma sociedade altamente excludente? Sobre esta torção analítica nosso trabalho se debruçará, todavia, antes de nos adensarmos especificamente sobre os apontamentos expressos por dita corrente teórica que objetiva firmar marcos de interpretação sociológica da deficiência faz-se imperioso destacar as balizas e princípios metodológicos que nos orientaram.

METODOLOGIA

Não há estrada principal para a ciência, e apenas aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos.

Karl Marx

Traçar os caminhos de ancoragem teórica em um trabalho de corte científico e os respectivos procedimentos metodológicos pelos quais as análises serão perfilhadas é certamente a tarefa mais complexa de qualquer obra acadêmica. Complexa porque exige uma tomada de posição, expõe a face frontalmente a críticas das mais diversas espécies e dos mais variados gostos, na medida em que uma escolha implica necessariamente em não escolhas. Este trabalho se configura fundamentalmente como uma análise literária, tencionada a grafar as linhas da deficiência sob a perspectiva do materialismo histórico, embora o texto aqui apresentado não materialize um trabalho marxista strictu sensu.

Toma como primeira necessidade o caráter imperioso em assumir a crítica como fundante do pensamento e essencial a um novo pensar sobre dado fenômeno, em nosso caso, a deficiência. Destarte, por crítica entendemos o exame criterioso e dialético da lógica do processo social pelo qual os homens fazem sua própria história e são condicionados por ela, intuindo apreender sua natureza constitutiva por uma visão de longo alcance que considere ativamente as contradições, tendências, os aspectos positivos e negativos, as possibilidades e limites derivados deste processo, essencialmente social, pois humano.

A imagem representacional da visão de longo alcance traz implícito o suposto da totalidade, certamente dos mais importantes legados deixados pelo marxismo enquanto método histórico-ontológico. Seu princípio redimensiona as relações entre todo e partes ao destacar que as unidades não pré-existem ao todo e que este não deve ser interpretado como resultado de relações supostamente já existentes de forma autônoma e independente, com isso, estabelece uma contestação frontal às concepções anistóricas de sociedade e indivíduo e também a apropriação do conhecimento pela mera aparência dos fenômenos, pois conforme aponta Lukács (1979, p. 285) “quer tomemos a própria realidade imediatamente dada, ou mesmo seus complexos parciais, o conhecimento imediatamente direto da realidade imediatamente dada resulta sempre em meras representações que podem obnubilar a natureza do real”.

Devido a estes elementos, Lukács (1979), e também Lênin (1975, p.123) destacam que o conhecimento, entendendo este como “o processo pelo qual o pensamento se aproxima infinita e

eternamente do objeto, não sem movimento, não sem contradição, mas sim no processo eterno do movimento, do nascimento das contradições e sua resolução”, apenas se materializa *post festum* mediante a “reconstrução no plano intelectual dos estágios passados da processualidade dialética de explicitação categorial do mundo social, devendo imperiosamente servir como um *mecanismo contestador das opressões instituídas*”. Coerentemente, não podemos falar em marxismo que não objetive a superação do atual estado de coisas e projete outra sociedade como devir histórico. Nesse sentido é que devemos entender a famosa afirmação de Marx e Engels (1984, p.12) de que “a questão do saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do pensamento”.

Em companhia desta propositura podemos firmar que, sob a perspectiva do materialismo histórico, o método está inextricavelmente vinculado a uma dada concepção de realidade, de mundo e de vida, portanto, a questão de postura, do para que e para quem eu falo antecede a própria estruturação metodológica. É preciso ter isso em vista. Mais do que analisar, ao olhar do materialismo histórico toda desigualdade e exclusão expressa por um regime necessariamente contraditório como o capitalismo deve ser extirpada, abalada em suas bases. Esta é uma das marcas de inversão que os teóricos do modelo social corporificam em seus estudos e ronda continuamente os escritos de Oliver (1989, 1990b) quando o mesmo enfatiza a necessidade imperiosa de as pessoas com deficiência (mas não só eles) escreverem sobre sua condição objetivando compreender e transformar a situação periclitante a qual estão submetidos.

Trata-se de um conhece-te a ti mesmo fincado em uma reescrita da própria história, delineada a contrapelo, da perspectiva dos vencidos, daqueles que foram silenciados, impedidos de falar ou vistos como não dignos de tal ato, objetivando quebrar a conhecida e massificada história dos reis e rainhas que tanto nos marca, assim como a congênere idolatria aos vencedores e a admiração nua pelo sucesso que seduz sobremaneira os historiadores, dito de outro modo, a história oficial no dizer de Braudel (1989), de cuja oficialidade pertence única e exclusivamente ao gosto e desígnios das classes dominantes, sedentas em eternizar uma posição submissa/passiva a imensa maioria da população e fincar seu âmago na vil tentativa de tornar suas histórias como indignas de serem contadas, transformando-os, por conseguinte, em seres sem história.

É premissa deste trabalho escovar a história a contrapelo; recontá-la mediante o olhar das pessoas com deficiência como sujeitos do processo e, assim, edificar um corpo teórico que se anteponha frontalmente a qualquer suposta sinonímia entre deficiência e incapacidade. Ao tentar escrever esta nova história, todavia, é fundamental não perder de vista que em todas as sociedades, conforme atesta Marx (1977, p.172) “é uma produção específica que determina todas as outras, são

as relações engendradas por ela que atribuem a todas as outras o seu lugar e sua importância, é uma luz universal onde são mergulhadas todas as outras cores e que as modifica no seio de sua particularidade”. Desde o estabelecimento da modernidade propriamente dita, esta luz universal é dada pelo sistema capitalista de produção. Nenhum fenômeno social foge plenamente de sua influência e a seu universalismo, que efetivamente adentra os mais distantes recônditos do globo. Com a deficiência, enquanto fenômeno social, não é diferente. A ascensão do capitalismo a sistema hegemônico transforma radicalmente a maneira como esta é encarada, processo destacado no transcorrer deste trabalho.

Sob a manta do capitalismo é a valorização que se torna o fim último do sistema; inexistente ponto de chegada aceitável para o capital que não seja aquele do progresso incondicionado, da expansão desmesurada e do lucro frenético, pouco importando as condições a que serão submetidas os trabalhadores. A finalidade da produção no capitalismo se sintetiza única e exclusivamente na autoprodução constante e na subordinação da vida dos indivíduos ao capital, processo expansivo tanto ao universo laborioso como também as esferas não laboriosas. Coerentemente, recobra sentido a assertiva de Gramsci (1981) ao destacar que o capitalismo, posto que não transforme sua revolução na produção em equidade distributiva, representa um conjunto de negações que atuam de maneira universal e irrestrita sobre os seres humanos.

Denegações essas que, apesar de também se expressarem no interstício de representações mentais e ideológicas, possuem uma base material, concreta e histórica derivada da própria natureza do sistema que lhe fundamenta. Desse pressuposto histórico, Marx (1977, p.5) retira uma das assertivas, transformada quase que em anátema, mais discutidas de seu pensamento, qual seja:

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o ser social que, inversamente, determina a sua consciência.

Os homens são interpretados como produtores de suas ideias e representações, mas os homens reais e ativos, não um preposto abstrato e transcendental. Homens que se acham condicionados, no entender de Marx e Engels (1984, p.36-37) “por um determinado

desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. Por isso, a consciência jamais pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real”.

O caráter orgânico do citado pensamento nos leva a conceituar o homem como ser histórico e mutável, assim como as ideias e representações que fazemos sobre o mesmo e os fenômenos por ele criados. Nada que é humano é permanente ou digno de um para sempre. Mesmo o clássico, que resiste ao tempo, se transforma em temporalidades outras. Será que a representação da deficiência sempre carregou consigo o rótulo inerente da passividade e limitação? Se olharmos pela perspectiva dos reis e rainhas, sim. Mas a contrapelo da história, decididamente não. Este é o movimento dialético que tencionamos recobrar, no qual o novo se encontra continuamente tensionado e reformulado pelo velho, consubstanciado em uma síntese sempre inédita.

Destarte, para aqueles que objetivam a transformação social, a negação contida na dialética é fundamento do pensar, elo projetivo do caminho almejado. É negação produtiva que obedece, em primeiro lugar, à natureza geral do processo e posteriormente a sua natureza específica. Na dialética não se trata apenas de negar, mas de anular novamente a negação, sendo que desta relação se depreende seu potencial profundamente revolucionário. O avançar sobre suas bases é um eterno retroceder ao fundamento, ao princípio, pois só assim se é permitido compreender a gênese social de determinado fenômeno humano.

Conhecer um objeto ou fenômeno significa fundamentalmente apreender o processo histórico que lhe consubstancia e não apenas partir do dado manifesto pela sua forma presente. Essência e aparência, fundamentalmente em uma sociedade alienada, não coincidem em termos de aparecimento histórico, aliás, toda a complexidade envolta no que tange o pesquisar em ciências humanas e sociais se arquiteta justamente sobre a concepção de que a natureza de dado fenômeno não coincide diretamente com as formas de manifestação externas e cotidianas. Para os teóricos do modelo social a aparência da deficiência, vista como tragédia e limitação pessoal, também difere em sua essência de seu verdadeiro significado, produto de uma sociedade opressora; entretanto, esse desencontro entre aquilo que o fenômeno é em relação ao que aparenta ser apenas pode ser deslindado na conjunção de um moroso processo analítico de imersão histórico-cultural que aponte os principais condicionantes da gestação de sua epiderme como uma produção social. No afã desta tarefa, épocas, sociedades e saberes distintos devem ser considerados e congratulados no sentido de romper com qualquer linearidade acerca de uma suposta imagem da deficiência como tragédia pessoal, processo este que nosso trabalho tomou por obrigação epistemológica.

Não ignorar a história e tampouco acreditar no mais usual e comum, na medida em que, embora parte do fenômeno, não o representa em sua totalidade. Este talvez seja nosso principal

desafio no trato com a deficiência, recuperar sua processualidade histórica, ato de difícil concretização devido ao silenciar a que foram submetidos os deficientes por séculos e séculos⁴, se tornando uma figura quase ausente em literaturas distintas, pese sua existência manifesta. Para tanto, o eixo cardeal dos textos aqui utilizados no processo de análise literária se move centripetamente aos escritos que tenham a questão da deficiência como norte propositivo, sejam eles escritos ou não por pessoas com deficiência. Todo material por nós coletado é derivado de fonte escrita. Sabemos da restrição de horizontes que esta escolha pode gerar, mas, este é um dos limites deste trabalho.

1.1 Procedimentos Metodológicos

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica (MARX & ENGELS, 1984, p.86-87).

Fazendo alusão a assertiva de Marx e Engels transcrita como que epígrafe do subtítulo podemos destacar que os pressupostos de que partem o grupo Disability Studies ao investigar a deficiência como produção social também não são arbitrários, mas, sim, reais. É a legitimidade empírica da pouca consideração dada pelo meio acadêmico a questão da deficiência, fundamentalmente nas ciências humanas e sociais, que se consubstanciam como protoforma do desenvolvimento deste novo vértice teórico.

Singular e exemplar na derivação desta perspectiva faz-se o comentário de Abberley (1987), deficiente físico visto como eminente professor londrino de sociologia, que em escrita autobiográfica destaca que sua percepção sobre a precariedade do saber sociológico na explicação da deficiência se manifestou para ele quando foi convidado no terceiro ano da década de 70 a ministrar uma aula sobre a temática. No processo preparatório de sua fala constatou que quase nada de efetivamente sociológico existia sobre o assunto, esculpido pela interiorização do olhar médico, por conseguinte, acabou por se ver obrigado a falar sobre a deficiência a partir de sua própria condição de deficiente, pois tudo o que poderia ser dito como sociólogo era inadequado se contraposto ao seu conhecimento arquitetado mediante a vivência na carne de sua própria experiência.

⁴ Também por este fator, os textos antropológicos, área afeta ao não usual e, muitas vezes, esquecido, constituem um importante corpus sobre o qual desenvolvemos nossas análises.

A sociologia do desvio, a psicologia do anormal e a antropologia médica (áreas das ciências sociais que versaram e versam sobre a deficiência de alguma forma), absolutamente, nenhuma delas, poderia ser utilizada para os objetivos traçados pelo autor. Caso se desejasse falar sobre a deficiência sociologicamente era necessário desbravar o campo. Isto por que, a ideia que a sociologia tinha da deficiência estava toda amarrada ao referencial médico, coerentemente, se pretendêssemos falar sociologicamente sobre a mesma deveríamos ter em mente que, mais do que receber a descrição do fenômeno, se fazia candente concebê-lo, catalisar seu processo de aparecimento histórico. Este novo entendimento de deficiência estaria por nascer. Desde o alicerce, tudo estava a construir.

Exemplo idêntico ao citado por Abberley é encontrado em Barnes (1998, p.189), outro dos fundadores do modelo social, ao ressaltar que quando de sua chegada como sociólogo na então denominada Leeds University as questões relacionadas à deficiência pertenciam quase que exclusivamente ao departamento de ciências médicas e biológicas. Em suas palavras

O único curso nas ciências humanas que buscava se contrapor a esta situação intitulava-se 'A sociologia da Saúde e da Doença', uma espécie de grupo de estudos que congregava diversos professores sobre a temática. A deficiência permanecia definida como limitação funcional causada por uma doença crônica ou pela complexa interação entre as limitações do corpo e a estrutura da sociedade. Desta forma, a teoria da deficiência como tragédia pessoal nunca foi seriamente questionada neste espaço, para dizer a verdade, sequer era vista como um problema. Como alguém com uma vida vivida sobre a experiência da deficiência e que veio para a academia com o propósito de fazer algo que combatesse esta vil discriminação percebi posteriormente que tal situação não respondia seus anseios e objetivos de um complexo e amplo estudo sobre a deficiência. Como deficiente não me via representado por esta literatura, nem via nela qualquer instrumento para a transformação de nossa situação. E isto soava para mim como inaceitável. Poderia me filiar a algo que não acredito e considero profundamente equivocado? Não. Era preciso criar uma nova linha nos estudos sobre a deficiência. Trazer a sociologia ao seu corpo e passar a interpretar a mesma como forma de opressão produzida por uma sociedade profundamente desigual e que permeia a totalidade das esferas da vida moderna.

Posto isto, não se constitui como novidade alguma o fato de histórica e academicamente a deficiência ter sido estudada fundamentalmente sob parâmetros guindados pela ciência médica, ao menos quando nos reportamos aos períodos subsequentes à Idade Moderna e ao estabelecimento do sistema econômico capitalista propriamente dito. Tal processo ocorreu conjuntamente a marginalização da experiência da deficiência manifesta e expressa pelo deficiente, em geral, visto como elo passivo sobre seu próprio caminhar. Para Oliver (1986), a pouca teorização sobre a deficiência em termos acadêmicos está irremediavelmente atrelada a uma grande teoria subjacente a estes elementos, a teoria da deficiência como forma de tragédia pessoal. Esta situação tornava

urgente a necessidade de uma tomada de posição, pois em seu entender (OLIVER, 1986, p.15) “se um novo entendimento sobre as questões raciais e o machismo apenas se deu concomitantemente a tomada de posição efetiva por parte dos negros e mulheres na escrita de suas próprias experiências, fenômeno singular deveria ser tangenciado pelas pessoas com deficiência”.

Assim, tornava-se imperioso que as pessoas com deficiência escrevessem sobre o fenômeno que inegavelmente lhes circunscrevia, a experiência da deficiência, contudo tal ato não podia se dar por uma escrita biológica. “Era preciso fazer com que a deficiência de fato se tornasse uma preocupação sociológica, tal qual o racismo, o sexismo e a pobreza. Só então poderia ser entendida por outras bases e desígnios” (OLIVER, 1990, p.23).

Partindo deste suposto, Oliver (1996) realiza um extenso estudo sobre as áreas responsáveis pela produção acadêmica que tinham a deficiência como objeto de estudo em todo o Reino Unido⁵ e acaba por constatar que quase tudo o que adentrava as universidades sobre a aludida temática se mostrava oriundo de lineamentos analíticos médicos e biológicos. No mais, apenas retratos de vida ou autobiografias que se mostravam precárias no sentido de entender a realidade que ali se desdobrava.

Como conclusão, enfatizou existir uma necessidade urgente de que outros campos como a sociologia, antropologia, história, pedagogia, literatura, ciência política, direito, economia, estudos culturais, geografia, filosofia e artes tomassem para seu escopo analítico a análise da deficiência, na medida em que nenhuma única disciplina pode dar conta de um fenômeno tão complexo quanto o que se apresenta e, fundamentalmente, expõe visceralmente o princípio de que o perfilhar de um determinado fenômeno sobre outras bases porta organicamente um novo entendimento do mesmo. Esta é a finalidade primeira do Disability Studies, a citar, estender projetiva e teleologicamente o campo de abrangência dos estudos que tenham a deficiência como objeto analítico, além de abalar a unilateralidade que paira academicamente sobre a história da deficiência.

Justificativa para o estudo

Será mesmo que essa situação tracejada no início na década de 80 no Reino Unido e também nos Estados Unidos possui alguma similaridade constitutiva em terreno acadêmico brasileiro na segunda década do século XXI? Objetivando responder a este questionamento e na busca de contribuições analíticas materializadas pela Sociologia sobre o fenômeno da deficiência

⁵ Em 2002, Barnatt (2005) realizaria empreitada similar nos Estados Unidos com o intento de catalogar as produções em solo norte-americano que corporificassem estreitas relações entre a Sociologia e a deficiência. Suas conclusões também foram similares ao destacar que os sociólogos têm realizado “poucos trabalhos sistemáticos sobre o assunto e não reconheceram os estudos sociológicos da deficiência como parte da corrente principal da Sociologia” (BARNARTT, 2005, p. 19).

arquitetamos uma espécie de estado da arte das dissertações e teses em campos afins a ciência sociológica (Sociologia, Ciências Sociais, Antropologia e Ciência Política). Além de mapear o que está sendo produzido sobre a temática, este estudo poderia nos fornecer indicativos concretos no que tange a contributos para a construção de uma teoria social da deficiência.

Para a realização de tal empreitada acessamos inicialmente a página da CAPES “<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>” a fim de que pudéssemos elencar os cursos de mestrado e doutorado em áreas afins à Sociologia devidamente reconhecidos pelo órgão gestor da avaliação do ensino superior. Consultamos os programas de pós-graduação *strictu sensu* nas áreas de Sociologia e Ciências Sociais, assim como os programas vinculados a Antropologia e Ciência Política.

Feito isto, visitamos a Homepage de cada um dos programas de pós-graduação listados pela CAPES nas áreas de Sociologia/Ciências Sociais, Antropologia e Ciência Política (ver relação dos 50 programas no Anexo 1), com o intuito de levantar as respectivas produções em termos de dissertações e teses no período entre 1990 e 2010⁶. A quantidade de dados levantados é imensa, projeção essa facilmente hipotetizada, contudo, nossa intenção quando da realização de tal tarefa estava em identificar apenas as produções que tinham a deficiência como problemática central a estes estudos. Para tanto, mediante inserção nos tópicos “Pesquisas/procuras refinadas/avançadas”, fornecidos pelos próprios programas de pós-graduação, buscamos inventariar os trabalhos de mestrado e doutorado que contivessem as palavras deficiência e sociologia concomitantemente em algum campo de busca (processo concretizado pela utilização da valência booleana deficiência/deficiente and sociologia), quaisquer que fosse ele, título, resumo, palavras-chave.

Como o número de trabalhos encontrados foi aquém das expectativas (na verdade, não encontramos nenhum trabalho que se enquadrasse nesta procura), iniciamos um novo processo de pesquisa, nos valendo basicamente de três formas de busca mediante a inserção nos links de dissertações teses fornecidos pelos programas, a citar: a) Dissertações e teses que contenham a palavra deficiência no título; b) no resumo, ou; c) nas palavras chave.

Terminada esta etapa, lemos na totalidade o resumo de cada uma das teses e dissertações encontradas. Muitas foram descartadas, pois a deficiência da qual falavam não era a que se constitui como objeto de nossa pesquisa. Não foi raro encontrar títulos do tipo “As causas da deficiência educacional brasileira”; “Brasil: estado de uma democracia deficiente”; “A deficiente política internacional brasileira”, dentre outros. Selecionados os trabalhos que versavam de alguma forma

⁶ Desde esta época, a deficiência se torna literalmente um tema da moda em virtude da influência exercida pela Convenção sobre os Direitos das Crianças de 1988, pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 1990 e, pela Declaração de Salamanca de 1994; todas têm no tema da inclusão uma de suas principais balizas e razão de ser e exerceram impacto decisivo sobre os textos acadêmicos e as políticas educacional/social de forma geral.

sobre a temática deste estudo, os mesmos foram lidos na íntegra e fichados por áreas específicas (Sociologia/Ciências Sociais, Antropologia e Ciência Política).

Durante a leitura atentamos cuidadosamente para qualquer referência que os aludidos trabalhos fizessem aos Disability Studies, na medida em que dita corrente teórica se configura, no entender de Giddens (2007), como aquilo que de mais desenvolvido foi escrito sobre a deficiência. Este processo teve a duração de quatro meses, de março a junho de 2011, cujos resultados são expressos a seguir no Quadro 1.

Quadro das dissertações e teses consultadas em Programas de Sociologia/Ciências Sociais

<i>Instituição de Ensino Superior (IES)</i>	<i>Títulos totais pesquisados</i>	<i>Mestrado</i>	<i>Doutorado</i>	<i>Versam sobre a deficiência</i>
UFBA (PPGCS)	181	181	-	-
UFES (PPGCS)	2	2	-	-
UFMA (PPGCS)	68	68	-	-
UFJF (PPGCS)	13	13	-	-
PUC/MG (PPGCS)	150	144	6	3 (Dissertações)
UFPA (PPGCS)	86	67	19	1 (Dissertação)
UFCG (PPGCS)	236	223	13	-
UEL (PPGCS)	56	56	-	1 (Dissertação)
UERJ (PPGCS)	359	246	113	-
PUC/RJ (PPGCS)	33	33	-	-
UFRN (PPGCS)	140	100	40	-
UFSM (PPGCS)	13	13	-	-
UFPEL (PPGCS)	40	40	-	-
PUC/RS (PPGCS)	69	55	14	1 (Dissertação)
UNISINOS (PPGCS)	30	30	-	-
UNICAMP (PPGCS)	348	-	348	-
UNESP/MAR (PPGCS)	101	78	33	-
UFRRJ (PPGCS)	171	140	31	-
UFAL (PPGS)	22	22	-	-
UFC/CE (PPGS)	436	280	156	-
UNB (PPGS)	532	300	232	1 (Tese)
UFG (PPGS)	63	50	13	-
UFRGS (PPGS)	330	243	87	-
UFSCar (PPGS)	52	39	13	1 (Dissertação)
USP (PPGS)	787	300	487	-
UNICAMP (PPGS)	178	120	58	-
UNESP/ARA (PPGS)	248	178	70	1 (Dissertação)
UFRJ (PPGS)	476	353	123	-
UENF (PPGS)	8	8	-	-
UFSC (PPGS)	368	303	65	-
UFPR (PPGS)	58	40	18	1 (Dissertação)
UERJ (PPGS)	37	30	7	-
Total 32 (IES) (64%)	5691 (100%)	3745 (65,8%)	1946 (34,2%)	10 (0,18%) (9 Dissertações + 1 Tese)

O conjunto de 10 trabalhos entre dissertações e teses encontradas nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia que disponibilizam sua produção mediante biblioteca digital traça a sombria perspectiva do quanto à deficiência se compõe como um tema solenemente ignorado pelo campo. Destes, apenas um, o de Geraldí (2010), se remete a literatura erigida pelos Disability

Studies, e, mesmo assim, por apenas três páginas mediante a apropriação de duas obras de Diniz (2003, 2007) e pela utilização de uma citação de Shakespeare e Watson (2002). E quanto aos outros 5.681 títulos publicados na área da Sociologia. Existe alguma probabilidade de os mesmos terem se valido desta literatura? Ousamos dizer a quase total impossibilidade desta hipótese, pois se os trabalhos que versam sobre a deficiência desconhecem a aludida literatura, conforme nossos dados atestam, o que pronunciar sobre os que se desenvolvem na investigação de outras categorias e que sequer citam a deficiência.

É como se a Sociologia ainda não tivesse descoberto a opressão gestada pela deficiência, seu caráter aviltante e derivado de iníquas estruturas sociais tal qual encontrou no racismo, sexismo e nas mais distintas fobias. Qual a razão em se ignorar (dos 5691 trabalhos catalogados apenas 10 (0,18%) versam diretamente sobre a deficiência. Sequer um quinto de 1%.) uma parcela tão volumosa e massivamente oprimida da população? A resposta é mais simples do que se possa imaginar. A deficiência é vista pelos sociólogos sob uma ossatura esculpida pelos vértices da natureza, um tema pré ou pouco sociológico, não digno de nota, composição tácita que acentua sobremaneira a validade em se oferecer subsídios e contributos a um pensar social sobre a deficiência.

Contudo, antes de principiarmos esta tarefa, consideramos importante ressaltar que outras áreas das ciências humanas também tem ignorado de forma manifesta a deficiência. Vejamos o exemplo da Antropologia (ver relação dos 20 programas no anexo 2) e a presença da citada temática como objeto de estudo no Quadro 2.

Quadro 2: Dissertações e teses consultadas nos programas de pós-graduação em Antropologia

<i>Instituição de Ensino Superior (IES)</i>	<i>Títulos totais pesquisados</i>	<i>Mestrado</i>	<i>Doutorado</i>	<i>Versam sobre a deficiência</i>
UFBA (PPGA)	16	15	1	-
UNB (PPGA)	349	261	88	1 (Dissertação)
UFMG (PPGA)	7	7	-	-
UFPE (PPGA)	25	19	6	-
UFF (PPGA)	31	27	4	-
FUFPI (PPGAA)	7	7	-	-
UFG (PPGAS)	3	3	-	-
UFPR (PPGAS)	74	74	-	-
UFRJ (PPGAS)	638	408	230	1 (Dissertação) 1 (Tese)
UFRN (PPGAS)	23	23	-	-
UFRGS (PPGAS)	284	220	64	-
UFSC (PPGAS)	280	228	52	-
UFSCar (PPGAS)	14	14	-	-
UNICAMP (PPGAS)	43	30	13	-
USP (PPGAS)	102	69	33	1 (Dissertação) 1 (Tese)
Total 15 (IES) (75%)	1896 (100%)	1405 (74,1%)	491 (25,9%)	5 (0,26%) (3 Dissertações + 2 Teses)

A produção que versa sobre a deficiência nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia não se mostra muito distinta dos dados que obtivemos em relação à área da Sociologia. De 1893 trabalhos apenas cinco (0,26%) tem a mesma como objeto de estudo, sendo que nenhum deles se vale da literatura perfilhada pelos Disability Studies, que continua como um verdadeiro *outsider* no terreno das ciências humanas. Com isso, toda crítica feita a forma pela qual a sociedade encara a deficiência acaba por assumir justamente o ponto de vista que contribui avidamente para que as pessoas com deficiência sejam discriminadas em múltiplas esferas sociais e nos mais diversos relacionamentos que assumem. Também na Antropologia não se pensa o fenômeno, mas se assume o mesmo tal qual verdade incontestada a partir de sua estrutura cotidiana. Por fim, apresentemos os dados referentes à área de Ciência Política por meio do Quadro 3 (ver relação dos programas de pós-graduação no Anexo 3).

Quadro 3: Dissertações e teses consultadas nos programas de pós-graduação em Ciência Política

<i>Instituição de Ensino Superior (IES)</i>	<i>Títulos totais pesquisados</i>	<i>Mestrado</i>	<i>Doutorado</i>	<i>Versam sobre a deficiência</i>
UNB (PPGCP)	69	69	-	4 (Dissertações)
UFF (PPGCP)	133	131	2	-
UFRGS (PPGCP)	146	113	33	1 (Tese)
USP (PPGCP)	442	243	199	-
UNICAMP (PPGCP)	322	318	4	-
FUFPI (PPGCP)	4	4	-	-
UFPR (PPGCP)	18	18	-	-
UERJ (PPGCP)	24	21	3	-
UFPEL (PPGCP)	29	29	-	-
UFSCar (PPGCP)	24	21	3	-
Total 10 (IES) (76,9%)	1211 (100%)	967 (79,8%)	244 (20,2%)	5 (0,41%) (4 Dissertações + 1 Tese)

Dos cinco trabalhos encontrados apenas o de Santos (2009), orientado pela professora Débora Diniz, que realizou pós-doutorado na *Leeds University*, se remete diretamente a uma literatura sociológica sobre a deficiência, e mesmo assim, se vale apenas dos textos da própria Débora Diniz (2003, 2007), sem referências as obras dos precursores Abberley, Hunt, Oliver, Barnes, Finkelstein, dentre outros. Desta feita, notamos que dos 1.211 trabalhos produzidos e disponibilizados pelas páginas dos referidos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política, cinco se desenvolveram tendo na deficiência seu tema central, destes, apenas um a abordou de forma efetivamente sociológica, e isto em um campo, como bem aponta Barton (1996, p.28), “fundamental a configuração de políticas públicas para as pessoas com deficiência”.

Colocado estes elementos uma pergunta inevitavelmente abrolha ao ameaharmos o cenário sob um olhar de longo alcance: Como elaborar políticas públicas emancipatórias para as pessoas com deficiência se o referencial do qual partimos está inextricavelmente ligado a condição da

deficiência como dependência? Este nó górdio se mostra de difícil resolução e exige uma guinada de perspectiva que estabeleça a necessidade imperiosa em se interpretar a deficiência de outra forma. Corroboramos com Barton (1996, p.88) de que “políticas libertárias carecem de conceitos também libertários”, e esta base foi estabelecida pelo grupo fundador do modelo social da deficiência, o que denota a urgência em nos apropriarmos de seus textos.

Em síntese, podemos afirmar que um panorama geral traçado após as coletas dos dados nos permite a visualização límpida do quão ignorado tem sido a temática da deficiência (e quando a mesma é considerada sua base analítica ainda se refaz de traços que deveriam estar superados nas ciências humanas), além de apontar a necessidade premente em não envidarmos esforços para transformar esta situação periclitante.

Devido ao pouco número de trabalhos encontrados, 20, em um universo de 8.798, sendo que destes, apenas dois fazem menção a obras e autores dos *Disability Studies*, resolvemos buscar possíveis outras dissertações ou teses nos programas de pós-graduação *strictu sensu* em Educação que se dedicavam especificamente ao trato de questões atinentes a temática da deficiência e a Educação Especial. Dos 113 programas em Educação existentes no Brasil apenas um, o PPGEES (Programa de Pós-Graduação em Educação Especial) da Universidade Federal de São Carlos é específico à temática, devido a esta inserção, tornou-se quase que imperativo um debruçar sobre o mesmo.

Partindo do suposto que os trabalhos do PPGEES tem a deficiência como foco analítico cardeal em seus estudos, não havia mais sentido em se procurar indicadores que demarcassem uma preocupação com seu trato, na medida em que a quase totalidade dos trabalhos produzidos pelo PPGEES assim o faziam, senão direta, indiretamente. Nesse sentido, optamos por ler todos os resumos das dissertações e teses pertencentes ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial cadastradas no sítio www.bddd.ufscar.br, intuindo destacar as produções que abordassem um papel de centralidade aos chamados Disability Studies ou Estudos sobre a Deficiência. Cabe destacar que a centralidade por nós mencionada se configurava na simples presença de algum marcador identitário de tal corrente ou da utilização de suas âncoras teóricas nos resumos analisados.

Foram analisadas 242 produções, compostas por 170 dissertações e 72 teses, destas, nenhuma apresentou qualquer indício seja no resumo, título ou palavras chave da utilização da literatura sociológica erigida pelos *Disability Studies*, dado que confirma, conjuntamente a quase invisibilidade desta mesma produção na área sociológica, o ostracismo que o citado corpo teórico goza no seio das academias brasileiras.

Estes dados, quase por si só, acabam por justificar a validade deste trabalho de apresentação dos conceitos da aludida corrente teórica, na medida em que corporificam uma distinta forma em se interpretar a deficiência. Pesa a nosso favor, por conseguinte, o ineditismo no trato das ideias, entretanto, neste percurso não nos contentamos “somente” em apresentar a literatura produzida pelos *Disability Studies*. Lemos minuciosamente as críticas dirigidas a seus pressupostos e realizamos uma série de outros apontamentos contestatórios com o objetivo de ampliar o escopo da literatura citada, posto que a espiral dialética não admita a acomodação de um dado saber.

Para a concreção desta atividade nos debruçamos sobre os textos publicados na revista *Disability & Society*, fundada pelos idealizadores do modelo social e principal periódico da área. De junho de 1986 a julho de 2011 a revista publicou 1.487 artigos, todos em língua inglesa, embora produzidos por autores de mais de 30 países. As temáticas abordadas são as mais distintas possíveis, inclusive, de contestação às posições dos fundadores dos *Disability Studies*, certamente dos pontos mais salutares da revista. O método quanto à escolha dos artigos se configurou exatamente pela falta de método, sem qualquer alusão ao texto de Feyerabend (1989). Lemos incessantemente tudo o que achamos interessante.

Tal qual um jovem que vai ao mar pela primeira vez, não cansamos de admirar a beleza do contexto. Tudo nos seduzia e parecia fundamental, por isso, nos recusamos a utilizar qualquer valência de busca restritiva. Para sermos honestos, até tentamos criar um critério delimitador ao tomar o termo *Sociology* como marcador no campo de busca, todavia, por termos encontrado apenas oito trabalhos resolvemos abandonar este suposto. Lemos todos os títulos da revista até a citada data. Dos 1.487 descartamos 740 de imediato, pois abordavam problemáticas em nada relacionada a nosso estudo. Sobraram 747 textos. Como o periódico apresenta um resumo sintético de cada artigo, condensado em no máximo 10 linhas, não foi difícil ler os 747 microrresumos em sua totalidade. Realizado este processo rejeitamos outros 364 textos pelo mesmo motivo já apontado quando da primeira seleção. Restaram-nos 383 artigos lidos, muitos relidos, em sua totalidade. Este processo de apropriação literária teve a duração de 24 meses, de julho de 2009 até julho de 2011. Evidente que muitos dos trabalhos lidos não receberam sequer uma citação durante esta tese, nem por isso, deixaram de se mostrar importantes a construção da obra que o leitor agora se depara, cujo esqueleto se encontra descrito a seguir:

Além dos capítulos já apresentados, este trabalho se comporá mediante a seguinte ossatura:

O capítulo 2, intitulado “**A deficiência vista sob um olhar sociológico ou não cotidiano**” tem por finalidade investigar o terreno ideológico e os principais supostos que edificam o sistema capitalista de produção, base pela qual se estrutura a ideia moderna de deficiência. Consta ainda o subcapítulo intitulado “**Como a deficiência tem sido interpretada tendencialmente ao longo da**

história”, cujo objetivo reside em apresentar os espaços que as sociedades ocidentais têm destinado aos corpos diferentes, para tanto, nos valem de diversas fontes antropológicas e retratos de distintas temporalidades históricas.

O capítulo 3, “**Os caminhos que levaram a constituição do modelo social da deficiência**” tece os meandros históricos da constituição do grupo que posteriormente fundaria a revista *Disability & Society* e a própria ideia de modelo social da deficiência. Consta ainda neste espaço, os subcapítulos: “**Passos constituintes da UPIAS**”, no qual traçamos a cronologia daquele que viria a se tornar a organização social composta por deficientes mais combatente dos pressupostos do modelo individual; “**Vic Finkelstein: o bandeirante frente ao contexto a ser desbravado**”, em que analisamos os principais pressupostos do idealizador em protoforma de uma concepção materialista na explicação da deficiência.

O capítulo 4, intitulado “**Os Disability Studies**”, apresenta as tessituras que envolvem a constituição do modelo social da deficiência, assim como as principais ideias e constructos que o envolve.

No capítulo 5, intitulado “**Novas perspectivas se avizinham quanto à possibilidade em se estudar a deficiência**”, apresentamos possibilidades outras de exploração do fenômeno abordado pelos teóricos do modelo social.

O capítulo 6, nominado “**As quatro grandes críticas ao modelo social e seus desdobramentos**”, traz a baila as principais críticas ao modelo social, debatendo as mesmas a partir da perspectiva do materialismo histórico.

Por fim, o capítulo 7, “**Contribuições formativas a teoria social da deficiência: as arestas que necessitam ser aparadas a partir de problemáticas não resolvidas pelo modelo social**”, destaca as lacunas do modelo social, assim como algumas literaturas e ideias que o mesmo necessitaria urgentemente se apropriar se de fato objetiva compor uma arquitetura que possa ser denominada de teoria social da deficiência. Compõe o capítulo “**Críticas adjacentes e novos versos sobre a questão política e a cidadania**”; “**A questão da diferença nos Disability Studies**”; “**Quando o centro a tudo engloba: uma análise sócio-antropológica do espaço marginal ocupado pelas pessoas com deficiência hodiernamente**”.

Nas **Considerações Finais** introduzimos a ideia de “desabilidade” e reiteramos a necessidade de os estudos sobre deficiência se apropriarem do materialismo histórico enquanto fundamento basilar no pensar de uma nova sociedade.

2. A DEFICIÊNCIA VISTA SOB UM OLHAR SOCIOLÓGICO OU NÃO COTIDIANO

Falar sobre deficiência mediante olhar sociológico traz consigo o imperativo premente de analisar a secularização de tal fenômeno, entendendo-o a partir de outras bases que não as míticas e sobrenaturais. A empreitada proposta por esta tarefa requer o tracejar quanto aos elementos constitutivos da própria Sociologia, processo da mais relevante seriedade.

Nisbet (1993), em texto seminal, define a Sociologia como uma ciência de núcleo e base moderna. Seu aparecer está relacionado ao contexto engendrado pela Revolução Industrial Inglesa (transformação econômica) e pela Revolução Francesa (transformação política), além do consequente advento de etimologias políticas fincadas nas ideias de progresso, indivíduo, contrato e razão, as quais demarcaram um espaço de cisão para com os laços sociais do Medievo.

Grosso modo, a Sociologia é coetânea ao porvir do racionalismo individualista, da gênese da industrialização/iluminismo e da assunção do Estado como cardeal disciplinador das relações sociais, cujo foco analítico reside na explicação racional do mundo. Seu surgimento liga-se a uma série de eventos e circunstâncias específicas, coincidindo com os derradeiros momentos de desagregação da sociedade feudal e da consolidação da sociedade capitalista. O século XVIII transparece como efetivo marco para a criação da ciência sociológica (apesar de a palavra apenas aparecer no século XIX em Comte) devido às transformações políticas, econômicas e culturais dele advindas pela materialização das duas revoluções já citadas e também pelo estabelecimento de problemas sociais inéditos para a sociedade de então, tais como: o assalariamento e a alienação do trabalho; a disciplina laboriosa e as novas noções de tempo e espaço implantados pelas máquinas; a questão da urbanização; o dismantelamento da família patriarcal e da moralidade anteriormente estabelecida como dominante e, fundamentalmente, o aparecimento de duas classes contrapostas (burguesia e proletariado).

Sobre estes elementos a Sociologia finca seu cabedal de relações. Desde então, coube a mesma a tarefa incessante de construir um sistema de pensamento que renunciasse as explicações sobrenaturais dos fenômenos cotidianos em direção a uma aclaração científica e racional. Enganase, por conseguinte, quem pensa que a tarefa primeva da Sociologia fosse revolucionária de princípio, muito pelo contrário, sua gênese está relacionada ao acomodar de coisas em uma época absolutamente instável.

Singular, nesse sentido, se apresenta o modelo evolutivo proposto por Auguste Comte e sua proposta para a compreensão da história do desenvolvimento humano. Comte (1973) sugere que o processo/progresso intelectual humano pode ser dividido em três etapas: teológica, metafísica e

positivista, com as duas primeiras se confundindo no espaço e tempo. Este modelo sugere a passagem, com o avançar da história, de uma interpretação da realidade sob o vértice religioso para outra de origem naturalista, posteriormente superada pela ascensão da forma científica em se compreender o mundo natural e social. A linearidade trifásica apresentada por Comte (1973, 247) pode ser resumida quando o mesmo afirma

(...) cada ramo do entendimento da natureza e do humano passa por três fases distintas: estágio teológico ou fictício, estágio metafísico ou abstrato e estágio científico ou positivo. Em outras palavras, o ser humano, por sua natureza evolutiva, emprega sucessivamente em cada um de seus campos de investigação três métodos de filosofar, que, em sua essência, se mostram diferentes e radicalmente opostos. Isto dá origem a três tipos de filosofia ou conceitos gerais de sistema que são mutuamente exclusivos. Não há como ser positivista e metafísico ao mesmo tempo. Inexiste comunhão entre estas formas de pensar. Ou uma, ou outra. Resta escolher e ceifar as outras opções.

Para Oliver (1997), este modelo evolucionista se mostrou útil na compreensão do desenvolvimento da mudança da percepção histórica do desvio (incluindo a homossexualidade, o alcoolismo, a tóxico-dependência e as doenças mentais), o qual de problema moral e legal passa a ser analisado mediante mecanismos de controle biomédico. De forma análoga, Albrecht (1976), destaca que uma revisão das práticas médicas ao longo da história, mesmo quando a medicina sequer estava instituída como saber, permite compreender o desvio a partir de três paradigmas que reinaram cada um em determinada época histórica, a citar, a ideia do desvio como pecado, do desvio como crime e, posteriormente, do desvio como doença. Para os referidos autores tal mudança de enfoque pode ser interpretada como uma evolução de monta similar a descrita por Comte do pensamento religioso ao científico.

Ao nos debruçarmos especificamente quanto ao fenômeno da deficiência percebemos que Comte (1973) destaca as três formas de pensamento como mutuamente exclusivas, posto as formas superadas serem extirpadas com o adentrar da modernidade. Entretanto, esta afirmação não resiste ao terreno da empiria. Pfeiffer (2002) destaca que no início do século XX, em Londres, a pessoa epilética ainda era considerada como se estivesse sendo possuída por forças malignas, contudo, concomitantemente, cria-se um programa estatal que objetivava desenvolver sofisticados tratamentos médicos para a mesma. É o religioso e mágico convivendo com o científico.

Aliás, não é raro encontrarmos hoje pessoas que explicam a deficiência como resultado de um desígnio divino, isto em plena era de massificação do saber médico. Há contradição nisto? Não, na medida em que acreditamos que a natureza da deficiência apenas pode ser compreendida pela

valência de uma arquitetura teórica que leve em conta tanto as mudanças do modo de produção, como também as variações no modo de pensamento e a relação entre ambas. Comte se concentrou apenas na primeira etapa, secundarizando o fato de que se a transformação social modifica indubitavelmente o pensamento, ela não elimina de per si os saberes anteriores. Os mesmos continuam a existir e se propagam tacitamente ou até por vias oficiais pelo corpo de uma dada sociedade.

Contudo, é inegável, e este é um mérito de Comte (1973), a existência de uma transformação social engendrada pela industrialização que coloca a magia e a religião como formas quando muito acessórias de explicação dos fenômenos naturais e sociais. A modernidade surgia, e com ela, o triunfo da razão, uma vez que a mesma se apresentava como epítome da antitradição, da derrubada dos costumes, crenças e convenções, enfim, da saída do estado natural que marcara até então a vida humana. Fez da racionalização o único princípio de organização pessoal e coletiva, embora não possamos esquecer que para além de um processo espiritual e de profunda mudança cognitiva, o capitalismo também represente em sua essência um fenômeno de ordem material que se antepõe ao feudalismo.

De acordo com Marx (1977), as origens históricas da sociedade capitalista não devem ser buscadas em uma sociedade de comportamento econômico frugal e abstinência de uma elite moral, e, sim, fundamentalmente na constituição de uma classe operária destituída de propriedade (processo edificado por via de éditos, tal como os publicados pela coroa inglesa no nascedouro do século XVII, e também pelo roubo de terras comuns e usurpação da propriedade feudal) e de uma classe burguesa, prehe das mesmas (por ser beneficiária do processo acima aludido). A divisão da sociedade em duas classes distintas, proprietários e não proprietários dos meios de produção é condição e matéria fundamental para o desenvolvimento das relações de produção capitalista. Para que se possa desenvolver em sua completude o capitalismo necessita produzir em escala crescente trabalhadores desprovidos, expropriados e alienados dos meios de produção. A esse processo de despojar do trabalhador, Marx (1996, p.262) deu o nome de acumulação primitiva, a qual “(...) é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como primitivo porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”.

Destarte, a consolidação do sistema capitalista necessita basicamente de duas condições históricas: a) o trabalho livre, de propriedade do trabalhador e passível de ser comprado monetariamente; b) a separação deste trabalho das condições objetivas de sua realização, ou seja, a destruição das formas de propriedade em que o trabalhador se apropria dos meios de produção como se fossem seu corpo inorgânico. Quando da consubstanciação das mesmas surge um novo

Deus que passa a regular todas as dimensões da vida social, o trabalho, de preferência, assalariado e, necessariamente, alienado.

Pese todas suas mazelas, e são muitas, indubitavelmente, a burguesia e a instituição do capitalismo desempenharam um papel revolucionário no terreno da história. Em todos os locais no qual conquistou o poder fez ruir antigas relações feudais e patriarcais que prendiam os homens a seus supostos superiores naturais,

Afogou os fervores sagrados da exalação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despuddorada e brutal (MARX & ENGELS, 1984, p.42).

Se em todos os períodos históricos anteriores a condição necessária para garantir a sobrevivência e a própria manutenção do estado social estava diretamente ligada a conservação do modo de produção existente, com o capitalismo insurge outra relação histórica, posto que apenas a revolução contínua da produção permita o sustentar do sistema e a consolidação da burguesia. O sistema capitalista jamais pode deitar sobre suas conquistas, precisa ir além, produzir mais e mais, de forma absolutamente incessante e frenética. Esta agitação constante é uma das características que distinguem a época burguesa de todas as precedentes, na qual, de acordo com Marx e Engels (1984, p.43), dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, por meio de seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas, por suposto, as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. “Tudo que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com outros homens”.

A sociedade capitalista se fundamenta na destruição de todas as relações naturais que uniam indivíduo, comunidade e condições objetivas de produção, por conseguinte, é a primeira sociedade puramente social da história⁷, caráter este dado no exato sentido de que, em tal espaço, o trabalho se tornou um meio para criar riqueza de forma universal e genérica, inclusive, desprovido das necessidades de subsistência. Seu abrolhar significou, entre outras coisas, uma nova fase na história, marcada, ao menos abstratamente, pela entrada em um período de abundância e superação da

⁷Como consequência lógica, a ideologia passa a desempenhar neste solo um papel de crucial importância e uma força imensa, na medida em que sua operacionalidade está relacionada à introdução do natural na história, em naturalizar o histórico, justificar o injustificável.

carência que caracterizava todas as épocas anteriores. Tal afirmativa pode ser retirada da própria obra de Marx (1977), para quem, em todas as formações sociais anteriores a precariedade e o parco desenvolvimento das relações produtivas fez com que a carência fosse uma marca das relações ali desenvolvidas, elemento radicalmente reconfigurado durante a Revolução Industrial e a consolidação da economia capitalista propriamente dita. Precisamente, neste sentido, para Marx (1987, p.120)

A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedades desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão, desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia da antiguidade.

Por ser histórica em todas suas dimensões e apenas sob essa condição é que devemos entender a afirmação de que a economia burguesa fornece a chave de entendimento da economia antiga ou de que a anatomia do homem (ser histórico por excelência) é a chave da anatomia do macaco. Entretanto, faz-se importante afirmar que, embora Marx (2003) utilize uma metáfora francamente evolucionista, o mesmo não perfilha de uma interpretação linear da história. O homem faz a história nas condições herdadas do passado, ações estas que inevitavelmente guardam níveis de imprevisibilidade geradores de mutações no telos anteriormente pensado. Outrossim, não podemos perder de vista que a alegoria utilizada por Marx (2003) de que das formas complexas é possível deduzir as mais simples representa não um processo de entificação de uma verdade ou postulado absoluto. Descrito constructo perfaz um recurso heurístico fundamental pelo qual Marx (1974), em seus Grundrisse, afirme que o significado histórico e ontológico de uma dada categoria está na sua inserção enquanto momento do desenvolvimento histórico global (esta analogia é a base sobre a qual situamos o desenvolvimento da ideia da deficiência como produto do sistema capitalista de produção posteriormente trabalhado).

Somente a partir da consolidação destas relações materiais expressas pelo sistema capitalista que o tão propalado triunfo da razão e a imposição da racionalidade como verdadeiro *leitmotiv* moderno se concretizam, o qual, de fato (conforme Comte já havia induzido), conduz a um contínuo processo de deslocamento da religião como esfera do saber dominante para a ciência especializada, nova autoridade intelectual do ser social. Desde então, a ciência passou a gozar de suntuoso

prestígio, quase inabalável, a qual deveria explicar todos os fenômenos sociais no sentido de resolver seus problemas e as questões a eles atinentes, objetivando fundamentalmente alavancar uma maior eficácia a produção industrial. Os homens das cartas são substituídos por peritos, o trabalhador manual qualificado dá espaço a tecnologia das máquinas, o coletivo se fragmenta, individualiza, a moral tradicional é substituída por um sistema judicial abstrato e sistematizado em códigos e leis. Em outras palavras, o *ethos* moderno efetivamente desencantou o mundo, para nos valermos de uma expressão weberiana.

Na forma de pensar tipicamente moderna, o corpo que expressa diferenças para além daquelas tidas como variações da própria natureza humana deixa de ser compreendido a partir de evidências místicas ou de providências da esfera do divino, adentrando ao campo etimológico das incorreções biológicas. Este fenômeno é singularmente retratado por Foucault (2000) quando o mesmo ressalta que com a prevalência da narrativa médica sobre o corpo, novo discurso autorizado pela modernidade, grande parte do que diz respeito ao sobrenatural perdeu força e sentido e o que antes era visto como castigo ou ira dos deuses passou a ser codificado como patologia derivada de determinadas condições clínicas.

Claro que a história não segue um percurso linear, aliás, é importante ressaltar nesse contexto que diferentes estruturas sociais tendem a gerar distintas formas de socialidade e, conseqüentemente, invulgares historicidades. Laplantine (2004) destaca a disparidade existente entre as representações de cura e doença nas sociedades ocidentais arquetipicamente classificadas pelo vértice da biomedicina em comparação as sociedades orientais, dirigidas por outra lógica constitutiva. Em sua análise, é possível distinguir duas tendências no campo da medicina, quais sejam: as centradas na doença e cujos sistemas de representação são comandados por um modelo de natureza físico-orgânica, e; as medicinas cujos sistemas de representações são ordenados por um modelo relacional que pode ser pensado em termos fisiológicos, psicológicos, cosmológicos e sociais.

A primeira tendência perfaz a característica da medicina tida como racional e cartesiana, sendo um predicado das sociedades ocidentais e representa, embora nem todas se encaixem neste prisma, o saber dominante em termos médicos. Dominante, aqui, materializa a ideia de hegemonia sintetizada por Gramsci (1981). Não é necessariamente a prática mais usual, e, sim, aquela que goza de maior prestígio político, social ou cultural. O exemplo da classe dominante como constituído por uma pequena minoria da população é singular neste sentido. Assim, por mais que tenhamos diversas e múltiplas formas de interpretar o corpo, é o saber médico ocidental, racional, cartesiano e disciplinador que irá conferir legitimidade ao mesmo e será retratado em grande parte dos nossos livros de História. Desde então, é a medicina que “ordena, prescreve, certifica, e, inclusive, é

solicitada pelos tribunais nos casos em que a própria justiça se acredita incompetente. Ela dá *esperanças*, no *sentido da cura*, mas também *ameaça*, *provocando a angústia* de todos” (LAPLANTINE, 2004, p.237).

Desde o século XVIII a medicina se estabeleceu como um dos campos do saber em estreita ligação ao poder estatal, intuindo a violenta repressão no que tange ao corpo e, sobretudo, ao que se desviasse de determinado padrão previamente estabelecido. É sobre este cenário e somente em seu espectro, no entender de Canguilhem (2005), que presenciamos o nascimento do corpo anormal⁸, anormalidade esta vista como derivativo em irremediável antagonismo à normalidade, que não deve ser confundida apenas com o naturalmente mais provável, mesmo porque referido conceito é definido de maneira normativa e hierárquica. O normal é um conceito dinâmico e polêmico que também envolve aquilo que supostamente deve ser, cuja base é claramente axiológica.

Para Canguilhem (2006), inexistem o normal e o patológico em si mesmos. O patológico não é a ausência de norma, mas outra norma. Até por isso, em seu entender (CANGUILHEM, 2006, p.125), teoricamente não faz qualquer sentido levarmos nossa vida a partir de uma suposta relação entre o normal e o patológico, pois “o conceito de normal não é um conceito de existência suscetível, em si mesmo, de ser medido objetivamente. O patológico deve ser compreendido como uma espécie do normal, já que o anormal não é aquilo que não é normal, e sim aquilo que é um normal diferente”.

Destarte, a anormalidade não pode ser vista apenas como negatividade, fenômeno amorfo e de passividade latente, pois ainda que possa representar, sob diversas ocasiões, uma redução do potencial criativo, nunca deixou e jamais deixará de materializar uma vida nova marcada por originais constantes fisiológicas. Trata-se, por conseguinte, de uma experiência inovadora atinente ao ser vivo, e não apenas um fato diminutivo ou em aportes subtracionais. Não é uma variação da dimensão da saúde, mas uma nova dimensão da vida. O natural nunca deixou de ser cultural.

Estas relações não são sequer aventadas pelo saber dominante, mesmo porque rui um de seus principais bastiões de discriminação, a citar, o conceito de tipo ideal ou homem médio. Sem norma não há tipo ideal. Sem este, inexistem os desviantes. E se não existem desviantes como justificar a intrínseca desigualdade social que experimentam diversos grupos? Para não ter de responder esta questão e afrontar a própria estrutura sob a qual repousa, o sistema capitalista cria mecanismos mil a fim de demarcar uma suposta objetividade da norma. Busca-se a norma a todo

⁸ Etimologicamente a anormalidade pode ser definida como aquilo que foge a norma, seja para mais ou para menos, contudo, como pontua Davis (1999), tal conceito tem seu significado cotidiano umbilicalmente ligado a subnormalidade e inferioridade, a quem se desvia aquém do esperado. O muito inteligente e o deficiente intelectual são etimologicamente anormais, contudo, apenas sobre o segundo é acentuado o referido sentido, tornado uma mácula social. Aludida composição nos confirma a inexistência de objetividade no que se refere ao desvio, tencionado fundamentalmente pela cultura e não pela matemática ou estatística.

custo, a qual é ideologizada mediante um rígido processo de instrumentação técnica que tenciona tornar visíveis e quantificáveis as diferenças e desvios antes interpretados como frutos divinatórios ou de origem místicas. Estabelece-se uma ordem natural, aquela que coincide com os grupos dominantes, e se procura demarcar numericamente tudo o que se distingue desta ordem. O surdo é alguém normal subtraído da faculdade de audição. Oposições o definem. O homossexual é, acima de tudo, um não heterossexual. A mulher um não homem. O negro um não branco. O cego um não vidente. O cadeirante um não caminhante. É a ausência que passa a definir aqueles que destoam da suposta norma.

Nesse sentido, toda referência a ordem possível é acompanhada intrinsecamente pela aversão da ordem possível inversa. O diferente do preferível não é o indiferente, mas o refutável, o detestável, aquele que se deve evitar. Mais do que um definidor a norma guarda consigo um elemento de segregação implícito. Contudo, não podemos perder de vista que a norma jamais apaga a diferença, muito pelo contrário, ela demarca a mesma em um estágio inicial e depois a considera como de menor valia. A deficiência não é negada pela sociedade, mas reconhecida explicitamente para posteriormente ser bombardeada por significações deletérias das mais diversas espécies.

A conjunção destes elementos faz com que Canguilhem (2005) considere a ideia de normalidade como um ponto de corte no processo de inclusão ou exclusão social expresso pelas sociedades capitalistas. O que foge a mesma apenas pode ser incluído as margens, uma inclusão por exclusão. Claro que todas as sociedades ao longo de sua história definiram padrões de inclusão e exclusão, mas em nenhuma delas se observou limites tão rígidos e estreitos quanto os impostos pelo sistema capitalista e sua máxima do corpo útil e produtivo, fronteira esta, como salientamos anteriormente, demarcado não mais pelo divino e místico, mas, sim, pelo médico e biológico.

Singular, neste sentido, se mostra o raciocínio de Davis (1999), para quem anteriormente ao surgimento do conceito de norma, o estado que as pessoas ansiavam se compunha de um ideal inatingível. Se assemelhar ao criador espiritualmente era a meta, mas todos sabiam que tal telos nunca seria alcançado. Ninguém era extirpado por isso. Com o advento da modernidade e da norma as relações de força e a razão de ser do homem ideal mudam completamente. Ser ideal agora significava ter o corpo apto a maquinaria e parafernália industrial. Não atingir este estágio somático e psíquico era motivo da mais alta recusa social, sinal de descrédito e incapacidade, de dependência. A norma, sob os auspícios do capitalismo, dá origem a uma quase cultura de jardinagem onde se corta e poda todos os elementos que não são considerados principais.

O fortalecimento deste conceito essencialmente abstrato, quase que metafísico, atua como uma força conservadora que objetiva explicitamente a preservação das estruturas sociais. O material se embrenha com o ideológico. Os que se distinguem da norma são aviltados pela mesma e acabam

por vivenciar condições psicológicas e socioeconômicas de desvantagens extremas, muitas vezes, irreversíveis, de cuja melhora caberia hipoteticamente apenas aos braços da medicina. O desvio na norma apenas é corrigido pela prática médica, que transforma os desviados em pacientes, os que resistem submissos, que se despersonalizam. E é sobre a senda destas relações que será trabalhada e conceituada a deficiência nas sociedades modernas: um problema de ordem e derivativos médicos, déficit individual que apenas pode ser remediado mediante desígnios clínicos e terapêuticos.

De tão enraizado em nossas mentes e práticas cotidianas citada conceituação parece se constituir em uma forma incontestável de explicação da deficiência, vetor naturalista que amalgama uma simples relação de causa e efeito materializada na ideia de que aludida condição porta uma desvantagem intrínseca a sua condição biológica. Entretanto, nada há de natural em tal relação, pois conforme ressaltamos trata-se de um produto edificado sob os auspícios da consolidação do regime capitalista e seu *modus operandi*. A medicina se impõe sobre a deficiência única e exclusivamente em tropos modernos.

Destarte, por mais naturalista que pareça, a explicação médica não deixa de representar um dispositivo heurístico de caracterização da deficiência, assim como o é, embora sob outras perspectivas, o modelo social, objeto desta tese. Reportando-se ou não a este suposto dispositivo heurístico, os valores, saberes e a explicação dedilhados sobre citado fenômeno inequivocamente se pautam na senda destas perspectivas, mesmo quando sequer tenhamos conhecimento da existência destes modelos explicativos, aliás, tal qual aponta Oliver (1996b), na imensa maioria das vezes, o não ter ciência acerca destes modelos têm significado o perfilhar a uma postura em estrita coerência ao lineamento individualista de interpretação da deficiência, fenômeno justificado devido à massiva difusão e reconhecimento alcançado pelo saber médico nas mais diversas esferas sociais. Mas afinal, em que consiste o aventado modelo individual da deficiência. Qual sua base de sustentação?

Dito modelo ancora-se em um conjunto de pressupostos e saberes originários das Ciências da Saúde, tendo por marca característica o trato da deficiência como desvio à normalidade anátomo bio-fisiológico, tracejar este arquitetado na oposição entre sadio e insalubre, portanto, não mais se reportando a aportes moralistas tal qual presenciamos nos tempos pré-modernos. Desde o aparecimento do modelo individual, no entender de Stiker (2006, p.53) “não falamos mais em termos de bem e de mal, de divino e maligno, mas de sanitário/mórbido ou higiênico/insalubre. Há aquilo que é sadio e o que é perigoso. Ninguém mais sustenta o discurso do bem e do mal, superado pelo escrutínio médico”.

Historicamente, o modelo individual surge como um dispositivo explicativo erigido no seio dos processos de constituição da sociedade moderna e sua maneira de pensar o homem em sociedade, cujo cerne formativo está na substituição das formas de explicação mágicas e míticas da

deficiência tão comuns até a Idade Média pela razoabilidade científica e a explicação supostamente objetiva do fenômeno. Inverte-se radicalmente a lógica de apreensão da mesma, assim, se anteriormente a deficiência foi interpretada como espécie de castigo divino devido às impurezas dos pais ou até mesmo como obra demoníaca, hodiernamente a mesma adquire um estatuto de falha, limitação e incapacidade, passando a ser explicada pelas lentes da indústria, biologia, estatística e medicina, guardiãs do Estado e transmissora do saber oficial que a ele circunda. Da dessemelhança ao criador para a anormalidade de um padrão genético-biológico, de castigado a inútil, eis o caminho caricatural assumido pela deficiência quando da ascensão plena da sociedade aos mores modernos. Surge o indivíduo deficiente.

É preciso entender a afirmação acima como fruto do processo de descolamento do sujeito em relação ao grande coletivo que o cercou até a Idade Média. As grandes famílias que aglomeravam várias gerações praticamente deixam de existir e dão lugar a família nuclear, centrada sobre a mulher, pai e os filhos somente. O lema Deus abençoe a todos é substituído por cada um por si e Deus para todos. O destino de cada um agora não depende mais de uma rede de relações fraternas, mas, única e exclusivamente das próprias forças. Com a ascensão do capitalismo, o individual, isolado e privado aparece definitivamente na história, forjando o indivíduo que conhecemos hoje.

Quanto mais avançou o capitalismo e mais elevado se mostrou seu desenvolvimento mais individualizado se tornou o homem. Este elevado estado de desenvolvimento trouxe novos problemas de ordem e controle social em sua composição. Dentre este conjunto de problemas, o corpo aparece como portador de novas variáveis, sendo dividido não apenas entre ricos ou pobres, alimentados ou subnutridos, submissos ou indolentes, fortes ou fracos, como observamos em estádios históricos anteriores. Passa a ser também definido entre mais ou menos utilizável, mais ou menos favorável ao investimento rentável, aqueles com perspectivas de maior ou menor grau de sobrevivência e, claro, aqueles que se mostram mais ou menos proveitosos para receber o novo treinamento e disciplina necessária a produção gestada pela máquina. Nas palavras de Oliver (1996a, p.47-48),

Anteriormente a esta época, a contribuição que o indivíduo fornecia a produção da riqueza social não era computada por cabeça e destacada do grupo. A família, a comunidade, o clã, enfim, o coletivo produzia e todos eram avaliados pelo conjunto da produção. Sucesso de todos, prejuízo, assim como possíveis sanções também. Já no capitalismo esta situação se inverte. Agora é o indivíduo que produz. Apenas ele responde por sua produção e as sanções são aplicadas sobre o corpo do mesmo. Não da família, da comunidade, mas no corpo do indivíduo, cujos insucessos são interpretados como sinônimo de sua falha. Esta nova realidade, conjuntamente a ideia de que os corpos das pessoas com deficiência não se

acomodariam aos postulados da sociedade capitalista e do trabalho assalariado acabam por excluí-las deste espaço, assim, passam a ser controladas por aquilo que podemos denominar de economia da exclusão. Este processo de exclusão tornou-se ainda mais acentuado quando do estabelecimento definitivo da ciência médica como braço ideológico do Estado e dos interesses do capital. Tal modelo de intervenção está enraizado em uma ênfase excessiva no diagnóstico clínico e na visualização da deficiência como uma natureza trágica e inibidora da humanidade em devir. A deficiência torna-se, sob a alcunha médica, um problema do indivíduo, os quais devem assumir a responsabilidade por sua situação. Eles passam a ser vistos como culpados pelos contínuos fracassos de sua inserção ao corpo social.

Sobre esta culpabilização e medicalização da deficiência se assenta o modelo individual que tem marcado decisivamente a interpretação sobre aludido fenômeno nas sociedades modernas. Em níveis de tendência, indubitavelmente a explicação sobre a deficiência tem se deslocado do campo místico e religioso para o terreno da biologia e medicina. Referida convergência pode ser observada, inclusive, na análise de fenômenos intensamente apagados de nossa história, tais como o espetáculo de teatralização das diferenças. Analisemo-los mais detidamente.

2.1. Como a deficiência tem sido interpretada tendencialmente ao longo da história

Desde o Egito imperial a sociedade apresentava alguns espetáculos envolvendo corpos definidos como bizarros e grotescos a fim de entreter o público, dentre os quais se encontravam diversas pessoas com deficiência física e sensorial. Tal prática se manteve firmemente na Grécia Antiga e em Roma, declinando em número de aparições somente no início da Idade Média, ressurgindo na Baixa Idade Média e ganhando mais força ainda na Modernidade. Assim, nos parece evidente que dentre os hábitos mais comuns manifestos pelas sociedades certamente um deles é teatralização das diferenças. O corpo considerado diferente em demasia era ridicularizado e utilizado como espaço preferencial da chacota e da comédia sobre a vida pública e privada, funcionando como uma espécie de anestésico social.

Estes espetáculos pareciam feitos no sentido de possibilitar o tecer das mais diversas caricaturas sobre tudo aquilo que a humanidade queria longe de si. A máxima contida em sua ideia era ‘nada é tão ruim que não possa ser piorado’. Como aponta Garland-Thompson (2001, p.43), “se a condição do escravo era indigna ao menos este era perfeito fisicamente. Pior se seu corpo apresentasse os aspectos daqueles miseráveis expostos em teatros públicos. Aí sim teriam que se lamentar”. Esta citação fornece uma mostra de que a vida para algumas pessoas com deficiência estava longe de passar em brancas nuvens. Como eram denominados etimologicamente tais corpos e pessoas? Monstros. E como pontua Foucault (2000a, p.61) “o monstro humano combina o impossível e o interdito”. De acordo com Júnior (2006, p.8), dentro da categoria monstros se

encontram presentes “(...) os cegos, zarolhos, corcundas, coxos ou que têm seis dedos na mão ou nos pés, ou menos de cinco, ou juntas unidas, ou braços muito curtos ou não tem braços, ou não tem pernas, ou o nariz muito encravado ou os lábios grossos e invertidos ou qualquer outra coisa contrária à natureza”.

O corpo definido como monstro propicia os sentimentos mais diversos na sociedade, desde o riso e a chacota, até o medo e o encantamento. De acordo com Claude Kappler (1994), esses seres incríveis, definidos como monstros, carregam a marca explícita de algo que está fora da ordem, além do natural e conhecido. Nesse sentido, os monstros abriam um universo de possibilidades sobre o humano médio que gerava concomitantemente um sentimento de sedução e profundo receio. Queria se estar perto e longe na mesma temporalidade. Sobre esta base não tardou para que a monstruosidade fosse encarada como uma transgressão das leis estabelecidas, visando, por meio de sua presença, inspirar temores e dúvidas.

Definir etimologicamente monstro não é das tarefas mais fáceis. Rosemaire Garland-Thompson (2001) destaca que tal palavra tem sua origem no latim *monstra*, significando a prática de mostrar ou apresentar algo. Cohen (2000), embora por outros caminhos, chega a uma definição similar, na medida em que para ele o termo monstro deriva do latim *monstrum*, ou seja, aquele que revela e adverte. Independentemente da raiz etimológica, monstro adquire o significado daquele que expõe algo, seja uma revelação divina, as infinitas e enigmáticas possibilidades da natureza ou mesmo aquilo que o homem poderia vir a ser. Como pontua Júnior (2006, p.8)

(...) não é apenas o terror que a figura monstruosa provoca. É também fascínio, encanto, dúvida, fonte de curiosidade e desejo. Por isso, desde a antiguidade até pelo menos o século XVI, os monstros no Ocidente também eram classificados entre as “maravilhas” ou “prodígios” do mundo e podiam evocar tanto o medo quanto a risada através de suas formas exageradas, assustadoras ou ridículas. Mais que uma simples imagem da ira divina ou mesmo da insanidade sexual dos homens, estes seres eram, antes de tudo, manifestações do poder incognoscível do mundo sobrenatural.

Como algo que expõe, exhibe, manifesta, a característica fundamental do monstro é dada pelo recorte de sua aparência física. Logo, o foco da diferenciação entre os corpos grotescos definidos como monstros e os normais reside na estrutura orgânica e material e não no caráter moral do humano. A aparência física define quem se enquadra neste conceito e quem não faz parte dele. Não por acaso, o lendário Quasímodo de Vitor Hugo foi definido como o Papa dos Loucos (o monstro por excelência) devido a sua corporeidade distinta e não usual.

Fora eleito o Papa dos Loucos. – Aleluia! Aleluia!” – gritava o povo de todos os lados. Era, com efeito, uma carranca maravilhosa a que, naquele momento, resplandecia pela abertura da rosácea. Não tentaremos dar ao leitor a ideia do nariz tetraédrico, da boca em ferradura, do pequeno olho esquerdo obstruído pela sobrancelha ruiva e emaranhada enquanto o olho direito desaparecia completamente sob uma enorme verruga, dos dentes desordenados, falhados aqui e lá, o esgar, aquela careta medonha, era o seu próprio rosto. Uma cabeça formidável, com uma cabeleira ruiva eriçada; entre os ombros, uma protuberância enorme que, com o movimento, percebia-se pela frente; um sistema de coxas e de pernas tão singularmente descambadas que apenas se podiam aproximar pelos joelhos e, vistas de frente, pareciam duas lâminas recurvas de foices, unidas pelo cabo, pés largos, mãos monstruosas; e, com toda essa deformidade, não sei que porte temível de vigor, de agilidade e de coragem (...) – É Quasímodo, o sineiro! É Quasímodo, o caolho! Quasímodo, o cambaio! Aleluia! Aleluia! (VITOR HUGO, 2006, p. 60).

A ascensão do cristianismo produz transformações no conceito de monstros. Em razão de os homens serem encarados como filhos e semelhantes a Deus, cuja imagem porta perfeição nos traços, aqueles com corpos diferentes foram considerados como não semelhantes ao criador, portanto, não filhos. Se não eram filhos de Deus, sob a prescrição do maniqueísmo característica da sociedade de outrora e também da contemporânea, apenas podiam ser considerados criaturas malignas. Se até o século XIII o corpo monstruoso era encarado mais pelo lado cômico do que propriamente malfazejo, isto se inverte de maneira sutil desde esta data, período no qual as maravilhas e prodígios já não são mais encarados como ambíguos, mas, sim, como seres maléficos e essencialmente perigosos.

De acordo com Júnior (2006, p.11), “a partir deste período, com a dominação da ideologia cristã na Europa, a estranheza do “fantástico” vai ser substituída em grande parte pelo temor do maligno”. Quanto mais avançamos na história maior é a relação que se faz entre os monstros como símbolo do maléfico graças à identificação da deformidade com o demônio. Contudo, é importante citar que mesmo na vertente unicamente deletéria do corpo monstruoso, como o pensamento configurado na baixa Idade Média, sua classificação ainda se apoiava na corporeidade (KAPPLER, 1994). Um exemplo desta situação pode ser encontrado em Shakespeare (1965), dos grandes dramaturgos da história da humanidade, que ao criar a personagem Duque de Gloster, futuro Ricardo III, delineia este como se o mesmo manifestasse pelo corpo a malignidade da alma.

Olho e vejo como fui cunhado de maneira tão grosseira. Eu, que me acho falto de proporção, logrado em tudo por uma natureza enganadora, deformado, incompleto; antes do tempo lançado ao mundo vivo, apenas feito pela metade, tão monstruoso e feio que os cães me ladram se por eles passo. Nenhum homem pode ser amado e admirado sob estas condições. O espírito acompanha o corpo (SHAKESPEARE, 1965, 58).

Efetivamente a deficiência não passava despercebida nestes tempos históricos e a deformidade do corpo era vista em termos sinonímicos a deformidade da alma. Prova disso está em que, de acordo com Minois (2003, p.227), mesmo o famoso bobo da corte ou bufões, supostamente classificado como deficiente intelectual, representava “a pessoa mais feia ou fisicamente estranha da região”⁹. Débil mental, o bobo é também escolhido por sua deformidade: os reis fazem coleções de anões e de aleijões que trocam entre si, e o rei da Escócia, Jacques IV (1473-15130), podia se vangloriar de possuir um verdadeiro monstro composto de dois corpos incompletos unidos na parte superior”.

Devido a sua deformidade, primeiro física, depois intelectual (embora não necessariamente), o chamado bobo passava a viver na corte para divertir os reis e aqueles que frequentassem este espaço, assim, eram alvos constantes de ofensas, chacotas e de toda sorte de desprezos por serem vistos como a encarnação daquilo que há de mais ridículo, estúpido e maléfico no *ethos* humano. Parcela significativa do universo do cômico e risível estavam centrados sobre esta figura. Contudo, como aponta Júnior (2006, p.13), esta figura assumia um papel ambíguo derivado de sua própria condição social, na medida em que

Eram os únicos naquela estrutura social que podiam criticar e ridicularizar a todos indiscriminadamente, inclusive o próprio rei, rebaixando os detentores do poder, invertendo as hierarquias e dando voz a desejos proibidos. Como duplo grotesco do rei, todas as palavras proferidas por alguém monstruoso e repulsivo só podia realmente fazer rir. (...) Pela via da risada, o bobo expunha a verdade, que mesmo sendo agressiva, era perdoada por ser anunciada por um “louco”. Da mesma forma, esta capacidade de ver e expressar as ideias e desejos não confessos, conferem a estes seres desengonçados uma íntima associação com os poderes mágicos e sobrenaturais. Sendo um monstro, tem acesso às “verdades” ocultas dos homens.

De maneira paradoxal, estas pessoas situavam-se no extremo limite da exploração e da liberdade de opinião, da privação e expressão. Destaca-se assim um papel muitas vezes impensado, a citar, das pessoas com deficiência como primeiras e principais críticas das sociedades de corte. Se muitas das principais críticas sociais de outrora passavam pelo bobo da corte, conforme pontua

⁹ No entender de Nazário (1998), os bobos da corte ou bufões, como eram continuamente chamados no medievo, representavam figuras manifestas daquilo que poderíamos denominar de vida fora da ordem, do caos do espírito evidenciado na desorganização do corpo e da vileza da alma encarnada na feiura da aparência. Quanto mais corporeamente diferente, mais expressava a vida fora dos eixos. Quando os mesmos não eram encontrados naturalmente, de acordo com Nazário (1998, p.46), poderiam ser criados. “Desta forma, em algumas localidades como a Boêmia, crianças tinham os lábios cortados, as cabeças comprimidas ou eram fechadas em caixotes para que os ossos calcificassem e os músculos atrofiassem de maneiras disformes, dolorosas e, para a época, engraçadas”.

Minois (2003), constitui-se quase que como movimento lógico ver a deficiência nesse espaço sob outra perspectiva da comumente aceita. Explorados, sim. Oprimidos, sim. Passivos, jamais. A crítica fervilhava nos poros dos deficientes, movimento este duramente atravancado quando da implementação do sistema capitalista e da sociedade industrial.

Como bem aponta Foucault (2001), desde meados do século XVII, principia na Europa uma preocupação com o papel da população como fonte de poder e equilíbrio do regime monárquico. Nesse interstício, a atenção das classes dirigentes começa a se voltar não mais para a disposição de causar morte aos inimigos e detratores, posto se condensar na capacidade e habilidade para gerenciar, organizar, planejar e vigiar a vida dos súditos. Em tal contexto, uma problemática se torna fundamental, qual seja: De que maneira se pode lidar com múltiplos e tão variados corpos, gostos, desejos e intencionalidades? Como circunscrever estas diferenças em um campo administrável aos que detém os instrumentos de poder?

No entender de Foucault (1997), data desta época e preocupação histórica o início de um lento, longo e tortuoso processo de disciplinarização dos corpos e uniformização dos desejos, cuja gênese objetivava torná-los úteis e dóceis ao Estado em termos da exploração de suas forças objetivas e subjetivas. Exatamente em tal período começa a se popularizar em toda a Europa os famosos treinamentos militares cuja teleologia procura uniformizar os movimentos corporais, logo depois, a partir da introdução da Educação Física nas escolas europeias, a referida padronização se direciona também à população civil, contudo, a intencionalidade não estava em criar um corpo de excelência ao exército como se pensava anteriormente, mas, sim, um novo corpo para a indústria. Corpos medidos em seus milímetros pelo ajustamento a máquina e as técnicas de automação. Os corpos disformes foram submetidos basicamente a quatro situações: a) a incorporação em tarefas secundárias nas atividades laboriosas; b) a exclusão destas pessoas dos postos de trabalho e a tomada de uma vida reclusa em ambientes familiares; c) a institucionalização destes em asilos, manicômios, hospitais psiquiátricos ou casas de detenção; d) a transformação destes corpos em um verdadeiro negócio capitalista mediante sua exibição em eventos pagos, os famosos *freak shows*. Os três primeiros eventos são relativamente bem conhecidos no universo das pessoas que lidam com a temática da deficiência, entretanto, impera silêncio sobre o último termo, o qual retrata a mercantilização destes corpos por via da exposição abusiva, sua encarnação em um verdadeiro ato de comércio.

Estas exposições mercadológicas se tornam atrações populares nos primeiros decênios do século XVIII. Em 1723, de acordo com Semonin (1996, p.70), o *Daily Courant*, primeiro jornal londrino, cujo editor era o aclamado Daniel Defoe, anunciava um evento que ocorreria no Museu Público de Londres com a seguinte chamada “monstros de todos os tipos vão estar aqui, coisas

estranhas ao natural e a como elas acontecem. Imperdível.” O que eram seus monstros e coisas estranhas ao natural? Pessoas cujos corpos se apresentavam disformes aos habitualmente encontrados seja em termos físicos, raciais ou qualquer outra distinção que fosse considerada importante.

*Freak Shows*¹⁰ nada mais são do que a espetacularização das supostas anomalias físico-étnico-corpóreas e sua transformação em um grande negócio, não para as pessoas, exploradas em suas individualidades, mas àqueles que detinham os meios de produção do espetáculo. Esta verdadeira mostra de coisas estranhas ao natural, para utilizarmos um termo do *Daily Courant*, viajou por todo o Ocidente e construiu morada nos Estados Unidos, se firmando como um dos elementos mais característico da cultura deste país. De acordo com Júnior (2006, p.17)

Com o sucesso causado por estes “assombrosos fenômenos”, surge toda uma cultura de espetacularização do estranho e anormal como um negócio extremamente lucrativo, que vai estar na raiz da nascente cultura de massas. Nasce assim os *freak shows*, espetáculos em que são apresentados para apreciação pública todo o tipo de coisa estranha, esquisita ou bizarra, indo desde grosseiras falsificações como animais distintos empalhados e costurados juntos formando um ser só (como um monstro metade carneiro, metade girafa) até fetos humanos abortados e guardados em vidros com formol, ou uma mulher com três seios, além de representantes típicos de outras culturas, como um guerreiro zulu, esquimós ou mesmo uma senhora com alegados 120 anos de idade. (...). Apesar destes *shows* terem corrido o Ocidente inteiro, foi nos Estados Unidos que mais se desenvolveram, criando as bases de uma cultura da “anormalidade”. Entre 1840 e 1940, ocorre a “época de ouro” dos *freak shows* que, neste país, alcançam seu ápice na virada do século e durariam nesta forma até os anos 60 do século XX.

Contudo, como bem pontua Rosemaire Garland-Thompson (1996) existe uma clara e notória diferença entre os *freak shows* e os eventos desenvolvidos no medievo por intermédio da teatralização da vida real pelos bobos da corte ou bufões. Ambos, em sua maioria, eram deficientes físicos. Sobre isso parece haver poucas dúvidas. Entretanto, se os chamados bobos da corte eram definidos por um saber basicamente mitológico e religioso, em contrapartida, o mesmo não pode ser dito em relação aos monstros dos *freak shows*.

Garland-Thompson (1996), em estudo emblemático sobre os *freaks*, destaca que desde o final do século XVIII, período que marca a consolidação do sistema capitalista, o discurso oficial sobre os corpos e mentes essencialmente diferentes ou deformados, como indicavam os gestores e o

¹⁰ O termo *freak* pode ser encontrado na literatura desde o século XVII, especificamente na Inglaterra. Designava algo estranho e fantasioso, sendo que, de acordo com Garland-Thompson (1996), apenas em meados do século XIX passa a estar associado fundamentalmente à exposição de corpos, em especial, daqueles com anomalias físicas, embora sempre mantivesse o caráter do estranho e não casual. O dicionário Michaelis (1975, p.432) define *freak* como “1. Singularidade, excentricidade; 2. Capricho, fantasia, extravagância; 3. anomalia, aberração, monstruosidade; 4. aleijão, aborto da natureza. Adj. Esquisito, estrambólico, excêntrico, esdrúxulo, grotesco, singular.

público destes espetáculos, passa definitivamente das mãos do saber religioso para o campo médico, de explicação laica e secular. De acordo com a referida autora, acompanhado um processo cognitivo e cultural da referida época, os antigos monstros e bufões transformam-se em doentes e degenerados. No dizer de Semonin (1996, p.69) “(...) a “maravilha” tornou-se erro. Se no século XVII, o gosto por monstros tornou-se uma doença, agora o próprio monstro revela-se não mais que uma patologia”.

De maneira paulatina, as chamadas aberrações orgânicas vão decrescendo no gosto popular em virtude do fortalecimento do discurso científico que passava a entender estes corpos como entidades carentes em tratamento e não mais a ser encarados como mercadorias exóticas e motivos de exposição pública, as quais começaram a ser duramente criticadas. Na sociedade do trabalho não havia mais lugar para a balbúrdia e gostos cômicos duvidosos. O humano deveria concentrar suas forças na preparação de seu corpo para as atividades laboriosas, com isso, o tempo disponível fora do trabalho também foi visto sob a perspectiva de um instrumento que deveria ser utilizado para recobrar as energias despendidas nesta esfera. Criticavam-se quaisquer excessos e os *freak shows* materializavam a forma mais abusiva dos mesmos.

Na mesma proporção e velocidade em que os *freak shows* são contestados e, em diversos locais, proibidos, posto passarem a ser visto pela sociedade como apelativos e vulgares, cresce assombrosamente o número de presídios, hospícios e asilos objetivando cuidar das antigas populações exploradas pelos *freaks*, assim como de novos elementos que não se encaixam aos padrões impostos pelas atividades laboriosas. Muitos veem nesse direcionamento um aumento do processo que podemos chamar de humanização, mas esta suposta humanização se constitui em uma falácia, na medida em que a preocupação com os corpos e mentes disformes não está em sua integração social, mas, sim, em sua reclusão do universo público, o que pode ser tão ou até mais cruel do que as práticas dos *freak shows*.

De acordo com Garland-Thompson (1996, p.10) a proibição dos *freak shows* mostrou claramente a sociedade da época que “(...) aquilo que nós presumimos ser uma aberração da natureza era, ao invés disso, uma aberração da cultura.” Diga-se de passagem, décadas mais tarde, o processo de institucionalização gerado e aclamado por alguns como humanitário mais tarde também passou a ser visto como uma aberração da cultura. Estes elementos nos permitem visualizar que a vida das pessoas com corpos disformes, ao menos em sua grande maioria, não tem sido fácil ao longo da história, embora a exclusão das mesmas não deva ser vista como a totalidade das relações sociais da qual participa. Tal constatação nos permite estabelecer alguns paralelos com a própria história das pessoas com deficiência, mesmo porque a grande maioria das pessoas com corpos disformes seria contemporaneamente definida como deficientes físicos, além disso, alguns destes

retratos pintam as pessoas com deficiência como personagens importantes da história, o que se mostra digno de nota se considerarmos o silêncio em dados históricos na imensa maioria dos livros sobre a temática. Entretanto, a Idade Moderna merece uma descrição mais detalhada das relações que produziram e produzem o fenômeno da deficiência, mesmo porque ela ainda nos afeta diretamente.

De acordo com Stiker (2006), embora variável tanto em forma, como no conteúdo e grau em diferentes épocas e contextos em toda a Europa durante a Idade das Trevas e o período feudal, a percepção da deficiência tem sido relativamente consistente desde o iluminismo e a revolução industrial até os dias atuais. Esse suposto metanarrativo encontra acolhida em autores como Finkelstein (1980), Oliver (1990) e Gleeson (1999).

Tal tendência deve-se ao ambiente ideológico e cultural instituído pela modernidade e pelas alterações que acompanharam o desenvolvimento da sociedade capitalista. Durante o século XVIII pensadores iluministas produziram uma série de ideias progressistas, as quais incluíram uma crítica incisiva sobre as religiões estabelecidas, se passando a enfatizar o valor racional da ciência como âncora ao direcionamento do progresso social, cujo perfilhar deu origem as filosofias seculares. Dentre estas, a mais representativa e vista como marco teórico no que tange ao rompimento com a obra e as ideias religiosas é, sem sombra de dúvida, a teoria evolucionista de Darwin que aparece em cena no ano de 1859. Evolucionismo este que décadas mais a frente seria utilizado na formação do movimento eugênico (embora de forma inadvertida e sem qualquer amparo lógico nas ideias de Darwin, posto estas se direcionarem fundamentalmente sobre o reino da natureza), processo de graves consequências para a humanidade e, em especial, para as pessoas com deficiência.

No século XIX, em decorrência da industrialização, urbanização, expansão do trabalho assalariado e da crescente influência do conhecimento médico sobre a própria definição de ser humano, as pessoas com deficiência viram suas vidas transformadas em um verdadeiro inferno no sentido da luta por sua própria existência. Foram analisadas e classificadas de várias formas pelo saber médico e pelo novo *ethos* das atividades laboriosas, e, a partir daí, muitas foram separadas da comunidade a qual pertenciam mediante regime de internato. De acordo com Stiker (2006), este é o primeiro grande processo eugênico que se tem notícia na história da humanidade. A eugenia não começa com os judeus, e, sim, com os deficientes, sendo que sua herança se mostrou influente em diversos países, por isso, necessita de uma exploração mais detida que o simples citar de seu aparecimento.

O termo eugenia (bem nascer) aparece pela primeira vez em 1833 na obra de Francis Galton, intitulada "*Inquiries into human faculty and its development*". Galton é apontado como o precursor intelectual das ideias eugênicas ao destacar que, na luta pela sobrevivência, alguns indivíduos não

apenas eram menos valiosos como estavam fadados ao desaparecimento, fato que supostamente justificaria *in natura* a composição de uma ideologia da melhoria da raça humana, posto estar convencido de que era a natureza do indivíduo e não do ambiente determinava as habilidades humanas. Sob este matriz, tentou colocar em movimento o princípio de que a humanidade apenas seria melhorada mediante a prática de casamentos seletivos.

Seguindo este lastro “teórico”, o século XX presencia a transposição dos conceitos de Darwin da natureza para o social. Nasciam os sócio-darwinistas e com eles a ideia de que não apenas homens diferiam qualitativamente em termos biológicos de animais, vistos então como inferiores, mas que alguns humanos também diferiam biologicamente de outros, cuja analogia comparativa tendeu ao mesmo caminho da anterior. A difusão destes conceitos supostamente científicos, extremamente populares em países como Inglaterra, França, Itália, Estados Unidos e Alemanha, acrescidos da apropriação das ideias de Galton¹¹ criaram um terreno fértil para a proliferação de práticas insidiosas que hipoteticamente melhorariam a raça humana. Aos olhos das classes dominantes tais proposições eram extremamente aceitas porque ampliavam e justificavam a naturalidade da opressão que exerciam sobre negros, pobres, mulheres, deficientes, loucos, ciganos, enfim, contra aqueles definidos como mal formados. Nada mais útil a nascente burguesia do que apoiar uma posição que consolidava intacto seu poder ao defini-la em um patamar inalcançável para as classes populares. Foi assim que um mito encontrou terreno fértil para seu desenvolvimento como verdade.

As propostas de Galton foram consideradas como marcos da eugenia positiva, isto porque anos mais tarde, nos EUA, quando da apropriação das ideias de Mendel, elas foram modificadas no sentido de eliminação das chamadas gerações de geneticamente incapazes, a citar, os enfermos físicos, mentais e sensoriais, os negros e rebeldes, tidos como impossibilitados em se adequar as normas sociais. A este processo se deu o nome de eugenia negativa, realizada por meio da esterilização compulsória, da proibição marital, da eutanásia passiva, dos assassinatos em série, em resumo, por meio de métodos que visavam o extermínio.

No ano de 1907 a eugenia foi introduzida como matéria curricular obrigatória de alguns cursos da Universidade de Londres, esteada pela criação da sociedade eugênica inglesa, a qual

¹¹ Em seu último livro, um romance intitulado “*Kantsaywhere*”, Galton (1968) descreve uma utopia eugênica tomando como base o modelo de Thomas Morus, porém em direção completamente distinta. No romance, posteriormente ao exame das características genéticas, os habitantes de Kantsaywhere com material genético inferior eram destinados ao celibato e a colônias afastadas da comunidade, enquanto isso, aqueles considerados geneticamente capazes eram incentivados a se reproduzirem entre si.

influencia diretamente a formação deste mesmo movimento nos EUA em 1926¹², cujo primeiro ato se deu no separar das pessoas com deficiência da vida em comunidade. Na França, as pessoas com deficiência igualmente foram as primeiras a serem afetadas pelos ideais eugênicos. Oficialmente na primeira década do século XX, porém, tais processos, embora denominados sobre outras alcunhas, já são perceptíveis no pós-revolução francesa, ainda no século XVIII. Muitos alegarão que outras minorias sofrem depauperação em épocas anteriores¹³. E isso é inegável. Mas sob a justificativa médica, as mesmas apenas podem aparecer na modernidade. E muito provavelmente foram os deficientes que sofreram na carne as primeiras agruras de ideias posteriormente batizadas de eugênicas. Antes, durante e depois, as pessoas com deficiência ainda sofrem a marca de um pensamento que, de fato, nunca nos abandonou em sua plenitude.

O holocausto nazista também teve nas pessoas com deficiência um dos públicos diletos no envio a câmara de gás, e não só os judeus e ciganos como costumeiramente se acredita. Nesse sentido, nunca é demais lembrar que a primeira lei preparatória a eugenia alemã denominava-se “Lei da profilaxia dos descendentes com doenças genéticas ou lei de proteção da hereditariedade”, a qual previa a esterilização a força das pessoas com debilidade mental e física, dos esquizofrênicos, dos loucos e epiléticos¹⁴. Não apenas os judeus enfrentaram depredações das mais diversas possíveis pela inumanidade nazista, as pessoas com deficiência sofreram agruras similares, embora sem tanta repercussão midiática pós Auschiwitz, prova disso está no fato de aproximadamente 2 milhões de deficientes terem sido enviados a câmara de gás (OLIVER, 1996).

Todavia, engana-se quem considera que as ideias eugênicas tenham morrido com os campos de concentração. Elas se encontram vivas e tem nas pessoas com deficiência um de seus públicos mais cativos sobre o qual deságuam suas forças opressivas e exploratórias. Assim, não devemos nos esquecer que duas décadas após a derrocada nazista, Francis Crick conquista o prêmio Nobel em 1962 pela descoberta do DNA e profere o seguinte comentário a um jornal suíço “Estou

¹² No Brasil, a sociedade eugênica de São Paulo foi fundada em 1918, sendo o país o primeiro da América a ter um movimento deste tipo. O assunto mais divulgado pelos eugenistas brasileiros pode ser sintetizado na suposta ideia da formação de uma população sadia e sem conflitos, nas quais os físicos e mentalmente débeis, além de alcoólatras, prostitutas e loucos deveriam ser apartados da sociedade e impedidos de terem filhos, pois contribuíam para a degeneração da raça. O principal artífice destas pressuposições em solo pátrio foi Renato Khel, fundador da sociedade eugênica e seu maior entusiasta. Acreditamos que não há a necessidade de grandes esforços teóricos para visualizar o estado de relações que envolviam as pessoas com deficiência (SANTOS, 2005).

¹³ É singular, nesse sentido, que a publicação por Gobineau dos “Ensaio sobre a desigualdade da raça humana”, considerado o livro fundador do racismo moderno, data de 1853, portanto apenas vinte anos posterior a publicação da obra de Galton. Contudo, ao contrário de Galton, Gobineau apresentava dados de longa data na tentativa de justificar a prática do racismo e enfatizar a superioridade moral e intelectual da raça branca sobre todas as outras.

¹⁴ “Aqueles que têm má saúde física e mental não devem perpetuar seus sofrimentos nos corpos de seus filhos, por isso, o Estado alemão deve colocar o controle sobre a raça no centro de toda a vida?”. A frase é de Adolf Hitler em seu *Mein Kampf* (1983, p.56), escrito na prisão em 1925 e publicado em 1926, livro célebre por representar o mais genuíno guia ideológico de ação nazista.

extremamente feliz, isso representa o reconhecimento de uma vida dedicada à ciência (.....)”. Quando perguntado sobre em que seu projeto poderia contribuir para a melhoria da humanidade destaca, dentre inúmeros elementos, a importância de se acompanhar microscopicamente a gestação já que “(...) nenhum recém-nascido deve ser declarado humano enquanto não houver passado com êxito a certos testes relativos a seu patrimônio genético e, em caso de fracasso frente a tais controles, deveria ser privado do direito de viver” (CRICK apud SHAKESPEARE, 1996c).

Claro que tais ideias jamais se denominariam eugênicas por si próprias, mesmo porque seu corpus teórico sofreu intensos ataques após a Segunda Guerra Mundial e a mesma foi considerada como epítome de um pensamento que deveria ser superado. Isso fez com que o uso da palavra praticamente desaparecesse. Mas a humanidade, para nos valer de uma célebre assertiva marxiana, ainda retira sua poesia do passado, não se despojando da veneração ao mesmo, portanto, não permite aos mortos enterrarem seus próprios mortos e fenômenos passados abroham com outras roupagens e força assustadora. James Watson, descobridor da estrutura de dupla hélice do DNA, atualmente tem se caracterizado pela propagação de ideias absolutamente eugênicas, na medida em que seus supostos avanços científicos estão se dirigindo claramente a identificação de uma população de indesejáveis e sobrantes mediante a utilização de tecnologias que detectam doenças genéticas até mesmo antes do nascimento. Sem qualquer condenação a Watson, é importante frisar que esta é uma marca da nova modernidade a qual temos vivenciado e que certamente forma nossos gostos e julgamentos. A cada dia e com maior intensidade se procura controlar todos os fenômenos biológicos a nosso redor. O escrutínio a que somos submetido nunca foi tão invasivo, pois

À medida que diminui o número de filhos por casal, pressiona-se para que sejam cada vez mais perfeitos. Técnicas de diagnóstico pré-natal permitem detectar bebês com problemas genéticos, e embora a decisão sobre aborto terapêutico seja pessoal, difunde-se o conceito de que é cruel não levar em conta a qualidade de vida e que interrompê-la pode ser um ato de amor. Os pais também são levados a priorizar a qualidade de suas próprias vidas. Como saber, porém, o que faz com que a vida não mereça ser vivida ou não mereça ser cuidada? (GUERRA, 2006, p.5).

Essa problemática certamente não se mostra apenas como problema de corte hipotético, ele faz parte de nossa realidade. De acordo com Morris (1991), inegavelmente a autorização e incentivo a alguns abortos atuam em um claro sentido de eliminação da deficiência e do que difere de uma norma prefigurada. E não há nada de hipotético nessa suposição. Ela é empírica em todos seus termos, posto que, diversos abortos são tanto permitidos como incentivados por se acreditar que o nascimento de uma criança com deficiência representaria uma tragédia familiar de monta

significativa¹⁵. Para privá-los desta tragédia se autoriza o aborto. Entretanto, o nascimento de uma criança com deficiência é mesmo um drama ou a forma como a deficiência é encarada pela sociedade faz com que tal ato seja entendido como acontecimento nefasto? Estas são questões não postas pelos geneticistas.

Devido a estes elementos, consideramos o aborto direcionado a se evitar o nascimento de pessoas com deficiência uma prática que combina estratégias de arquitetura, engenharia e jardinagem anexadas ao saber médico e que tem por objetivo cardeal a edificação de uma ordem social artificial mediante corte daqueles elementos que supostamente não poderiam se adequar a realidade perfeitamente visada. Não será isto uma forma de eugenia? Possivelmente sim, uma vez que o fundamentalismo genético jamais deixou de ser uma mitologia naturalista utilizada para justificar a discriminação e exclusão social, por isso, a visão essencialmente distópica assumida pelos teóricos do modelo social quanto ao suposto progresso alavancado pela genética.

Muitos refutaram esta tese, tal como Bury (2001) e Williams (1999), por considerarem os procedimentos atuais essencialmente científicos. Não temos dúvida alguma de que a ciência é parte ativa deste julgamento. Entretanto, quem disse que a eugenia em seus auspícios constituintes estava separada da ciência? Ora, a antropometria no século XIX teve como uma de suas características mais marcantes o estudo comparativo de crânios objetivando destacar a superioridade da raça ariana e a conseqüente inferioridade da raça negra, de cujo formato craniano estaria mais próximo àquele encontrado em alguns macacos. Isso foi considerado altamente científico por quase um século e contestado de fato somente no pós Segunda Guerra.

A ciência atende a interesses essencialmente vinculados as classes dominantes, logo, seus produtos no mais das vezes objetivam melhorar esta condição de dominância. Não nos é motivo de tranquilidade a genética humana se declarar científica, pois os processos e mecanismos de exclusão contra as minorias têm assim se declarado desde longa data. A própria definição de deficiência, que tantos males têm causado a seus atores, ao deixar de ser interpretada como fenômeno religioso em direção a uma interpretação mais científica não tem se posicionado exatamente dessa maneira? Representa um avanço na condição da deficiência em termos históricos? Sob certo ângulo sim, mas se enganam os que pensam que tal inversão paradigmática rompeu com as práticas discriminatórias e segregacionistas. A opressão continua aí, porém agora se mostra mais resistente às críticas e a sua derrocada, principalmente pela expulsão das pessoas com deficiência dos universos laboriosos,

¹⁵ Não estamos questionado aqui a validade do aborto. Este é um tema deveras complexo para ser talhado em um único parágrafo. O que questionamos é a forma como a questão foi e vem sendo conduzida historicamente no sentido de que a última voz ouvida e aquela sopesada ao quadrado é sempre a do corpo médico, que se torna o senhor do destino de várias vidas. Evidente que a importância da medicina é incontestável, mas não podemos desprezar os saberes trazidos e objetivados por aqueles que vivenciam na pele a experiência da deficiência.

espaço de contestação histórico ao *modus operandi* societal e fundamental a própria humanização do humano.

Destarte, não necessariamente o caráter dominante assumido pelo saber médico significou uma efetiva transformação democrática no que tange as possibilidades de fruição e apropriação cultural pelas pessoas com deficiência¹⁶. Que se operou uma transformação na forma de entendimento da citada categoria na sociedade é incontestável, contudo, acreditamos que o enfoque biologicista não deve ser visto como a última palavra em termos de deficiência. Não há linearidade entre a predominância do conhecimento médico sobre o religioso como correlata a uma atitude mais democrática para com o fenômeno da deficiência.

Se olharmos atentamente para a história, perceberemos que muitas das profecias autorrealizadoras sobre a incapacidade de inserção social das pessoas com deficiência delinearam-se exatamente a partir da perspectiva médica. Perspectiva esta que definiu em termos de sinonímia deficiência e incapacidade. São termos absolutamente idênticos neste terreno, acentuados em contraposição a eficiência e a capacidade. Mantém-se um binarismo conceitual perverso que afasta o polo oposto dos usufrutos sociais mediante a definição de um tipo ideal, que reserva aos que se desviam dos padrões dominantes de comportamento, funcionalidade e aportes estéticos toda sorte de intempéries possíveis que dificultam sua plena inserção a sociedade.

No seio desta perspectiva é notória a transferência linear do não ajustamento social da pessoa com deficiência a sua fisiologia e corpo desviante, ou seja, direciona-se uma complexa questão social como sendo de única e exclusiva responsabilidade do indivíduo. Quando partimos de tal pressuposto normativo deixamos implícita a ideia de que a pessoa com deficiência apenas se integrará a sociedade quando transformar sua condição orgânica deteriorada e recobrar um suposto estado de normatividade. Logo, retira-se qualquer possibilidade de intervenção que não seja focalizada pelo saber médico. E é a este conjunto de prerrogativas apresentadas que Oliver (1986, 1990) intitula modelo individual da deficiência.

O corpo aludido de saberes gozou de prestígio inabalável até os estertores do século XX, quando em seu último quartil começa a ser criticado de forma visceral, ao menos no que se refere a naturalidade da discriminação sobre o deficiente. Não nos surpreende, portanto, que mesmo em áreas como a Sociologia, epistemologicamente interessada na produção simbólica e material dos

¹⁶ Ainda assim, no entender de Barnes (2009), o trânsito da narrativa mística, mágica ou religiosa para a médica e biológica deve ser considerado como importante avanço no que tange a melhor compreensão da deficiência e o próprio abrolhar de um modelo analítico mais complexo, tal qual o erigido pelos *Disability Studies*, raciocínio justificado pelo fato de que irrevogavelmente a deficiência possui uma dimensão biológica e sua análise deve se dirigir a ela em algum momento, fenômeno não observável na concepção místico-religiosa posto suas ideias se manterem no terreno da especulação e metafísica. Contudo, é uma dimensão biológica que não pode mais ser explicada pelas lentes da biologia, necessitando de uma distinta base epistemológica fincada na explicação sociológica do social e seus mais diversos produtos.

conflitos sociais, ecoassem e ainda ecoem vozes quase uníssonas de um discurso composto por falas teoricamente alheias a constituição histórica da deficiência, reiterando a posição tomada por Oliver (1996a) de que ao longo de décadas e mais décadas a deficiência foi tratada como um tema pré-sociológico por grande parte das ciências humanas e sociais, as quais a consideravam uma problemática social apenas quando a medicina a havia anteriormente diagnosticada e esquadrihada.

Não se parte de um alicerce carcomido de maneira impune, por conseguinte, as bases sociológicas ao interpretar a deficiência, quando raramente a mesma era considerada, em última instância, se reportavam aos interesses novidadeiros das definições médicas, destarte, fazia, se muito, uma sociologia colonizada pelos parâmetros do biológico. Era preciso conceber e não apenas descrever o fenômeno,urgia o delinear de um modelo social da deficiência.

3. OS CAMINHOS QUE LEVARAM A CONSTITUIÇÃO DO MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

Para Barton e Oliver (1997), até o início da década de 70 do findado século não havia qualquer estrutura concreta que pudesse se materializar em um corpo de estudos sistemático sobre a deficiência. A tendência da moda estava expressa na resignação social das pessoas com deficiência e na interpretação desta como tema sociológico pré-científico, elementos estes que sobredificavam a constituição de um movimento efetivamente político com vistas a transformação social.

Porém, tal disposição não tardou em ser alterada. O maio de 1968, ou melhor, os maíes de 68, pois foram vários na extensão da Europa (Paris, Praga, Bruxelas, Roterdã, Viena, Berlim, Madri, Roma), quebraram o curso natural dos acontecimentos, configurando-se como um daqueles meses que fizeram história. Sua duração ultrapassa a temporalidade que o cerca, uma vez que os acontecimentos ali abrolhados exerceriam profunda influência na constituição social vindoura. Claro que os anos têm 12 meses, os meses 30 ou 31 dias (exceto fevereiro) e os dias 24 horas, mas há meses que valem como décadas e dias que pesam por anos devido à intensidade dos acontecimentos e suas consequências. Este é o maio de 1968, período no qual a história se acelera e tudo que parecia anteriormente duvidoso, torna-se, de súbito, plausível.

Contestação, resistência, revolução e rebeldia se tornaram palavras de ordem no ano que jamais acabou, para nos valer de um termo de Zuenir Ventura. O denominador comum residiu no brado contra as instituições e as estruturas que circunscreviam as mais distintas subjetividades. É proibido proibir se corporifica como a máxima de toda uma época.

A complexidade envolta sobre este período gera fascínio em seu descrever mesmo quatro décadas após sua erupção. A insurreição movida pelos jovens sem qualquer projeto político central e mobilizador ainda é vista como enigmática por uma gama de intelectuais acostumados a revoluções tencionadas sob diretrizes anteriormente estabelecidas. Como pontua Hobsbawm (2002, p.277-278)

(...) não seria realmente possível ver utopia na antinomia geral de slogans como “É proibido proibir”, que provavelmente se aproximava do que sentiam os jovens rebeldes – tanto em relação ao governo, como em relação aos professores, aos pais ou ao universo. Na verdade, não pareciam estar muito interessados num ideal *social*, comunista ou de outro tipo, distinto do ideal individualista de livrar-se de tudo o que se arrogasse o direito e o poder de impedir-nos de fazer o que nosso ego ou id desejasse fazer.

Todavia, a inexistência de um programa político prévio não deve ser vista como uma falha, tal qual induzem algumas ortodoxias, mas, sim, como uma bandeira que se contrapunha diametralmente a uma definição imediata dos objetivos e caminhos a serem traçados, os quais poderiam ser paralisantes e afugentar significativa parcela dos jovens que ali se propuseram a estar. Nas palavras de Cohn & Pimenta (2008, p.20-21),

A única chance do movimento é exatamente essa desordem que permite às pessoas falar livremente e que pode desembocar, por fim, em certa forma de auto-organização. Ante a repentina liberdade de palavra em Paris, torna-se necessário em primeiro lugar que as pessoas se expressem. Dizem coisas confusas, vagas, com frequência sem interesse, porque já foram repetidas cem vezes, mas isso lhes permite, depois de ter dito tudo isso, colocar-se a seguinte pergunta “E agora?” Somente depois é que se poderá falar de programa ou de estruturação.

Esse é o brilho que irradia o maio parisiense de 1968, o qual, no entender de Sartre (1978), renega tudo o que fez da sociedade o que ela é, denotando a expansão do campo do possível, seguramente a maior conquista deste período. Abrem-se originais janelas e, por conseguinte, outros devires. Surgem novos sujeitos da história (os negros, as mulheres, os homossexuais) e com eles inéditas contestações às discriminações institucionais e pessoais que se enraízam nos ínfimos recônditos da sociedade capitalista, cujo aparecer representa, de acordo com Sartre (1978, p.87), o “grande legado deixado por aqueles dias fervilhantes. A marca de sua vitória no tempo”. Ora, mas o movimento não foi suprimido e derrotado? Sim e não.

O Maio de 68 materializou uma revolução política derrotada, na medida em que De Gaulle e o regime da V República continuaram em pé, ainda assim, jamais deixará de ser visto como uma revolução, pois, no entender de Arcary (2008, p.204), mesmo derrotado

(...) abriu caminho para reformas, entre elas, mudanças socioculturais progressivas que eram inadiáveis. Os direitos da mulher passaram a ser parte da agenda política: o direito ao divórcio, a legalização do aborto, a criminalização da violência doméstica, entre outros, encontraram reconhecimento legal, mais rápido ou mais lentamente, em inúmeros países. Os direitos da juventude foram também ampliados. Tais reformas não foram obra da contrarrevolução: foram, essencialmente, um subproduto da revolução.

Esta vitória está em estrita relação às vozes dos insurretos de Paris. Seu sufocar e posterior derrota jamais apagará a vitória e as consequências ali produzidas. Tão logo da dissipação simbólica e cultural deste período absolutamente notável presenciamos a saliência de uma maior politização

dos movimentos de pessoas com deficiência em quase todo o mundo, tomando por temas questões como a pobreza, a pouca democracia social e a problemática dos constantes encarceramentos em estabelecimentos residenciais. Aproveitando as convulsões políticas e o fortalecimento do ativismo como forma de intervenção social, na Grã-Bretanha, as pessoas com deficiência tornaram seu movimento altamente politizado e militante, cujo combate inicial se estabelecia contra a colonização da deficiência expressa por organizações indiferentes à mesma¹⁷.

Se o dever que devemos a história é reescrevê-la, as pessoas com deficiência deveriam imperiosamente reorganizar a forma como eram interpretadas pelas múltiplas literaturas, para tanto, como primeira tarefa de sua agenda reivindicaram o direito de serem atores de sua própria história de uma forma que transcendesse as tão habituais escritas autobiográficas sobre a hercúlea tarefa de superação da deficiência, posto estas reiterarem sobremaneira a teoria da deficiência como tragédia pessoal. Ora, se a deficiência é vista como uma forma de tragédia pessoal tal significação tem implicações concretas nos serviços destinados a estes sujeitos e na própria forma como os não deficientes se relacionam com eles. Dentre outras coisas, como tragédia, tal qual uma enchente, um terremoto, um tornado, se justificam medidas de corte caritativo e assistencial, tornando a temática mais uma questão de boa vontade que um problema político.

Em segundo lugar, se é a deficiência uma tragédia a primeira coisa que devemos fazer é não medir esforços para que a mesma possa ser evitada, assim como qualquer catástrofe natural. Prevenção que se dá nos ambientes de trabalho, na alimentação, nas escolas, universidades e, inclusive, nos sistemas de saúde. O próprio pré-natal, de indiscutível validade, tem sua gênese histórica na Holanda, desenvolvido no afã da construção e utilização de técnicas que pudessem determinar quais tipos de vida valiam ou não a pena ser vividas, o que inegavelmente envia uma mensagem muito poderosa para as pessoas com deficiência desde o momento que nascem.

Terceiro, se a deficiência é uma tragédia e mesmo com todas as tentativas de se evitá-la ela se faz presente, torna-se imprescindível a criação de mecanismos e ferramentas para que a mesma seja tratada e curada, objetivando sanar o problema. O papel de protagonista do saber médico e de seu corpo de profissionais salta aos olhos. Se a cura não é possível deve-se remediar tal condição

¹⁷ Importante citar que, entre as décadas de 60 e 70, uma literatura mais crítica sobre as pessoas com deficiência também começa a aparecer em cena, cabendo ressaltar a obra de Hunt (1966), intitulada “Estigma”; o emblemático livro de Robert Scott, publicado no ano de 1969 nos EUA, denominado “A fabricação dos homens cegos”; em que o autor descreve como a organização das fábricas norte-americanas transforma cegos em pessoas que não podem ver ou nada sentir; temos também a coleção editada por Gary Albrecht em 1976, intitulada “A sociologia da deficiência física e reabilitação”. Datam ainda dessa época as obras “O significado da deficiência” de Mildred Blaxter em 1976 e “A pobreza no Reino Unido” de Peter Townsend em 1979. Como contribuição em comum destas obras podemos citar a crítica ao discurso biomédico como marco explicativo sobre a deficiência, além de materializarem a consolidação de outra alternativa teórica para a explicação da mesma, agora advinda das ciências sociológicas. Este corpo de conhecimentos legais e literários será fundamental no processo de constituição e crítica a sociedade manifesta pelos estudos sociais da deficiência (PRIESTLEY, 1999).

mediante estratégias de reabilitação para que tais pessoas funcionem de forma mais similar possível àquelas definidas como normais. Em síntese, no quadro da deficiência como tragédia pessoal a mesma é, na melhor das hipóteses, tolerada. Evidente que não pretendemos sugerir que a prevenção, a cura, reabilitação e o acompanhamento médico são em si elementos maléficos. Mas eles representam uma imagem incompleta da questão, são parte e não o todo. Em virtude destes elementos, era preciso criar uma literatura sobre outras bases e que viesse a fortalecer os movimentos sociais na luta por direitos sociais.

Nesse contexto, abrolham ainda na década de 70 os chamados *Disability Rights Movement*¹⁸ em diversas localidades do globo, adquirindo destaque pela forma de atuação e contestações promovidas pela britânica *Union Physical Impairment Against Segregation*¹⁹ (UPIAS) e a norte-americana *Independent Living Movement*²⁰ (ILM), todas coordenadas e compostas por pessoas com deficiência.

Apesar de distantes geograficamente, uma ideia comum estabelecia um elo entre os citados movimentos, qual seja: o pressuposto de que as pessoas em situação de deficiência eram marginalizadas pela sociedade da qual faziam parte e que a genealogia deste processo denegatório deveria ser buscada tanto na arquitetura social/cultural/atitudinal desenhada para atender exclusivamente a um suposto padrão de normalidade como na equivocada ideia expressa pelo saber médico de que a deficiência e sua suposta desvantagem intrínseca é um problema decorrente unicamente da lesão, uma questão individual de cuja reparação permanece na dependência da eficácia de práticas terapêuticas reabilitadoras.

Contra estas concepções, tidas por diversas vezes como naturais, a UPIAS e a ILM se interpõe e criam uma espécie de vínculo afetivo, ainda que o mote teleológico da primeira estivesse em desenvolver um arcabouço que pudesse ser denominado de interpretação sociológica da deficiência e a contestação da sociedade presente, enquanto a segunda tinha claramente o anseio em constituir um modelo heurístico pautado na elaboração de políticas, logo, situada dentro da ordem, contudo, ainda assim, esses objetivos são complementares e interatuantes, não havendo qualquer contraposição flagrante entre um e outro. O processo de comunhão política existente entre os movimentos fez com que os mesmos unissem forças mediante seu entrelaçar na fundação do *Disabled People's International*²¹ (DPI).

A DPI tem como principal bandeira a inversão radical da relação de subordinação até então existente entre as pessoas com deficiência e o corpo de profissionais oriundos da área da saúde. De

¹⁸ Movimento pelos direitos do Deficiente.

¹⁹ União Dos Deficientes Físicos Contra a Segregação.

²⁰ Movimento pela Vida Independente.

²¹ Internacional das pessoas com deficiência.

acordo com esta organização apenas os deficientes podem falar sobre a experiência da deficiência, pois somente eles estariam aptos a versar sobre este conteúdo (DPI, 2010). À primeira vista tal perspectiva parece engendrar uma espécie de encastelamento maléfico a qualquer movimento que se deseja fortalecer na luta por direitos sociais, contudo, se olharmos atentamente para o contexto no qual o mesmo se desenhava veremos que a assertiva é plenamente compreensível devido ao fato de historicamente ser negado ao deficiente o direito irrevogável de falar sobre si próprio. Sob esta composição repressiva, talvez pouco adiantasse solicitar uma igualdade de posição. Era preciso ir além, se impor como única voz para tornar-se uma das vozes a serem ouvidas. Negar a negação para aparecer como síntese.

Indubitavelmente, a DPI se configura como um marco na composição de movimentos sociais ao ser composta exclusivamente por deficientes. É um *movimento de pessoas com deficiência para pessoas com deficiência*, que buscou, no entender de Osamu (1995, p.125), “o direito inalienável de decidirmos sobre nosso próprio futuro e fazermos escolhas, independentemente dos riscos contidos nas mesmas. E no mundo ideal, que nosso conhecimento também seja utilizado como mediador da prática médica”. O conjunto dos movimentos mencionados redimensionou o significado da deficiência. De acordo com Barnes (2007, p.56)

Há não muito tempo atrás uma das características mais importantes e definidoras em ser uma pessoa com deficiência foi a quase certeza de que não seria permitido as mesmas viver de forma independente. Ambientes foram construídos sem referência às nossas necessidades, sendo negado, inclusive o direito de se viver em comunidade. Nossos direitos eram vistos de forma antagônica àqueles expressos pelas pessoas sem deficiência. Para a imensa maioria das pessoas com deficiência, dentre as quais me incluo, esta situação perdeu de forma quase intocada até a década de 80 do recém-terminado século. Apenas a partir daí a ideia de vida independente passou a representar algo mais que um sonho. Podíamos senti-la e desejar que a mesma se tornasse carne. E isto pode ser encarado como um produto fundamentalmente gestado na esteira dos movimentos sociais de pessoas com deficiência. Apenas quando conseguimos nos autorrepresentar que nossos desejos passaram a ser vistos não mais como algo irrealizável. Quando os outros falavam por nós, nossas necessidades mais capitais eram deixadas de lado e vistas como frutos de utopias inalcançáveis e inconciliáveis aos interesses da sociedade. Os movimentos sociais dão um basta nessa excrescência. Falamos e decidimos por nós. Nada sobre nós sem nós. A imposição destas vozes, imposição mesmo, pois exigimos e não pedimos para ser respeitados e ouvidos, permitiu diretamente que nos últimos anos um número cada vez maior de pessoas com deficiência pudesse viver independentemente. E esperamos que em um futuro próximo um número significativamente maior de deficientes possa ser capazes de desfrutar deste direito e de uma nova estrutura social que efetivamente considere nossas necessidades como dignas de serem supridas.

Posto isto, é importante frisar, como aponta Barnes (2007) que a ideia de autonomia e vida independente para as pessoas com deficiência evoluiu no interior dos movimentos sociais

organizados pelos mesmos e não em virtude de uma demanda da sociedade sã e normativa. Este foi um caminho sem volta. Sob a companhia deste verdadeiro terreno de conquistas, faz-se importante comentar mais detidamente sobre os dois principais movimentos de pessoas com deficiência rastreados na sociedade americana e britânica respectivamente, uma vez que os mesmos exerceram influência sobre o restante do mundo na consecução de políticas voltadas especificamente para a população retratada. Referimos-nos ao ILM e a UPIAS.

O ILM, enraizado ideológica e culturalmente nas tradições da sociedade ocidental, tem na noção de vida independente sua pedra angular, cuja estruturação orgânica representa um radical desafio ao pensamento convencional sobre a deficiência. Engloba, tanto em termos práticos como teóricos, um conjunto de soluções para as privações econômicas, culturais e comunicativas vivenciadas pelos deficientes e suas famílias ao redor de todo o mundo. A frase “vida independente” com objetivos explícitos no que tange a formação de movimentos sociais foi proferida pela primeira vez em língua inglesa no ano de 1970, contando de imediato com larga aprovação dos grupos de ativistas já existentes.

Apesar das diferenças terminológicas há certo acordo entre ativistas com deficiência que a filosofia da vida independente se assenta em quatro princípios básicos: a) que toda vida humana, independentemente da natureza, complexidade ou gravidade do comprometimento é de igual valor e merece ser vivida; b) que todos possuem capacidade e o direito de fazer suas próprias escolhas e exercerem controle sobre suas vidas; c) que a opressão é injustificável, qualquer que seja sua materialidade expressa; d) independentemente da diferença apresentada, os deficientes tem o direito a tratamentos médicos adequados e a participar plenamente em todas as áreas e atividade sociais, econômicas, políticas, culturais, lúdicas e laboriosas, ou seja, de estarem incluídos em sua plenitude ao corpus social.

Sob os lineamentos da citada filosofia se fundam os “Center of Independent Lives - CILs²²”, os quais, em contraste com agremiações anteriores que se valiam de tratamentos médicos e terapias em contextos institucionais como forma educativa no trato com a deficiência, cujo resultado apontava a remoção de seus sujeitos da vida cotidiana, destacavam a necessidade de reconfigurar tais espacialidades. Os CILs se espalharam por todos os cantos do mundo, sendo que de acordo com Charlton (1999), a quase totalidade da Europa Ocidental possuía em cada país uma organização deste tipo. Parte da razão para este sucesso aparente e sem paralelos no terreno da deficiência está

²² Centro de vida independente.

iretamente relacionado ao apelo quase que universal que o conceito de vida independente exerce sobre a cultura ocidental²³.

Por se tratar de um programa dentro da ordem que não questiona radicalmente a estrutura social posta, os centros de vida independente tomam como objetivo final a mudança significativa a nível governamental no que tange a constituição de uma nova cascata de serviços (desde os essencialmente médicos ou similares até os políticos e sociais) destinados as pessoas com deficiência, os quais ampliem a possibilidade de atendimento das mesmas.

Conveniente ressaltar que a estrutura teórica do benefício de prestação continuada paga a pessoas com deficiência que não podem ascender às esferas laboriosas em diversas partes do mundo tem sua propositura intelectual erigida a partir dos conceitos acima destacados. A Inglaterra foi o primeiro país a registrar a existência de tal benefício intuindo que as pessoas com deficiência pudessem pagar e, conseqüentemente, controlar os sistemas de apoio que utilizavam conforme suas necessidades. Objetivava-se, assim, que pudessem alcançar a independência e um estilo de vida próprio proporcional àqueles obtidos pelos não deficientes (MERCER, 2002).

Logo depois, processos semelhantes são presenciados na França, EUA, Suíça, Alemanha, Áustria, Itália, Canadá, Brasil, entre outros. O julgamento que destacava quais as pessoas com deficiência teriam direito ao benefício ficava a cargo do corpo médico, os quais determinariam, a partir das gramas de normalidade ou anormalidade, se a mesma estava apta ou não ao trabalho. Constatada a inaptidão, poderia receber o benefício, mas ficaria impedida de trabalhar. Como o montante do valor total dos benefícios costuma ser extremamente baixo o mesmo está longe de sanar os problemas que teoricamente seriam equacionados com sua existência. Quando o trabalhador fosse marcado como apto por uma junta médica deveria se encaixar em algum setor da produção no qual conseguisse realizar suas tarefas sem qualquer impedimento. Não se problematiza o ambiente, tampouco a função destinada à pessoa com deficiência. Basta inseri-la nas espacialidades.

Destarte, sobre este arranjo orgânico, prevalece o modelo individual, o saber médico e certa pecha do assistencialismo e opressão como se fossem intrínsecos a existência fenomênica da deficiência. Este talvez seja o maior problema dos centros de vida independente, a citar, resolver um problema pela metade sem se aperceber que a criatura acabou por cooptar o criador, posto que ao governo tal política se mostrasse extremamente eficaz para seu próprio fortalecimento. Gastava-se

²³ No Brasil, o Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro (CVI-Rio), criado em 1988 foi o primeiro CVI da América Latina (<http://www.cvi-rio.org.br/>). Atualmente, notamos a presença de CVIs em outras cidades brasileiras, como Maringá, São Paulo, Belo Horizonte e Campinas.

pouco, cumpria-se com obrigações democráticas, evitava-se críticas e ainda se ganhava votos. Nada mais tentador.

Não tardou para que tal perspectiva começasse a ser criticada no terreno da academia. Davis (1999) destacou a necessidade de se despir deste olhar de Poliana para que a contenda intelectual proposta nos CILs e na ideia de vida independente não seja incorporada como a última palavra em termos de transformação social. Primeiramente, a vida independente tem sido historicamente reclamada tanto pela direita como pela esquerda, o que parece no mínimo estranho. Em segundo lugar, as discussões sobre a vida independente têm caminhado para a materialização da liberdade do poder de compra. Ser independente se resume basicamente a ter liberdade para comprar. Em terceiro lugar e, como consequência dos dois elementos anteriormente citados, destacamos que o movimento pela vida independente acaba por ter um apelo especial em defesa dos fundamentos ideológicos do capitalismo e da lógica do mercado. A ideia da década de 60 era muito clara, a citar, que todos pudessem gozar do *American Way of Live*²⁴, e a liberdade que tanto propalavam não era nada mais de que a liberdade do ter, de poder comprar e exercer a soberania do ato consumidor. Em virtude destes elementos, Williams (1999) aponta que a filosofia e as políticas do ILM favoreciam somente um pequeno número de pessoas com deficiência, nomeadamente jovens, homens, brancos e de classe média ou alta, ainda assim, isso não apaga, em hipótese alguma, os benefícios trazidos pelo movimento.

É preciso relativizar algumas críticas, embora não devam deixar de ser feitas. Mostram-se impactantes as palavras de Barnes (1995, p.123), uma das âncoras dos estudos sociais da deficiência e das figuras mais emblemáticas na crítica ao modelo individual, ao afirmar que

A América durante a década de 1970 é especialmente importante para as pessoas com deficiência por causa do crescimento nacional de Centros de Vida Independente (CIL). As CIL's se mostram admiráveis porque demonstraram conclusivamente que as pessoas deficientes podiam executar seus próprios serviços de apoio. Podiam viver independentemente tal qual a imensa maioria das pessoas consideradas sãs. Até então ninguém acreditava que tais pessoas fossem capazes de assumir o controle de suas próprias vidas e viver dentro da comunidade da mesma forma como todos os outros. Portanto, esta é uma contribuição indelével e indiscutível. Tais centros estimularam o desenvolvimento dos estudos sobre a deficiência aqui do outro lado do Atlântico, permitindo que as pessoas com deficiência se tornassem mais organizadas a nível nacional e internacional.

Em Londres, desde a profusão do conceito de vida independente, a imensa maioria dos teóricos optou por substituir o termo independência por integração ou inclusão no sentido de

²⁴ Jeito americano de viver.

caracterizar a filosofia e o objetivo que cercavam sua luta. Tal etimologia tem um apelo muito mais acentuado nos setores de esquerda do que o termo independência, excessivamente preso as correntes do capital. O modelo social, raiz analítica direcionadora deste trabalho, realiza esta torção. Raramente se fala em independência por ser um conceito considerado demasiadamente burguês. Descrevamos agora os passos constituintes da UPIAS.

3.1. Passos constituintes da UPIAS

O ano de 1962 é emblemático quanto à constituição de um trilhar que dera origem a UPIAS. Data desta época o aparecimento, na Inglaterra, de um grupo de pessoas com deficiência física, residentes na instituição *Le Home Court Chesrire*, o qual reivindica uma série de direitos e transformações no ambiente que os circunscreviam, principalmente no que dizia respeito à exigência de uma maior autonomia nas escolhas sobre as atividades realizadas. De acordo com Hunt, líder do grupo e falando em seu nome, com esta tomada de posição

(...) queríamos ter representação na gestão da instituição, controle sobre nossa liberdade individual, expressa em liberdades como escolher a nossa hora de dormir, ingerir bebidas alcoólicas, liberdade para se relacionar e fazer sexo sem interferências, liberdade para sair do prédio sem ter de notificar as autoridades. (HUNT, 1981, p.38).

A repercussão de tal posicionamento foi enorme na mídia britânica à época, devido a isso, Eric Miller e Geraldine Gwynne, membros de um Instituto de Relações Humanas londrino, foram convocados para assessorar os diálogos entre a instituição e o grupo de residentes. Miller e Gwynne ouviram atentamente as reclamações do grupo liderado por Hunt e, a partir daí, realizaram um estudo trienal em 22 instituições destinadas ao acolhimento de pessoas com deficiência, cujas análises assumiram uma postura diametralmente oposta àquelas pretendidas pelo grupo de residentes de Chesrire, tornando-as uma espécie de ato utópico e irrealizável (HUNT, 1981).

Do referido estudo, Miller e Gwynne (1974) retiraram o corpo teórico de sua obra mais importante, intitulada “*A life apart*”²⁵, a qual tem por argumento chave o destacar da impossibilidade de as pessoas com deficiência terem qualquer vida social e serem incorporadas plenamente nas esferas laboriosas e culturais, raciocínio delineado mediante um solene ignorar das vozes destes autores nos debates citados em razão da hipotética “ingenuidade dos argumentos e a clara irracionalidade que marcava o comportamento dessas pessoas. As ouvíamos, pois assim

²⁵ Uma vida a parte.

deveríamos, mas não as levamos em conta. O importante é quem fala por elas, nesse caso, as instituições e o corpo de profissionais que nela trabalha” (MILLER E GWYNNE, p.1974, p.3).

Partindo desse pressuposto profundamente unidirecional, os resultados e conclusões a que chega a obra é da incapacidade flagrante de as pessoas com deficiência gerirem suas próprias vidas. A pesquisa realizada por Miller e Gwynne (1974) acaba por reforçar a ideia da deficiência como um problema individual, despolitizando de maneira simplista a luta empregada por aqueles que vivenciam esta condição ao considerá-la como obra de devaneios.

Inaugurando uma nova e profícua etapa na pesquisa sobre a deficiência, mas fundamentalmente, se revoltando contra essas conclusões e com o desfecho dos diálogos erigidos entre o grupo de Chesire e a instituição, francamente favoráveis a última em virtude da posição assumida por Miller e Gwynne, Hunt publica em 1966 sua obra prima, intitulada “Estigma: a experiência da deficiência”, que além de apontar os estigmas experienciados pelas pessoas com deficiência demarca a necessidade da luta pela mobilização coletiva contra qualquer forma de opressão social. Posteriormente, no ano de 1981, divulga o texto “*Settling Accounts With The Parasite People: A Critique of A Live apart By E.J. Miller and G.V. Gwynne*²⁶”, no qual responde diretamente e de maneira radical as conclusões chegadas por Miller e Gwynne e chama de parasitas os pesquisadores que se utilizam dos grupos minoritários, em especial as pessoas com deficiência, como uma espécie de população predisposta a práticas e intervenções laboratoriais das mais diversas a fim de produzirem dados para futuras publicações que não se reverta em qualquer benefício aos sujeitos pesquisados.

Em tal texto, Hunt (1981) rebate a suposta neutralidade adotada por Miller e Gwynne ao destacar que em um contexto claramente opressivo, como o era das instituições residenciais, adotar uma postura neutra significa inevitavelmente assumir a perspectiva dos grupos dominantes, logo, contribuir para a perpetuação do sistema que estabelece as condições aviltantes destacadas. Para Hunt, “A life apart” e sua suposta neutralidade e objetividade científica, além da proclamada imparcialidade de seus argumentos, produz a ideia já deveras conhecida de uma suposta causalidade entre lesão, deficiência e desvantagem social, assim, sua neutralidade toma partido explícito de uma posição, qual seja: a da verdade incondicional do modelo individual, não existindo nada de imparcial neste comentário, e sim, seu perfilhar a uma arquitetura teórica que oprime as pessoas com deficiência e transforma o saber médico no único guardião da verdade sobre a mesma.

Na obra “Estigma: a experiência da deficiência”, o mais importante e impactante texto de Hunt, faz-se interessante ressaltar que a mesma represente, à época de sua publicação, uma espécie de ilha em um mar de literaturas eivadas sob o crivo da deficiência como tragédia pessoal. O texto

²⁶ Acertando as contas com os parasitas: a crítica de “A live apart” de A.J Miller and G.V. Gwynne.

de Hunt influenciou toda uma geração britânica de ativistas com deficiência e colocou problemáticas que ainda hoje estão no cerne dos *Disability Studies*. O livro trata-se de um compêndio escrito por diversas pessoas com deficiência e de um ensaio de sua autoria, intitulado “Uma condição crítica”, que no entender de Oliver (2002) simboliza o marco concreto na inversão de perspectiva teórica pela qual a deficiência passa a ser explicada não mais pelas lentes unidirecionais da biologia, e, sim, pela perspectiva da produção histórico-cultural.

O ponto nodal das análises de Hunt (1966) está em destacar que não se pode compreender as questões que envolvem a deficiência sem levar a sério a consideração de que as vozes destas pessoas devem ser ouvidas da melhor maneira possível, ou seja, tomando-as como válidas e verdadeiras e não fruto de irracionalidades e devaneios como fazem Miller e Gwynne. Apenas podemos entender a experiência da deficiência quando a relacionamos dialeticamente com a sociedade, uma vez que “nós [pessoas com deficiência] somos a sociedade tanto quanto qualquer um, portanto, não podemos ser considerados isoladamente em relação a ela” (HUNT, 1966, p. 3).

Como parte da sociedade, os deficientes enfrentam desafios como quaisquer pessoas, contudo, em uma forma ampliada se comparada a outros grupos sociais devido à interpretação corrente de que as mesmas materializem uma vida *infeliz, inútil, diferente e oprimida*, raciocínio responsável por grande parte das mazelas, iniquidades e invisibilidade experimentadas. Em uma espécie de cascata axiológica, Hunt (1966) destaca que:

✓ As pessoas com deficiência são infelizes porque vistas como incapazes de aproveitar os benefícios da sociedade moderna. Para Hunt (1966), reconhecer uma vida feliz nas pessoas com deficiência simbolizaria uma contraposição frontal a própria ideia de felicidade e aos valores que orientavam e ainda orientam as sociedades ocidentais. De que forma uma pessoa que, com raras exceções, não possui trabalho, bens, casa, carro, que não se casou e tem um corpo multilado pode ser feliz se são exatamente estes elementos que demarcam o símbolo da bem-aventurança em uma espacialidade no qual o ter se sobrepõe ao ser? Posto isto, quando partimos destas premissas realmente se torna extremamente difícil ver na experiência da deficiência uma existência feliz e digna, contudo, quando colocamos sob suspensão tais valores/normas e visualizamos outras possibilidades de existência que não acorrem o ser humano apenas a esfera material, enfim, quando consideramos “o valor da pessoa como tal, torna-se plenamente operacional uma vida feliz e digna para pessoas com deficiência, inclusive aquelas em situações de grande risco” (HUNT, 1966, p.4).

✓ São vistas como inúteis por se desviarem das condições impostas pela rigidez sócio espacial das atividades laboriosas, portanto, muitas vezes acabam excluídas da atividade

central a própria formação do humano, portanto, interpretadas como não contribuindo nas relações econômicas da comunidade, além de eternas dependentes do auxílio de outros para sobreviver. Sobre este apontamento Hunt (1966) enfatiza que inobstante o fato de o trabalho ser considerado como a atividade basilar na formação do próprio ser humano, e cardeal a constituição das sociedades, o mesmo não pode ser entendido como se abarcasse todas as dimensões da vida humana. A pessoa não se reduz ao seu trabalho, por mais livre e emancipatório (situação quase mitológica no seio do capitalismo) que este seja. Existem contribuições ímpares a socialidade humana que não estão baseadas na produção de bens e valores, como exemplo, aponta que algumas pessoas com severas deficiências, incapazes de exercer uma atividade laboriosa, prestam contributo cardeal a sociedade ao permitir a visualização de outras possibilidades de vida e tornar explícito o pressuposto de que o homem em sua humanidade ultrapassa as esferas do biológico e se diferencia do restante do reino animal.

✓ Tidas como diferentes pelo fato de pertencerem a um grupo minoritário e por destoarem do padrão fenotipicamente aceito como ideal, ou seja, são vistas como anormais por não se enquadrarem a arquétipos pré-moldados que ignoram e recusam a clara e manifesta diversidade presente nas múltiplas formas humanas. Contra estes conceitos erigidos sob vértices patriarcais e profundamente discriminatórios as pessoas com deficiência devem lutar no sentido de afirmar que por mais dilatada e vasta que sejam suas diferenças, as mesmas não devem ser interpretadas como desvios de humanidade, mas, sim, expressões vivas de uma alteridade que se sobrepôs a rigidez da seleção natural e biológica, destarte, como o aspecto mais humano de nossa humanidade.

✓ Por fim, Hunt (1966) destaca que as pessoas com deficiência são oprimidas porque a conjuntura destes elementos resulta em um tratamento desigual e possibilidades reduzidas de inserção e sucesso social, não sendo raro seu deslocamento para espaços reclusos e isolados da praça pública. Nesse sentido, mostra-se singular a crítica que Hunt (1966, p.12) destaca a instituições residenciais, espaço no qual as “pessoas com deficiência são afastadas e recebem muitos cuidados para aliviar a consciência da sociedade”, consciência esta tanto de sua finitude como de sua dívida pretérita para com a produção de um espaço efetivamente democrático, o qual não se materializará enquanto uma significativa parcela da população continuar segregada de grande parte dos usufrutos materiais e simbólicos fabricados pelo gênero humano.

O conteúdo da publicação desafiou a sabedoria convencional ao se portar contra a concepção de que a vida das pessoas com e sem deficiência representam duas vidas opostas, uma independente outra dependente, uma pública outra privada, uma normal outra anormal, enfatizando, desta forma, o caráter dialético e relacional desses elementos, os quais devem ser vistos como produtos históricos e não frutos de binarismos extemporâneos, traço concretizado em marca original empregue pelos estudiosos vindouros do modelo social da deficiência. Antes de abandonarmos momentaneamente Hunt, pois seus escritos delineiam uma medianiz seguida neste trabalho, não podemos deixar de apresentar a assertiva que encerra sua obra mais importante, logo transformada em bandeira dos Disability Studies ao destacar que

Como deficientes, somos uma viva reprovação a qualquer escala de valores que nos inferiorize, por conseguinte, rejeitamos todos os mitos e superstições que nos cercam, bem como rejeitamos qualquer visão de nós mesmos que nos entenda como coletivo que tem a sorte de poder viver. Não vivemos apesar de ou por causa de, simplesmente, vivemos, existimos e queremos fazer sentir nossa presença, nossa existência. Assim, não aceitamos a nós mesmos, ou a qualquer outro coletivo, que nos tratem como cidadãos de segunda classe. Exigimos direitos, não por piedade, mas, por serem direitos (HUNT, 1966, p.16).

Na intersecção destes questionamentos, acrescidos a carta publicada por Hunt em 20 de setembro de 1972 no *The Guardian*, tradicional jornal inglês, em que o mesmo conclamava as pessoas com deficiência para formar sua própria organização e não mais se mostrar satisfeitos pela opinião alheia sobre si mesmos começa a se erigir um grupo de sociólogos deficientes físicos em torno da figura já emblemática de Hunt, e que agregava nomes como Vic Finkelstein, Paul Abberley, Mike Oliver e Colin Barnes, os quais, em conjunto, fundam uma organização coordenada por deficientes físicos contra a opressão e a interpretação médica da deficiência. Nascia assim no ano de 1975 a UPIAS, que funcionou, ao menos em seu início, principalmente por meio de correspondências confidenciais e circulares divulgadas apenas entre seus membros, muitos dos quais com longo passado em casas institucionais. Nessas circulares criticava-se frontalmente a ideia de que outras pessoas poderiam falar e escrever sobre a experiência da deficiência sem ouvir aqueles que de fato experimentavam citada condição. Isto se torna claro nos “Princípios Fundamentais da Deficiência”, principal documento publicado pela organização, o qual reitera

Rejeitamos incisivamente a ideia de que especialistas e profissionais especializados no campo possam falar sobre como devemos aceitar e trabalhar sobre nossas deficiências mediante uma série de textos e palestras que não tem como interlocutor a própria pessoa da

qual falam. Já sabemos muito bem o que é se sentir pobre, isolado, separado, discriminado, marginalizado e oprimido melhor do que qualquer especialista poderia julgar. Vivemos na carne essa experiência todos os santos dias de nossa existência. Nós, como União que somos, não estamos minimamente interessados em discussões sobre como é terrível ser desativado. O que interessa neste momento é projetarmos formas para alterar nossa condição de vida e assim superar as deficiências impostas sobre nossa desorganização anátomo-fisiológica por uma sociedade que está altamente organizada para nos excluir. Em nossa opinião é somente o prejuízo real que temos que aceitar, a citar, algumas limitações funcionais que exercem um inegável efeito em nossas vidas. Nada mais do que isso. Todos os problemas adicionais e totalmente desnecessários advindos pela forma como somos tratados, e acreditem estes são os elementos fundamentais de nossa exclusão e não os primeiros, precisam ser superados e não aceitos (UPIAS, 1976, p. 4-5)²⁷.

Surgida historicamente em uma época de intensa luta e debate contra a institucionalização, a UPIAS tem como uma de suas principais bandeiras a afirmação do caráter inumano e antissocial de tais temporalidades espaciais, por conseguinte, faz todo sentido o pressuposto de que a luta para a substituição de tais instalações representa inequivocamente um pequeno passo da própria luta geral pela emancipação que a referida organização social busca empreender. Em palavras expressas pela UPIAS (1976, p.9),

Nossa União deve lutar ferrenhamente para que todas as instalações construídas de forma segregada sejam substituídas por um regime de participação plena na sociedade. Para tanto, faz-se necessária uma série de medidas político-públicas, tais como ajuda financeira necessária, disponibilização de assistente pessoal, além da oferta de médicos, técnicos educacionais e outros profissionais solicitados ao Estado para que possamos conquistar a máxima independência possível em atividades da vida diária. O conjunto destes fatores nos permitirá atingir a mobilidade social necessária e realizar um trabalho produtivo para viver conforme nossos próprios anseios e escolhas por nós desejadas.

Quase uma década após a publicação de “Estigma: a experiência da deficiência”, a UPIAS, mediante seus “Fundamentos Principais da Deficiência²⁸”, apresenta a distinção tornada pedra

²⁷ Foi neste esteio teórico, como tentativa de ir além da abordagem médica-psicológica sobre a deficiência e ancorado nos intensos debates promovidos pela recém-fundada UPIAS, que a Universidade Aberta ministrou o curso “A pessoa deficiente na comunidade” como parte de seu programa de graduação em 1975, iniciativa posteriormente incorporada pela Universidade de Kent, no final da década de 70, mediante a criação do primeiro programa de mestrado intitulado especificamente de estudos da deficiência, marcado pela íntima conexão entre a academia e o ativismo, um traço que não mais se apagaria na forma de se estudar a deficiência sob a batuta do modelo social. Esses cursos romperam com a designação tradicional de se ensinar a deficiência como uma questão de saúde pública. Em vez disso, objetivaram proporcionar a seus alunos conhecimentos e competências para apoiar as pessoas com deficiência na busca de maior autonomia, ampliação e consolidação de seus direitos.

²⁸ De acordo com Oliver (1998, p.7) este pequeno volume já não se encontra mais amplamente disponível, contudo “a dívida que as pessoas com deficiência têm para com ele é enorme. Eu e muitos outros deficientes reconhecemos abertamente que tal manifesto foi o principal responsável pela transformação de nossa própria compreensão sobre a deficiência. Foi a partir deste trabalho que eu e uma série de outras pessoas com deficiência começamos a escrever

angular dos *Disability Studies*, qual seja: a diferenciação entre incapacidade/lesão e deficiência. A primeira é vista como a falta de parte ou da totalidade de um membro, órgão ou sentido não funcional, portanto, refere-se às condições biofísicas do indivíduo, em clara alusão ao referencial médico, enquanto a deficiência trata-se da “desvantagem ou restrição de atividade causada por uma organização social contemporânea que não leva em conta as diferenças expressas por pessoas com deficiências físicas²⁹, excluindo-as da participação nas atividades sociais” (UPIAS, 1976, p.14), destarte, produz-se a impactante ideia de que a deficiência nada mais é do que “(...) algo imposto sob a base de nossas lesões pela maneira como somos desnecessariamente asilados e excluídos da plena participação na sociedade” (UPIAS, 1976, p. 3-4).

Os objetivos quando da criação da UPIAS transcendem em muito os de uma ‘simples’ organização/movimento social. A questão prática e imediata está colocada como em quaisquer outros movimentos, contudo, existe uma dimensão de corte epistemológico flagrante, embora nem sempre perceptível, na medida em que se procura a redefinição ontológica da deficiência e seu estabelecimento sobre uma base analítica sociológica. Busca-se reivindicar direitos, mas também um novo entendimento do fenômeno presente.

Partindo desse esteio teórico, Diniz (2007, p.18-19) ressalta que nos Fundamentos Principais da Deficiência, além do manifesto anseio em se lutar contra a institucionalização das pessoas com deficiência e as múltiplas formas de exclusão advindas de seu não reconhecimento social, existe uma clara intenção em se

(...) diferenciar natureza de sociedade pelo argumento de que a opressão não era resultado da lesão, mas de ordenamentos sociais excludentes. Buscava-se desessencializar a lesão, denunciando as construções sociológicas que a descreviam como desvantagem natural e assumir a deficiência como uma questão sociológica, retirando-a, assim, do controle discursivo dos saberes biomédicos.

Esse verdadeiro historicizar da deficiência produz uma inversão radical nas medidas e mecanismos idealizados para amenizar ou eliminar as consequências por ela produzidas. Se

sobre nossa experiência e tracejar as linhas do que mais tarde viria a ser denominado de modelo social da deficiência, claramente inspirado na distinção entre deficiência e incapacidade/lesão, cujo gênio intelectual coube ao manifesto citado. Sem essa distinção nossa luta estará fadada ao fracasso, pois novamente as justificativas biológicas serão ressuscitadas para explicar a naturalidade da exclusão que sofremos em nossa pele dia após dia. Mais do que nunca é importante definir a deficiência como condição social e a lesão como estado biológico, esse é o ponto de partida de nosso movimento e luta”. Infelizmente, o manifesto praticamente desapareceu com a extinção da UPIAS em 1991, tendendo a se tornar cada vez mais difícil se obtê-lo, o que não diminui em nada sua originalidade e importância.

²⁹ Tal designação foi logo ampliada para acomodar outras deficiências - cuja tentativa estava em transformar o referido conceito em uma interpretação holística que conteria a explicação da deficiência como forma de opressão em seu caráter mais amplo e genérico-, e também para adquirir a simpatia de outros movimentos.

anteriormente cabia apenas as ciências da saúde a incumbência de tal tarefa, desde então, a sociedade é vista como carente em transformações para incorporar em seu seio as mais variadas diferenças. Desloca-se o foco do corpo para a sociedade, do individual para o coletivo, uma vez que a deficiência é interpretada relacionalmente mediante uma interação não harmoniosa entre o ter uma lesão e viver em uma sociedade não pensada para acolher a mesma. Na conjuntura deste interstício, apesar de não se negar a importância da prática médica no que tange ao incremento das potencialidades emancipatórias das pessoas com deficiência, o fio de Ariadne deixa de ser visto como tracejado pelas lentes da medicina, passando a se materializar nas transformações radicais da cultura, economia, política, do ambiente, enfim, da própria sociedade que nos cerca, cujo dever está em ampliar as potencialidades de todos os seres humanos, independentemente de quão distintos sejam. Esta é uma tarefa certamente por realizar.

As reivindicações postas pela UPIAS alcançam significativa repercussão em termos políticos, contudo o *boom* do modelo social se transmuta em matéria uma década após seu aparecimento quando os cinco fundadores da UPIAS, todos já sociólogos na “University of Leeds”, resolvem fundar no interior do Departamento de Sociologia e Política o “*Centre of Disability Studies*”, o qual reúne ativistas das mais diversas localidades que tenham na deficiência seu objeto de estudo dileto. Era um grupo que congregava a paixão pelo ativismo ao gosto inacabado pelas discussões teóricas, elemento este que, no entender de Stiker (2006), se constitui como principal responsável pela postura inovadora e sucesso alcançado pelo grupo.

Como em todo processo de luta, sempre há um inimigo a se combater. Não seria diferente em terras londrinas. No caso dos teóricos do modelo social o oponente claramente era o modelo individual. Contra ele se bradava com o objetivo explícito de ruir seus pressupostos. Coerentemente, o ICIDH (*International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps*), capital marco do paradigma médico e base do modelo individual, recebe críticas devido seu caráter opressivo, discriminatório e ideologicamente comprometido com a manutenção das relações sociais e com o solapar de vozes das pessoas com deficiência.

Reconhecidamente o ICIDH, publicado em 1980 (OMS, 1989), representa uma tentativa deliberada por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS) de produzir uma classificação universal acerca das lesões e deficiências, tendo por intuito promover um movimento de unificação terminológica no que tange a definição e, fundamentalmente, propiciar uma uniformização na constituição de políticas da saúde. Sua essência se compõe de um modelo heurístico arquitetado mediante tripla tipologia, a citar, lesão, deficiência e desvantagem. Nessa segmentação trifásica *Impairment ou lesão* engendra uma perda ou anormalidade de estrutura, órgão ou função. *Disability ou deficiência* diz respeito à restrição de atividades em decorrência de uma lesão ou disfunção,

portanto, representam perturbações ao nível da própria pessoa. *Handicap ou desvantagem* refere-se à condição social de prejuízo resultante da deficiência e/ou incapacidade, refletem, pois, a interação do indivíduo com o meio, de cujo insucesso impediria a execução de uma atividade considerada normal de acordo com a idade, sexo e fatores culturais.

Tem-se cristalinamente, quando pautado no modelo tripartido da OMS, a concepção de que a deficiência resulta de um problema individual decorrente de uma lesão orgânica e produz um consequente desajuste na realização de uma atividade ou tarefa habitual. Por suposto, se parte da ideia de que a deficiência acarreta uma inegável e marcante desvantagem social configuradas no corpo das pessoas e as limitações por ele apresentadas, de cuja única transformação rumo à melhoria destas vidas reside exclusivamente no tratamento individual de cura ou redução dos efeitos da lesão. De acordo com Diniz (2003), tal plataforma analítica supunha como ponto de partida da discussão sobre a deficiência a lesão, geradora de um ineliminável desvio, sendo assim, a ênfase colocada por tal ossatura enfatizava a necessidade em se modificar as pessoas e não as barreiras que as circunscrevia.

Entretanto, contraditoriamente ao que se poderia imaginar, isto não significa que a publicação do ICIDH seja de todo ruim. Por mais perniciosos que sejam seus termos e a cadeia indutiva empregue pelo mesmo, é inegável que, como publicação tutelada pela OMS, o ICIDH se consubstanciou como referência na discussão sobre a deficiência nas mais diversas regiões do globo. E aqui reside justamente o tencionar dialético propiciado pelo mesmo. Ainda que baseado em uma linguagem estigmatizante e que solapava as vozes das pessoas com deficiência, a referida classificação colocava dito fenômeno no centro das discussões sobre a saúde, e isto não era pouca coisa à época.

Embora involuntariamente, o ICIDH teve um impacto positivo nas discussões sobre os direitos das pessoas com deficiência justamente porque a deficiência passou a ser debatida. Exatamente neste período se intensificam a quantidade e qualidade dos estudos ancorados na senda do modelo social (aliás, a fundação do Centre os Disability Studies está diretamente relacionado ao popularizar do debate inaugurado em escala global por tal documento), os quais dissertaram dezenas de vezes sobre a fragilidade do ICIDH em termos teóricos e práticos no que dizia respeito ao enfrentamento da questão política que rondava a deficiência. Tais críticas foram popularizadas por Pfeiffer (2002) e se concentram basicamente em seis pontos, quais sejam:

- 1) O ICIDH foi produzido por pessoas que não eram deficientes, portanto, a experiência da deficiência havia sido ignorada de forma aviltante;
- 2) Toda a classificação se pautava em critérios subjetivos e hierárquicos de normalidade, não confirmados no terreno da prática;

- 3) O deficiente ficava subjugado a intervenção médica e só a ele cabia a tomada de decisão sobre o futuro do mesmo, com isso, os mesmos se viam destituídos dos direitos mais básicos na prática da cidadania;
- 4) A linguagem de tal documento já carregava explicitamente a ideia de que o preconceito e a discriminação eram atitudes naturais em relação às pessoas com deficiência;
- 5) O conceito de deficiência estava muito aproximado da concepção de doença, cuja negatividade é mais que patente em uma sociedade arquitetada para pessoas saudáveis, ignorando o fato de que diversas pessoas com deficiências são muito saudáveis;
- 6) Existia no ICIDH uma clara relação de causalidade de que a lesão gerava a deficiência e não a forma de inter-relação entre indivíduo e sociedade, a qual acabava por reavivar os estigmas já denunciados por Hunt quase duas décadas atrás;

Desde então, ainda que exista uma gama de interpretações sobre a deficiência, dois modelos assumem a preponderância em sua análise e explicação, o modelo individual/médico e o modelo social, vistos em estado de irremediável antítese. Oliver (1996, p.32) resume essa principal antítese no fato de que o modelo individual “(...) localiza o problema da deficiência dentro do indivíduo e vê as causas deste problema como decorrentes de limitações funcionais ou prejuízos psicológicos que são assumidos como decorrentes da deficiência”. A grande teoria que guia essa estrutura orgânica é a da deficiência como tragédia pessoal, entendendo-a como uma desgraça na vida do indivíduo que se torna carente de tratamento médico a fim de recobrar seu estado de humanidade. Sob tal ótica o deficiente é visto como alguém que precisa ser tratado, reabilitado e capacitado para se adaptar a sociedade como ela é.

Em polo distinto, o modelo social se antepõe radicalmente a esta conjuntura ao deslocar o problema da deficiência do indivíduo para a sociedade. É a estrutura social que desabilita e cria a deficiência devido à falta de serviços e oportunidades adequadas para assegurar a plena e incondicional inclusão social de todos. Partindo desse esteio teórico, é a sociedade que deve se adaptar e acomodar para locupletar as necessidades de seus membros e não o contrário. A deficiência não é uma consequência natural do corpo lesionado, e, sim, uma imposição social relacionada a não adaptação da diferença. A distinção qualitativa de enfoque entre as duas formas de se abordar a deficiência é sintetizada no Quadro I.

Quadro I: Diferenças entre o modelo médico e social de compreensão da deficiência.

Modelo Individual	Modelo Social
Teoria da tragédia pessoal	Teoria da opressão social
Problema individual	Problema social
Tratamento individual	Ação social
Medicalização	Autoajuda
Domínio profissional	Responsabilidade individual e coletiva
Especialista	Experiência
Identidade individual	Identidade coletiva
Prejuízo/desvantagem	Discriminação
Cuidado	Direito
Controle/colonização	Voz (falar por si próprio)
Política	Mudança social

Fonte: Oliver (1996, p.34).

A influência das ideias expressas pelos teóricos do modelo social se alastra academicamente em 1986 quando da fundação por Mike Oliver e Len Barton do periódico científico *Disability, Handicap and Society*, posteriormente rebatizado em 1990, como *Disability & Society*³⁰, transformado no mais importante periódico mundial no que se refere aos estudos sociológicos da deficiência. As críticas e contestações ali materializadas abalaram sobremaneira os pressupostos fundantes do ICIDH de modo que se tenha tornado urgente à revisão do mesmo, principiada na década de 90 e concretizada em 2001 sob a alcunha de “*International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF)*”, no Brasil, CIF, classificação essa considerada paradigmática nos estudos sobre a deficiência³¹.

Contrariamente ao ICIDH, a CIF se mostra como resultado de construção teórica derivada de um amplo debate e intenso processo de luta social firmado pelas pessoas com deficiência no que tange a constituição e a necessidade de serem assegurados os direitos básicos da cidadania (OMS,

³⁰ A questão da língua e da preocupação em se utilizar uma linguagem *disabilist*, tal como resultou o ICIDH, fez com que o conselho editorial alterasse, no ano de 1990, a antiga denominação “*Disability, Handicap e Society*” por “*Disability & Society*”, em razão do caráter apolítico atribuído ao termo *Handicap*, que significa literalmente chapéu de mão e poderia evocar uma suposta ideia de assistencialismo tão combatida pelo periódico.

³¹ Citada contenda é encontrada tanto em autores como Oliver (1990) e Barnes (1996), ambos vinculados ao modelo social, como também em intelectuais ligados ao campo médico tais quais Watson (2001) e Bury (2005b), dois dos principais artífices da ICF. Singular se mostra a posição de Nick Watson, figura acadêmica emblemática (assistente de James Watson, Nobel em Medicina), o qual logo após da publicação da ICF lança um sintético manuscrito intitulado “*Thank’s Disability Studies*”, obra no em que critica frontalmente as principais posições e conceitos defendidos pelos teóricos do modelo social. Contudo, em contrapartida, reconhece a importância do mesmo no que se refere à edificação de um pensar mais complexo sobre a deficiência, tomado corpo na ICF.

2003). Importante destacar aqui que a CIF deve ser vista como uma classificação que almeja representar a globalidade dos atores sociais e não apenas aqueles que apresentam alguma deficiência, contudo, inegavelmente este foi o segmento social que dialogou ativa e diretamente com a referida disposição, mesmo porque se o anterior modelo tripartite afetava a todas as pessoas, no que tange a categoria deficiência o mesmo produzia consequências dramáticas. Esta questão é tão clarividente que na introdução do documento existe um agradecimento a apenas uma organização social, a *Disabled People's International* (DPI), cujo teor versa sobre a importância do referido grupo na construção da CIF e reitera o desejo de que o mesmo continue suscitando questões para um amplo debate sobre as problemáticas ali apresentadas (OMS, 2003).

O ponto nodal da nova classificação se erige acerca da definição da categoria de deficiência. De acordo com Diniz, Medeiros e Squinca (2007, p.2508)

Pelo novo vocabulário, *disability* é um conceito guarda-chuva que engloba o corpo com lesões, limitações de atividades ou restrições de participação. Ou seja, *disability* não se resume a *impairment*, pois é o resultado negativo da interação de um corpo com lesões em ambientes sociais pouco sensíveis à diversidade corporal das pessoas. O objetivo dessa redefinição foi incorporar a crítica dos teóricos do modelo social: deficiência é uma experiência sociológica e política e não apenas o resultado de um diagnóstico biomédico sobre corpos anômalos. Foi também com esse espírito que o conceito de *handicap* foi definitivamente abandonado.

De estritamente biomédica na ICDH, a deficiência sob as linhas da CIF assume aparentemente um corte cultural, político e social. Trata-se de um processo bilateral e não centrado exclusivamente na pessoa ou sociedade. Nesse espaço, a pessoa com deficiência não deve ser encarada única e exclusivamente a partir do prisma de um corpo com lesões, mas, sim, um corpo com lesões inserido em uma sociedade que aparta, oprime e segrega a não normalidade. Não se retira o papel do biológico, contudo, afasta sua primazia e seu suposto caráter estrutural na explicação da deficiência.

Contudo, no entender de Pfeiffer (2002), Oliver e Barnes (2006), a CIF está longe de responder aos anseios e problemáticas aventados pelo modelo social. Primeiramente, falta ao manuscrito uma visão historiográfica do processo de produção contextualizada da deficiência, tampouco se atenta para o fato de que a pesquisa sobre a deficiência irremediavelmente tem espelhado a própria história da investigação social em geral.

Em segundo lugar, apesar da pressão popular e da incorporação das vozes das pessoas com deficiência³², a transformação material e revolucionária da sociedade ao menos é aventada como

³² Importante ressaltar aqui que a ênfase acentuada da exigência de pessoas com deficiência pesquisando sobre a deficiência não deve ser vista como a solução de todos os problemas enfrentados pelas mesmas. Não devemos ser

uma das possíveis soluções para a redução da opressão a que estão submetidos as pessoas com deficiência.

Nesse arranjo teórico, o epifenômeno substitui o elemento central na busca pela melhoria das condições de vida, o secundário torna-se ator principal, contudo, e isso é o mais grave em nossa opinião, a questão vista como central pelas organizações mais radicais, a citar, a opressiva estrutura material e social, não se torna ator coadjuvante, mas, simplesmente desaparece do corpo de análises contido na CIF. Uma referência aqui, outra acolá, sem, todavia, adentrar na problemática política contida nas questões sobre a deficiência, a qual, embora tergiversada como holística para se afirmar democrática, novamente adquire uma roupagem médica e biológica, como problemática individual. Esclarecedoras se mostram as palavras de Rodrigues-Dias e Ferreira (2010, p.159), ao destacar que,

Apesar da pretensão bio-psico-social, a ICF mantém a preeminência da ciência médica como discurso legítimo de definição da deficiência. Na ICF é o aparato ortodoxo de definição (saber especializado) que determina o lugar ocupado por uma pessoa dentro da escala da Medicina: o que se classifica, em definitivo, são os corpos, corpos que em virtude de seu maior ou menor grau de saúde farão com que seus possuidores encontrem mais ou menos dificuldades no seu cotidiano. A deficiência segue sendo objeto de saber e objetivo de controle (...) mesmo que agora este estado dependa das possibilidades de funcionamento em dado entorno. Este funcionamento ainda é o de um corpo individual classificado por seu estado de saúde, um corpo medicalizado, hierarquizado em suas capacidade funcionais e, por tanto, ainda regulado pelos peritos que fazem a norma.

Evidente que a CIF traz ganhos inegáveis ao considerar o ambiente como parte estrutural da deficiência e rescindir com a aleivosa relação de causalidade entre lesão e deficiência, igualmente produz contributos ao deslocar o foco da doença para a saúde e irromper com a linguagem *disabilist* do ICIDH, carregada de estereótipos e preconceitos dos mais diversos tipos. Esta conquista não pode, em hipótese alguma, ser desmerecida, pois como pontua Bury (2001), as tentativas em se usar uma terminologia e linguagem positivas ajudam a identificar e resolver desvantagens muito reais

ingênuos a tal ponto. A relação de forças sociais envolvidas neste processo ainda é radicalmente desigual e a inversão de quem fala em nome de quem, apesar de extremamente importante, não representa o ponto final do percurso, apenas a linha de partida. Se hipoteticamente fortalece a participação destes sujeitos na pesquisa sobre sua experiência também pode gerar um perigoso espaço no qual apenas deficientes podem pesquisar e escrever sobre a deficiência, fenômeno deletério já noticiado no movimento negro e feminista, os quais trouxeram mais mazelas do que solução a esta situação histórica. Como bem aponta Denzin (1997, p.54), “O ponto de vista teórico pressupõe um lugar privilegiado, mas problemático em sua própria textualidade. Ser negro ou mulher não pode ser entendido como sinônimo da posse de um saber profundo sobre a experiência do racismo ou sexismo. Logo, devemos combater a crença anistórica de que o simples fato de se viver uma experiência nos credencia a escrever sobre ela. Isto é verdade em autobiografia, mas não em ciência sociológica”. Raciocínio análogo pode ser aplicado a grafia sobre a deficiência. A pesquisa sobre deficiência para ter de fato uma utilidade política e emancipatória deve não apenas capturar a experiência que está sendo pesquisada, mas fundamentalmente servir como uma ferramenta de luta para melhorar as condições atuais de existência. E isso não se consegue sem um minucioso estudo da sociedade em suas múltiplas dimensões e sem a colocação dos conhecimentos e habilidades produzidos pela pesquisa nas mãos dos próprios sujeitos pesquisados. É preciso ponderar os sujeitos da pesquisa, que tanto investigam como produzem o mundo social.

que as pessoas com deficiência enfrentam. A CIF também busca se tornar uma classificação universal com o intuito do desenvolvimento de uma política comum para as pessoas com deficiência, iniciativa de inegáveis proveitos, contudo, a mesma continua a ampliar não a diferença como a alteridade constituinte do gênero humano, e, sim, a curva da normalidade, ou seja, tornar diferenças antes negadas como norma, o que efetivamente não satisfaz os teóricos do modelo social.

A normalidade humana, ainda que ampliada ao extremo, continua a ser um código eminentemente tracejado pelas lentes da biologia e da medicina, portanto, é muito diferente da universalidade da diferença. Nesse sentido, cai por terra qualquer revolução propalada pela CIF no desenvolvimento de uma política social universal destinada à melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiência. Como idealizar uma suposta política de superação do atual estado que ronda a deficiência a partir de um pressuposto caudatário do saber biológico e preso aos grilhões do individualismo metodológico³³? Uma casa nunca será transformada em sua completude se os antigos alicerces permanecerem intactos, inabalados. É isto exatamente o que a CIF anseia. Mudam-se as telhas continua o telhado.

Necessitamos de um passo mais ousado e comprometido com a liberdade e democracia e menos com a manutenção do sistema político atual. Enquanto alguém sofrer as angústias da fome, da miséria e da opressão pelos padrões corpóreo-funcionais em razão de um perverso sistema global, por mais longe espacialmente que se encontre, este também é um problema meu, nosso, é global e particular, pois o todo também é uma parte assim como a parte é um todo. Coerentemente, a crítica ao sistema que tantas agruras produz não consiste em qualquer preciosismo teórico, e, sim, um mecanismo fundamental para pensarmos em novas relações e na efetiva incorporação social de todas as pessoas, independentemente de suas diferenças. Esta é a difícil tarefa que os fundadores do modelo social tomam para si e dão vazão a constituição da mesma. Dedilhadas as relações acima, cabe neste momento destacar a figura de Vic Finkelstein, pensador cuja influência é cardeal em Mike Oliver (que cunha o termo modelo social da deficiência) e em todas as discussões posteriores sobre a deficiência como produção social.

3.2. Vic Finkelstein: o bandeirante frente ao contexto a ser desbravado

Psicólogo sul africano com deficiência física, Vic Finkelstein lutou ativamente contra o *apartheid* e sua política extremista de segregação racial. Preso e deportado para Londres no início dos anos 70 se envolveu diretamente com diversos movimentos sociais e, conjuntamente a alguns

³³ De acordo com Denzin (1997), o individualismo metodológico consiste em uma doutrina analítica que assevera que todas as tentativas em se explicar os fenômenos sociais devem ser rejeitadas se não forem redigidas em termos de fatos sobre os indivíduos.

colegas com deficiência física, resolve fundar a UPIAS, instituição que traceja suas ideias muito em função das diretrizes colocadas por ele próprio, tornado líder intelectual do grupo após seus primeiros passos.

Para Finkelstein (1980), a deficiência é resultado direto do aparecimento da sociedade industrial ocidental, na medida em que o desenvolvimento do capitalismo, fato moderno por excelência, além das já conhecidas características da busca pelo lucro máximo, pela extração da mais valia e disciplinamento dos corpos, também pode ser caracterizado como a era por excelência da perda de autonomia das pessoas que apresentam alguma lesão/comprometimento, as quais se viram em uma situação de crescente dependência do Estado, das famílias e saberes médicos. Em seu entender, nos relacionamos com deficiência a partir da expectativa social imposta sobre citada condição e o local que seus sujeitos ocupam nas distintas especialidades, os quais se mostram dependentes dos regimes de produção econômica e discursivo, portanto, mutáveis ao longo da história, podendo, grosso modo, ser divididos, em três tipologias distintas.

Fase I: corresponde ao período anterior ao estabelecimento da Revolução Industrial Inglesa. Marca uma etapa pré-industrial no desenvolvimento social, caracterizado principalmente pelo sistema feudal de produção combinado com uma forma de protocapitalismo no qual não se notava a exclusão sistemática das pessoas que apresentavam alguma lesão na vida social. Para Finkelstein (1980), nesse período histórico, as pessoas que hoje poderiam ser chamadas de deficientes não se encontravam segregadas da sociedade em instituições/serviços especiais difundidos posteriormente, tais como os asilos, manicômios e hospitais gerais. Devido a pouca complexidade do trabalho eram incorporadas “naturalmente” na realização de tais atividades, elemento que permitia um maior controle sobre suas próprias vidas, além de reconhecidamente serem vistas como contribuintes no processo de produção da riqueza social.

Em tal estágio histórico, a população era predominantemente rural e a produção essencialmente agrícola, com um setor artesanal deveras limitado, embora já se notasse um crescente comércio mercantil. A importância do mercado na vida da comunidade já havia se estabelecido e o comércio cada vez mais dominava a economia e as relações sociais. Alimentos, roupas, utensílios e outros bens foram produzidos para a venda no mercado, sendo que a habilidade para sobreviver passou a estar estreitamente relacionada a capacidade de produzir algo para vender, revender produtos comprados por outros, oferecer transporte as mercadorias ou ser dono de terras.

Nas pequenas comunidades pré-capitalistas efetivamente havia pouca mobilidade quanto ao *status* social. O nascimento quase que determinava a condição econômica de toda a vida; família e comunidade ganhavam traços mais estáveis quanto às relações sociais, sendo que as pessoas tidas

como disformes, caso conseguissem resistir ao nascimento, eram incorporadas imediatamente na cotidianidade dessas relações. A proximidade existente entre eles e o restante da comunidade ajuda a entender o porquê da facilidade e recorrência dos escritores à época continuamente incluírem estas personagens em sua literatura (da qual Quasímodo é o exemplo mais marcante, os quais incluem, dentre outros, Hefasto, Édipo, Licurgo, Duque de Gloster) quando pintavam as relações rotineiras do dia a dia.

Claro que as condições de vida eram extremamente áridas para as pessoas com limitações físico-biológicas, mas em um contexto em que a vida era difícil para todos ela não trazia uma desigualdade significativa em razão de sua diferença. Quanto a sua participação nas atividades sociais, além da execução de tarefas domésticas como a culinária, o cuidar das crianças mais novas e a confecção de roupas, eram tão cedo quanto possível incorporados nas atividades agrícolas, e se a mesma não fosse possível, via de regra, passavam a completar a renda familiar mediante as atividades de fiação e tecelagem.

No entanto, a população rural foi sendo cada vez mais pressionada pelas novas forças do mercado capitalista, o qual destituía mediante édito os pequenos proprietários com o intuito de favorecer o processo de industrialização e a acumulação de propriedade nas mãos de poucos. Eis o toque de Midas do capital. Desde então, os não proprietários passaram a ter uma única propriedade, a venda da força de trabalho, da qual seria retirado todo o sustento que necessitava.

Tal mudança desencadeou uma crescente migração do campo para as cidades e o conseqüente esfacelamento dos laços comunais que coadunado com as novas imposições da produção material gerou uma espécie de desafiliação social das pessoas que apresentavam alguma lesão/comprometimento, as quais, na grande maioria das vezes, passaram a ser tuteladas pela proteção da Igreja, a exercerem a prática da mendicância ou a dependerem visceralmente de suas famílias para seu sustento. No dizer de Finkelstein (1980) é assim que se transformou, mediante exclusão do processo de trabalho propriamente dito, pessoas aleijadas em deficientes.

Cabe, neste momento, apresentar um exemplo basilar que figura no interstício entre a construção de uma rede de proteção social não segregada e a exclusão efetiva do labor enfrentado pelas pessoas com deficiência. Nos estertores da fase 1 descrita por Finkelstein, abrolha na Inglaterra a promulgação por Henrique VIII da *Handicap Law* em 1513, a qual instituía a prática da mendicância para as pessoas com deficiência, liberadas para pedir esmolas nas cidades com a utilização de chapéus em suas mãos, gesto de cortesia e reverência àqueles que doavam quantias em moedas. Por isso, o nome *Handicap* (literalmente chapéu de mão), em manifesta relação à organização do processo de mendicância. Eis o nascimento do termo *handicap*, não radiografado em períodos pretéritos.

Henrique VIII objetivou com esse ato criar uma medida protecionista para as pessoas tidas como disformes, processo cujo materializar se mostra em estrita relação ao assassinato de Henrique VI e ao aumento do número de pessoas com lesões principalmente devido à participação em constantes guerras contra a França. Tal lei passou despercebida por grande parte dos historiadores nas inúmeras narrativas sobre as realizações de Henrique VIII, que o ressaltam por seus seis casamentos, por se mostrar como símbolo absolutista por excelência, pela ruptura paradigmática desferida contra a Igreja Católica Romana e seu sucedâneo coroamento como líder da Igreja Anglicana, pela promoção da união entre Inglaterra e Gales e a assinatura da primeira legislação contra a sodomia, a qual castigava com a morte a prática de bruxaria; obras de Henrique VIII que efetivamente marcaram o curso do desenvolvimento econômico da Inglaterra, levado a ruína pela depauperação de quase todo o tesouro nacional (IRELAND, 2005). Mas neste trabalho o que nos chama atenção é a promulgação da Handicap Law, a qual traz consequências fundamentais ao entendimento da deficiência como produção social.

Chama-nos atenção primeiramente à origem do termo *handicap*, cujo significado literal e metafórico é mantido até os dias atuais, uma vez que a deficiência é vista como desvantagem e o assistencialismo uma condição intrínseca a mesma, mácula equivocadamente perpetrada como fruto da natureza do humano. Segundo, e no esquema analítico de Finkelstein (1980) tal ponto impacta nossas vistas, a promulgação da Handicap Law demarca efetivamente a constante presença das pessoas com deficiência na sociedade se tomarmos em consideração que tal política expressa sua convivência cotidiana com as mais diversas pessoas e nas mais distintas espacialidades. Apesar de desempenharem uma atividade social de baixo *status* econômico e, ainda que pesemos as desvantagens que tal posição subalterna acarrete ao processo constitutivo de suas relações sociais, como pontua Finkelstein (1980), a deficiência não era escondida residencial ou institucionalmente, fazendo parte da vida social.

Finkelstein (1980) vê tal arranjo como um avanço se comparado à segregação empregue pela Idade Moderna após a incorporação das novas formas de produção sob a égide do capital, pois denota uma preocupação quanto à subsistência e também ao materializar de uma independência relativa das pessoas com deficiência que transcendia o desejo não raro de se esconder e manter em cativeiro as mesmas, fenômeno comumente observado no século XIX e XX. Singular se mostra, portanto, a delimitação destes sujeitos como os únicos a quem eram permitidas a prática da mendicância e a penalização dos não deficientes que, porventura assumissem tais atividades, fato de cuja existência demonstra a mendicância como atividade social à época. Era uma profissão. A análise desta primeira fase topológica da deficiência por ele denominada se mostra extremamente interessante, inovadora sob a forma de colocação e explicação analítica, contudo, perde em seu

caráter dialético ao não visualizar a própria contradição que está implicitamente subsumida a ideia expressa pela *Handicap Law*, qual seja: a de também representar uma primeira tentativa de isolar as pessoas com deficiência em uma classe especial. Tal isolamento pode muito bem ser visto como uma espécie de protoforma arquetípica (claramente sobre outras bases) das múltiplas formas de segregação desenvolvidas posteriormente na Idade Moderna.

Fase 2: No entender de Finkelstein (1980), a segunda fase quanto ao papel ocupado pela pessoa com deficiência na sociedade é fortemente marcada pela criação de uma nova escala de produção instituída pelo desenvolvimento da burguesia, cuja operacionalização estava voltada para os corpos estruturados de acordo com a normas estabelecidas em tons de simetria, materialidade que excluía grande parcela dos deficientes das linhas produtivas.

Devido à complexidade implantada pelos recursos tecnológicos, acrescidos a distância que as indústrias estavam das residências particulares (soma-se a consequente dificuldade em se locomover até tal espaço) e ao ritmo alucinante de trabalho implantado pelo fazer industrial, a participação de pessoas com deficiência nas atividades produtivas se reduziu drasticamente se comparada à fase anterior, uma vez que a Revolução Industrial elevou a importância do físico padrão e da categoria abstrata do trabalhador médio como critério fundamental para ganhar a vida e obter renda.

Se na primeira fase as pessoas com deficiência podiam ser consideradas como socialmente ativas (a profissão da mendicância surge aqui como exemplo), afirmando continuamente seu direito de viver e estar na comunidade, além de ser responsabilizado por suas próprias ações, na segunda fase, é claramente perceptível a existência de atitudes sociais que vitimizam e conferem passividade aos mesmos. Não é de estranhar que os asilos, manicômios e demais casas residenciais tenham seu ato de nascimento exatamente nesta época. Expulsa do trabalho, da comunidade e das próprias possibilidades de decidir seu destino, a deficiência se vê intimamente relacionada com a dependência sob os olhos da modernidade, cujas luzes cegavam a possibilidade de seus atores serem vistos como sujeitos de suas próprias histórias.

Fase 3: Tal cronologia espacial está apenas no começo de seu desenvolvimento, e, futuramente, representará a mudança mais radical na troca de atitudes em relação a deficiência. Se na fase dois o foco estava a todo o momento centrado na suposta condição limitadora, na terceira, o mesmo se deslocará para a sociedade que desabilita estes sujeitos.

No entender de Finkelstein (1980), na primeira fase as pessoas com deficiência eram oprimidas principalmente pela pouca riqueza desenvolvida e pelas impossibilidades em se superar

as condições materiais que praticamente inviabilizavam a visualização de um futuro melhor. Entretanto, era uma condição que se abatia sobre todas as pessoas. Já na segunda fase, a transformação social gestada pelo incremento de tecnologias perfilhadas no seio das indústrias nos permite, ainda que de forma peremptória, projetar a superação das condições que atravancam as relações opressivas características da primeira fase, todavia, tal sociedade foi pensada para atender aos que não se desviassem de determinada norma; um palco idealizado para ser a apoteose da homogeneidade e espaço no qual a diferença se transforma quase que abruptamente em desigualdade. Em contrapartida, a terceira fase, motivada pela aceleração do desenvolvimento tecnológico, usa tais conquistas humanas para acomodar todas as formas de diferença.

Nela, pouca diferença fará as limitações físicas ou a dificuldade em se atingir determinados espaços, mesmo porque, a cada dia com maior intensidade o trabalho poderá ser realizado mediante redes conectadas por sistemas informáticos. Sequer sair de casa será necessário para adentrar as esferas laboriosas. Para Finkelstein (1980), a revolução tecnológica agora revelada tornou plenamente possível a inserção das pessoas com deficiência nos postos de trabalho, inclusive nas funções de alto escalão da burguesia, logo, o processo de exclusão sofrido pelos mesmos representa uma falta de sintonia entre a sociedade e seu próprio desenvolvimento histórico.

Não há meio termo ou outras explicações plausíveis para tal descompasso que não se remeta a iniquidade de um ambiente projetado para excluir, atestando a necessidade candente de uma revolução em todas as bases. Toda a tecnologia gestada pelo capital apenas recobrirá sentido quando destinado à resolução destas agruras sociais. Grosso modo, a tecnologia representa o que podemos denominar no esquema marxista de processo de domínio do homem sobre a natureza e produção da riqueza universal do gênero humano, todavia, historicamente quando as tecnologias são empregues e produzidas para pessoas não desabilitadas as mesmas são consideradas como parte integrante e necessária do mundo social, em contrapartida, quando tais aparatos tecnológicos são planejados especificamente para pessoas com deficiência os mesmos são considerados como especiais, peculiares, distintivos.

Exemplo salutar reside no fato de que quando um aparelho é utilizado por pessoas sem deficiência devido a uma incapacidade corpórea o mesmo não é analisado a partir da perspectiva da inabilidade ou insuficiência para realizar tal tarefa. É inconcebível interpretar pessoas saudáveis como portadoras de alguma restrição porque necessitam de aviões para voar. Essa dependência não é vista como limitação ou prova de alguma incapacidade, mas, sim, fruto da engenhosidade humana. Voar sem poder ter asas é um fato única e exclusivamente humano. Porque o mesmo raciocínio não poderia ser aplicado para alguma deficiência? Se locomover satisfatoriamente sem ter pernas ou apresentando os principais membros da função locomotora comprometidos mediante o

auxílio de uma cadeira de rodas também não será algo genuinamente humano? Ora, essa é a marca indelével do trabalho humano, a citar, o domínio do homem em relação à natureza e a sobreposição dialética do reino da cultura sobre as esferas biológicas. É nessa máxima que Finkelstein (1980) projeta o caráter emancipatório de sua terceira fase analítica.

Para que a fase idealizada por Finkelstein se torne matéria é preciso se livrar dessa pecha segregacionista que distingue com o rótulo de especial e diferente os aparatos/ferramentas tecnológicas produzidas especificamente para pessoas com deficiência. Um livro em Braille não possui nada de especial se comparado a outro impresso para videntes. São duas unidades de um mesmo exemplar. O especial dele é o conteúdo e não a forma condensada que disponibiliza suas informações, na medida em que ontologicamente não faz qualquer diferença se apropriar de um determinado conhecimento pela via tátil ou visual. Importa a apropriação do conteúdo.

Quando imaginamos alguém dirigindo em uma estrada até chegar a um cruzamento no qual se desliga de uma rota para escolher outra não induzimos cognoscitivamente que tal pessoa perdeu alguma coisa porque seguiu um novo caminho. Raciocínio similar deve ser aplicado às pessoas com deficiência. O desvio de uma modalidade de existência (por exemplo, ver) para outra (digamos, a cegueira) apenas pode ser chamado de perda se a primeira modalidade é utilizada como padrão de julgamento sobre a segunda, todavia, em termos de existência física, corpórea, inegavelmente existe uma variação quase infinita de padrões que podem ser utilizados. Nestes termos, o julgamento negativo direcionado as pessoas com deficiência representa concomitantemente a aceitação tácita de um padrão de normalidade imposto pelos setores hegemônicos da sociedade. Está é a mácula social da fase 2 descrita em Finkelstein (1980), caracterizada pelo aumento das hipóteses normativas e pela segregação dos que se distinguem destes padrões. É a pré-história da deficiência em sua forma mais desenvolvida, de cujo superar apenas se depreenderá mediante transformação radical da sociedade.

Apresentada a tipologia trifásica de Finkelstein, mostra-se salutar destacarmos que a ideia em se pintar um quadro da criação e eliminação da deficiência em três fases distintas se mostra muito atraente, assim como a possível visualização da última etapa como aquela em que os recursos materiais e tecnológicos terão uma distribuição universal e, por conseguinte, as pessoas deixarão de ser oprimidas devido à desativação das convenções sociais e dos ambientes incapacitantes. Tal modelo trifásico se arquiteta sob a lógica da linearidade, percebendo evoluções em estágios intermediários até a chegada a um final previsível de superação por incorporação de todas as problemáticas anteriores. Ora, apesar de Finkelstein (1980) não citar tal tipologia como influenciada por outros escritos, a mesma repete processos já conhecidos na literatura, tais como a mudança do homem a partir da utopia primitiva do Jardim do Éden até o paraíso descrito mediante seis etapas

por Santo Agostinho e o esquema deveras conhecido de Marx da passagem do comunismo primitivo para a escravidão, deste para o feudalismo, o capitalismo, o socialismo, e, finalmente, o estágio final da humanidade, o comunismo, que representa o fim de todas as classes e do Estado como veículo tutelar sobre a organização social. Nesse sentido, podemos chamar o modelo de inovação por repetição, posto que apresente problemáticas novas sob diretrizes já consagradas.

Várias críticas foram feitas ao modelo analítico tecido pelo ativista sul-africano no seio dos próprios estudos sobre deficiência. A primeira delas foi desenvolvida por Fine e Ash (1988), que contestam a validade do arquétipo de Finkelstein pelo fato de este restringir seu foco analítico apenas para as limitações físicas impostas pela deficiência, não incluindo categorias como problemas de aprendizagem, dislexia e outras condições aparentemente “invisíveis”.

Contudo, a crítica mais difundida ao modelo de Finkelstein diz respeito ao otimismo demasiado expresso pelo mesmo, além da suposta legitimidade do caminho utilizado pelo ativista britânico/sul-africano para a construção de seu dispositivo heurístico. Meyerson e Scruggs (1988) questionam a validade das afirmações de Finkelstein, pois apesar de reconhecerem a inovação de tais assertivas e da importância destas na luta contra a opressão, discordam da materialidade projetiva das mesmas, na medida em sua tipologia clama pela superação de um estágio histórico sem a análise amíúde de seus prepostos constituintes.

Inegavelmente, tais críticas são pertinentes, todavia, não se pode perder de vista alguns elementos por diversas vezes anuviados pelos aludidos autores. Primeiramente, Vic Finkelstein é um ativista com deficiência física fundador de uma organização social contra a segregação de deficientes físicos, logo, é mais do que compreensível sua ênfase exacerbada sobre as limitações que o ambiente atribui a seu próprio corpo. Segundo, o modelo de Finkelstein trata-se antes de tudo de um manifesto político que suscita uma plataforma radical de combate à discriminação social, econômica e simbólica enfrentada pelas pessoas com deficiência e ao conceito etéreo de norma que tanto nos tem moldado física e espiritualmente, coerentemente, não há qualquer sentido de o mesmo fazer concessão a outras formas de análise.

Seguindo esta lógica indutiva, para Finkelstein (2001), as pessoas com deficiência não querem ser normais, pois a norma já os inferioriza de alguma forma. O desejo, portanto, não é o reconhecimento da heterogeneidade pela afirmação da homogeneidade, e, sim, o anseio para que o ambiente social e físico seja transformado de acordo com as mais diversas necessidades por elas expressas, tal como durante séculos e séculos o mesmo tem sido acomodado para atender a necessidade a as percepções única e exclusivamente dos não deficientes. Tracejar tais ideias em uma época de aceitação *ipsis litteris* do discurso médico delineia uma posição ousada e inovadora que aponta inúmeras contradições no entendimento mais convencional da deficiência. Esta é a

função de seu modelo trifásico, justificado pelo fato de o mesmo poder ser utilizado como uma espécie de ferramenta para nos fornecer, mediante inquietações extracotidianas, situações que de outro modo são difíceis de serem explicadas, e a deficiência, devido a sua complexidade constitutiva, certamente é uma delas. O modelo engendra a projeção de um entendimento, cujo teor reside na desestabilização do habitual e rotineiro, por isso, sua importância na explicação de fenômenos sobre bases contra-hegemônicas.

Seu corpo de análises interpreta e explica a categoria deficiência como produção histórica, deslocando o foco do indivíduo para o social, do natural para o cultural, uma vez que a institucionalização não mais é interpretada como acidente de percurso ou fruto da caridade, e, sim, produto de um sistema material estruturado para um modelo de homem abstrato, igualmente, a segregação e exclusão enfrentada pela pessoa com deficiência também deixa de ser explicada pelo suposto caráter faltante de alguma função ou órgão. Finkelstein (2002, 2005) vê a causa da incapacidade como social em sua essência. É a sociedade que por intermédio de suas múltiplas relações (pessoais e físicas, pois o ambiente também se relaciona) desativa e desabilita as pessoas com deficiência, por conseguinte, para se eliminar a deficiência torna-se necessário a transformação das relações sociais que a sustenta.

Influenciado e desestabilizado pelas ideias acima, Oliver (1990) publica a obra mais impactante no que se refere a uma mudança de rota na explicação da deficiência, intitulada “*The Politics of Disablement*”, verdadeiro marco na popularização e difusão dos Disability Studies. Resgatando o clássico de Hunt (1966) e as ideias da UPIAS, Oliver (1990) destaca que qualquer que seja a natureza ou causa da deficiência, os problemas principais enfrentados pelos deficientes residem da desativação do ambiente e das múltiplas barreiras dispostas, a citar, barreiras atitudinais (relacionada à atitude das pessoas consideradas normais em relação aos deficientes, tais como o sentimento de caridade, dó, afastamento, etc.); barreiras econômicas (a pobreza, a discriminação no mercado de trabalho, a impossibilidade de autossustento, dentre outros); barreiras físicas (por exemplo, falta de transportes, prédios, cinemas e praças esportivas acessíveis, escolas adequadas) e barreiras políticas (falta de uma legislação específica que combata a discriminação e que institua direitos inalienáveis como trabalho, lazer, educação, saúde, habitação).

Neste complexo, o sistema capitalista foi interpretado como o principal impeditivo ao progresso econômico e cultural das pessoas com deficiência, cuja opressão adquire um caráter objetivo que se estabelece para além das relações dialógicas denegatórias enfrentadas cotidianamente ao se estender a dimensões não restritas ao terreno da linguagem, do misticismo ou biologia. A possibilidade de exploração da força de trabalho determina quem é ou não deficiente, incluído ou marginalizado pela sociedade, na medida em que as relações de produção definem a

própria condição social de invalidez. No terreno do capital, obsecado pela exploração da força de trabalho, aqueles que são vistos como potencialmente menos exploráveis pelos detentores dos meios de produção, tais como as pessoas com deficiência, em razão de seu suposto desajuste em relação à normalidade instituída pela parafernália industrial, são alijados ou incorporado nas funções de menor visibilidade de tal estrutura.

Esse fenômeno não deve ser visto como acidental ao capitalismo. Faz parte de sua estrutura, é endêmico tal como suas crises, a exploração do trabalhador e sua condição miserável, o desmatamento irresponsável e ingovernável da natureza, a necessidade de desemprego e da constituição de um exército industrial de reserva não incorporada à produção com vistas à manutenção dos baixos salários e das condições degradantes de trabalho. Enfim, todos esses fenômenos, nada naturais, não podem ser vistos, em hipótese alguma, como aberrações ou frutos do acaso de determinada época histórica, apenas podendo ser superados com a superação do próprio sistema.

Extrapolando tal raciocínio a fim de destacar que é o sistema que produz a deficiência da forma como a conhecemos, Abberley (1987) e Barnes (1996) alertam que para além das esferas laboriosas, o capitalismo fabrica diversas formas de deficiência como resultado de seus fatores políticos, sociais e culturais, nada havendo de inevitável nesta dimensão. Não podemos esquecer que a etiologia de várias deficiências está relacionada a má nutrição, extrema pobreza, falta de água encanada e potável, inexistência de saneamento básico, inacessibilidade de remédios e atendimento médico adequado devido a impossibilidade de pagar por estes serviços, recursos, ferramentas, cabendo ainda citar o aumento da criminalidade e guerras, além de condições de trabalho inadequadas. O que há de natural, biológico ou casual nesta condição?

Coisa alguma, principalmente quando partimos do pressuposto que as camadas mais favorecidas economicamente não sofrem de qualquer dessas mazelas. Por um simples exercício de especulação indutiva abrolha deste contexto duas aviltantes constatações: Pela exclusão das atividades laboriosas e a iníqua renda obtida pela imensa maioria das pessoas com deficiência, ser deficiente tem significado estar alijado dos serviços básicos a uma existência efetivamente digna, ou em outros termos, ser deficiente significa, invariavelmente, ter uma vida precária; assim, como, em famílias pobres existe uma tendência acentuada em se adquirir deficiência devido a falta destes serviços já citados. Em síntese, a deficiência tende para a pobreza como a pobreza para a deficiência. Modular se mostra a assertiva de Hunt (1966) ao frisar que “ser pobre é ter metade do caminho andado para tonar-se deficiente”.³⁴ Isso significa que em condições excelentes de

³⁴ A relação entre pobreza e deficiência pode ser facilmente constatável por via empírica. Dados de Robert Metts (2000) mediante levantamento das estatísticas apresentadas pela OMS, ONU, UNICEF, OIT e Banco Mundial atestam

existência veremos o desaparecer das deficiências? Claro que não, todavia criaremos um novo significado para tal termo, não deletério como o atual, e garantiremos que nenhuma pessoa se torne deficiente por falta de serviços adequados e de possibilidades que uma sociedade efetivamente democrática deveria garantir para todos seus membros.

O retrato da situação periclitante e a análise social da mesma contribuíram decisivamente para o estabelecimento e desenvolvimento do verniz intelectual pincelado pelos teóricos do modelo social, embora, cronologicamente, ainda se encontre na prematuridade de sua vida. A precocidade histórica do modelo social é notoriamente perceptível, de acordo com Barton (2008), quando após um simples processo matemático de contagem de seus anos percebemos que o mesmo ainda não completou um cinquentenário de existência. Entretanto, tal prematuridade não impediu que suas ideias se alastrassem pelos vértices acadêmicos de diversas universidades europeias, principalmente àquelas situadas na Inglaterra.

Certamente um dos elementos mais significativos que afiança academicamente a representatividade dos Estudos da Deficiência é a publicação no ano de 2007 pelo britânico Anthony Giddens - seguramente dos sociólogos mais lidos e aclamados contemporaneamente- da sexta edição do livro “*Sociology*” (ainda não traduzida para o português), obra na qual o capítulo, antes intitulado “*Health, Illness and Aging*”, e que falava fundamentalmente sobre Sociologia da Medicina é rebatizado como “*Health, Illness and Disability*”, universo que apresenta o subcapítulo intitulado “*The Sociology of Disability*”.

Neste texto, Giddens (2007) resgata brevemente a história da UPIAS e destaca o caráter inovador da distinção feita por Oliver entre o modelo social e o individual de interpretação da deficiência, realçando também as inovações realizadas pela revista *Disability & Society* e por intelectuais perfilhados a perspectiva de materializar uma discussão de fato sociológica sobre a deficiência. Em referido capítulo já existe uma clara e notável distinção, inexistente nas edições anteriores, entre Sociologia da Medicina e Sociologia da Deficiência, a qual sinaliza com maior intensidade o fosso e a diferença de perspectiva existente entre as duas vertentes teóricas, além de marcar a Sociologia da Deficiência como campo constituído academicamente.

cristalinamente tal nexos conjuntivo. Cerca de 600 milhões de pessoas ou 10% da população mundial apresentam algum grau de deficiência física, dos quais 80% vivem nos países pobres ou em desenvolvimento (OMS). Um de cada cinco habitantes mais pobres do mundo tem uma deficiência (estimativa do Banco Mundial); 20 milhões de mulheres a cada ano sofrem uma deficiência e complicações de longo prazo como resultado da gravidez e do parto (OMS); Mais de 100 milhões de meninas e mulheres só em mais de 28 países africanos tem deficiência em consequência de mutilação genital (UNICEF); 82% das pessoas com deficiência vivem abaixo da linha da pobreza em países em desenvolvimento (ONU); Estima-se que 386 milhões de pessoas em idade ativa no mundo são deficientes, diz a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O desemprego entre os deficientes chega a 80% em alguns países. Muitos empregadores supõem que as pessoas com deficiência sejam incapazes de trabalhar; Para cada criança morta na guerra há três feridas e portadoras de deficiências permanentes .

Destarte, a consolidação dos *Disability Studies*, Estudos da/sobre Deficiência ou modelo social da deficiência ocorreu de maneira incrivelmente rápida, prova disso é que em pouco mais de três décadas já podemos notar no seio da sociedade britânica a publicação de livros, biografia, a criação de cursos, filmes, programas de pós-graduação e publicação de manifestos ancorados em seus pressupostos. Convém ainda destacar o ponto de vista de Zola (1989, p.18), escritor mais influente sobre a deficiência e vida independente em toda a América do Norte, para quem “[...] o modelo social foi o dispositivo que mais ofereceu contributo ao formar de um novo pensar sobre a deficiência. Sua influência e radicalidade são tamanhas que sequer podemos falar em uma prática de ressignificação, é construção de algo novo. Um novo paradigma”.³⁵

De acordo com Oliver (2006), essa crescente popularidade coincidiu com a difusão das críticas dirigidas ao mesmo, tanto em termos de sua utilidade como aplicabilidade. Em tal esteio, para autores como Bury (2001), o predomínio do modelo social da deficiência é tão deletério quanto àquele exercido pelo chamado modelo clássico, na medida em que impede o desenvolvimento de ideias contrastantes pela adoção de um prisma pré-moldado. Todavia, discordamos do argumento por não acreditarmos que os pressupostos do modelo social tenham se constituído como o saber dominante na sociedade.

Ora, acadêmica e cotidianamente as pessoas ainda interpretam a deficiência no mais das vezes como uma tragédia pessoal derivada de algum comprometimento. Isso é exatamente a antítese do que colocam os fundadores do modelo social. Que o modelo alcançou repercussão acadêmica em terras londrinas resta pouca dúvida, contudo, tal fenômeno deveu-se muito mais a radicalidade e inovação de suas afirmações do que propriamente a quantidade de artigos publicados sobre esta perspectiva, mesmo porque, *strictu sensu*, ainda existe apenas uma revista em todo o Reino Unido em tal escopo teórico, a *Disability & Society*.

O raciocínio de Bury (2001) é contestado, inclusive por Shakespeare (1996d), possivelmente o crítico de maior sucesso na empreitada de colocar sob júdice alguns dos elementos impressos pelo modelo social da deficiência. De acordo com o referido autor (SAHKESPEARE, 1996d, p.117-118)

Não se mostra surpreendente as resistências que o modelo social encontra para propagar suas ideias no sentido de transformá-las em senso comum no grosso da população. É até natural. Anos de pensamento médico deixam marcas que não podem ser apagadas da noite para o dia, por isso, muitos ainda se mostram relutantes ou mesmo incapazes de

³⁵ Nas palavras de Oliver (1992, p.108) “quando criamos, no ano de 1986, a revista *Disability, Handicap & Society*, não podíamos imaginar que 15 anos depois estaríamos assistindo uma conferência em Washington para discutir especificamente os rumos dos estudos sobre a deficiência e a necessidade de estender suas ideias para as mais diversas partes do globo. Também não esperávamos nos deparar com uma verdadeira proliferação de livros, artigos e cursos tentando explicar os fundamentos daquilo que havíamos criado, o modelo social da deficiência”.

compreender e aceitar o modelo social. Sinceramente, curioso seria se fosse diferente. Entretanto, nos custa a acreditar que as disciplinas acadêmicas também não se apropriem destas ideias. É revoltante o estado que as mesmas se encontram na análise da deficiência. É como se tivessem apagado trinta anos dessa história com uma borracha e isso não pode ser aceitável. Assim, ainda é muito comum a leitura de textos relacionados com a deficiência nas ciências humanas que não fazem qualquer referência aos trabalhos de Oliver, Barnes, Finkelstein, Morris e outros. Essa ignorância pode ser esperada das ciências médicas, a quem a perspectiva do construcionismo social é um desafio fundamental e de difícil apropriação, no entanto, é angustiante, para utilizarmos um termo brando, que a mesma se perpetue em áreas com a Pedagogia, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, o Direito e, pasmem, a própria Educação Especial. Todos estes campos ainda continuam presos, na imensa maioria das vezes, ao debate sobre a deficiência a partir de duas perspectivas: uma psicológica e outra derivada da sociologia médica. Ambas se ancoram no modelo individual, assim, nenhuma delas se mostra adequada ou eficaz na compreensão das experiências de pessoas com deficiência. É como se continuássemos a interpretar o universo tal qual se o sol girasse em torno da terra quando o modelo copernicano se faz presente a alguns séculos. Uma avaliação imparcial dos recentes desenvolvimentos no campo da deficiência teria que incluir obrigatoriamente ao menos dois pontos principais. O movimento auto-organizado das pessoas com deficiência e a teoria do modelo social que este desenvolvimento político está associado, os quais tiveram enorme impacto na sociedade britânica e no resto do mundo. As análises liberais e individualistas, assim como as intervenções políticas erigidas sob o escrutínio do modelo individual há anos não conseguem ter impacto significativo em termos emancipatórios no que tange a solução dos problemas das pessoas com deficiência. No entanto, o radicalismo do modelo social tão repudiado por alguns teve um efeito incontestável, resultando tanto em melhorias sociais e na capacitação individual. A prova do pudim está em comê-lo como aponta Engels, e apesar da hostilidade muitos, o modelo social trouxe grandes benefícios às pessoas com deficiência.

O modelo social se tornou popular, como o próprio Shakespeare (2000b) argumenta, contudo, sua popularidade não significou necessariamente um amplo e extenso processo sinonímico de apropriação de seus fundamentos basilares. A psicologia e a medicina ainda, na visão do autor, ditam as normas postas nas relações cotidianas quando falamos de deficiência. Além disso, como um saber que se propõe radical e almeja a transformação da sociedade pode ser considerado equivalente quando do alcance de uma posição hegemônica em relação a outro saber cujo intuito está justamente na preservação das relações sociais? Tal colocação de Bury (2001) parece mais uma metáfora da linguagem erigida sobre uma lógica linear que não se aprofunda de fato nos condicionantes característicos da produção do saber que um raciocínio especificamente político.

Escusado enfatizar que a teleologia exposta como pano de fundo na gestação do modelo social busca investigar a fabricação da deficiência em distintas épocas históricas, assim como analisar o papel a ser desempenhado pelas teorias, práticas e políticas na transformação ou manutenção desse contexto. Intui desafiar a visão da deficiência como déficit individual que apenas pode ser remediada mediante intervenção médica, objetiva, assim, destacar a qualificação da deficiência do campo dos mitos, ideologias e do estigma, assim como romper pela raiz o falso suposto de que o *status* social e os papéis depauperados atribuídos às pessoas com deficiência são derivados da inevitabilidade de sua condição. Se embasando em tais elementos e nas assertivas da

UPIAS, de acordo com Barton (2009, p.141), os *Disability Studies*, “abordam a sociedade e não as lesões. Constituem um campo de estudo acadêmico sobre a sociedade em que vivemos, dentro desta, das experiências dos deficientes e da forma de confrontar a discriminação material e simbólica”. Tal composto apresenta distinções clarividentes se comparada à perspectiva individual de interpretação da deficiência. Não compõe o mesmo cenário, assim, carece em ser apropriada em suas minúcias.

4. OS DISABILITY STUDIES

O modelo social se caracterizou pela afirmação de que a principal causa da exclusão social enfrentada pelas pessoas com deficiência reside na forma como a sociedade reage a suas diferenças. No entender de Finkelstein (2001), desde a materialização dos princípios do modelo social nota-se claramente a difusão de uma grande quantidade de outros modelos³⁶ que se propõe explicativo e tentam estabelecer novos caminhos para políticas públicas sobre a deficiência, assim como oferecer o melhor cabedal explicativo no que tange a explicação da citada condição. Contudo, todos estes modelos continuam vinculados umbilicalmente ou ao modelo individual ou ao modelo social, como consequência, o debate sobre as referidas perspectivas ainda passa por um acalorado confronto entre as duas concepções. E como bem aponta Santos (2008, p.503),

Há duas maneiras diferentes de compreender a deficiência. A primeira afirma que a deficiência é uma manifestação da diversidade humana que demanda adequação social para ampliar a sensibilidade dos ambientes às diversidades corporais. A segunda perspectiva sustenta que a deficiência é uma restrição corporal que necessita de avanços na área da Medicina, da reabilitação e da Genética para oferecer tratamento adequado para a melhoria do bem-estar das pessoas. Já para a compreensão da deficiência como uma desvantagem social e um processo de opressão pelo corpo, os instrumentos analíticos e políticos estão nas ciências sociais e, partindo desse pressuposto, a melhoria das condições de vida da pessoa com deficiência seria possível com as adequações nos ambientes sociais, tornando-os inclusivos.

Posto isto, de acordo com Finkelstein (2001), as formas de se compreender a deficiência não permitem epistemologicamente o nascimento de uma miríade de modelos, posição que também encontra guarida em Santos (2008). Nesse sentido, para Oliver (2008, p.24), a emergência desta quantidade infindável de modelos não ajuda na compreensão da deficiência,

Por minha parte, prefiro compreender a deficiência em termos de dois modelos: o individual e o social. Os modelos são maneiras de traduzir ideias em prática, este é seu elemento cardeal, embora muitas vezes deixado em segundo plano. A ideia subjacente ao modelo individual foi e é o da deficiência como forma de tragédia pessoal. Em contrapartida, a ideia por trás do modelo social é a de que a deficiência resulta de uma restrição imposta externamente. Todas as outras divergências, quando não recorrem a esta distinção, tendem a se perder no vácuo da superficialidade. Esta é a pedra de toque que marca a posição de cada um dos modelos explicativos. Eu não nego a influência (algumas

³⁶ Rodrigués-Diaz & Ferreira (2010) destacam três modelos grandes modelos de explicação da deficiência: a) *modelo tradicional*, associado a uma visão animista que opta por interpretar a deficiência como castigo divino ou maligno; b) *modelo da reabilitação*, situado em um plano de intervenção médico-profissional sobre o sujeito; e, c) *modelo da autonomia pessoal*, cuja teleologia está relacionado ao alcance de uma vida independente como objetivo básico.

positivas, outras negativas) da caridade, medicina e bem-estar na vida das pessoas com deficiência, mas nenhum destes, em minha visão, oferecem um fundamento suficiente para a construção de um modelo distinto de deficiência que objetive a emancipação social.

De acordo com Oliver (1990), a premissa básica do modelo individual consiste na definição do sujeito pelo seu déficit, desde este ponto de vista, a pessoa com deficiência se reduz a sua deficiência. Localiza o problema da deficiência no interior do indivíduo e de seu estado fisiológico/físico/funcional, pertence a seu corpo, destarte, a exclusão derivada da deficiência nada mais representa do que um fenômeno natural ocasionado por limitações funcionais intangíveis.

Os critérios utilizados para se chegar a esta configuração, na maioria das vezes, tem como referência a perda completa ou parcial de certos órgãos/funções, assim, a identificação da deficiência, sob o prisma do modelo individual, acaba por se materializar de maneira concomitante ao isolar das características desses órgãos e funções por via de comparação com medidas tipificadas como normais e ideais. Com isso, criam-se critérios que estabelecem para cada órgão ou função comprometida determinados limites da deficiência, por exemplo, capacidade auditiva, intervalos de QI, acuidade visual, dentre outros. Esquadrinha-se o corpo na busca do intervalo ideal de suas referências e medidas para cada órgão ou função particular. Mais do que nunca o homem passa a ser visto como compósito de funções isoladas, cujo correto funcionamento necessita da máxima harmonia entre elas. Qualquer desvio afeta o equilíbrio e precisa ser sanado em sua raiz, ou seja, pelo tratamento da partícula que compõe o todo. Eis o funcionalismo revitalizado. Seguindo esta linha analítica, Patrícia Brogna (2005, p.45) destaca que

As práticas históricas do modelo individual da deficiência têm evoluído no sentido de arremontar significados a corpos distintos, criando infinitas categorias através das quais são definidas as patologias, os sinais e sintomas transcritos na matéria corpórea. A visão por trás deste modelo mostra a deficiência como uma questão de "saúde-doença" e inclui a ideia de "sujeito a reparar". Esta dissecação clínica fragmenta a deficiência sob a forma de inúmeras manifestações fisiológicas, impedindo a possibilidade de consolidação de uma imagem coletiva como plataforma de luta, na medida em que todas as forças são destinadas a terapia e reabilitação, responsáveis por focar as particularidades do todo.

O biologicismo e organicismo componentes deste modelo considera a ciência natural como a ferramenta mais apropriada para explicar a deficiência como objeto de estudo. Sob este escopo analítico, no mais das vezes, a investigação se realiza pela valência de um enfoque clínico e psicométrico obtido mediante métodos experimentais que pontuam sob o ângulo positivista a questão da deficiência. A categorização é considerada como parte cardeal do processo do

entendimento do fenômeno, objetivando estabelecer as causas do déficit, os sintomas característicos de cada tipo de deficiência e elencar formas específicas de tratamento que correspondam à dada situação.

Indubitavelmente, os mecanismos de instrumentação técnica, como a psicometria, respondem a pretensão de tornar visíveis, objetivos, calculáveis e confiáveis os aspectos da deficiência antes entendidos como sobrenaturais e intangíveis, tais como a ideia de inteligência, personalidade, quantificação das deficiências sensoriais, físicas, etc., arquitetura erigida como base de justificativa para a tomada de decisões sobre os tratamentos porventura estabelecidos em relação à referida deficiência/déficit. A tipificação tem duas funções explícitas: orienta a investigação, conferindo a mesma um caráter científico, e guia a prática, sendo esta definida a partir de um conjunto de pressupostos normativos estabelecido pelo corpo de profissionais supostamente responsáveis pelo tracejar dos caminhos a serem trilhados pelas pessoas em situação de tratamento. Sobre esta lógica se organizam os sistemas de serviço para as pessoas com deficiência, dentre os quais podemos citar: a reabilitação, a psicoterapia, e também a educação especial.

Talvez a autora mais crítica ao modelo individual da deficiência seja Simone Brisenden (1986), deficiente física institucionalizada durante longos anos, para quem, o corpo médico desconsidera a experiência da deficiência, reproduzindo mitos sobre a mesma por meio de livros, artigos, palestras e entrevistas. O sentido do mito em Brisenden (1986) deve ser visto como falsificação da realidade, um mecanismo utilizado com vistas à inversão da verdadeira causa do fenômeno³⁷. Para ela, o significado da deficiência validado pelas ciências da saúde se mostra extremamente limitado porque não consegue lidar com as necessidades específicas de cada indivíduo, descrevendo os fatos de forma isolada e parcial, pilar que tenciona a perigosa ideia de que as pessoas com deficiência falham em algum aspecto de sua humanidade.

Em virtude destes lineamentos, a conclusão que Brisenden (1986, p.175) chega é a de que os médicos não podem dissertar sobre a deficiência, pois não a entendem, simplificam um fenômeno sumamente complexo e de cuja compreensão é necessário ir para além de escrutínios biológicos, ainda que estes possam e devam ser utilizados como ferramenta mediativa que incrementa as possibilidades de vida dos referidos sujeitos. A intrusão da medicina se situa quando, além do tratamento, os médicos determinam a forma de vida das pessoas a partir de uma imagem de mundo governada por pessoas sem deficiência e desenhada exatamente para estas, em outras palavras, o problema do ponto de vista médico convencional consiste no fato de arquitetar suas relações de

³⁷ Portanto, distinto do tratamento dado ao fenômeno pela antropologia, para quem, o mito, ainda que possa conter distorções na igualdade absoluta que anuncia, materializa verdades parciais ao indicar uma singularidade de determinado acontecimento que se mostra fundamental a compreensão do fenômeno, constitui, portanto, um valor, um ideal social. É preciso levar os mitos a sério, diria Roberto da Matta (1990).

poder de maneira que todas as pessoas estejam situadas na perspectiva do paciente, literalmente aquele que resiste, recebendo inerte e passivo o tratamento, sem reconhecer que o indivíduo tem de ponderar se o tratamento proposto se encaixa na economia global de sua vida. Este é o maior obstáculo a ser enfrentado em tal saber.

Se a experiência da deficiência é sempre apresentada sob o contexto da medicina, invariavelmente será entendida como um conjunto faltante de peculiaridades físicas, intelectuais ou sensitivas, perpetuando, assim, o falacioso mito de que as pessoas com deficiência necessitam de auxílio profissional em todas as esferas de sua vida. Nesse sentido, de acordo com Brisenden (1986, p.177)

A primeira coisa a se ressaltar é que não somos "os deficientes". Somos pessoas com deficiência ou mesmo pessoas em situação de deficiência. É importante que nós não permitamos ser julgados como se todos nós vivêssemos representados sob esta grande categoria metafísica: "os deficientes". Seu efeito produz uma patente despersonalização, varrendo nossa individualidade como se a mesma fosse insignificante de ser apreendida, por conseguinte, é nos negado o próprio direito de ser visto como indivíduo, não fracionado, único. Apenas me permito utilizar a palavra deficiente para abranger todas as pessoas com deficiência quando se tem explicitamente o pressuposto de lutar pela transformação social e melhorar a condição de visibilidade e inserção de todos na sociedade. Isto porque, a palavra "deficiente" é usada como um termo geral para cobrir um grande número de pessoas que não têm absolutamente nada em comum com os outros, exceto que não funcionam exatamente da mesma maneira como as pessoas chamadas normais. Por conseguinte, este grande número de pessoas são consideradas "anormais". Somos vistos como "anormais" porque somos diferentes, somos pessoas problema, sem os equipamentos necessários para a integração social. Mas a verdade é que, como qualquer pessoa, temos uma gama de coisas que podemos e não podemos fazer e uma série de habilidades mentais e físicas que são únicas para nós, assim como para qualquer outro ser humano. Este processo de rotulagem conduz a nossa exclusão de todas as esferas da vida social.

Existe, por conseguinte, a ideia implícita de que se a sociedade for organizada de forma mais equitativa, muitos dos problemas associados ao não estar física e psiquicamente perfeitos poderiam desaparecer. Este é um dos pressupostos cardeais ao modelo social. Possivelmente o exemplo mais clarividente nesse escopo se refira ao problema que as pessoas com deficiência encontram para acessar edifícios e instalações da comunidade devido ao ignorar de suas necessidades, pese a luta por um ambiente mais acessível. Para Brisenden (1986, p.178) “somos desativado por edifícios que não foram concebidos para nos admitir, contar com nossa presença. Isto, por sua vez, leva a uma série de outras desativações no campo da educação, na vida social e nas possibilidades de ganharmos um emprego”.

Jorge Luis Borges, em seu *Libro de sueños* (1976), sintetiza, em nossa opinião, a concepção de deficiência em Brisenden quando destaca que ser cego é apenas uma das muitas formas corporais de estar no mundo. A deficiência visual não significa isolamento ou sofrimento, pois não há sentença biológica de fracasso por alguém não enxergar. O que existe são contextos sociais pouco sensíveis à compreensão da diversidade corporal como diferentes estilos de vida. A máxima de Brisenden (1986) pode ser tirada quase *ipsis litteris* desta assertiva, a citar, ser deficiente é apenas uma das múltiplas formas de estar no mundo.

Os escritos antropológicos nos fornecem indicativos da veracidade deste argumento e dos próprios conceitos erigidos pelos autores do modelo social no que diz respeito à concepção de que a mudança do ambiente e das relações sociais altera o significado e sentido que a deficiência desempenha na sociedade.

Barret e McCann (1979) em estudo etnográfico no oeste da África destacam que uma tribo isolada próxima à Costa do Marfim tem como uma de suas peculiaridades o fato de diversas pessoas da comunidade nascerem com apenas dois dedos em cada mão. Contudo, os autores reiteram que isto não parece fazer qualquer diferença na assimilação destes por parte da sociedade, na medida em que participam das atividades de trabalho, lazer, festas e educação. Para Barret e McCann (1979), possivelmente tais diferenças seriam consideradas patológicas em nossa sociedade e seus sujeitos seriam submetidos à intervenção médica, mas não naquela realidade africana.

Outro estudo revelador quanto a estas questões foi feito por Gwaltney (1970), que ao analisar uma vila mexicana constatou um significado singularmente diferente atribuído a cegueira naquele contexto. Em tal vilarejo, existia uma crença de que a cegueira representava uma consequência de um desígnio divino que objetivava representar *in corpore* que algo de errado estava acontecendo com a população. A criança cega era considerada como sinal de um envio concreto sobre a necessidade de mudança no curso da vida da comunidade, logo, facilmente acomodada e inserida em todas as relações sociais do grupo. Tão logo de sua constatação recebia um guia que ficaria responsável por lhe ensinar tudo o que outras crianças tinham acesso a fim de facilitar sua integração social. Gwaltney (1970) comenta que no pobre vilarejo mexicano nenhuma criança ou adulto cego se encontrava isolado da comunidade, tampouco se localizou tentativas de reverter o processo no sentido de buscar sua cura. A sociedade se ajustava de forma a acomodar a cegueira, sem qualquer discriminação aparente ou velada.

Até mesmo nos casos em que a deficiência era vista claramente como sinal de malfazejo, tal etiquetamento não necessariamente levava a exclusão de seus sujeitos. Silva (1986) destaca que os Xangga, tribo indígena que vivia ao norte da Tanzânia, também acreditava que as deficiências apresentadas por seus habitantes seriam fruto de espíritos malignos. Contudo, não maltratavam ou

matavam estas pessoas como acontecia entre os espartanos, muito pelo contrário, pois acreditavam que os espíritos malfazejos que as habitavam, ocasionando distúrbios físicos e mentais, se deliciavam ao tomar o corpo destes sujeitos e era exatamente este deliciamento que tornava possível a vida dos demais membros em um estado de normalidade. Sob esta simbologia a deficiência tornava-se fundamental a manutenção de um povo. Não era motivo de tragédia, pois contrabalançava e criava uma equação simbólica para a vida social.

De todos os estudos que demonstram a adaptação da sociedade em relação à deficiência, certamente o mais famoso e conhecido é o de Martha's Vineyard, comunidade localizada em Massachusetts. Como documentado por Nora Ellen Groce (2004), uma porcentagem anormalmente alta de pessoas surdas viveram na ilha de 1700 a 1952, devido a casamentos mistos e a presença de um gene dominante na surdez. Em razão deste elemento, de acordo com Groce (2004), a imensa maioria dos habitantes da ilha se tornaram bilíngues em inglês falado e na língua de sinais, cuja razão parece estar relacionada a três elementos, quais sejam: a) muitas famílias tinham pelo menos um membro surdo; b) os surdos se encontravam social e economicamente integrados; c) os habitantes perceberam que a língua gestual guarda algumas vantagens se comparados à língua falada, facilitando, por exemplo, a comunicação em contextos como mar aberto, além de permitir conversas privadas perto de terceiros que não dominavam este sistema linguístico. Nesse sentido, não se notava qualquer distinção entre surdos e ouvintes na ilha, a qual parecia não ter o menor sentido de ser, por conseguinte, a surdez não aparecia como tragédia pessoal e motivo de exclusão patente.

Respectivos dados são importantes porque, além de lançar luz sobre a experiência de outras culturas, nos permite visualizar a crueldade da discriminação como criação social patente nas sociedades ditas modernas e desenvolvidas, cuja razão da existência está relacionada à inabilidade em se comunicar mediante padrão não normativo. Estes dados contrastam frontalmente qualquer suposto saber médico que defina a deficiência como produto de uma falha do indivíduo. Todos devem se transformar, meio, pessoa com e sem deficiência, essa é a regra social do humano, contudo, historicamente, apenas um vértice tem sido obrigado a cumprir tal máxima, as pessoas com deficiência. Em virtude destes elementos, no entender de Brisenden (1986, p.177),

Pessoas com deficiência devem ser instigadas a lutar contra as estruturas que nos privam de controle e responsabilidade sobre nós mesmos, e, portanto, deixa-nos sem nenhuma chance real de participação na sociedade. Nós somos as vítimas de um círculo vicioso, uma vez que o controle sobre nossas ações e destinos são continuamente negados pela profissão médica, pelos serviços sociais e até por nossas famílias, os quais criam uma tendência para que aceitemos uma situação de dependência como se nossa vida apenas se realizasse sob uma

procuração, fato de cuja materialidade acaba por impedir que nos coloquemos de forma autônoma e libertária perante a sociedade. O controle que exigimos de nossas próprias vidas é aquele que admite que somos tão irresponsáveis como todos os outros e que não podemos sempre fazer a coisa certa. Isto é o que eu quero dizer com o direito de assumir riscos. Se nos querem tratar como indivíduos que somos, então devemos ser autorizados a escolher um modo de vida que confronta todas as opções e os riscos ao longo da vida e que são inerentes ao ato de viver. A vida é sempre um risco, mas que vale a pena ser corrido. Queremos nos arriscar nesta aventura.

Bury (2001) se contrapõe frontalmente a posição de Brisenden, que supostamente estaria presente de maneira implícita nos teóricos do modelo social, destacando que a mesma acaba por negar a existência da própria deficiência, transformando-a quase que em ficção científica, elemento que dificultaria o próprio pensar quanto à projeção de ações que visassem melhorar a qualidade de vida destas pessoas.

A provocação é aceita por Oliver (2008), que ao sair em defesa da colega ressalta primeiramente que os apontamentos de Brisenden não se encontram de forma implícita, mas explícita no modelo social. Em segundo lugar, jamais o modelo social negou a existência da deficiência, atitude tão a gosto da literatura relativista dos pós-modernos. Todavia, enfatiza-se que a deficiência apenas existe na confluência de fatores físicos e psicológicos em relação ao meio, e que este último se mostra determinante se comparado ao primeiro fator, ainda que historicamente essa relação tenha se dado de forma inversa, elemento explicativo do intenso sucesso alcançado pela medicina sobre os corpos das pessoas com deficiência. O que interessa fundamentalmente aos teóricos do modelo social não é a lesão em si tal qual particulariza o saber médico, mas a opressão materializada sobre a condição da lesão que delimita a deficiência. Esta é a temática que retratam.

Essa simplicidade propositiva choca qualquer sabedoria convencional sobre a deficiência em um primeiro momento. Mas também é uma de suas funções. Chocar, ruir certezas, abalar convicções. Isto é profundamente libertador. Afastar os pressupostos acrílicos sobre uma suposta desvantagem natural causada por genes, glândulas, cromossomos, cujo campo nos parece etéreo e metafísico, para um campo no qual estas desvantagens se situam na esfera palpável da estrutura social decididamente não é pouca coisa. Ver a presença de degraus e não a ausência de uma perna como impeditivo ao acesso público realmente nos assombra, assim como olhar para as práticas médicas sob o signo da desconfiança devido ao processo de colonização da deficiência engendrado por seus profissionais.

Em sugestivo e ilustrativo artigo sobre a temática, Oliver (1996a) destaca que o objetivo de qualquer investigação sobre locomoção e deficiência física, apenas para nos valer de um exemplo particular que pode ser universalizado em níveis de abstração para diversas outras relações entre deficiência e sociedade, não deve ser o de fazer com que o deficiente físico caminhe nos padrões

considerados normais, independentemente do que isso signifique. O foco não está em adaptar ou normalizar a condição, e, sim, em criar um ambiente social onde não ter uma perna, hipoteticamente, seja visto como uma condição irrelevante.

A razão de ser das práticas de reabilitação se arqueta sob a definição do corpo de profissionais que definem as supostas necessidades das pessoas com deficiência como necessidades biológicas, quando, na verdade, a reabilitação deveria fincar seu mastro sobre a imperiosidade da apropriação dos direitos sociais como necessidades primárias. Isto em um mundo ideal e livre, contudo, as relações entre o que se prescreve, para que e para quem é prescrito jamais são colocadas as claras pelos gestores do sistema de reabilitação, sedentos pela norma, preposto que assume as vestes de um papel ideológico profundamente influenciador sobre a configuração das relações sociais e da possibilidade de acesso ao patrimônio elaborado pela humanidade.

Entendemos por ideologia um conjunto lógico, explicativo, sistemático e coerente de representações, ideias, valores, normas e regras que indicam, prescrevem e direcionam a maneira pela qual os membros da sociedade devem pensar, o que e como pensar, valorizar, negar, afirmar, fazer, não fazer, objetivando ocultar dos homens a realidade social no intuito de transformar ideias particulares em universais, naturais e, por conseguinte, irrefutáveis. Todas as atividades citadas que pensamos profundamente subjetivas são moldadas por gostos alheios e orientam nossas relações sociais nas esferas cotidianas e não cotidianas como um hábitus, uma segunda pele, uma ação irrefletida no trabalho e no lazer, no público e privado, portanto, possuem um flagrante caráter prescritivo, normativo e regulador. A ideologia efetivamente nos molda, quer queiramos ou não.

E como recurso ideológico, quanto mais invisível, mais perigoso o mesmo se torna. Por isso, a crítica ainda goza de papel fundamental no que tange a projeção de outra forma de realidade possível e na contestação de uma sociedade baseada no fascismo corpóreo. Fascismo este que, no entender de Oliver (1996a), afeta direta e negativamente a vida dos que não podem andar com uma marcha padrão, enxergar e ouvir nos graus definidos como ideais, enfim daqueles que se afastam da linha estabelecida como média. Sob esta linha argumentativa, parece recobrar sentido o apontamento de Jenny Morris (1991, p.3) “de que a ideologia impressa sobre nosso corpo, o corpo deficiente, enfatiza de maneira flagrante que se você não anda, fala, ouve, enxerga ou raciocina rapidamente, talvez sua vida não valha a pena ser vivida”. Este é certamente outro dos grandes desafios enfrentado pelas pessoas com deficiência nos dias atuais, cuja consecução passa diretamente pela superação do processo de medicalização da deficiência.

Contudo, engana-se quem visualiza nestes textos um arcabouço erigido para desqualificar o labor médico. Para Oliver (1990), os médicos desempenham um papel crucial na vida das pessoas com deficiência, cuja consecução está em reduzir ao máximo possível a extensão de sua lesão,

enfermidade, doença ou qualquer outra nome que se dê a existência de um fenômeno disruptivo em termos fisiológicos ou funcionais quanto a média da população, assim como cabe ao corpo médico realizar o melhor tratamento disponível para que outras enfermidades não se manifestem a partir dessa condição inicial. Para além desta esfera, os mesmos não podem contribuir em exatamente nada que não possa ser feito pelos próprios deficientes de forma mais convicta e coerente³⁸.

Inexiste problema algum na esfera de atuação médica, aliás, a mesma se mostra fundamental na vida da pessoa com deficiência. O problema surge quando os médicos tentam usar seus conhecimentos e habilidades para tratar a deficiência e não a lesão. Felizmente, no entender de Oliver (2000, p.14), as pessoas com deficiência começam a se rebelar contra esta situação e exigir mudanças na estrutura social do ambiente em que convivem, pois “(...) sua estrutura conleva a deficiência”.

Destarte, o coração dos *Disability Studies* pulsa a partir da ruptura conceitual de qualquer suposta ligação causal entre deficiência e comprometimento/lesão já materializada no longínquo manifesto outorgado pela UPIAS, sendo singulares as palavras de Finkelstein (2001, p.1) de que “(...) a deficiência é algo imposto em cima de nossas incapacidades pela maneira como somos desnecessariamente isolados e excluídos da plena participação na sociedade. As pessoas com deficiência são, portanto, um grupo oprimido na sociedade”. Esta opinião encontra guarida em Oliver (1990) e Barnes (2007), os quais destacam que a lesão/incapacidade no esquema teórico do modelo social pode ser, grosso modo, considerada como uma característica corporal tal qual sexo ou cor da pele.

Exemplar se manifesta a definição prática e concreta da distinção entre lesão e deficiência feita por Morris (1991, p.25), para quem,

Em termos sintéticos podemos definir incapacidade e deficiência de forma bem simples. A incapacidade de andar representa uma lesão, enquanto que a incapacidade de entrar em um edifício, pois a entrada apenas pode ser realizada por um lance de degraus é uma deficiência. Uma incapacidade de falar é uma lesão, mas uma incapacidade de se comunicar porque as ajudas técnicas adequadas não estão disponíveis é uma deficiência. Uma incapacidade de se mover um corpo é uma lesão, mas uma incapacidade para sair da cama porque a ajuda física adequada não está disponível é uma deficiência. A deficiência é produto da exclusão social.

³⁸ Entretanto, é preciso compreender, antes de desaproveitar a prática e os procedimentos médicos, que os mesmos se encontram presos em um conjunto de relações sociais com as quais não estão preparados no sentido de transcender o atual estado concatenado de opressões que estão imiscuídas em sua ânsia interventiva. O contexto de alienação não deixa ninguém passar incólume de suas agruras. Ninguém. Todos nos alienamos de certa forma, uns mais, outros nem tanto, mas, também sobre estes últimos a alienação é parte integrante das relações sociais cotidianas e não cotidianas.

Nessa arquitetura teórica passa a ser perfeitamente compreensível a pessoa ter uma lesão e não experimentar a deficiência, cuja consecução depende do grau de flexibilidade da sociedade em se adaptar as mais diversas diferenças, materialidade claramente distante de se tornar prática. Cria-se, assim, um novo conceito de deficiência que tem por peculiaridade ser tanto nativo como analítico. Analítico porque permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos, nesse caso a deficiência, e apenas faz sentido no corpo de uma dada teoria, ancorada na necessidade em se trazer a sociologia para a explicação da deficiência, cuja base esta dada no lineamento dos escritos de Marx. Nativo por ser uma categoria que surge da própria vivência do grupo em questão. É a experiência da deficiência que passa a ser vista como ponte de corte da definição da mesma, portanto, tal conceito também adquire um sentido prático, efetivo, histórico, objetivo e específico para determinado grupo humano.

Sob esta intersecção reside a principal força do conceito de deficiência expresso pelo modelo social, na medida em que consegue mesclar estruturas aparentemente contraditórias. O nativo e mais habitual às pessoas com deficiência, ao menos aos envolvidos pela luta por ampliação de seus direitos, passa a ser também o mais complexo no campo acadêmico, dinâmica de difícil observação em outros movimentos sociais. O modelo individual de interpretação da deficiência nunca conseguiu tal feito, muito pelo contrário, pois estabelece um hiato flagrante entre a experiência da deficiência e os escritos sobre a mesma, advindos de um corpo de profissionais que, na maioria das vezes, não possui uma relação de familiaridade com a temática.

O conceito criado pelo modelo social parte da ideia de que um fato social, a deficiência, apenas poderia ser explicado por outro fato social (uma noção de claro verniz durkheimiano), a opressiva sociedade capitalista, com isso, se objetiva criar um conceito sociológico para a deficiência que pudesse substituir o anterior, de base biológica. Essa forma ontológica de investigação surge academicamente em um contexto histórico no qual os acadêmicos negros buscavam criar um novo conceito para raça e explicar a discriminação como produto social e não derivada de qualquer composição biológica. As semelhanças são evidentes e contributivas a ambos os movimentos. Nesse sentido, é visceral a definição de Guimarães (2003, p.95-96) quando o mesmo se vê perguntado sobre o que é raça. Diz ele

Depende. Realmente depende de se estamos falando em termos científicos ou se estamos falando de uma categoria do mundo real. Essa palavra “raça” tem pelo menos dois sentidos analíticos: um reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia. Quando digo isso, estou querendo também provocar alguns antropólogos em flor, como diria meu velho professor Vivaldo da Costa Lima (1971), que chegam a ter arrepios ao ouvir que “raça” pode ser um conceito sociológico; o que consideram um absurdo. (...) Sabemos também que o termo “raça” não desapareceu totalmente do discurso científico. Não apenas do

discurso da biologia, mas também de todos os discursos que insistem em explicar a vida social em concorrência com a sociologia. A biologia e a antropologia física criaram a ideia de raças humanas, ou seja, a ideia de que a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, tal como o mundo animal, e de que tal divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos. Para ser sincero, isso foi ciência por certo tempo e só depois virou pseudociência (fenômeno análogo aconteceu com a deficiência e a definição do anormal a partir dos chamados desvios da normalidade, corporificados através de uma parafernália de testes e mecanismos médicos). (...) Também sabemos que o que chamamos de racismo não existiria sem essa ideia que divide os seres humanos em raças, em subespécies, cada qual com suas qualidades. Foi ela que hierarquizou as sociedades e populações humanas e fundamentou certo racismo doutrinário. Essa doutrina sobreviveu à criação das ciências sociais, das ciências da cultura e dos significados, respaldando posturas políticas insanas, de efeitos desastrosos, como genocídios e holocaustos (o mesmo vale para o conceito de norma, e, conseqüentemente, do normativo, normal). Apenas depois da tragédia da Segunda Guerra, assistimos a um esforço de todos os cientistas — biólogos, sociólogos, antropólogos — para sepultar a ideia de raça, desautorizando o seu uso como categoria científica (curiosamente apenas posterior a este período que o conceito biológico de deficiência também principia a ser contestado). O que é raça em termos biológicos? (...) Um equívoco, um erro histórico profundamente intencional. A construção baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo, é algo que não tem o menor respaldo científico (o que é deficiência em termos biológicos: uma falta, uma anormalidade individual, portanto, também um equívoco se considerarmos a completude do fenômeno). (...) E a raça em termos sociológicos? Ora, justamente por saber que raça não existe biologicamente e os negros continuarem a ocupar as piores posições sociais este é um conceito que se faz útil em Sociologia. Um é quase a antítese do outro, pois enquanto na biologia se busca justificar a discriminação e o preconceito, no terreno do conceito sociológico se buscou maneiras de enfrentar diretamente estas formas de opressão. (...) Assim, raça é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classe’.

Tal como o conceito sociológico de raça é diametralmente distinto daquele definido pela biologia, a deficiência conceituada pelo modelo social é radicalmente díspar daquela definida pelo modelo individual. Tanto uma quanto outra são vistas, desde então, em termos de opressão social por uma sociedade insensível as diferenças. Raça e deficiência sociologicamente falando não são conceitos estanques como os derivados da matriz biológica, são conceitos que estão, assim como classe, em contínuo processo de formação. Nunca é permanente, pois se fortalece e se altera com a modificação da sociedade. Aliás, para os sociólogos que estudam as temáticas raciais e para os autores do modelo social, a consideração da raça e deficiência como categorias biológicas é um equívoco histórico se partirmos do suposto que a existência nominal, efetiva e eficaz destes termos apenas se consubstancia no mundo social. Contudo, a interseccionalidade com os estudos sobre raça não se constitui como a evidência mais explícita da ligação dos estudos com deficiência com outros grupos minoritários.

Partindo da ideia de distinção entre o biológico e o social, a separação analítica promovida pelos *Disability Studies* entre lesão e a deficiência se corporifica como claro paralelo, embora não admitido explicitamente, retirado dos estudos sobre gênero.

O conceito de gênero surge como uma resposta dada pela sociologia crítica, na década de 70 do século passado, às análises que, pautadas na diferença natural existente entre os sexos masculino e feminino, justificavam a desigualdade nas mais diversas esferas pelas quais homens e mulheres eram considerados na sociedade. Por isso, gênero deve ser entendido como uma construção social cujo direcionamento buscava o estudo das desigualdades apresentadas por homens e mulheres em seu processo de inserção no cenário da história. Ao invés de explicar as desigualdades por intermédio de uma variante biológica e naturalista, a categoria gênero, apesar de não desprezar as diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, considera que, com base nestas, outras são edificadas pelo conjunto de valores estabelecidos como dominante, as quais interferem radicalmente na inserção social e nas possibilidades educacionais oferecidas aos homens e mulheres na esfera cotidiana, em síntese, transformam as diferenças de sexo em desigualdades sociais e culturais (LOURO, 2001).

Para Scott (1998), gênero é uma categoria analítica útil a toda a história da humanidade e não somente a história das mulheres, pois sua abrangência possibilita o estudo de diversas desigualdades, hierarquias, opressões e discriminações no conjunto das relações sociais; podendo lançar reflexões sobre a história das mulheres em particular, assim como a dos homens, entretanto, este particular precisa ser cotejado pelo geral, que nesse caso é dado pela contínua relação existente entre homens e mulheres.

A literatura sobre gênero nos permite a realização de três importantes analogias comparativas aos estudos sobre a deficiência. Do exposto sobre gênero podemos retirar claramente que não existe uma masculinidade ou feminilidade, mas processos de masculinidades e feminilidades que variam em distintas épocas históricas. É-nos permitido falar que não existe a deficiência como categoria única, mas, sim, as deficiências, múltiplas, diversas, distintas, únicas. Os pós-modernos têm explorado a exaustão tal raciocínio (tanto para criticar a primeira onda de feministas como os fundadores dos *Disability Studies*) que, apesar de verídico, não tem contribuído para a transformação da condição perniciosa em que vive os grupos oprimidos hodiernamente.

A segunda analogia que pode ser retirada dos estudos sobre gênero, reside no fato de assim como as mulheres sofrerem uma contínua e ininterrupta pressão das forças sociais patriarcais que as modelam, os homens, em estado de opressores, também são modelados e pressionados por estas forças. O patriarcado oprime homens e mulheres, embora sobre estas últimas às consequências sejam mais drásticas. Valendo-nos de raciocínio similar podemos dizer que a norma e o padrão

corpóreo normativo por ela estabelecido no sistema capitalista oprimem não apenas as pessoas com deficiência, mas a todos, ainda que não indistintamente, pois os detentores dos meios de produção se situam na esfera de privilegiados desta opressão. Se a pessoa com deficiência física é açoitada do ambiente de trabalho por não se amoldar a máquina e a este anseio do corpo ideal, o operário padrão também sofre com este conjunto de pressupostos, na medida em que, por seu corpo estar apto ao capital, deve produzir alucinadamente, sem descanso, sem desculpas. Produzir até a exaustão de suas forças ou para além delas. Ou seja, se as consequências deste ideário normativo são devastadoras para as pessoas com deficiência, certamente não são animadoras para aqueles vistos como normais e que vendem sua força de trabalho.

Por fim, a terceira e mais importante analogia foi realizada pelos próprios autores do modelo social ao se apropriar da distinção entre sexo e gênero e, de forma equivalente, estabelecer uma diferenciação entre lesão e deficiência. Assim como o gênero, ao enfatizar o caráter fundamentalmente social das divisões baseadas no sexo e destacar que imbricadas às diferenças biológicas existentes entre mulheres e homens estão outras de ordem social e culturalmente construídas, os estudos sobre a deficiência enfatizam que, com base na lesão, outras diferenças são construídas e atravancam as possibilidades de inserção ao coletivo, acabando por gerar o fenômeno da exclusão. É a este fenômeno que se dá o nome de deficiência, a qual não possui unilateral relação com a lesão, mas, sim, com a organização perfilhada pelo *modus operandi* capitalista.

Assim como o sexo não explicaria a opressão sofrida pelas mulheres na sociedade, cuja concreticidade deveria ser buscada na estruturação patriarcal da mesma, o corpo com lesão não determinaria o fenômeno sócio-político-cultural da subalternidade experimentada pelos deficientes no capitalismo, o qual apenas poderia ser explicado pela base material de produção de dito sistema em conjunção com o preconceito pessoal e institucional. Explorar a condição de opressão impressa sobre os deficientes em razão de perdas de habilidades provocadas pela lesão ou qualquer desorganização biológica era confundir lesão e deficiência, tal como sexo e gênero.

Deficiência é um produto material e simbólico da sociedade, enquanto a lesão pode ser entendida como expressão da biologia humana. Traçando um paralelo com os estudos de gênero podemos destacar que a deficiência pode ser comparada ao que representa gênero nestes estudos, uma construção social, em contrapartida, lesão seria o equivalente ao sexo, fruto da natureza. Tal como o papel de gênero que cabe a cada sexo é fruto de um longo processo de socialização, a transformação do significado da lesão em deficiência também perfaz uma via estritamente social. Nada há de natural nela, aliás, nada do que é essencialmente humano o é.

Os humanos não são naturais por sua natureza. Não andamos naturalmente sobre as patas traseiras, sendo que enfermidades como pés planos, dores nas costas e as populares hérnias nos

testemunham empiricamente e de forma carnal que o corpo ainda não se adaptou por completo a estrutura bípede e a postura ereta. Isto prova que até nossas características genéticas e hereditárias são históricas. Fruto do domínio do homem sobre a natureza e não do desígnio biológico ou divino. O homem se faz homem por meio de um salto ontológico para fora da natureza, somos o que nos temos feito e, certamente, continuaremos fazendo enquanto existirmos. Tudo o que é natural deve ser situado, contextualizado, uma vez que a naturalização do social representa uma tentativa de inversão da empiria dos fatos como forma de justificar um determinado saber-poder que tem a função latente de manutenção do *status quo* e do domínio ideológico exercido sobre as minorias despossuídas quanto aos aportes tidos como ideais.

Citada inversão leva a produção de imagens e ideias que pretendem representar a realidade, formando um imaginário social invertido, um conjunto de representações e conceituações sobre os seres humanos e suas relações, sobre as coisas, o bem e o mal, o justo e o injusto, os bons e os maus costumes, o normal e o desviado. Tomadas como ideias, essas imagens ou imaginário social constituem a ideologia. Naturalizam-se, perdem sua base e arquitetura histórica, não mais se portam como críticas. Sobre esta base são singulares as palavras de Chauí (2000, p.18-19) ao destacar que a função básica deste processo de naturalização consiste em fazer surgir sob forma de ideias a afirmação de que as coisas são como são porque é natural que assim sejam.

As relações sociais passam, portanto, a ser vistas como naturais, existentes em si e por si, e não como resultados da ação humana. A naturalização é a maneira pela qual as ideias produzem a alienação social, isto é a sociedade surge como uma força natural estranha e poderosa, que faz com que tudo necessariamente surja como é. Senhores por natureza, escravos por natureza, cidadãos por natureza, proprietários por natureza, assalariados por natureza³⁹.

Estas situações são colocadas às claras pelo modelo social, que ao se situar para além do entendimento da deficiência como um problema trágico de ocorrência isolada de alguns indivíduos menos afortunados para os quais resta única e exclusivamente o tratamento médico em direção à visualização da mesma como uma situação de discriminação institucional coletiva para o qual a única resposta apropriada é a ação política inverte radicalmente os vetores que perfilhava seu entendimento na sociedade (OLIVER, 1990). Comentando sobre este processo, Diniz destaca que (2007, p.8).

³⁹ Acrescentaríamos deficientes por natureza.

A retirada da deficiência do campo da natureza e sua transferência para a sociedade foi uma guinada teórica revolucionária, tal como a provocada pelo feminismo: não era mais possível justificar a opressão dos deficientes por uma ditadura da natureza, mas por uma injustiça social na divisão de bem estar, uma afirmação com implicações políticas desconcertantes.

Desde então, a categoria deficiência passa a ser vista como um artifício social de exclusão que penaliza determinadas pessoas por não atenderem as expectativas da média da população em termos de aparência, comportamento ou desempenho econômico. Se é a sociedade que incapacita as pessoas com deficiência a única forma de estas alterarem tal situação é mediante intensas lutas para transformar o estado atual de forças e assumirem controle sobre suas próprias vidas. O novo universo gestado pelo modelo social opõe ao discurso colonizador expresso pelo saber normativo, médico, clínico e reabilitador uma práxis crítica, sociológica, política, inclusiva e contextualizada. Sob o auspício de uma nova ontologia estabelecida entre deficiência e sociedade, o modelo social, no entender de Giddens (2007), descoloniza o estudo da deficiência das áreas médicas, gestando consequências profundas na formação humana dos deficientes desde então, pois como bem aponta Fanon (1979, p.26-27)

A descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores sobrecarregados de inessencialidade em atores privilegiados, colhidos de modo quase grandioso pela roda-viva da história. Introduce no ser um ritmo próprio, transmitido por homens novos, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é, na verdade, criação de homens novos. Mas esta criação não recebe sua legitimidade de nenhum poder sobrenatural; a 'coisa' colonizada se faz no processo mesmo pelo qual se liberta.

A crítica radical da composição do antigo homem com deficiência eivada por prismas naturalistas gesta, quando interiorizada conscientemente, uma nova forma de pensar. E quando pensamos diferentes já não somos os mesmos. É claro que o surgimento de um novo homem apenas se materializará de fato com o abrolhar de uma nova sociedade, contudo, e isto é de fundamental importância, apenas quando as pessoas com deficiência forem capazes de indicar o caminho para o qual concorre objetivamente a dialética de seu desenvolvimento é que as mesmas poderão despertar para a consciência do próprio processo, e isto implica uma suspensão de tudo o que foi anteriormente dito e feito sobre ser deficiente na sociedade. Somente então, a deficiência poderá surgir como categoria derivada da história e seu conseqüente dismantelar como pressuposto derivado da própria práxis que altera nuclearmente a estrutura social. Este é o desejo inaudito do

modelo social, edificar um corpo que efetivamente possa ser denominado de pesquisa emancipatória sobre a deficiência.

Por conseguinte, a lógica do modelo social trata de revolução e não de reforma, ou usando um vocábulo de Finkelstein (2001), uma estratégia de emancipação e não de compensação. O objetivo último do modelo social, de acordo com Barnes (1999, p.578) é, nada mais, nada menos, que a criação de um mundo em que

(...) independentemente de deficiência, idade, etnia, sexo, orientação sexual, classe social, status nos postos de trabalho todos possam coexistir como membros iguais na comunidade, sem opressão e discriminação e seguros de que as necessidades de cada um dos indivíduos possam ser acomodadas na íntegra, além disso, as opiniões expressas por estes sujeitos devem ser reconhecidas, respeitadas e valorizadas independentemente da posição que ocupam na sociedade, mesmo porque em tal sociedade a divisão não mais ditaria os rumos das relações sociais e a própria noção de desigualdade se veria em uma série crise existencial, tendendo ao desaparecimento. Esta será uma sociedade verdadeiramente democrática, caracterizada pela igualdade de oportunidades genuínas e significativas. Continuará a produzir e incrementar suas riquezas, todavia direcionará o vetor das mesmas para o coletivo e não o privado. Esta equidade gerará maiores possibilidades e, por conseguinte, ampliará o foco de liberdade sobre o humano, na medida em que possibilita o efetivo crescimento pela apropriação das diferenças características de cada sujeito e cultura em particular.

A criação deste novo mundo não é denominada por qualquer terminologia antecipada. Cabe aos homens definir seus destinos e o nome que darão aos mesmos. A necessidade premente está em superar o capitalismo e construir uma realidade sobre outras bases. Claro que a criação de um novo mundo será um árduo e difícil processo sujeito a quedas, derrocadas e novas quedas, entretanto, o levantar sempre se faz necessário. A grandeza de um homem não se mede pela quantidade de quedas que sofre durante sua vida, mas, sim, por quantas vezes ele se levanta perante as mesmas e as sucumbe ao terreno do passado.

É preciso olhar em frente, para frente. Muitos chamarão isto de utopia. Mas, como bem assinalou Oscar Wilde (1996, p. 90), em seu “A alma do homem sob o socialismo”, “um mapa do mundo que não visualiza alguma forma de utopia não merece ser visto. É preciso pensar que nossa realidade pode e deve ser diferente. A humanidade está sempre em processo de desembarque e ancoragem em novas terras. Terras que não estão dadas e precisam ser cultivadas, semeadas também de sonho”. Para Wilde (1996), tais situações nos mostram a necessidade de se colocar como socialista. E o que é o socialismo hodiernamente?

Ser socialista no século XXI significa, antes de tudo, ser radical, aquele que toma e ataca os problemas pela raiz. Ser socialista hoje está atrelado a uma comunhão dialética entre universalismo

e particularismo que coloca também na esfera pessoal a solução dos problemas de âmbito global. É sentir dor pela dor do outro e regozijar-se por sua felicidade. É sentir-se solidário e desamparado quando se assassina um ser humano em qualquer lugar do mundo. Chorar a lágrima de outros povos. Padecer e se chocar com a fome que ainda assola a humanidade quando as condições de sua supressão estão plenamente dadas.

E no que consiste o socialismo? Permanecendo em Lowy (2005a), percebemos que não há nada de misterioso ou obscuro nesta pergunta. O socialismo diz respeito à destruição da propriedade privada e a consecução de que os meios de produção devem pertencer à sociedade. Consiste em reiterar que nada deve ser abandonado às leis cegas do mercado, mesmo porque sua mão invisível tem historicamente mostrado a cara dos interesses pelo qual erige suas relações. Os caminhos devem ser tracejados após um longo, amplo e pluralista debate democrático, até por isso, o socialismo exige uma verdadeira revolução que suprima o sistema capitalista e se contraponha ao poder exercido pelas classes dominantes. Destarte, para Lowy (2005b, p.8),

O socialismo significa, concretamente, que a produção não será mais submetida às exigências do lucro, da acumulação do capital, da produção massiva de mercadorias inúteis ou nocivas, mas voltada à satisfação das necessidades sociais: alimentação, roupa, habitação, saneamento básico, água corrente, educação, saúde, cultura. Significa a superação de um modelo de civilização fundado no produtivismo e no consumismo, numa relação predatória com a natureza e numa subjetividade prisioneira do sistema mercantil. Significa também o fim da discriminação racial – contra o negro, o mestiço, o indígena – da opressão das mulheres⁴⁰, da desigualdade social, da destruição do meio ambiente, das guerras imperialistas.

Utopia? Depende. Se for lugar algum certamente que não. Lugar objetivado, aquele que se deseja em um futuro próximo ou distante. Isto sim. Por conseguinte, é fundamental nos despirmos da ideia sobejamente conhecida de que a realização de um ideal revolucionário não pode ser postergado para além da vida daquele que prescreve o mesmo. Não podemos ser tão egoístas e querer que tudo se resolva em nosso tempo. O tempo de uma vida humana é dramaticamente escasso, este é o inelutável absoluto da condição humana. Ninguém transcende a morte, entretanto, nem só de presente vive o homem. Acreditar que o mundo será outro e instituído sobre distintas bases após nossa morte não pode ser visto como credo religioso ou uma espécie de crença na vida após a morte. A história social e a confiança na humanidade nos leva a confiar neste caminho, por conseguinte, cedo ou tarde, continuamos a acreditar no aparecimento de uma nova sociedade que rompa com todo o lineamento da anterior e possa de fato se denominar como democrática.

⁴⁰ Dos deficientes.

Mesmo porque, como assevera Oliver (2008), apenas uma sociedade efetivamente democrática guardará um conceito libertário de deficiência, uma vez que na produção da própria vida os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações que correspondem a uma determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas materiais. No capitalismo tais relações jamais concretizarão o anseio emancipatório em sua plenitude e possibilidade máxima. Por isso, as pessoas com deficiência não podem mais se libertarem da classe que a explora e oprime sem que, ao mesmo tempo, liberte toda a sociedade da exploração. Sociedades de exploração que encontram nas relações burguesas seu último estágio e derradeira forma antagônica do processo social de produção, as quais criam as condições para a própria superação deste antagonismo e permite o encerrar da pré-história da humanidade⁴¹. Essa outra humanidade finalmente poderá ser marcada como uma sociedade livre que possibilite o máximo de desenvolvimento a todos seus entes. No entender de Marcuse (1978, p.9)

Essas são as características qualitativamente diferentes de uma sociedade livre. Elas pressupõem, como vocês talvez já o tenham visto, uma total transvaloração dos valores, uma nova antropologia. Elas pressupõem um tipo de ser humano que rejeita os princípios performáticos que governam as sociedades estabelecidas; um tipo de ser humano que se livrou da agressividade e da brutalidade que são inerentes à organização da sociedade estabelecida, e da moralidade puritana, hipócrita; um tipo de ser humano que é biologicamente incapaz de lutar nas guerras e criar sofrimento; um tipo de ser humano que tem uma boa consciência de alegria e prazer e que trabalha, coletivamente e individualmente, por um ambiente natural e social no qual tal existência torne-se possível.

O que é uma sociedade livre e o que podemos fazer em seu terreno histórico? É uma sociedade em que pela primeira vez em nossa vida efetivamente poderemos ser livres para pensar a respeito do que iremos fazer, condição ainda não experimentada devido às impossibilidades objetivas de épocas anteriores ao capitalismo e da alienação pelo qual o presente se estrutura, exprimindo todo seu significado denegatório a humanidade quando suas invenções técnicas, as quais poderiam libertar o mundo da miséria e do sofrimento, são sistematicamente utilizadas para a criação de novas formas de sofrimento. Por conseguinte, torna-se fundante a necessidade capital de abolir este sistema de servidão estabelecido e fundar um comprometimento vital com valores qualitativamente diferentes de uma existência humana livre. É preciso ir além da equivocada ideia de que o prazer se encontra resumido ao puro consumo de bens e matérias, o que exige uma educação ampliada para além da adaptação individual, uma educação em um novo sentido que

⁴¹ A semelhança quanto ao conteúdo destes parágrafos comparativamente ao Prefácio dos manuscritos escritos por Engels (MARX & ENGELS, 1988) e a Introdução da Crítica a Economia Política de Marx (1977) são mais do que evidentes.

envolva mente e o corpo, a razão e a imaginação, as necessidades intelectuais e pulsionais. Entretanto, a superação deste individualismo burguês não se dá apenas pelo adotar de um novo estilo de vida.

Sem revoluções não há libertação individual e sem libertação individual não há libertação da própria sociedade. Esta é a complexa dialética que precisa ser equacionada se objetivamos efetivamente transformar a sociedade, processo inegavelmente relacionado à consecução da tensão habitada entre o subjetivo e o objetivo demarcado em um sistema capitalista de produção. De que maneira fazer isso? Embora o materialismo histórico pareça se constituir no melhor caminho no sentido de explicar e propor projeções sobre a realidade, ainda assim, inexistem receitas ou fáceis soluções. Como pontua Adorno (2003, p.133)

Essa pergunta me ultrapassa. Diante da questão ‘que fazer’ eu na realidade só consigo responder, na maioria dos casos, ‘não sei’. Só posso tentar analisar de modo intransigente aquilo que é. Nisso me censuram: já que você exerce a crítica, então é também sua obrigação dizer como se deve fazer melhor as coisas. Mas é precisamente isso que eu considero um preconceito burguês. Verificou-se inúmeras vezes na história que precisamente obras que perseguiram propósitos puramente teóricos tenham modificado a consciência, e com isso também a realidade social.

E aquilo que é, no caso da deficiência, situa-se no fato de a mesma ser produzida histórica e socialmente. À guisa destes elementos, os teóricos do modelo social rechaçam radicalmente a ideia (tão presente no saber médico) da pessoa com deficiência como dependente e carente em cortes assistencialistas dos mais diversos, além também de refutar a dissipada pressuposição de que a mesma precisa se adaptar a sociedade, isto porque os mesmos colocam a responsabilidade pela exclusão sobre os ombros da chamada sociedade da normalização, rigidamente desenvolvida sobre estruturas projetadas para criar uma força de trabalho dócil e premiar apenas àqueles considerados altamente produtivos.

Como produto histórico a experiência da deficiência depende do tipo de sociedade em que estamos inseridos. Como atualmente vivemos sob a égide do capitalismo, Oliver (1990) foca suas argumentações na maneira pela qual este sistema desativa as pessoas com deficiência. Para tanto, parte de um pressuposto de que todas as sociedades existentes até hoje se arquetam tendo em vista o princípio distributivo da alocação dos bens e serviços com base no suposto inalienável de que todos são capazes de trabalhar. Todavia, com o avançar dos tempos, a rigidez dos mecanismos de trabalho e as exigências impostas por suas espacialidades e temporalidades específicas acabaram por criar um segmento da população que ficou impedido de realizar *strictu sensu* tais atividades,

provocando um processo de marginalização aos destituídos destes espaços, vistos como estrangeiros, no sentido de não ter pátria, dentro da própria nação. De definidor da própria humanidade do homem a veículo opressor pela negação de sua possibilidade social, eis o caminho do trabalho com a efetivação do sistema capitalista.

Evidente que tal comentário não pode ser visto como forma de grandezas absolutas. É um aporte em níveis de tendência. Marx (1996) já afirmava de maneira enfática que o capitalismo também se apropriou dos corpos em dissonância as normas instituídas. Nesse interstício, eram oferecidos os piores salários e postos para os mesmos no intuito único de amplificar o lucro total, processo que longe de amenizar a opressão sofrida por estes sujeitos torna ainda mais repugnante tal prática. Ainda sob esses lineamentos, não é escusado lembrar que na década de 20 do século passado Henry Ford estabeleceu taxas fixas de remuneração para pessoas com deficiência em suas fábricas automotivas. Nas palavras de Ford (apud GLEESON, 1999, p.27-28),

(...) se mostra totalmente desnecessária a exclusão dos deficientes das fábricas, embora a imensa maioria destas tenham assim procedido há mais de um século. Expulsam a torto e direito os deficientes dos ramos de trabalho. Quanta imbecilidade e falta de visão sobre o futuro. Mal imaginam que esta atitude intempestiva e de uma ignorância econômica atroz fomenta fenômenos como a mendicância. Penso totalmente diferente. Os deficientes devem ser empregados nas fábricas, tornando a caridade desnecessária, visto que aqueles que antes pareciam incapazes de ganhar a própria vida e eram retirados das classes produtivas passam novamente a ocupar lugar neste ambiente. Como fazer isso? Simples. Em todo processo produtivo existem funções em que o trabalhador não precisa de muita mobilidade para realizar. Algumas delas, aliás, exigem um comportamento estático sob risco de perda da vida ou de membros. Limpeza e desobstrução das máquinas e caldeiras é apenas um destes exemplos. Estas funções podem perfeitamente ser desenvolvidas pelos deficientes. Minhas fábricas já estão a adotar este sistema. Todas possuem uma grande quantidade de deficientes para executar aquelas operações consideradas como de alto risco. Olhem a vantagem deste engenho. Se colabora com a redução desta peste social, que é a mendicância, e ainda se contrata o trabalhador a um preço muito abaixo do que aquele que pagaríamos para um homem sadio. E os deficientes não tem o porque reclamar. De expulsos a empregados com baixos salários é um avanço significativo. Ajudamos a sociedade e nos ajudamos. Pena que não tenha percebido isto antes. Teria feito mais lucro e dado menos dinheiro nas portas das igrejas e nas esquinas das ruas.

Sob este aspecto o capitalismo não tem preconceito algum quando o assunto reside em objetivar mais lucro e universalizar o processo de retirada da mais valia. Contudo, importa neste momento destacar o quão cruel foi e tem sido dito *modus* econômico no sentido de englobar a força de trabalho expressa pelas pessoas com deficiência, estejamos falando em sua exclusão destes postos ou em sua inclusão pelas margens. Esta é a anátema dos teóricos vinculados ao modelo social, a citar, o capital é o parteiro da deficiência, o sistema que pari a diferença existencial como limitação e subumanidade.

Singular, neste sentido, se faz o rememorar da origem gênica do termo deficiência, inexistente em períodos anteriores a consolidação do aludido sistema socioeconômico. De acordo com Dampsey (1998), cabe a Oliver Cromwell⁴², célebre governador inglês entre os anos de 1653 a 1658 o cunhar do termo Disability (deficiência), cuja primeira aparição histórica data de 1655 (justamente a época em que o capitalismo se consolidava como sistema hegemônico em terras inglesas), mediante édito em que destaca a necessidade de a Coroa britânica cuidar das pessoas que apresentavam alguma disformidade física, psicológica ou dos órgãos do sentido, as quais foram definidas como “*Disability persons*”. Apesar de promulgado, o Édito só se torna prática com Guilherme III, conhecido como Guilherme de Orange, monarca entre os anos de 1689 e 1702 e que teve, dentre uma de suas medidas, a criação de casas residências para abrigar as pessoas expulsas do trabalho devido às dissemetrias já nominadas de deficiências (disabilities).

É no sentido desta exclusão que o modelo social define a categoria deficiência, explicando suas raízes a partir de uma espécie de Economia Política da Deficiência, ponto de vista que tem um enorme potencial, mas, nem por isso, se encontra plenamente desenvolvido. Seu estado é um estado em devir. O entendimento desta perspectiva requer uma visão de mundo particular em que a produção da deficiência não se mostra muito diferente da produção de automóveis e hambúrgueres. Cada um tem sua indústria, seja no *fast food*, de carros ou de recursos humanos e cada indústria tem interesse na confecção de seus produtos de forma particular. De particular interesse aqui se faz a definição de Barnes (2008, p.383), para quem

As pessoas designadas como deficientes, independentemente da definição a ser dada, sempre experimentam diversos graus de desvantagem econômica e políticas e sociais em contextos organizados em torno do conjunto central de valores que sustentam o capitalismo, como esforço individual, a racionalidade econômica e a busca do lucro. No actual contexto sociopolítico, as pessoas com deficiência que querem garantir um estilo de vida independente tem que fazer um esforço considerável, na realidade, um sobreesforço.

Esta forma de interpretar o fenômeno nos permite analisar a deficiência a partir do prisma do criacionismo social, posto que permita a visualização da mesma como uma realidade produzida por determinadas estruturas econômicas, culturais e políticas da sociedade, por isso, a ideia das pessoas com deficiência como um grupo oprimido e discriminado recobra sentido. De uma perspectiva eivada pelos escritos marxianos sobre a economia política as pessoas com deficiência são vistas

⁴² Cromwell ficou muito conhecido em solo britânico por sua genialidade militar, pelas várias batalhas travadas contra Irlanda, Escócia e País de Gales e, fundamentalmente pela instauração da república puritana. Sua ações contra o catolicismo o tornaram profundamente odiado na Irlanda, na medida em que conduziu um nefasto processo de extermínio dos católicos pelos protestantes.

como excluídas do mercado de trabalho não por culpa de suas limitações pessoais ou funcionais, tal como no modelo individual, tampouco por atitudes e práticas discriminatórias de outras pessoas, a exemplo do interacionismo, mas, fundamentalmente devido à organização social que o trabalho assume sob os auspícios do capital.

A produção da incapacidade, portanto, é nada mais nada menos do que um conjunto de atividades especificamente orientadas para a produção de um bem, a categoria deficiência, apoiada por uma série de ações políticas que criam as condições necessárias para que estas atividades produtivas tomem lugar e sejam sustentadas por um discurso que as legitimam. De acordo com Oliver (1990), sua crítica se dirige a essa empresa e a estrutura que a sustenta, por conseguinte, o mesmo reitera que não faz qualquer sentido em termos de luta política pela melhoria da condição de todas as pessoas adjetivarem a deficiência de sua lesão. Posto isto, nas palavras de Oliver (1990, p.84)

Quanto à especificidade da terminologia que utilizarei em meu discurso como ferramenta de luta contra qualquer forma de opressão usarei a expressão pessoa com deficiência ou deficiente de forma genérica, pois me recuso a dividir o grupo em termos de condições médicas, da limitação funcional ou gravidade da deficiência. No meu entender, pessoas com deficiência são definidas em função de três critérios, quais sejam: a) apresentam uma deficiência; b) são oprimidos em virtude de sua deficiência, e c) se identificam como uma pessoa com deficiência, independentemente se intelectual, física ou sensorial. A utilização do termo genérico não significa, em hipótese alguma, que não reconheça as diferenças de experiência entre os diversos grupos, mas que parto do princípio de que todos sofrem alguma forma de opressão devido a sua condição.

Coerentemente, a ideia quando da utilização da deficiência como termo genérico não está em apagar as diferenças, e, sim, em criar um terreno comum profícuo à somatória de forças destas diferenças no que tange a crítica do capitalismo e da consecução de uma teoria rigorosa da deficiência fincada em cânones marxistas. É evidente que as deficiências guardam diferenças entre si no seio de categorias distintas e também das mesmas divisões quanto às necessidades que cada pessoa, porventura venha a apresentar. A necessidade de moradia de uma criança deficiente física filha da classe trabalhadora e vivendo em condições de superpopulação em um conjunto residencial não é a mesma daquela criança, também deficiente física, mas filha das elites. De um lado a moradia é quase uma ausência. Do outro, uma presença que pode ostentar até certos níveis de luxuosidade. As necessidades e as diferenças das pessoas são distintas, pois fundamentalmente históricas e não biológicas, ainda que essa esfera interfira em sua consecução. As pessoas não existem simplesmente como deficientes. São deficientes e homens ou mulheres, trabalhadores ou

desempregados, negros ou brancos, nativos ou migrantes, etc. Portanto, a diferença existe e é inegável.

Este nunca foi um problema e jamais tal relação foi esquecida pelos teóricos do modelo social. O ponto chave, portanto, não é sua existência, mas quem define a diferença como diferença? Como devemos compreender a diferença? De que forma a diferença designa o outro? Que normas são presumidas a partir das quais um grupo é marcado como diferente? Como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas? Qual a natureza das atribuições que são levadas em conta para definir um grupo como diferente? A diferença diferencia lateral ou hierarquicamente? São estas as questões de fundo, algumas desenvolvidas, outras a se desenvolver como parte da consecução da teoria social da deficiência.

Importante destacar que a tese defendida pelos teóricos da *Disability Studies* de que um corpo com lesões não estaria apto ao regime de exploração da força de trabalho alavancado pelo capitalismo também pode ser encontrada em Foucault (2000), para quem, o padrão emergente sobre a visualização do sujeito ideal necessário ao modelo capitalista, o ser que se encaixa a máquina, exige um tipo de corpo no qual a força e a destreza física se mostram fatores fundamentais à execução do conjunto de suas atividades. Esse sujeito produtivo ideal, necessário ao capitalismo e a intensificação do processo de exploração da mais valia, não incorpora a pessoa com lesão, que vê a mesma transformada em deficiência devido à restrição existente no contato de seu corpo com a sociedade e seus padrões instituídos de maneira tácita. Não incorpora, mas esconde, acoberta a concreticidade deste fato sobre outra justificativa não relacionada à sua incapacidade estrutural, a citar, transfere este processo de exclusão como sendo derivado da própria culpa dos sujeitos excluídos e marginalizados do processo pela falta de competência apresentada. Se culpabiliza a vítima.

Ora, é sobejamente sabido que a consolidação da ideologia burguesa depende de, sem abdicar do discurso da igualdade de oportunidades, poder atribuir a diferença entre indivíduos como derivativos não da desigualdade que perpassa o sistema, e, sim, como fruto da distribuição díspar de aptidões e dons. Com essa inversão profundamente ideológica busca manter a homeostase do sistema. Sendo todos livres e iguais em direitos, o destino do ser humano não mais dependeria da ordem estabelecida, mas, sim, das capacidades individuais. Essa é uma das formas de a burguesia se consolidar como classe, para tanto, nega àqueles que ela debela seu poder político e econômico as qualidades essenciais de caráter, disposição, inteligência, mérito e responsabilidade, cuja denegatória passa a ser utilizada para referendar a dominação e a posição desigual a que certos grupos estão submetidos.

Indubitavelmente, neste terreno, o processo de individualização das deficiências faz parte de um processo mais geral de individualização do próprio humano e de suas diferenças. É marca estruturante e formadora da matéria capitalista que precede a hegemonia do saber médico e das instituições, embora posteriormente se valha de seus aplicativos. Aliás, vale ressaltar que o maciço aumento de instituições, escolas, hospitais, prisões, casas psiquiátricas, manicômios, dentre outros se deve, ao contrário do que alguns pensam, não ao avanço ou progresso da medicina, educação ou prevenção do crime, mas, sim, da abertura do mercado de trabalho apenas para os economicamente ativos e em perfeito funcionamento a engrenagem social capitalista, historicamente inflexível à diferença⁴³.

Desta situação podemos depreender uma afirmação fundamental na análise da opressão vivenciada pelas pessoas com deficiência assim como de muitas minorias sociais. A exclusão das pessoas com deficiência dos postos de trabalho não tem nada de natural, absolutamente nada. É um fenômeno histórico gestado por determinada organização produtiva. Por conseguinte, a ideia que se fez e ainda se faz destes sujeitos como essencialmente dependentes devido a sua não inserção na produção da riqueza material não condiz com a realidade, muito pelo contrário, pois sobre tal raciocínio se justifica uma perigosa imposição de um grupo sobre outro, fenômeno pautado em derivativos naturalistas e anistóricos. É um mecanismo de inversão do real materializado pela produção de ideias, representações e conceitos extremamente violentos, mas que se portam como benignos, donos de uma benesse nuclear. O maior exemplo destas práticas hodiernas pode ser encontrado na própria noção de assistencialismo. Visto como uma proteção natural à dependência que marca a deficiência, o assistencialismo acaba por justificar o domínio daqueles definidos como normativos em comparação aos que se desviam da norma.

Sob a nebulosa concepção de proteção natural outras discriminações são referendadas e avalizadas por aqueles que ocupam as posições de maior prestígio social. Neste contexto, o machismo não é visto de forma atroz e como uma violência contra as mulheres, mas, sim, uma proteção natural a fragilidade feminina. A repressão contra os homossexuais é vista como uma

⁴³ Sobre este ponto reside outra semelhança em relação aos estudos sociológicos da raça. Guillaumin (1992), em texto clássico, destaca que raça e racismo são produtos da modernidade, na medida em que a ideia de raça não existiu historicamente fora deste contexto. Guimarães (1995, p.12) também coaduna com esta perspectiva ao demarcar que “o discurso sobre a diferença inata e hereditária, de natureza biológica, psíquica, intelectual e moral, entre grupos da espécie humana, distinguíveis a partir de características somáticas, é resultado das doutrinas individualistas e igualitárias que distinguem a modernidade da Antiguidade ou do Medievo e, no nosso caso, do Brasil colonial e imperial. Resta ainda outra intersecção que podemos retirar das relações entre os estudos sobre raça e deficiência. Shakespeare (1996c) aponta que Finkelstein colocava as claras que o deficiente jamais seria integrado à sociedade de classes capitalistas e que apenas a revolução material seria responsável por modificar substancialmente esta relação. Transformando a sociedade finda-se o preconceito. Se o problema da deficiência surge com a ordem burguesa, sua superação representa a superação do próprio problema por ela criado. Contudo, para Shakespeare (1996c) tal processo não tem sido tão simples assim, pois o deficiente poderia continuar a ser discriminado pelo fato de portar características relacionadas a deficiência.

proteção natural aos valores sagrados e irretocáveis da família. O que foi a escravidão para os brancos durante mais de 300 anos em solo brasileiro? Como pontua Florestan Fernandes (1976), materialmente uma forma de depletar as forças dos negros e enriquecer pela miséria alheia. Ideológica e publicamente, uma maneira de conferir proteção natural aos negros. Quase que um ato obsequioso dos brancos. Estas inversões profundamente autoritárias são das mais cruéis e devastadoras que um grupo pode sofrer ao ver tornadas suas diferenças em assimetrias explícitas, logo, transformadas em desigualdades que criam, reforçam e popularizam a relação mando-obediência entre um ser supostamente superior e outro inferior. Sob esta mácula o outro jamais é reconhecido como sujeito de direitos em sua plenitude;

(...) jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações, entre os que se julgam iguais, são de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, do clientelismo, da tutela ou da cooptação, e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão. Em suma: micropoderes capitalizam o autoritarismo em toda a sociedade: na família, na escola, nas relações amorosas, no trabalho, na mídia de massa, no comportamento social nas ruas, no tratamento dado aos cidadãos pela burocracia estatal, no desprezo do mercado pelos direitos do consumidor, na naturalidade da violência policial etc. Dentre os principais traços deste autoritarismo, fortemente marcados na sociedade brasileira, podemos destacar a incapacidade para operar o princípio liberal da igualdade formal e para lutar pelo princípio socialista da igualdade real: as diferenças são postas como desigualdades e, estas, como inferioridade (no caso das mulheres, dos trabalhadores, dos negros, índios, migrantes, idosos, ou como monstruosidade, no caso dos homossexuais⁴⁴). (...) O autoritarismo está de tal modo interiorizado nos corações e nas mentes que alguém pode usar a frase "um negro muito bom porque tem a alma branca" e não ser considerado racista. Pode referir-se aos serviços domésticos nos termos "uma criada muito boa porque conhece seu lugar" e considerar-se isento de preconceito de classe. Pode referir-se a um assalariado como "um empregado de toda confiança porque nunca rouba coisa alguma" e considerar que não existe luta de classes e que dela não participa. Pode dizer "uma mulher perfeita, pois não trocou o lar pela indignidade de trabalhar fora" e não ser considerado machista (CHAUÍ, 1995, p.75-76).

Pode dizer “um deficiente que realiza seu trabalho com correção” sem ser apreciado pela segregação implícita que contém tal oração. Em todas estas falas e práticas, uma semelhança: a ideia de uma suposta superioridade natural de um grupo sobre outro. Não é justamente isto que está por trás da suposta dependência e proteção natural conferida por algumas pessoas e instituições aos deficientes? Oliver (2008) acredita que sim, e a base desta suposta dependência dialógica é buscada no constante processo de exclusão sofrido pelas pessoas com deficiência das esferas do trabalho. Por terem sido expulsos dos palcos do labor que se cria a ideia da deficiência como dependência.

⁴⁴ E poderíamos acrescentar os deficientes.

Por conseguinte, podemos argumentar que dentro do quadro epistemológico fornecido pelo modelo social, deficiência e trabalho são conceitos indissociáveis e interdependentes. Além disso, torna-se também patente que a evolução política recente no que se refere à problemática do emprego em diversos países do globo tem apenas um impacto limitado sobre a complexidade que os processos de exclusão das esferas laboriosas engendram aos deficientes. Para Barnes (2007), existe um consenso quase que universal de que os deficientes são geometricamente desfavorecidos no mercado de trabalho atual. Várias estimativas⁴⁵ vinculadas a fontes oficiais (ASCH & FINE 1988; Barnes, 1991; CAMPBELL & OLIVER, 1996, BROGNA, 2009) sugerem que as pessoas credenciadas com alguma deficiência têm substancialmente mais probabilidade em estar desempregada ou subempregada que àqueles compreendidos como não tendo qualquer deficiência aparente e que estas desvantagens não são simplesmente devido a limitações funcionais. Contudo, mais uma vez devemos analisar tais dados como tendência do capitalismo e não regra universal.

Como apontam Davis (1999), Gleeson (1999) e Albrecht (1992) quando o trabalho é organizado em torno de um conjunto diferente de princípios como a necessidade social, a interdependência e a formação do humano, inegavelmente as pessoas com deficiência podem ser incluídas no espaço laborioso.

Durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, cerca de 500.000 londrinos considerados até então deficientes foram inseridos em postos de trabalho dos mais diversos para preencher ocupações abrochadas pelo esforço da guerra. O que se observou não foi uma queda ou perda de qualidade nos produtos fabricados, mas, sim, um equilíbrio ao estado produtivo anterior com números similares de trabalhadores por função, o que demonstra hipoteticamente que quando o meio se transforma para acomodar as diferenças expressas pela deficiência, e essa foi uma tônica deste período histórico, o argumento da ineficácia produtiva dirigida contra os deficientes se torna desprovido de qualquer sentido. Posteriormente, as prioridades do governo assim como as políticas do mercado de trabalho mudam e as pessoas com deficiência novamente se deparam com o desemprego quase que como uma realidade estrutural da sociedade. Isto demonstra que não apenas o significado e a percepção da incapacidade e deficiência são fabricados culturalmente, mas também que a própria ideia de empregabilidade trata-se de uma construção histórica altamente

⁴⁵ Números recentes do Reino Unido, de acordo com a Nova Política Econômica sugerem que 50% das pessoas com deficiência se encontram economicamente inativas e fora dos regimes laboriosos, em contrapartida, este número cai para 15% quando considera o montante da população. Não bastasse isso, de acordo com Barton (1993) existe um número desproporcional de deficientes (aproximadamente 80%) em empregos menos qualificados, mal pagos e com poucas perspectivas de promoção se comparado a qualquer outro segmento populacional, por conseguinte, as pessoas com deficiência são particularmente sub-representadas nas profissões de gerenciamento e nos setores mais bem remunerados pela sociedade e quando realizam a mesma função ainda recebem proventos inferiores, geralmente estipulados em 65 a 70% do que ganham seus congêneres nos postos de trabalho, porém sem deficiência.

mutável conforme a condição econômica de dada temporalidade, portanto, sujeita a contínuas alterações.

Prova disso, é que nos dias atuais, de acordo com Barnes (2010), em razão das transformações gestadas na organização do trabalho pelas novas tecnologias da informação, o chão da indústria e agricultura, os quais abrigavam a imensa maioria da população, começam a perder espaço em termos numéricos quanto à quantidade de funções oferecidas nos postos de trabalho se comparado ao setor de serviços. Autores como Manuel Castells (1999) consideram esta mudança de monta similar ao processo de industrialização⁴⁶. Não chegamos a tanto, ainda que efetivamente não tenhamos dúvida sobre sua influência e importância nos dias atuais, na medida em que este novo modo de produção, gestado pela revolução tecnológico-computacional, oferece possibilidades de emprego para aqueles que, até então, tem sido rotulados e excluídos em razão de apresentar alguma deficiência. Desde então, inexistem justificativas para não empregar um sujeito pelo fato de seu corpo não se ajustar a máquina, elemento que era apontado como principal impeditivo (embora saibamos de sua falácia) para que as pessoas com deficiência adentrassem ao ambiente de trabalho. Isto representaria em termos estatísticos uma mudança quantitativa e qualitativa nas possibilidades de emprego para as pessoas com deficiência? Sim e não. Sim, se pensarmos que as possibilidades de trabalho para além do corpo se ampliaram. Não, porque as pessoas com deficiência ao invés de se beneficiarem desta nova realidade produtiva acabaram por ser duplamente excluídas. Excluídas da fábrica em razão de seu corpo. Excluída do setor de serviços por não apresentarem os conhecimentos básicos para a operação do mesmo. Dois elementos se depreendem desta situação.

Primeiramente, a história do capitalismo tem sido pródiga em negar o acesso àquilo que de mais elevado produz para os grupos tidos como minorias sociais, e a deficiência certamente representa um deles. Assim, quando falamos no desemprego que assola as pessoas com deficiência precisamos ter claro que o mesmo não pode ser entendido de maneira isolada de outros fatores

⁴⁶ Sob este novo velho capitalismo, Barnes & Mercer (1997) apontam que um dos maiores desafios para as pessoas com deficiência hodiernamente consiste em desenvolver uma economia política da deficiência contemporânea que represente um acréscimo à produção inicial dos londrinos. A primeira premissa desta economia deve ter em mente que as transformações sociais gestadas pelo avanço tecnológico do capitalismo em termos informacionais e materiais não significou uma redução da desigualdade ou da pobreza no mundo, mas, sim, seu recrudescimento. De acordo com Barton (1998) em quase todos os lugares a pobreza se tornou mais ampla e profundamente entrenchada, além disso, o acesso aos recursos mais ricos produzidos pela humanidade se concentra cada vez mais nas mãos de poucos. A síntese cruel deste período é que os pobres estão cada vez mais pobres e os ricos mais ricos. Não bastasse isso, o número de pobres continua a crescer em linha geométrica, já os de ricos decrescem, contudo, acumulam percentil cada vez maior de recursos econômicos e de compra dos mecanismos permanentes e variáveis da força de trabalho, ampliando sua capacidade de detentores dos meios de produção. Essa questão se mostra chave para a tarefa proposta, na medida em que o exame da posição que as pessoas ocupam nas relações sociais de produção e de consumo em um enviesado sistema global que generaliza a mercadoria como categoria nuclear do homem e que penetra em todos os cantos do globo continua a ser cardeal para desbloquear a dinâmica social relacional que constrói a deficiência. Sem isso, corre-se novamente o risco de subjetivar ou tornar a deficiência como mera alegoria de vida a ser superada mediante atos de estoicismo e bravura. Não dá mais para pensar a deficiência e o disablism sem pensar o capitalismo. Esta é a principal lição a ser extraída de uma economia política contemporânea da deficiência.

como a educação, transportes, o ambiente e as possibilidades oferecidas pela tecnologia. Inadvertidamente, todos estes tem atuado no sentido de restringir as possibilidades de inserção social das pessoas com deficiência. Segundo, é equivocado pensar que pelo simples fato de um emprego não depender do corpo o mesmo aceitará isonomicamente os sujeitos com os mais diversos tipos corpóreos. Antes de tudo, no atual padrão de socialidade, o corpo continua a ser um importante marcador social, e por mais que pouco influa na realização de determinada atividade ainda se faz presente como mecanismo de corte e seleção social.

Novas políticas de emprego como benefícios mais flexíveis e cotas de emprego para deficientes podem até reduzir e amenizar alguns destes pontos, contudo, decididamente não os resolvem e seu impacto continuará a ser atenuado enquanto não forem atacadas as barreiras materiais, ambientais e atitudinais encontradas contemporaneamente e reproduzidas no mundo do trabalho. Urge construirmos um ambiente o mais livre possível⁴⁷ para que todos desfrutem da gama de espacialidade edificadas pelo gênero humano, para tanto, é candente revolucionarmos as relações de produções que gestam o capitalismo, efetivo telos projetivo dos *Disability Studies*.

⁴⁷ A arquitetura de um ambiente o mais livre de barreiras possível não é fundamental apenas para as pessoas com deficiência, na medida em que outros grupos podem se valer de seus benefícios. Por exemplo, se é fato que a existência de rampas facilita o acesso de cadeirantes também o é que mães que passeiam com seus filhos em carrinhos de bebê e carregadores de supermercado, além de pessoas com problemas nas articulações, se beneficiam em muito dessas transformações ambientais. Este é um dos elementos fundamentais pelo qual Oliver (1990) atesta que tais mudanças são, além de mais eficazes no combate a discriminação, mais econômicas do que aquelas empregue pelos modelos individuais, pois enquanto processos de reabilitação física beneficiam uma pessoa por vez, os que diretamente têm acesso a ele, as mudanças estruturais se mostram mais amplas e abrangem uma quantidade incalculável de beneficiários. Não que com isso a sociedade deva deixar de realizar investimentos em áreas específicas da reabilitação médica, estas são de demasiada importância para as pessoas com deficiência, cuja validade pode ser prontamente estabelecida em qualquer conversa com seus usuários, todavia, se deve olhar mais atentamente esta questão e direcionar importantes incentivos ao desenvolvimento do ambiente que nos circunda, que deve ser transformado pelos homens objetivando se tornar o mais acolhedor possível no sentido do desenvolvimento de suas múltiplas potencialidades.

5. NOVAS PERSPECTIVAS SE AVIZINHAM

O desenvolvimento e sucesso alcançado pelos *Disability Studies* se mostram sem paralelos nas discussões em torno da deficiência no que tange ao entendimento desta como derivada de ardis discriminatórios e opressivos. Inegavelmente, tal empreitada acabou por criar certa divisão entre as principais intelectualidades que versavam sobre a deficiência em terras britânicas, e quem antes era pedra passou do dia para a noite a ser vidraça.

Tido como a literatura ideal e mais complexa já perfilhada nos estudos sobre a temática, o modelo social logo colecionou adversários intelectuais de todos os tipos, muitos dos quais formados no seio do próprio movimento e passou a estar sob crescente escrutínio de múltiplos atores. Boa parte destas críticas origina-se claramente de um escopo pós-moderno que questiona ideias assentadas em um referencial que objetiva dar conta da totalidade das relações sociais do fenômeno que descreve, colocando em xeque a capacidade de abarcar, compreender e sistematizar a realidade, assim como os caminhos de transformação da mesma. Como contraponto aos teóricos do modelo social, os pós-modernistas alegam que a experiência humana é demasiado complexa e diversa para ser apreendida por uma explicação única ou qualquer metanarrativa. Sob essa perspectiva, a deficiência deveria ser ressignificada desde uma interpretação contextual e individual a partir do vértice da representação cultural, posição esta que tem em Shakespeare (1992, 1993, 1994, 1995a, 1995b, 1995b, 1996a, 1998a, 1998b) e Morris (1991, 1997, 2001, 2008, 2009) seus principais artífices teóricos.

Ancorado nos trabalhos de Susan Sontag sobre representação cultural e no conceito foucaultiano de formações discursivas, Shakespeare (1993) se concentra em analisar as imagens, estereótipos e a linguagem negativa impressa ao corpo do deficiente pela sociedade, posto interpretar que tais processos de projeção negativa estariam envolvidos diretamente na construção cultural do fenômeno da deficiência.

Com isso, Shakespeare (1993) retrata não objetivar o abandono do modelo social da deficiência e sua ênfase deliberada sobre os fatores materiais, ambientais e políticos, mas introduzir o terreno das práticas discursivas neste esteio a fim de oferecer uma imagem mais rica e complexa da deficiência que nos permite visualizá-la como um amplo processo de sujeição e construção social. Em estudo paradigmático realiza uma análise rigorosa acerca do papel que a cultura desempenha na configuração de relações opressivas contra as pessoas com deficiência. Nele, coloca que as pessoas com deficiência se encontram descapacitadas e oprimidas tanto pela discriminação material, cujas raízes se encontram presentes na economia política, como também pelo preconceito expresso nas relações sociais. Indubitavelmente, a forma como nos relacionamos com as pessoas em situação de deficiência está influenciada, na maioria dos casos, pelas experiências baseadas em

conotações que imprimimos a definição de deficiência, a qual tem se erigido pela recepção de uma enorme quantidade de preconceitos por parte da sociedade que impõe uma suposta inferioridade biológica e fisiológica sobre as pessoas com deficiência em comparação com aquelas consideradas normais.

Tal preconceito não se estrutura simplesmente no âmbito interpessoal, posto estar implícito e profundamente arraigado na representação cultural, na linguagem e no processo de socialização educacional dos indivíduos dentro de uma dada comunidade. Valendo-se, embora não cite, dos aportes de Simone de Beauvoir (1957), Shakespeare (1996b, 1996c, 1998b) explica o preconceito contra as pessoas com deficiência como derivado de um processo de objetivação que os define historicamente como os outros, aqueles aos quais os corpos se afastam dos parâmetros médios e normativos.

Destarte, a deficiência, para Shakespeare (1996a), é um fenômeno que se materializa para além de uma mera experiência subjetiva ou pessoal, sua conceituação é mais ampla justamente por se tratar de parte de uma prática social complexa e profundamente histórica. É, acima de tudo, um discurso, o qual organiza os fatos sobre a realidade e o que se diz sobre a mesma. É realidade em matéria e discurso.

Diz Shakespeare (1996c) que a maneira mais usual para as pessoas partilharem experiências e estabelecerem significados sobre dado fenômeno ainda se dá fundamentalmente no terreno comunicativo. Até por isso enfatiza que para além da realidade objetiva da deficiência existe uma forma de comunicar, significar e dar sentido a essa realidade, por conseguinte,

Mais do que um produto capitalista assumimos que a deficiência igualmente se compõe de um quadro interpretativo em que certos princípios parecem relevantes e outros não. Que a maioria deles está dada pelo capitalismo sabemos. Mas esta não é toda a verdade. É parte dela e sopesar estes constructos é fundamental para colocar em suspensão os estereótipos que ainda pairam sobre a deficiência nos dias atuais (SHAKESPEARE, 1996c, p.65).

Desafiar estereótipos⁴⁸, construir a solidariedade e contar histórias novas, esta é a tríade que Shakespeare e Morris tencionam arquitetar quando dissertam sobre a necessidade de formação de

⁴⁸ Certamente o ato de desafiar estereótipos e preconceitos é uma das práticas viscerais no combate a opressão sofrida pelas pessoas com deficiência. Mas é preciso pensar os mesmos para além das esferas da linguagem. O estereótipo é evidentemente uma linguagem, contudo atende outras particularidades que não as da esfera comunicativa. Assim, acreditamos que o estereótipo deve ser pensado como interessado e não ingênuo, candente em relações de poder. Além da etimologia negativa carecemos questionar também como os estereótipos legitimam e reproduzem determinada ordem moral? Como legitimam formas de hierarquias entre distintos grupos sociais e no interior de um mesmo grupo? Qual o papel que desempenha na socialização dos indivíduos nos dias atuais? É preciso pensar como os grupos dominantes

uma cultura da deficiência. À primeira vista tal conceito parece supor um encastelamento destas pessoas em grupos fechados, contudo, o significado desta empreitada é bem mais profundo, na medida em que por cultura da deficiência devemos entender “nada mais, nada menos, do que o principiar de uma tarefa radical em que seres anteriormente passivos se tornam agentes de sua própria história e criativos na composição de caminhos para a mudança social” (SHAKESPEARE, 2000b, p.15).

A transformação social, no entender de Shakespeare (2000b), apenas pode ser efetivada quando se incrementa o potencial subjetivo do homem como fazedor de sua própria história, elemento que permite ao mesmo reorganizar os conceitos que anteriormente tinha sobre si mesmo, fornecendo assim uma maior sensação de poder pessoal e auto-organização que lhe permite sair das armadilhas da identificação negativa. Da autculpa, tão cara as concepções cotidianas, passaríamos ao entendimento da deficiência como imposição social gestada por um emaranhado de opressões, discriminações e de uma linguagem essencialmente negativa.

Sobre o caráter essencialmente negativo da linguagem Shakespeare concentrará suas forças analíticas, negatividade essa vista como produto arbitrário estabelecido por um mundo ordenado para pessoas sem deficiência. Como pontua Morris (1991, p.28) “As mensagens que recebemos são muito fortes e claras. Temos pouco acesso a valores que podem fornecer um aporte mais positivo sobre os nossos corpos e nossas vidas. Nossa autoimagem é, portanto, dominada pela reação que o mundo não deficiente estabelece conosco⁴⁹”.

estigmatizam os dominados. Mais que uma relação linguística, o estereótipo é uma luta de classes no qual um grupo detém o poderio de rotular o outro. Nesse sentido, talvez um dos elementos mais carentes em estudos sobre os estereótipos, não equacionados pelos interacionistas, seja demonstrar por quais relações de poder o grupo dominante impõe estigmas que são muitas vezes aceitos até pelos grupos dominados ao entendê-los como naturais. Esta questão sequer foi pensada por Shakespeare (1992, 1993, 1994, 1995b, 1995b, 1996a, 1998b, 2000a). Ora, esta é uma via que parte da matéria, da necessidade econômica, anseios estes que se mostram distantes aos pós-modernos. Não há como analisar profundamente o estigma sem partir da realidade econômica. Em nosso ponto de vista, que também é a vista de um ponto, acreditamos que a primeira forma de estigmatizar um grupo ou pessoa é pela pobreza, na medida em que a imposição do estigma pelo grupo dominante exige que este monopolize as melhores posições sociais em termos de poder, vantagens materiais e prestígio social para fazer valer sua força. Este é o primeiro passo para que as diferenças destes grupos sejam apresentadas e naturalizadas como desvantagens. A segunda forma é atribuir a estes grupos o sinal de desvio da norma, seja pelo corpo, por seus hábitos ou sua cultura. Por fim, a terceira maneira clássica utilizada para justificar o estigma reside em considerar o grupo alvo como não inteiramente humano. Todas essas relações inegavelmente estão presentes no ato de discriminação movido contra as pessoas com deficiência. Não há desconstrução destes termos sem o desfazer das relações que sustentam a sociedade e isso não sem consegue apenas pela esfera da linguagem. Ela faz parte, mas não é o todo. A crítica da economia também o é do estigma, relações que não foram apreendidas por Goffman (1980, 1992), Becker (1963), e, tampouco por Shakespeare (1992, 1993, 1994, 1995b, 1995b, 1996a, 1998b, 2000a, 2008).

⁴⁹ Aprofundando este raciocínio e comentando sobre o isolamento social que tantos males causam as pessoas com deficiência, Morris (1991, p.37) destaca que “(...) uma das características mais importantes e devastadoras da experiência do preconceito impresso sobre nossos corpos mediante a linguagem é que geralmente experimentamos todas as barreiras e agruras sociais de maneira individual, isolada de um coletivo visto como grupo de luta. Muitos de nós passamos a maior parte de nossas vidas na companhia de pessoas sem deficiência. Os familiares, amigos de trabalho e escola que nos relacionam são, geralmente, pessoas sem deficiência e não podem compreender a forma como

Como as pessoas têm sido historicamente socializadas para pensar a deficiência mediante terminologias médicas, são raros os conceitos etimológicos que a interpretam para além da analogia com a tragédia pessoal. Para as que não possuem deficiência é cômodo interpretar tal fenômeno desta forma, posto que afirmem sua normalidade na senda do referido arcabouço. A internalização deste saber é dada quase que por osmose. Em contrapartida, a linguagem negativa sobre a deficiência afeta seus sujeitos de forma radical. O referido saber também é internalizado, mas causa comoção, retração social, isolamento e devastação psicológica.

Sentir-se abnegado, diferente e propenso à exclusão é angustiante em quaisquer condições históricas. Esse processo gera um fenômeno de autodepreciação que, no entender de Shakespeare (1996c, p.87), representa uma das características mais marcantes e deletérias dos oprimidos, podendo ser entendido como a internalização involuntária do significado erigido pelos opressores, enfim, é como concordar com aqueles que mais lhes agridem. “Ouvem continuamente que não são bons em nada e para nada, nada sabem e podem saber, aliás, sequer humanos em completude são, que acabam por se convencer de sua inaptidão e incapacidade histórica”.

Este processo fica nítido quando apreendemos um dos trechos mais famosos e comentados da *Pedagogia do Oprimido*, obra tornada marco nos estudos de Freire (1974, p.54). Vejamos:

A autodesvalia é outra característica dos oprimidos. Resulta da introjeção que fazem eles da visão que deles têm os opressores. De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua incapacidade.

Para Freire (1974) é sob esta alçada que se configura o mito tão aceito cotidianamente da superioridade dos opressores em relação aos oprimidos. O importante, em Freire (1974), é entender como os mitos cumprem esta função, cuja base está diretamente vinculada à equivocada ideia de uma suposta incapacidade apresentada pelos grupos oprimidos. Independentemente da forma como se manifeste a discriminação exposta, a noção de incapacidade estará presente, mesmo que seja para remeter a uma impossibilidade de conformação a norma, portanto, desempenhando uma função

sentimos determinadas questões. Por isso, se torna muito difícil para nós desafiarmos os valores e julgamentos que são aplicados sobre nossos corpos e nossas vidas. Não podemos nos esquecer que nossas ideias sobre a deficiência e sobre nós mesmos no mais das vezes são formadas por aqueles que não são deficientes. E como estamos isolados, na imensa maioria das vezes, tendemos a analisar tal construção como manifestação da naturalidade, tal qual se a norma existisse na eternidade. Um sussurro tende a ser ouvido menos que um grito. Por isso, é necessário estabelecer o coletivo como prioridade, para que nossas vozes ganhem densidade e força e edifique um terreno de possibilidades para se lutar contra as intempéries que nos cercam.”

claramente ideológica do reforçar e naturalizar de uma estrutura opressora que tantas agruras causa àqueles historicamente oprimidos.

A visão do oprimido a partir de um retrato cunhado pelo opressor é uma questão nodal que perpassa toda a Pedagogia do Oprimido e as obras de Shakespeare, uma vez que é considerada o principal impeditivo para as pessoas tomarem consciência de sua situação social e buscarem a superação da mesma. É o opressor que tem historicamente traçado o perfil dos oprimidos, para utilizarmos uma feliz expressão de Freire (1974), ou, em outros termos, para nos valer de Fanon (1967), é o branco quem define o negro como negro. Nas palavras de Freire (1974, p.52-53) “(...) é a dualidade existencial dos oprimidos que, hospedando o opressor, cuja sombra eles introjetam, são eles e ao mesmo tempo são o outro. Daí que, quase sempre, enquanto não chegam a localizar o opressor concretamente, como também enquanto não cheguem a ser consciência para si, assumam atitudes fatalistas em face da situação concreta de opressão em que estão”.

O opressor, visto como aquele que obteve sucesso social é o espelho no qual reflete a imagem de si (deficiente, negro, mulher, homossexual, etc.) como outro, o diferente, por conseguinte, os oprimidos acabam, na imensa maioria das vezes, por se apropriar de uma espécie de crença mágica que estabelece tacitamente uma suposta invulnerabilidade do opressor, aquele a quem se deve obedecer, restando apenas se adaptar a realidade que se lhes apresenta como um limite intransponível e aceitar fatalisticamente sua condição de menoridade, passividade esta descrita com as seguintes palavras por Freire (1974, p.53) “os oprimidos, como objetos, como quase coisas, não têm finalidades. As suas finalidades são as que lhes prescrevem os opressores”.

Nesse sentido, Freire (1974) retoma o conceito de Marx (1987) de que as ideias dominantes são essencialmente as ideias das classes dominantes, as quais produzem um profundo esvaziamento nas relações humanas. Este processo de desumanização atinge tanto oprimidos como opressores, na medida em que também os últimos, ao violentar e proibir que os outros sejam, não podem igualmente ser. São os oprimidos que, lutando por ser e destituindo qualquer possibilidade de oprimir que podem restaurar a humanidade perdida pelo uso de constantes práticas opressivas. “Por isto é que, somente os oprimidos libertando-se, podem libertar os opressores. Estes, enquanto classe que oprime, nem libertam, nem se libertam (FREIRE, 1974, p. 46).

Os oprimidos devem lutar para superar a própria contradição a que se acham envolvidos, ou seja, o objetivo de sua pugna não está em trocar de posição com aquele que lhe oprimia, mas, sim, em criar um novo padrão de sociabilidade que dispensa tais fragmentações cartesianas. Nas belas palavras de Freire (1974, p.41), “que esta superação seja o surgimento do homem novo – não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se. Se sua luta é no sentido de fazer-se

Homem, que estavam sendo proibidos de ser, não o conseguirão se apenas invertem os termos da contradição”. Isto é, se apenas mudam de lugar, nos polos da contradição.

Esta contenda não se resolve repentinamente, contudo, o primeiro passo, conforme salientamos, está em descobrir o hospedeiro na pele do opressor, o saber dominante e hegemônico que se enraíza sub-repticiamente e os coloca perante uma condição de passividade e fatalismo. No caso da deficiência, nas sociedades contemporâneas, este hospedeiro se encontra na concepção individualista de base médica que interpreta a deficiência como tragédia e mediante uma série de outros aforismos e mitos que, como quaisquer mitos não relatam a origem de um fato, mas acabam por fixar certo entendimento sobre a sociedade que os circunscrevem. Justamente esta reprodução sistemática e institucionalizada nas esferas materiais e simbólicas de que a pessoa deficiente é um ser inferior, incapaz, não eficiente e frágil acaba por verter as vestes da exclusão sobre roupas costumeiras, dando a entender que se trata de um fenômeno natural.

Esta é uma situação com a qual se deve lutar com a máxima urgência, por isso, Shakespeare (1996a, 1996b, 1998, 2000a) centra suas preocupações sobre a questão da linguagem, dimensão cardeal do próprio processo de formação humana. Pretende reconstituir os universos mentais que presidiram as relações entre a linguagem e a deficiência, tomando-as produto social. Parte da ideia de que a ciência social se preocupa fundamentalmente com problemas previamente nomeados, classificados, portadores de nomes próprios, títulos, siglas, dentre outras, como consequência, também se faz necessário tomar a sério as operações sociais de nomeação e os ritos institucionais por meio dos quais a mesma acontece. Em sua concepção tem-se a clara ideia de que a nomeação é aporte fundamental na constituição da estrutura do mundo, cujos significados estão em uma ampla arena de lutas e demarcam uma das características mais originais do humano.

Aliás, a utilização massiva e intensa da linguagem se configura como um dos polos diferenciadores entre o mundo social e natural, na medida em que através da mesma os seres humanos dão significado aos objetos e aos fenômenos que os cercam e, posteriormente, orientam seu comportamento em relação a este significado atribuído, em outras palavras, se os homens definem situações como reais, elas se tornam reais em suas consequências. Se a deficiência portar um significado trágico, as pessoas nesta condição serão invariavelmente tratadas como vítimas de algum acontecimento dramático.

A esfera da linguagem não se resume apenas a processos comunicativos aparentemente consensuais. Linguagem também condensa poder, controle, emergindo mediante a capacidade de alguns grupos imporem significados sobre outros. A história nos tem mostrado que a significação fenomênica conferida pela esfera da linguagem tem se tratado mais de um mecanismo de dominação que consenso ou coesão social. A imposição de idiomas coloniais sobre indígenas, do

inglês de Oxford sobre todas as outras regiões britânicas no século XIX, do castelhano sobre o guarani, a linguagem machista sobre as mulheres, racista sobre os negros, normativa para os que destoam dos padrões, falada para os surdos, dentre inúmeros outros exemplos. Todas podem ser consideradas com contornos de dominação social. Devido a estes elementos, alguns dialetos, gírias, as linguagens antissexista e antirracista, a língua de sinais, entre outras, não devem, em hipótese alguma, serem consideradas somente formas singulares e arcaicas de uso da linguagem. São mais que isso. Representam uma importante fonte de resistência cultural, é um ato tanto semântico como político.

Os movimentos de pessoas com deficiência, assim como quaisquer grupos minoritários, devem lutar incessantemente para retirar a pecha negativa historicamente imposta pelo saber dominante sobre suas características. A redefinição linguística é parte fundante da luta social e deve ser buscada pelas pessoas com deficiência no sentido de desafiar o uso da linguagem *disablist* como definidora de seus aportes. Precisamos criar uma nova terminologia que não oprima os deficientes, objetivando impulsionar o estabelecimento de novas relações atitudinais. Nesse sentido, a linguagem efetivamente forma o humano em todas as suas dimensões. Por ser também uma questão condizente a historicidade da linguagem, a opressão contra as pessoas com deficiência, de acordo com Zola (1982, p.65), não é fácil de ver ou ser desvendada em todos os seus aspectos, mesmo porque:

(...) se alguém tem sido oprimido durante milhares de anos, não há ganho de voz do dia para a noite. Uma das características da opressão é a perda não só de voz, mas das ferramentas para encontrá-la. Para reverter esta situação precisamos inicialmente descortinar a linguagem que versa sobre a deficiência. Ainda vamos levar tempo para falar, para saber o que perdemos, para articular tudo o que precisamos a fim de erradicar a situação que nos abate em sua rede capilar. Mas como eu tenho mostrado aqui e alhures, tem se tornado crescente o número dos que falam e este coro se torna a cada dia mais forte, já ecoa por cantos nunca adentrados. A mudança é irrevogável.

Em Shakespeare (1996c), a linguagem é vista como um dos meios primários pelo qual o sistema capitalista enraíza seu *modus operandi* como último estágio de evolução humana. Também pela linguagem que o referido sistema pode ser contestado de maneira inicial mediante recurso da crítica. A linguagem fere, mas também fornece possibilidades de questionamento da ordem social. Em virtude destes elementos, para se objetivar qualquer mudança social é necessária a adoção de uma linguagem persuasiva que possa se estabelecer a contrapelo do processo histórico convencional e lutar contra os discursos hegemônicos que marcam o campo da reprodutibilidade do capitalismo

enquanto sistema civilizatório. É preciso deixar claro que o potencial civilizatório do capital se esgotou há muito tempo e não existe possibilidade de contorno sobre este processo, conseqüentemente, faz-se fundamental destacar que a imperiosidade em se transformar a realidade material implica dialeticamente em uma nova forma de interpretação sobre a mesma, na medida em que sem este segundo processo o primeiro fica demasiadamente prejudicado.

Este ponto de vista abre evidentemente um novo campo ao modelo social da deficiência, embora algumas destas questões já estivessem contidas em seu interior, e é saudado por Barnes, Barton e Oliver. Contudo, para os mesmos, o erro desta perspectiva, que praticamente invalida sua pretensão também emancipatória, consiste na pressuposição hipotética de que todas as culturas respondem em termos essencialmente negativos aos corpos das pessoas com deficiência, passando a equivocada ideia de que o preconceito contra as mesmas é inevitável e universal. Perde-se de vista, assim, um dos maiores contributos feitos ainda no nascedouro do modelo social, a citar, que a deficiência se trata de uma produção social e que ganha novos contornos sob a companhia do capital, além de ignorar uma grande riqueza de evidências antropológicas de que as respostas sociais a deficiência e a incapacidade são histórica, cultural e situacionalmente variáveis.

Na senda deste questionamento, uma série de outras críticas⁵⁰ começaram a abrolhar sobre as ideias e pressupostos que sustentam o modelo social. Para Shakespeare e Watson (2002, p.13-14) a distinção entre deficiência e lesão feita pelo manuscrito da UPIAS e apropriada integralmente pelos *Disability Studies* se tornou em si um problema, desta forma,

A fortaleza de outrora se transformou em sua principal fraqueza. Nossa reivindicação é que a versão britânica do modelo social sobreviveu à sua utilidade devido à rigidez que o mesmo se comporta quanto às apreciações recebidas de outras vertentes e devido à forma descomplicada de trabalhar a deficiência, complexa por essência. Em razão disso, ao invés de desenvolver críticas parcelares ou argumentos alternativos que preencham suas lacunas e assim compense as insuficiências do modelo social, acreditamos que é hora de colocar a coisa toda para um lado e começar de novo. Partir do zero.

No entender de Shakespeare & Watson (2002), a supersocialização e supermaterialização dos fenômenos ligados à deficiência acabou por prejudicar uma composição mais abrangente e

⁵⁰ Corker (2002, p.125) destaca que “(...) o modelo social acabou historicamente por excluir importantes dimensões da vida das pessoas com deficiência ao limitar seu entendimento a um *ethos* moderno. É preciso investigar a deficiência para além do capital, progressiva e regressivamente”. Carol Thomas (2004, p.576) propõe explicitamente uma teorização biossocial da diferença, a qual “nos permite pensar as intersecções e interações da deficiência como opressão social e o comprometimento de nossos corpos sem biologizar a contenda. Esta é uma questão não aclarada em sua plenitude pelo modelo social”. Tais apontamentos se mostram fundamentais para atingirmos uma nova fase qualitativa nos estudos sobre a deficiência e precisam ser olhados com todo zelo.

inclusiva no que tange a compreensão do fenômeno, elemento este que estaria estritamente ligado a uma concepção modernista, de corte flagrantemente iluminista, que objetivava proporcionar uma abrangente meta-análise sobre todas as dimensões da experiência da pessoa com deficiência mediante a utilização sistemática de um perfil analítico sociológico. Para os referidos autores a metanarrativa endossada pelos *Disability Studies* não dá conta em apreender a globalidade da experiência da deficiência, na medida em que

“(...) a deficiência é um conceito pós-moderno por excelência, porque é tão complexo, tão variável, tão multicultural, que apenas esta vertente teórica pode compreendê-la em suas variadas vozes. O raciocínio pós-moderno sobre a deficiência se assenta na intersecção entre biologia e sociedade, agência e estrutura. A deficiência não pode ser reduzida a uma identidade singular: é multiplicidade, pluralidade (SHAKESPEARE & WATSON, 2002, p.19).

Discordamos de algumas críticas feitas por Shakespeare e Watson (2002), Thomas (2004) e Corker (2002) ao modelo social, não por sua essência, mas por considerá-las que as mesmas poderiam ser realizadas no interior do próprio movimento⁵¹. Além disso, nos recusamos a perfilhar da perspectiva que o modelo social está esgotado. Ora, se a imensa maioria das pessoas ainda interpreta a deficiência como um fenômeno médico parece-nos evidente que a saturação que apontam Shakespeare e Watson (2002) trata-se de uma falácia histórica. Por fim, soa-nos como um assassinato histórico a ideia da necessidade de se abandonar o modelo e partir do zero na construção de um novo significado para a deficiência. E todos os ganhos, a inversão da perspectiva aberta pelo mesmo, a qual possibilitou, entre outras coisas, que Shakespeare e Watson (2002) existissem como pesquisadores de renome?

Exposta esta angústia, inegavelmente, a linha de análise sócio-histórico-cultural adotada pelos autores supracitados fornece uma contribuição importante aos estudos sobre a deficiência, na medida em que amplia o foco de análise sobre a mesma para além das problemáticas postas pelo capitalismo, além de destacar algumas lacunas que devem ser preenchidas pelos teóricos do modelo

⁵¹ Barnes (2008) e Abberley (1997, 1999) foram os primeiros a materializar a crítica ao modelo social no interior do próprio movimento. Este movimento foi seguido por Morris (1999, 2001), Gleeson (1999), French (1992, 1993, 1994) e, inclusive, pelo próprio Shakespeare (1996a, 1996b, 1996c, 1996d) em épocas anteriores. Coerentemente, não nos parece verídica a ideia de que o modelo social se tornou uma senha rígida que não permite a contestação de seus postulados. Sobre a crítica de Shakespeare e Watson (2002) de que o modelo social teria tornado muito simplória a definição de deficiência, French (1993, p.24), curiosamente das mais críticas dos caminhos tomados pelo modelo social, afirma que “(...) sem dúvida alguma, os ativistas do modelo social trabalharam por longas primaveras no sentido de transformar o significado usual da deficiência. Quanto a isso inexistem desconfianças. Após áridos anos concluíram que o melhor seria tratar a deficiência de forma direta e descomplicada a fim de convencer um muito demasiadamente cético de que a deficiência pode ser reduzida ou eliminada, para isso, deve se alterar a estrutura social e não se tentar mudar o organismo da pessoa”.

social como telos projetivo de seu fortalecimento enquanto epistemologia. A popularidade vem sempre acompanhada pela sombra da crítica, já denotava Hegel (1992), e são justamente as respostas às mesmas que conformará o quadro histórico cognoscitivo no qual dado referencial se constituirá como clássico e imporá sua força na área pela validade de suas proposições ou então definhará e se tornará objeto somente ao gosto dos historiadores. Uma relíquia exótica e de vaga lembrança. Esta é a encruzilhada que o modelo social irá enfrentar nos próximos atos. Fortalecer-se ou esmorecer. Por conseguinte, neste momento, mostra-se essencial a apresentação das críticas feitas aos conceitos apresentados pelo modelo social e o principiar de uma resposta às mesmas por assumirmos um compromisso firmado com a popularização e fortalecimento de citada contenda intelectual.

6. AS QUATRO GRANDES CRÍTICAS AO MODELO SOCIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

6.1. A realidade biológica da deficiência

Inegavelmente, a primeira grande crítica ao modelo social é que o mesmo supostamente ignora ou se mostra incapaz de lidar de maneira aberta e adequada com a realidade biológica da deficiência, raciocínio este que teve como primeiro artífice Abberley (1987), dos fundadores dos *Disability Studies*. Recuperemos a historicidade dos fatos e o processo analítico que deu vazão a esta contestação.

De acordo com Abberley (1987), a primeira coisa que necessitamos fazer ao falar academicamente sobre a deficiência é defini-la, clarificando o espaço no qual cada um se coloca perante a mesma. Tal tarefa começa no campo da teoria, mesmo porque a complexidade e as ciladas que conleva certos termos tornam a definição conceitual empreitada das mais áridas e trabalhosas. Para Abberley (1987, p.163) deficiência nada mais é do que uma forma de opressão social, sendo que qualquer significação posterior deve se reportar a este achado. Em seu entender,

A alegação de que as pessoas com deficiência são oprimidas envolve, no entanto, a compreensão de um amplo número de fatores. Em nível empírico significa argumentar que as pessoas com deficiência podem ser consideradas como um grupo cujos membros estão em uma posição inferior aos demais membros da sociedade porque são pessoas com deficiência. Significa também argumentar que essas desvantagens estão dialeticamente relacionadas à ideologia ou grupo de ideologias que justificam e perpetuam tal situação. Além disso, também compreende a alegação de que as desvantagens e as suas ideologias de apoio não são naturais, tampouco inevitáveis. Finalmente, implica a identificação de alguns beneficiários para este estado de coisas.

Nesse sentido, a opressão pode ser vista como um fenômeno que distorce um suposto estado de equidade de forças entre distintos grupos sociais, cuja existência denota aos oprimidos o vivenciar de relações crivadas sob a marca da dominação e subordinação, superioridade e controle. Cria-se de maneira manifesta e evidente um contexto em que um grupo de pessoas pode ser caracterizado como possuindo poder e outro como sendo possuído pelo mesmo.

Evidente que esta relação não pode ser vista de maneira simples e binária. O poder não é uma coisa que se possui tal qual um objeto, mas essencialmente uma relação que pressupõe hierarquias econômicas e sociais⁵². Este sistema de poder existente abrange uma miríade de

⁵² O poder é uma relação de transição e não posse. Está, ao mesmo tempo, em toda parte e em lugar algum, presente e oculto. Foucault (2001) nos apresenta uma tentativa modular de apresentar esta ideia quando se propõe em “*História da Sexualidade: A vontade do saber*” a pensar no poder sem o rei, ou seja, sem pressupor que o mesmo emana e é derivado de uma fonte que o detém, fixa-o e pode deixá-lo fluir, seja essa fonte uma pessoa, autoridade ou instituição. O poder se

maneiras pela qual um grupo de indivíduos pode se impor sobre outro. O compósito destes elementos, ao juízo de Abberley (1995), nos permite analisar de forma mais intrincada a deficiência mediante aproximação epistemológica com os referenciais críticos tracejados sobre raça e gênero, principalmente quando partimos do pressuposto que, assim como a deficiência, raça e gênero também são cortes identitários que se relacionam diretamente em níveis, embora com graus diversos, de desvantagem econômica, social e psicológica em razão da carga negativa impressa pela sociedade quanto à definição de tais categorias. A intenção desta propositura não está em destacar que a opressão sofrida pelas pessoas com deficiência é maior do que àquela experimentadas por outros grupos, muito pelo contrário, cada opressão é imensurável e afeta as pessoas das mais distintas formas.

É inumana, independentemente do grau que se realiza. O intuito está em destacar que assim como a literatura sobre gênero e raça, construída sobre inegáveis demonstrações empíricas de desvantagens sofridas pelos mesmos, as pessoas com deficiência também tem um conjunto de dados concreto, material e palpável sobre as múltiplas opressões que contornam suas vidas.

Uma série de implicações significativas para uma teoria da deficiência surge a partir desta identificação. O sistema que oprime o negro, a mulher, o homossexual e o deficiente, embora por razões e justificativas das mais diversas, é precisamente o mesmo, o sistema capitalista, estruturado em uma ética normativa que abole a diferença e transforma a desigualdade em estado natural do humano. Essa é uma das grandes contribuições que a teoria da deficiência como opressão pode gerar ao expandir as análises sobre os processos excludentes, cujo objetivo está em enfatizar que o problema do meu vizinho também é meu ou asseverar a contenda expressa por Sartre (1978, p.28), de que “tudo o que é humano me interessa, portanto a luta de uma minoria por seus direitos produz resultados positivos em outros grupos, mesmo quando da inexistência de relação entre os mesmos”.

Que a problemática da raça aflige diretamente as feministas, assim como estas se afetam pela homofobia, pela intolerância religiosa, pela discriminação contra as pessoas com deficiência, que também são afetadas no processo de construção de seu ser pelo racismo e sexismo num ciclo interminável é mais do que evidente em um terreno fadado a desigualdades sociais dos mais diversos tipos. Nas palavras de Barnes (1991, p. 9):

exerce como uma rede e afeta a todos. Circula incessantemente sem se deter nas mãos de ninguém, ao menos potencialmente, todos são, concomitantemente, detentores e destinatários do poder, sujeitos ativos e passivos. O poder é um conjunto de relações exercidas de forma permanente e não intermitente e que, ao invés de derivar de uma superioridade, produz assimetria. Mais do que limitações, de Foucault (2001) retiramos que o poder produz.

A política de descapacitação vai além das pessoas com deficiência; pois diz respeito aos desafios da opressão em todas as suas formas. Assim como o racismo, sexismo ou heterossexismo é uma criação humana que necessita ser combatida em sua globalidade. É impossível, portanto, enfrentarmos um determinado tipo de opressão sem combatermos as manifestações semelhantes dirigidas sobre outros grupos e os valores que norteiam tal sistema denegatório.

No entender de Abberley (1996), os efeitos gerais da opressão impingida contra as pessoas com deficiência tendem a desencorajar os mesmos a assumir uma postura de autoria de suas próprias vidas, afastando-os do conjunto de relações sociais características de cada cultura. Coerentemente, uma teoria da deficiência como opressão deverá tomar a sério e em sua plenitude a necessidade de reconhecer e enfatizar as origens da deficiência, se opondo as desvantagens sociais, econômicas, simbólicas e culturais e interpretando-as como produto que responde a interesses nada neutros ou objetivos. Tal projeto incorpora inevitavelmente uma perspectiva antropológica, na medida em que envolve a defesa e a transformação, tanto material como ideológica, dos conceitos, da linguagem e oportunidades destinadas às pessoas com deficiência como fundamentais na melhoria de suas próprias vidas e a criação de um novo homem. Essa é a perspectiva em longo prazo e fio de Ariadne que o movimento das pessoas com deficiência deveria se agarrar. Até aqui inexistente qualquer diferença nuclear em relação aos nexos construídos por Oliver, Barnes e Finkelstein, a tríada marxista dos estudos sobre deficiência, porém, sua posição avança em terrenos que contradizem aos pilares do citado referencial.

Abberley (1987) enfatiza que destacar a situação das pessoas com deficiência como forma de opressão não pode significar qualquer sinonímia com a construção projetiva de uma teoria monolítica da opressão que encaixe todas as minorias como carentes das mesmas necessidades e discriminadas pelos mesmos motivos.

Entende que não podemos tomar o termo opressão como um cabide no qual tudo se encaixa sob certo ponto de vista. As configurações distintas de opressão e a maneira como elas operam em múltiplos grupos sociais possui especificidades flagrantes quanto ao conteúdo, localização e forma no que tange as justificativas empregues na afirmação das restrições impostas as pessoas com deficiências. Claro que existem semelhanças, e não são poucas, entre distintas opressões vivenciadas por minorias, e é justamente isto que possibilita ganhos indeléveis ao movimento da deficiência quando escrutina analiticamente o movimento negro, feminista, etc., mesmo porque significativa parcela das pessoas oprimidas por conta de suas deficiências também o é adicionalmente devido a seu gênero, raça e opção sexual.

Contudo, reconhecer tal vínculo axiológico não pode significar o sublimar de suas diferenças. Isto porque, no entender de Abberley (1987), não podemos encobrir uma diferença radical na forma de opressão enfrentada pelas pessoas com deficiência em relação a outras minorias sociais, a citar, que a biologia efetivamente exerce papel real na explicação de tais processos segregacionistas. Desta forma, se é fato que a literatura feminista e os estudos da raça para alcançarem seu pleno desenvolvimento necessitaram acertar anteriormente contas com a biologia, posto que em ambos os casos tal dimensão fosse utilizada como justificativa pregressa de desvantagem social, o mesmo não pode ser materializado pela literatura sobre a deficiência, a qual deve compor uma teoria que sopesse os caracteres biológicos e sociais na constituição do fenômeno. Tal necessidade histórica é apontada por Abberley (1987, p.8) ao frisar que

Para uma teoria da deficiência como opressão social uma diferença notória se mostra fundamental em sua compreensão em relação a outras minorias também oprimidas, uma vez que se é fato que nos casos de opressão sexual e racial a diferença biológica serve apenas como uma condição qualificativa da opressão de fato sofrida, para os deficientes físicos, como meu caso, a diferença biológica de fato se configura como um terreno empírico. Nesse sentido, é crucial que a teoria da deficiência como opressão social consiga lidar com esta “inferioridade” real, uma vez que constitui o alicerce sobre o qual se alicerçam as justificativas de desvio social, além de se interpor como um árido obstáculo ao desenvolvimento da consciência política entre as pessoas com deficiência.

O ponto que mais nos preocupa da assertiva de Abberley (1987) diz respeito à inferioridade real apresentada pelas pessoas com deficiência, a qual materializaria uma distinção nítida se comparada as opressões vivenciadas por negros e mulheres.

Da crítica quanto ao esquecimento promovido pelos teóricos do modelo social sobre a realidade biológica da deficiência abrolha como derivativo lógico a contestação da divisão realizada desde o manifesto da UPIAS e mantida já há quatro décadas entre deficiência e lesão/incapacidade, cujos maiores expoentes são Shakespeare e Watson. Para Shakespeare e Watson (2002), deficiência e incapacidade não são dicotômicas. Radicalizando a propositura acima, Bury (2001) e Williams (1999) tencionam ainda mais este argumento rumo a um endosso dos supostos oriundos do saber médico. Para Bury (2001), a deficiência é, sem dúvida alguma, causada pela insuficiência ou lesão, as quais estão associadas a doenças crônicas, patologias ativas, desordens genéticas, disfuncionalidades diversas e traumas. A suposta negação de uma relação causal entre insuficiência e deficiência esbarraria na realidade cotidiana vivida pelas pessoas nesta situação e também por aqueles que cuidam dos mesmos, seja nas comunidades ou sistemas de saúde. A concreticidade irrefutável desta assertiva, ao menos na perspectiva de Williams (1999), permite ao mesmo destacar

o modelo social como sendo essencialmente imperfeito e carente de uma compreensão de fato relacional entre deficiência e insuficiência.

Entretanto, por mais verídico que seja alguns destes apontamentos não nos parece se constituir como terreno adequado na luta pela emancipação política, além de poder gerar perigosos raciocínios como o desenvolvido por Peter Putman (1995, p.12) que, ao investigar relações entre deficiência (cegueira) e racismo, conclui seu texto enfatizando

A cegueira é uma desvantagem que de fato limita a vida pela forma como a sociedade é estruturada. Conheço poucas pessoas que poderiam negar esta afirmação. Mas, por tudo o que vimos neste trabalho, percebemos que sua manifestação não se mostra tão devastadora em termos psicológicos nos subúrbios e favelas do Norte e Sul se comparada a questão do racismo. O cego é excluído pela visão e o negro pela cor de sua pele. Mas sabemos que não é isso. Os motivos são sociais, históricos, etnocêntricos. Penny, menino cego habitante do Harlem, certamente experimenta um sentimento de privação em diversos momentos, mas o entende como decorrente de sua própria limitação individual, conforme o mesmo me confidenciou. Com Jin Crow, garoto negro do Harlem, a privação e discriminação se mostra ainda mais perversa. Saber-se jogado fora do centro comercial por uma sociedade escravagista, apesar de se declamar democrática. Saber que será interceptado pela polícia com uma constância assustadora e muito maior do que qualquer garoto branco de sua idade. Que será alvo de ironias diversas. A composição dessas situações exerce efeito deletério sobre o jovem garoto. Ambos são devastados pela sociedade, Penny e Jim, contudo há uma diferença essencial. A cegueira é uma deficiência verdadeira. Negritude não o é. Penny perdeu um importante sentido. Jim tem todas as faculdades preservadas. A desvantagem de Penny é intrínseca. Já a de Jim é extrínseca, vem de fora, imposta pela força.

A ideia de que as variações fisiológicas e funcionais são mais difíceis de acomodar se comparada a outras variações pode ter consequências dramáticas para as pessoas com deficiência, na medida em que justifica sua exclusão como natural. E como foi apontado neste trabalho, nada há de natural neste terreno. As diferenças corporais sejam físicas, sensoriais ou intelectuais são materialmente moldadas pela complexa interação entre as forças biológicas e sociais, cabendo a primazia da inclusão ou exclusão a última esfera e não a primeira. Além disso, consideramos totalmente desnecessária a tentativa utilizada por Putman (1995) de quantificar o grau de opressão e o quanto esta se mostra deletéria na constituição da personalidade humana. Não podemos medir a mesma como algo objetivo.

Putman (1995) configura seu estudo a partir da análise de quem teve a vida mais difícil, Penny ou Jim, quando, na verdade, o mesmo poderia produzir resultados mais expressivos se tangenciasse sua questão cardeal no sentido de desvendar como a sociedade e os fatores externos afetam negativamente as vidas de Penny e Jim e quais mecanismos podem ser pensados para se colocar em xeque tais condicionantes. A luta não é, nunca foi ou será de Penny contra Jim, e é esta

ideia que perpassa o artigo de Putman (1995). A luta é de Penny e Jim contra a sociedade, sua estrutura e o cabedal de relações sociais que circunscreve a mesma.

O nosso receio quanto à suposta materialidade objetiva da deficiência reside na manutenção da ideia de uma inferioridade real. Entendemos a colocação de Abberley (1987) e temos ciência de que a mesma tem seu sentido existencial, todavia, reiteramos que é preciso pensar o biológico para além da biologia, esta é a lacuna não locupletada por Abberley. O biológico também o é cultural, social e simbólico, produto da natureza e sociedade, em consequência, apenas quando tais relações forem aventadas poderemos de fato redarguir o *fatus* sobre a deficiência e alavancar uma teoria holística sobre o entendimento da mesma, do contrário, as ligações e vinculações ao campo das incorreções biológicas tende a significar o comungar de vozes com o modelo individual, cuja axiologia e ontologia carece em ser superada de maneira urgente.

Colocado estes elementos, reiteramos a necessidade de investigar o caráter biológico da deficiência do qual fala Abberley (1996), contudo, de forma essencialmente distinta de predisposições estabelecidas pelas ciências da saúde. De que maneira? Ora, pela própria empiria dos fatos.

É sobejamente conhecido os inúmeros casos de condições insalubres de trabalho que ocasionam uma gama de deficiências. Condições precárias, periculosidade das formas e funções, estresse agudo fomentado por um sistema competitivo; marcas características do trabalho moderno que não passam incólume a constituição do trabalhador. Inegavelmente, a deficiência auditiva tem uma composição biológica e pode ser definida estritamente por esta via, contudo, será adequado definir a deficiência auditiva como pertencente única e exclusivamente a esfera biológica quando a mesma foi gestada pelo ruído ensurdecador do chão da fábrica? Se as causas podem não ser biológicas o que dizer então de suas consequências? É o surdo que tem dificuldade em se incorporar a sociedade ou a mesma que não está preparada para incorporar suas diferenças?

Todas essas questões contrastam com a definição da deficiência como produto do campo biológico e colocam a importância quanto à consideração das variáveis socioeconômicas em sua definição. As próprias técnicas preventivas, tal como a vacinação, dentre outros, devem ser encaradas muito mais como produtos sociais, políticos e históricos do que mecanismos instituídos na esfera da medicina. Curiosamente, um exemplo cristalino da materialidade sociopolítica envolta em torno das noções e concepções acerca da causa da deficiência, assim como do posterior trabalho com a mesma a partir de sua constatação é fornecido pelo próprio Abberley (1996, p.173) ao refletir sobre sua condição enquanto deficiente físico em decorrência da poliomielite. Em suas palavras “(...) vejam meu caso, se tivesse nascido alguns anos atrás, antes do desenvolvimento de sistemas de

suporte respiratório, eu teria morrido; em contrapartida, se tivesse nascido alguns anos mais tarde, com o advento das técnicas modernas de vacinação, sequer teria contraído minha deficiência”.

Indubitavelmente as sociedades desenvolvidas conseguiram reduzir drasticamente o aparecimento de algumas enfermidades e lesões com a implementação progressiva de programas de vacinação obrigatória. Contudo, este desenvolvimento não deve ser visto apenas pelo lado mais aparente da moeda. Sua historicidade carece em ser revisitada nas múltiplas conjecturas que o fenômeno supõe. Assim, se inegavelmente o desenvolvimento de técnicas mais eficazes de vacinação contribuíram para a melhoria de vida da população em termos absolutos, na esfera particular, tal dimensão não se estendeu para todos, mesmo se mantermos nosso foco apenas nos países ditos desenvolvidos, aliás, paradoxalmente assumiu caracteres que quando olhados de outro ponto de vista podem ser profundamente reacionários. De acordo com Abberley (1996), o sucesso universal da vacinação contra a pólio representou como contraponto o desinvestimento de pesquisas sobre o tratamento da mesma. As vítimas e a própria doença perdeu visibilidade, com isso, não mais valia a pena estudá-la, razão que justifica o pouco ou quase nenhum progresso no entendimento sobre a manifestação e atuação da mesma, estagnada analiticamente em saberes erigidos antes da década de 50. E as pessoas que conviviam com a pólio? Bom, as pessoas são seu tempo e pagam pela historicidade que a compõe, embora às vezes os vetores exerçam uma força de atuação contrária suas necessidades.

Nesse sentido, é possível classificar a base da deficiência de Abberley (1987, 1996), sua inferioridade real, como biológica? Sim. Não. Ambas as respostas são possíveis, por isso, a mesma se mostra tão complexa. Ela é histórica, como a biologia e a sociedade o são. É este o achado que faltou a Abberley (1996) e sobra a Fraser (2000), ao investigar as questões do feminismo, e Gilroy (2001), quando da análise do racismo. Recobrar o caráter dialético destas relações compõe um dos próximos passos a ser desenvolvidos pelos teóricos do modelo social. É preciso pensar a biologia para além do biológico. Este é o movimento ideal em termos projetivos a consecução de um dispositivo heurístico de explicação do fenômeno. Ideal, mas necessariamente concreto em um curto período de tempo. É hora de vergar a vara para reestabelecer a normalidade.

Neste momento histórico, eivado por supostos médicos dos mais diversos tipos e gostos, qualquer concentração da deficiência sobre a base biológica, por mínima que seja, se mostrará contraprodutiva ao próprio movimento de emancipação destes sujeitos. Inegavelmente, a realização e estabelecimento do modelo social da deficiência tem se configurado a partir da quebra de vínculo entre a condição dos corpos e a situação social da deficiência, vista como derivada do processo de discriminação, preconceito e das barreiras impostas pela sociedade hodierna. Nesse sentido, conferir um papel de coautor a biologia e admitir explicitamente a dor e as agruras que a deficiência causa

organicamente significa também aceitar o fato de que a deficiência se caracteriza por uma gama de limitações físicas, sensoriais e motoras, as quais em conjunto poderiam justificar o estado deplorável de opressão social em que boa parte destas pessoas se encontra. Em espaço colonizado pelo saber médico o estabelecer de um suposto pé de igualdade entre um estado social e biológico, na soma das forças, tende a prevalecer para o último termo.

O feminismo enfrentou adversidades similares quando de sua constituição enquanto movimento, na medida em que sabidamente a mulher é fisiologicamente distinta do homem em diversas questões, mas não são estas que determinaram ou contribuíram para a opressão que as mesmas experimentaram durante séculos, e, sim, o patriarcado. Kittay (1999, p.91), ao analisar contestações dirigidas a feministas por um suposto esquecimento da dimensão biológica afirma: “em virtude das diferenças biológicas continuarem a ser utilizadas como justificativas da discriminação que sofremos fazia-se mais interessante negar qualquer determinação desta esfera do que sopesá-la em relação à produção social. Afirmar o social em tal momento portava conjuntamente relegar a importância da biologia”. Em trecho posterior a autora continua

(...) assim, admitir que nosso sexo porta diferenças biológicas em relação aos homens poderia abrir uma brecha que forçasse um refluxo da teoria. Um passo atrás que abrandaria o esforço de décadas e mais décadas de luta, suor, lágrimas e sangue. Todo cuidado neste campo, espaço de luta, é fundamental. Deixar escapar que a tensão pré-menstrual interfere na concentração exigida por algumas atividades, que a gravidez é desgastante e que ser mãe absorve muitas de nossas forças, fatos absolutamente verídicos, podem ter uma série de implicações negativas no sentido de reforçar uma superioridade masculina sobre a feminina. O que fazemos? Ao menos em um primeiro momento negamos todas essas relações. Não há concessões. A biologia não interfere na distinção realizada socialmente entre homens e mulheres e ponto final. Sabemos que existem diferenças (insistimos, jamais responsáveis pela opressão), mas, por diversas vezes, estas apenas podem ser afirmadas quando nossa força já se encontrar devidamente estabelecida. O feminismo precisa levar em conta não apenas a realidade biológica, mas também a forma como esta é interpretada e dela se extraem as relações sociais (KITTAI, 1999, p.54).

Até por isso, Oliver (2008) enfatiza que a perda da compreensão relacional da deficiência presente desde o manifesto da UPIAS e dos escritos de Hunt se configura como um pequeno preço a ser pago se comparado aos avanços promovidos em termos de políticas públicas gestadas por este movimento, uma vez que

Os avanços alcançados pelos grupos sociais oprimidos são sempre de muito maior importância do que qualquer perda de clareza de ideias ao longo do caminho. O modelo social permanece, e deve continuar a ser uma organização poderosa, um princípio, um grito de guerra e um instrumento prático

para as pessoas com deficiência lutarem socialmente. Para tanto, tivemos de negar a biologia em sua forma essencial e determinante. E não há mal nisso, mesmo porque, ela sempre nos negou historicamente e reservou as piores posições sociais para os nossos. É uma negação que produz afirmação e não discriminação. E este ponto jamais pode ser escondido (OLIVER, 2008, p.22).

Evidente que tal posição não é consensual no campo e nem poderia ser. Crow (1996), por exemplo, destaca que “o comprometimento, como a doença crônica ou a dor pode restringir as atividades de um indivíduo de tal forma que a restrição do mundo exterior torna-se irrelevante. Como negar a dor e a realidade biológica nestes casos?” Em seu entender, a negativa da dor, tanto física como psicológica, e de algumas impossibilidades contidas no corpo das pessoas com deficiência, existentes mesmo no melhor dos mundos em termos de inclusão social, se mostra um constructo ilógico. Para Crow (1996, p.53)

Temos claramente em nosso pensamento que a abordagem que estamos propondo, mediante estas críticas ao modelo social, baseia-se fundamentalmente na ideia de que mesmo quando a luta contra a deficiência produzida socialmente tiver acabado e as pessoas não mais experimentarem a opressão devido a esta condição, restará a parte da deficiência que pertence ao indivíduo e que não pode ser resolvida como problema social. Em outras palavras, quando a deficiência chegar ao fim, haverá ainda barreiras não sociais experimentadas no transporte, habitação, educação e em outras esferas pelas pessoas com deficiência devido à condição de algumas incapacidades. Nesse momento, a imparidade não será mais utilizada como pretexto para excluir as pessoas da sociedade, mas nem por isso deixará de existir como fato concreto. A remoção da deficiência não significa necessariamente a eliminação das possibilidades restritivas. A imparidade em si mesma pode ser uma experiência negativa e dolorosa.

Sob essa mesma lógica, French (1992) destaca que sua deficiência visual impõe algumas restrições impossíveis de serem sanadas pelo modelo social e a transformação da sociedade que propõe. Morris (1991, p.10) também crítica a forma como o modelo social tem trabalhado a questão do corpo, pois em seu entender

(...) há uma tendência explícita dentro do modelo social da deficiência em negar a experiência de nossos próprios corpos, insistindo que as diferenças físicas e restrições apresentadas são inteiramente obras de criação social. Apontam que as barreiras ambientais e as atitudes sociais são uma parte crucial da nossa experiência de deficiência. Todavia, sugerir que isto é tudo, negando a experiência pessoal de restrições físicas ou mentais, da doença e do medo da morte também parece demasiado otimista.

Críticas similares as de Morris (1991) e Crow (1996), embora mais desenvolvidas, são encontradas em Pinder (1997) e Bury (2001). Este último, por exemplo, destaca que o modelo social mediante reconstrução do entendimento da deficiência do campo individual para o social tem sido um instrumento político extremamente útil em catalisar processos de mobilização realizados para a conquista de novos direitos e manutenção dos antigos, além de desafiar com sucesso ímpar a medicalização e institucionalização da deficiência, elementos fundamentais no combate a opressão que tantos males têm gestado sobre estas pessoas. No entanto, o mesmo corre o risco de se tornar inadequado e antiquado caso não seja atravessado por uma transformação epistêmica que revolucione seu entendimento de deficiência, visto como incompleto devido à rejeição da experiência subjetiva da deficiência, da desconsideração das biografias escritas por tais pessoas, assim como da realidade fisiológica por elas enfrentada.

Pinder (1997, p.302) é taxativo ao afirmar que o modelo social simplifica a deficiência ao não tomar em conta sua complexidade constituinte nos níveis macro e micro, externo e interno, isto porque seu desenvolvimento teria produzido uma suposta supersocialização dos processos envolvidos na consecução da mesma. “Tudo da deficiência se torna obra do social, reducionismo este de difícil aceitação e sustentação teórica. Dito modelo acaba por apresentar um quadro parcial da experiência da deficiência, ainda que se ache global e holístico”. E Pinder (1997, p.303) vai além, na medida em que destaca

(...) ser esta imagem tão parcial e potencialmente prejudicial como aquelas emitidas pelo modelo individual de tendência médica. Os efeitos práticos são profundamente distintos, mas em termos teóricos continuamos com uma sectarização da deficiência. Antes médica, agora social. É preciso anexar as perspectivas para o alcance de outro patamar.

Partindo de base argumentativa similar, Corker (1998, p.224) destaca que

(...) nesse momento, faz-se necessário rumo a uma nova construção da deficiência que nos desvencilhem das dicotomias pelas quais se compõe o modelo individual e o social. Para alcançar essa mudança, é necessário empregar uma abordagem mais sutil e flexível na compreensão e trato com a deficiência, eliminando, de uma vez por todas, os binarismos tão presentes neste campo analítico. Exatamente este traço ou ranço cartesiano que impede ao modelo social, em minha opinião, de se tornar uma teoria social da deficiência. Por isso, é perigoso tentar fazer do modelo social o que ele não é, nem será, pois não foi pensado para evitar estas dualidades. Precisamos hodiernamente de uma abordagem sobre a deficiência que tenha na análise das estratégias discursivas um de seus pontos nodais a fim de completar a brilhante análise estrutural e das relações de produção capitalista expostas pelos teóricos do modelo social. É necessário uma disciplina que conecte linguagem e matéria, cultura e economia. A adição deste novo paradigma abriria na esfera da luta

política um espaço para se lutar por questões da linguagem e da desigual distribuição da informação e conhecimento na sociedade, as quais, junto com a luta pela distribuição, seriam chaves para a transformação definitiva da condição de deficiência atual.

A colocação de Crow (1992, 1996) de que as pessoas com deficiência experimentarão prejuízos similares mesmo em uma sociedade não incapacitante e perfeitamente acomodada as suas necessidades nos parece um equívoco histórico, além de materializar um pensamento de caracteres profundamente reacionários. Até concordamos que a remoção de barreiras pode, porventura, não eliminar algumas dificuldades expressas na vida dos deficientes devido a certas limitações funcionais. Daí a falar que a construção de uma sociedade efetivamente democrática as pessoas com deficiência pode não significar uma mudança efetiva em suas vidas existe uma distância abismal. Se o ser humano se constrói pela apropriação das experiências históricas abrolhadas no terreno do social é evidente que sociedades diferentes produzem sujeitos diferentes. E não estamos falando apenas em termos de relações comunicativas e da inserção nas atividades desenvolvidas nas esferas cotidianas e não cotidianas. É mais profundo que isso. Uma nova sociedade, independentemente das diferenças que um indivíduo venha a apresentar, modifica nossa forma de enraizamento aos fenômenos históricos e também altera substancialmente o próprio processo de construção de nossa psique.

Veremos agora sobre o esquecimento da dor no seio do modelo social, traço apontado por Crow, Corker e Moris, cujo delinear gerou intensos embates sobre as limitações e a cobertura efetiva materializada pelos *Disability Studies*. Primeiramente, é imperioso apontar que a dor, apesar de existente no universo da deficiência, não se corporifica como impeditivo restrito a este segmento, assim, cabe frisar que pessoas sem deficiência, em diversos momentos de sua vida, vivenciam a experiência da dor. Aliás, diga-se de passagem, nas sociedades do espetáculo, a busca pelo padrão de aceitação passa diretamente pela tonificação dos corpos femininos e pelo acúmulo de massa corporal no caso masculino. E isso não se consegue sem um acentuado sofrimento físico do qual a dor é companheira no processo de aquisição do desejado corpo belo, cuja consecução é brilhantemente retratado pela máxima “*no pain, no gain*”. Não apenas temos, como, acima de tudo, somos um corpo. O corpo nos forma e deforma.

O problema está em que a dor da deficiência é vista como derivada de uma tragédia pessoal, enquanto a dor experimentada para se obter um corpo belo adquire o sentido de sacrifício futuramente recompensador. Logo, novamente o modelo individual parece invadir a interpretação sobre a deficiência, pousando suas asas de forma imperceptível em um conjunto de arcabouços que se coloca como crítico a esta perspectiva, tal como os escritos de Crow (1996), colecionador de uma

série de admiradores que viam em suas proposições um excelente adendo para criticar a existência e razão de ser dos *Disability Studies*. Contra este suposto cavalo de Tróia, Oliver (2002) se insurge ao enfatizar a necessidade de se levar em conta os argumentos teóricos as últimas consequências para que se possa visualizar o solo onde pisa este pensamento.

Com isso, contesta tais posições pelo fato de se basearem, sob seu ponto de vista, em um equívoco conceitual, uma vez que o modelo social discorre sobre a experiência coletiva da deficiência e não sobre a etimologia de cada comprometimento em termos individuais, portanto, faz pouco sentido investigar a dor derivada de determinadas deficiências, assim como os atributos biológicos supostamente responsáveis pela mesma. “Sobre a dor, os cromossomos, as formas de reabilitação, o modelo social tem pouco a dizer, esta é a problemática de outro verniz teórico, o modelo individual” (OLIVER, 2002, p.87), posição que agradou seus pares acadêmicos, desde os fundadores dos *Disability Studies* até personagens da medicina, tais como Bury (2001).

Ao se aperceber dos rumos que estavam tomando algumas de suas pressuposições e das críticas que vinha recebendo por todos os lados, Crow (1998, p.7) elabora um novo texto, intitulado “*Including all of our lives: renewing the social model of disability: clarification needed*”, que objetiva esclarecer supostas celeumas causadas por alguns de seus conceitos. Principia o texto com a seguinte afirmativa:

Eu não acho que seja qualquer exagero dizer que o modelo social tem salvado vidas. Paulatinamente, sua influência se amplia para além dos setores ligados ao movimento, fato que tem possibilitado as pessoas com deficiência pensarem em novas políticas e práticas que reorientam e deem novos sentidos a uma vida anteriormente caracterizada pelo sentimento de privação e passividade. Assim, a contribuição do modelo social no que diz respeito à igualdade de direitos, agora e no futuro, é absolutamente incalculável.

Crow (1998, p.8-9) responde que nunca ousou questionar a validade do modelo social, mas sim apontar elementos para sua expansão e enriquecimento, embora essa posição apenas apareça depois da enxurrada de críticas que a mesma recebe no interior do modelo social da deficiência. Esta mudança de postura se torna nítida quando a mesma reitera que

Em contraste com muitos críticos, venho para este debate como uma defensora do modelo social da deficiência, como alguém que vive diariamente a deficiência e entende a extensão de seus conceitos. Minha preocupação, em tal espaço, não está em desenvolver uma construção teórica que possa alcançar uma compreensão holística das vivências das pessoas com deficiência, isto se encontra além de minhas capacidades, mas apenas pontuar algumas questões levantadas por mim e que foram mal interpretadas, inclusive utilizadas como ferramentas de crítica depreciativa ao modelo social. Deixe esclarecer meu pensamento. Confesso que o modelo social teve um sucesso arrebatador na luta contra a discriminação

imposta pelas estruturas sociais e na demonstração de que as necessidades das pessoas com deficiência são primeiramente necessidades de direitos. Nas raras e poucas vezes que o modelo nos desilude é a nível pessoal no que diz respeito a sua capacidade de incluir e representar plenamente o leque de pessoas com deficiência. A experiência da deficiência nunca é neutra ou indiferente. Como poderia sê-lo quando esta condição é utilizada como justificativa para a materialização dos processos de opressão pelo qual estamos expostos e lutamos contra? Como poderia sê-la quando a dor, fadiga, depressão e doenças crônicas são fatos constantes em nossa vida e acompanham muitos de nós diariamente? (...) Não há nada inerentemente desagradável ou mesmo difícil sobre a incorporação de outras minorias definidas pelo sexo, escolha sexual, religiosa ou pela cor de nossa pele. Estes são fatos neutros. Em contraste, algumas de nossas insuficiências ocasionadas por vetores anátomo-biológicos são realmente complexas para serem incorporadas pela sociedade. Isso não significa que as nossas campanhas contra a deficiência são menos vitais do que aquelas contra heterossexismo, sexismo ou racismo; significa que, para muitas pessoas com deficiência, a luta pessoal relacionada ao comprometimento permanecerá até quando as barreiras à desativação deixarem de existir. (...). Naturalmente, a supressão das preocupações relacionadas com a deficiência não significa que elas têm deixado de existir ou que, como em um passe de mágica, se tornaram mais suportáveis e fáceis de ser encaradas. Nunca foi minha intenção realizar tal insinuação sobre o modelo social. Barreiras externas incapacitantes podem criar desvantagens sociais e econômicas, aliás, as criam, contudo é importante ter em mente que as experiências subjetivas acerca do nosso corpo também se configuram como parte integrante da realidade cotidiana vivenciada. Devido a estes elementos, insisto na ideia de que precisamos de um renovado modelo social da deficiência. Este novo modelo social da deficiência seria, portanto, uma forma de encapsular a experiência total de ambos os elementos, deficiência e incapacidade.

A mudança de postura de Crow (1998), que claramente representa uma ruptura parcial quanto a seus primeiros escritos, parece agradar alguns dos detratores que a mesclou quando da publicação de suas impactantes ideias. Não bastasse isso, a proposta de conjunção do modelo social com o individual por ela expressa aparentemente incorpora o fio de Ariadne no que diz respeito à constituição da teoria social da deficiência. Em nossa opinião, tal composição se trata de mais uma proposta novidadeira que poucos contributos trazem ao estudo crítico da deficiência. Se desejamos de fato estabelecer outro nexos relacional sobre a mesma é preciso se aprofundar no núcleo das perspectivas e não apenas em sua epiderme, como dissimula ser a suposta união do modelo social com o individual.

Toda a produção do modelo social esteve voltada a superação do julgamento médico sobre a deficiência, assim, essa mescla de perspectivas não é um ganho, mas, sim, um recuo quanto à radicalidade dos argumentos apresentados em sua gênese histórica. Contrariamente a Crow, Morris, Shakespeare e Abberley, inexiste necessidade do redesenhar da suposta contradição entre modelo social e individual com termos mais amenos e brandos. Temos uma contradição de fundo nesta relação que não nos permite, felizmente, qualquer movimento de reconciliação.

Em nossa opinião o necessário e imperioso processo de enriquecimento e alargamento do modelo social no sentido de acomodar uma sociologia da deficiência não pode significar, em hipótese alguma, uma suposta aproximação com o modelo individual e o saber médico. Pelo

contrário, uma explicação sociológica do comprometimento objetiva aumentar o arsenal teórico e prático do modelo social mediante o desenvolvimento das fragilidades e de uma crítica nuclear aos pressupostos do modelo individual. Não é demais lembrar que o predomínio da explicação médica sobre a deficiência, elemento mais marcante do modelo individual, e a exclusão dos postos de trabalho, ambos os fenômenos fabricados e alimentados continuamente pelo sistema capitalista, são vistos como os verdadeiros produtores da categoria da deficiência como conhecemos hoje no entender dos fundadores do modelo social.

A denegatória influência exercida pelo saber médico sobre a deficiência, pese todos os contributos que a mesma possibilita a esta população, em nossa opinião, vai além da despersonalização dos interesses apresentados pelas pessoas em situação de deficiência. É mais do que isso. Claro que o assalto da autoria das próprias vidas e escolhas realizadas por estas pessoas se compõe como o fenômeno mais marcante e prejudicial quanto à projeção da constituição de uma nova sociedade em termos físicos, materiais e atitudinais. Disto não temos dúvida e tal composição pode ser encontrada em Oliver, Barton e Barnes.

Entretanto, um fenômeno muitas vezes despercebido, mas, nem por isso, menos devastador sobre a vida das pessoas com deficiência, diz respeito ao processo de exclusão que as mesmas têm sofrido devido a aportes basicamente estéticos. A invalidação estética a que o corpo com deficiência é submetido também tem sua origem na predominância do saber médico no que tange a definição de beleza nas sociedades contemporâneas. A ciência genética e a eliminação ou reclusão dos seres humanos vistos como indesejáveis surge aqui como o exemplo desta verdadeira eugenia do século XXI. Isto porque, como aponta Shakespeare (2000a, p.163), “não apenas os corpos frágeis e de sobrevivência difícil são alvos da ira dos geneticistas. Os corpos considerados ‘feios’ também sofrem na pele a tentativa de boicote a seu viver desde o nascimento. Não tem sido fácil ser deficiente nos tempos atuais”.

A deficiência adquire uma percepção negativa na cultura visual hodierna e seus corpos são vistos como destoantes ao ideal discursivo da beleza. Corpo que, aliás, passa a estar no cerne na definição do papel ocupado por cada um nas atividades sociais. Em uma sociedade somática que busca sublimar a diferença como constituinte do humano, invariavelmente as pessoas com deficiência tendem a ser codificadas sob a sinonímia do não belo, experimentando, assim, as devastadoras consequências sociais, econômicas, simbólicas e psíquicas que tal definição comporta. O mito da perfeição corporal tão propalado pelas academias, clínicas estéticas e processos cirúrgicos se sustenta na senda de um poderoso processo de padronização somática que faz sucumbir à alteridade mediante o aniquilamento da diferença.

Evidente que o anseio em ser belo ultrapassa distintas temporalidades e isto precisa ficar claro, ou seja, não é um fenômeno pertencente à Idade Moderna. De acordo com Souza (2004), o desejo de sentir-se belo se faz presente desde o início da história da humanidade. Alquimias, produtos mirabolantes, plásticas, malhação, utilização de cosméticos, enfim, todos esses elementos fazem parte da tentativa de alcançar a beleza como uma forma de melhorar a autoestima e a própria qualidade e quantidade dos relacionamentos sociais.

O que muda em nossa época se comparada a qualquer outra é que o padrão de beleza passa a ser diretamente produzido sob as lentes da medicina e se universaliza tais quais as relações capitalistas de produção. A beleza em Londres, Paris, Roma, New York, São Paulo tende a se mostrar de forma muito similar nos dias atuais, cada vez mais corpórea e milimétrica, medidas em bíceps, trapézios, glúteos, seios. Esta é a nova norma. A obsessão pelas plásticas, por regimes enfurecidos, pelo silicone, anabolizantes e tantas outras drogas fazem parte de um mesmo *ethos*: a ânsia em se sentir belo nos dias atuais. Sob esta lógica a diferença necessariamente adquire caracteres de desvio materializados no aforisma de que “Só não é belo quem não quer”. Como ficam as pessoas com deficiência neste ambiente, se considerarmos o fato de que muitas deficiências representam exatamente uma dissimetria corporal? Ficam relegadas a marginalidade da beleza ou protagonismo da feiura, cujas consequências psicológicas são dramáticas, por isso, se desdobra outra questão cardeal no campo dos estudos sobre a deficiência. O padrão de beleza nos forma e deforma, edifica e mortifica, sendo o mesmo definido nos dias de hoje fundamentalmente pelas lentes da medicina. O belo biológico sempre será o simétrico, desde o homem vitruviano podemos nos apropriar desta perspectiva.

Devido a esta conjuntura estético-existencial, nada nos faz crer pelo que foi dito sobre o modelo individual que sua apropriação em um compósito do qual o modelo social também faça parte mude seu caráter historicamente discriminatório e segregacionista. O modelo individual sem a presença do saber médico, da invalidação estética e social que o mesmo produz e da ideia superposta a sua estrutura de que o biológico determina o social simplesmente inexistente. É qualquer outra coisa menos o modelo individual. E a criação de novos fenômenos históricos deve ser grafada por novas etimologias, tanto Foucault (1995) como Marx (1987, 1996) se apropriaram sabidamente desta lição.

Que realmente falta ao modelo social versar de maneira mais consistente sobre o caráter também biológico da deficiência resta pouca dúvida. Contudo, isso não pode significar uma aproximação àquilo que justamente os teóricos que se fundam sob esta perspectiva mais repudiavam. A materialidade da teoria social da deficiência deve revogar qualquer determinismo na explicação do comportamento humano, assim como refutar as explicações de sucesso ou fracasso

social em termos do perfil psicológico individual. É preciso desafiar a concepção de que a biologia é o destino final do humano, tal qual fizeram os estudos feministas e sobre raça. É de uma biologia profundamente histórica e cultural que a teoria social da deficiência deve estar acompanhada, mesmo porque a *liberdade humana* expressa justamente a irredutibilidade da ordem cultural à ordem natural.

Na companhia destes fatos, nos parece nítido que ao se criticar o modelo social em razão de o mesmo ser supostamente incapaz de lidar com a realidade biológica da imparidade, negligenciando, assim, a própria deficiência, os autores citados caíram em uma armadilha da qual não mais conseguiram sair. Afirmar a lesão carregava intimamente uma proximidade ao modelo individual que dificilmente seria sanada em curto tempo. O tiro fez água.

Mais do que isso, a insistência em se criticar o modelo social pelo esquecimento da imparidade, que nunca foi esquecida, muito pelo contrário, pois a deficiência para o modelo social se edifica mediante insensibilidade social sobre esta imparidade, conduziu, em nosso entendimento, a não visualização de um elemento que clama maior desenvolvimento sob este prisma teórico e seria fundamental no auxílio à compreensão sociológica da deficiência, qual seja: se desde a fundação da UPIAS a deficiência é vista como uma desvantagem social inserida por sobre as lesões será que podemos pensar neste universo apartado das lesões e sem relação com ela? Um corpo sem lesões, seja da ordem intelectual, física ou sensória, pode ser deficiente? Estas perguntas, que poderiam se configurar como norte ao enriquecimento da teoria, sequer foram aventadas. É preciso discorrer sobre a deficiência para além da lesão e isto ainda não foi pensado pelo modelo social, tampouco por seus críticos. Como tal questão não foi colocada, tais teóricos sentiram-se muito a vontade para desconstruir ponto por ponto os argumentos apresentados sobre o suposto esquecimento da imparidade, fazendo, inclusive, com que Crow (1998) se retratasse publicamente ao dizer que tinha sido mal compreendida pelos mesmos. A anterior crítica se tornou em apologia ao movimento, tal qual se o mesmo não portasse falhas, que existem, e precisam ser superadas até para o aprimoramento de seu referencial.

6.2. Contestações a suposta homogeneidade dos Disability Studies

A segunda crítica direcionada ao modelo social da deficiência é sobre a suposta homogeneidade do grupo articulador de tal teoria, mais especificamente, ao fato de os fundadores dos estudos sobre a deficiência serem todos homens, brancos e deficientes físicos. A identidade e particularidade do grupo, no entender de Crow (1996), fez com que suas necessidades fossem colocadas em primazia se considerada a outros grupos de pessoas com deficiência, nesse sentido, a ênfase na transformação do ambiente como cursor do movimento também foi analisada dentro deste

viés. Tal crítica, apesar de conquistar adeptos, se mostra dissonante com a real história do modelo social da deficiência, uma vez que logo depois de seu surgimento a própria UPIAS muda seu estatuto no sentido de garantir que todas as deficiências, e não apenas as físicas, estivessem representadas. Claro que os autores lutam contra as dificuldades que impõem sobre sua própria condição, e é natural que o seja, contudo a teleologia fundante do grupo reside em transformar a sociedade de forma a acomodar quaisquer deficiências, por mais diferentes que o sejam, e isso não pode sublimado.

Indubitavelmente, as maiores polêmicas quanto a esta questão se arquitetaram pela crítica feminista dirigida ao suposto caráter machista e patriarcal do movimento social da deficiência, questionando assim a própria validade do mesmo. De acordo com Finkelstein (2005), tais opiniões parecem ter a intenção implícita de prejudicar e desmerecer tudo aquilo que já foi alcançado pelos fundadores dos estudos sobre a deficiência, além de propagarem uma série de mitos e equívocos que não subsistem ao terreno da prática. Para Barnes (2010, p.14)

Grande parte da criação destes mitos e equívocos decorre da afirmação frequente de que, como outros movimentos políticos, o movimento da deficiência conhecido como Disability Studies tem sido dominado por homens. Isto levou a uma série de afirmações erradas e prejudiciais ao entendimento do mesmo no sentido de que dava a entender que a experiência das mulheres com deficiência tem sido ignorada neste escopo teórico. Isto é falso. Irreal. Ideológico. Apenas quem nunca viveu ou leu atentamente sobre este movimento pode afirmar isso

Não que se queira dar um tom de perfectibilidade ao movimento, longe disso. Vivemos em uma sociedade centrada em torno da desigualdade do patriarcado, do elitismo, racismo, homofobia e, por mais que se intente a criação de um movimento com anseios democráticos e emancipatórios, é quase inevitável que algumas destas características também se reproduzam, ainda que inconscientemente, na senda destes movimentos sociais. Um hábitus não se extrai como de supetão. É preciso um longo trabalho de reeducação e humanização. Por conseguinte, o movimento social da deficiência contém e reproduz de alguma forma elementos do patriarcado em seus postulados. O marxismo também o fez e a própria literatura foucaultiana, tão vangloriada pelos arautos da diferença, não escapou a essa mácula.

Destarte, é importante se apropriar da ideia de que a opressão sofrida pelos deficientes deve ser interpretada como um fenômeno multidimensional e não monolítico, mesmo porque grande parcela das pessoas com deficiência sofre encargos adicionais relacionados à raça, sexo, classe

social ou orientação sexual. Versando especificamente sobre os encargos relacionados ao gênero, Brittan & Mainard (1984) destacam que a razão deste acontecimento se justifica pelo fato de a experiência da deficiência ser estruturada em conformidade a certa ideologia da masculinidade que limita o leque de respostas pessoais abertos a homens e mulheres, elemento que assombra, inclusive, os escritos do modelo social, caracterizados por seu vértice democrático.

Fine & Asch (1988) assinalam que enquanto os homens com deficiência são obrigados a lutar contra o estigma da deficiência para poder preencher socialmente os papéis masculinos, as mulheres são furtadas desta opção. São vistas como inadequadas para as funções economicamente produtivas (consideradas apropriadas ao sexo masculino) e também para as funções de educadoras (adequadas ao sexo feminino). Claro que os homens também se encontram em estado de opressão adicional por serem homens e deficientes, na medida em que a sociedade espera um papel determinado supostamente condizente ao sexo masculino. A constatação de algumas diferenças, embora expressas de forma caricata, da dupla opressão sofrida pelas mulheres e homens com deficiência, justamente por serem mulheres e deficientes ou homens e deficientes, é retratada por Bronwich (*apud* MORRIS, 2008) ao destacar que para alguns homens deficientes parecia existir uma

(...) ideia implícita de que as mulheres que se locomoviam por cadeira de rodas não eram tão oprimidas quanto os homens na mesma situação. Isto porque a visão tradicional de papéis sexuais detém a dependência e a passividade como uma característica natural do sexo feminino, em contrapartida, os homens devem ser agressivos, impetuosos, ativos. Uma mulher, mesmo que sua deficiência exigisse a utilização da cadeira de rodas poderia tranquilamente gerir sua casa, realizar tarefas domésticas, prestar apoio emocional a família, conferir a lição de casa dos filhos e, mesmo na função sexual, não seria tão prejudicada, pois tende a se comportar de maneira passiva. Já quanto aos homens, a consequência de uma vida em cadeira de rodas é dramática. Como ser dominante se a cadeira implica de *per si* um grau de passividade latente? Como ser dominante no sexo? Como trabalhar se a grande indústria é desenhada para os que andam? Todas essas questões nos permitem dizer, com pouco espaço de equívoco, que os homens são mais discriminados pela deficiência se comparado às mulheres. A passividade gestada pela deficiência não entra em conflito com o ideal feminino, mas o afirma.

Essa ideia também pode ser encontrada em Murphy (1987) e Shakespeare (1996b, 1996c). Todos, sem exceção, apontam que a definição social da masculinidade está intrinsecamente ligada a celebração da força e de corpos normativos que se adéquam a realidade capitalista da produção social. O ser masculino pleno sob os auspícios do capital é quase um ser invulnerável. O homem é sinônimo de virilidade, poder, força, domínio. A composição destes elementos faz com que, no entender de Murphy (1987), a consequência social de algumas deficiências, entendidas como

epítome da passividade e dependência, sejam mais devastadoras em homens do que em mulheres, na medida em que tais elementos são vistos como a antítese do que é ser homem na sociedade. São singulares as palavras de Murphy (1987, p.83) ao destacar que

Um dos problemas, para os homens com deficiência, e para os homens em geral, é que a sexualidade masculina é concebida tradicionalmente de forma falocêntrica e opressiva. Antes de realizar a distinção vindoura, é importante ressaltar que concordamos em número e gênero com a crítica que as feministas fazem quanto ao caráter desumano do patriarcado. Armado meu escudo, me sinto a vontade para dizer, que no caso da paraplegia e tetraplegia, a opressão exercida pela sociedade sobre estas deficiências é muito maior nos homens que nas mulheres. É o homem que deve ser 'naturalmente' ativo, no trabalho, no lar, no sexo. Quando não o pode é como se fugisse a própria natureza. Torna-se um aborto.

O conjunto destes pressupostos nos atesta a necessidade candente de desconstruir o compósito que se ergue por trás das noções de masculinidades. Não apenas as mulheres são oprimidas pelo patriarcado. Os homens também o são. Embora concorde com estes apontamentos, Crow (1996) ressalta que o raciocínio nada incomum apresentado por Murphy e Bronwich apenas destaca de maneira evidente que as mulheres com deficiência são duplamente discriminadas⁵³, na medida em que se parte da ideia de que as mesmas são dependentes dos homens e realizam funções que, no mais das vezes, são consideradas como de menor importância social. Estas proposituras são falsas, sectárias, ideológicas, portanto, precisam ser questionadas por buscar em seu âmago conferir um papel de destaque aos homens nos movimentos sociais de pessoas com deficiência, e, por conseguinte, atribuir as mulheres papéis secundários na visão da referida autora. Não se pode esquecer que a condição de dependência e passividade tem depletado psicologicamente às mulheres com deficiência ao minar discursivamente a capacidade destas em desempenhar o papel de mãe e cuidadora do lar. Também não se pode esquecer que o mercado de trabalho se mostra muito mais seletivo quanto à aparência estética para as mulheres do que em relação aos homens, logo, a mulher, em uma sociedade somática, é a cada dia e com maior intensidade seu corpo, sua beleza, e, sentir-se desejada está inscrita nesta variável.

A profundidade destas relações, de fato, não foi analisada pelos teóricos do modelo social, sendo que muitas vezes a linguagem adotada por estes autores colocavam as mulheres com deficiência em flagrante posição de inferioridade. Os termos genéricos são invariavelmente

⁵³ Preferimos o termo opressão adicional, pois duplo dá a entender que as mulheres com deficiência são metade discriminadas por sua deficiência e metade por seu sexo, ou então duas vezes mais discriminadas, o que se constitui em um claro equívoco analítico, e, além disso, quando nos valem do termo adicional, o mesmo pode incorporar classe social, preferência sexual, padrão corpóreo, etc.

masculinos e os bastiões do movimento também são homens. Mais do que uma falha isto denota um reflexo da própria sociedade. Em um contexto alienado também nos alienamos, mesmo que lutemos contra nunca deixamos de ser parte dele. Posto isto, e até para defesa do movimento, é importante ressaltar que, de acordo com Barnes (2001), excetuando o feminismo, por razões mais do que óbvias, o movimento de pessoas com deficiência tem conferido as mulheres um papel predominante raramente presente em outras organizações sociais, contudo, isto poucas vezes é reconhecido pelos detratores do mesmo. Prova disso é que

(...) desde que me tornei envolvido com o BCOOP (Conselho Britânico de Organizações de Pessoas com Deficiência), em 1989, o movimento tem sido, de fato, dominado por mulheres. Atualmente, quatro dos cinco principais dirigentes eleitos pelo corpo de pessoas com deficiência do BCOOP são mulheres. E este não é um caso isolado, mas a tônica nestes 20 anos de experiência do Conselho. Isso se repete em algumas outras organizações londrinas de pessoas com deficiência. Por isso, sugerir, como fazem muitos pós-modernos e algumas feministas, que o modelo social tem sido dominado por homens não é apenas errado, uma vez que também nega a significativa contribuição que estas e outras mulheres têm dado e continuam dando a compreensão e explicação da deficiência como produto social e cultural (BARNES, 2001, p.9).

Além destes elementos, é importante citar a presença das mulheres como escritoras sobre a experiência da deficiência no modelo social desde o início do movimento. Significativo, nesse sentido, é que a obra vista como a protoforma dos estudos sobre a deficiência escrita por Hunt em 1966 e intitulada “Estigma: a experiência da deficiência”, composta por 12 artigos escritos por pessoas com deficiência, dos quais seis foram escritos por mulheres. A *Disability & Society*, principal periódico da área, também representa um espaço que foi ocupado pelas mulheres, na medida em que, de acordo com Barton (2002), editor da revista, até o ano de 2000 a divisão de artigos publicados entre homens e mulheres representava quase uma escala de um para um. No total 55% dos textos foram escritos por homens e 45% pelas mulheres. Não que comungamos da opinião de que contra fatos existem argumentos, muito pelo contrário, pois a achamos reducionista e mistificadora. Entretanto, no caso apresentando, nos parece que inegavelmente as mulheres estão longe de serem desrespeitadas quanto à produção de sua opinião sobre a deficiência.

A empiria do fato refuta, desde pronto, tal perspectiva. Claro que isto não significa que homens e mulheres gozam de prestígio teórico similar. Não, não gozam. Os fundadores do modelo social são todos homens. Nenhuma mulher se configura como pilar teórico do grupo. Contudo, isto não necessariamente significa uma forma de discriminação. É um dado histórico de constituição de um grupo e produto de contingências múltiplas e datadas que nunca impediu a participação de

mulheres em seu interior. A obra do modelo social não é de homens e para homens, mas, sim, de pessoas que tenham na deficiência seu objeto dileto de estudo e a interpretam como produto sócio-histórico.

Em razão destes elementos, Shakespeare (1998a) destaca que esta não se constitui em uma lacuna significativa dos estudos sobre a deficiência, mesmo porque, em um primeiro momento, não há como se escapar destes condicionantes. O que falta aos teóricos do modelo social, de acordo com o referido autor, consiste em expandir suas análises para além da esfera pública, dado que o privado também deve ser visto como digno de nota e análises sociológicas. Para Shakespeare (1998a, p.215)

(...) o problema que enfrentamos e ronda o modelo social não diz respeito a uma sobredominação masculina, podemos chamar isso de um falso genérico. A lacuna real é o estudo do público e o esquecimento do privado. Assim, mediante as obras do modelo social aprendemos muito sobre a vida pública de homens e mulheres com deficiência, mas quase nada sobre sua vida privada, sobre as questões que afligem o lar, sobre sexo, família, gostos particulares, desejos. São estas relações que precisam ser repostas e repensadas.

Shakespeare (1996c) também critica os autores do modelo social devido a pouca atenção dada as questões da sexualidade da pessoa com deficiência. Para Shakespeare, as pessoas com deficiência têm sido geralmente definidas como assexuadas e esta é uma das dimensões opressivas mais cruciais de sua vida. Tal temática foi estudada de maneira massiva nas universidades norte-americanas e britânicas desde a década de 80, contudo, não sob o prisma do modelo social, mas, sim, fundamentalmente pelo olhar psicológico.

Ann Finger, importante ativista norte-americana na luta pelos direitos das pessoas com deficiência comenta que os movimentos sociais guiados pelos próprios deficientes, mesmo os mais críticos como aqueles cujos pressupostos foram norteados pela literatura materialista, não colocaram a reivindicação dos direitos sexuais em sua agenda política. Isto é extremamente grave, pois de acordo com Finger (1990, p.9-11) “(...) a sexualidade é frequentemente a fonte de nossa mais profunda opressão e muitas vezes é a fonte de nossa dor mais profunda, mais doída, insanável” E prossegue, “(...) é mais fácil para nós falarmos e formularmos estratégias para mudar a discriminação no emprego, educação e habitação do que falarmos sobre a nossa exclusão na sexualidade e reprodução. Desconheço qualquer deficiente que acha essa questão de menor monta”.

Parte dessa ausência e do silêncio que ainda impera sobre a questão é explicada por Shakespeare (1996c) como derivada do tabu que envolve falar sobre sexo em sociedades ainda regidas por preceitos religiosos. Independentemente da religião que estamos considerando, sexo é

tabu. No budismo, cristianismo, protestantismo, no candomblé. Entre os evangélicos, muçulmanos, fundamentalistas, sunitas. Ninguém fala sobre sexo (ao menos nas esferas cotidianas, e, certamente, a religião é uma delas) impune, assunto que continua a ser visto como obra de pervertidos, perniciosos, embora essa tensão se dissipe cada vez com maior intensidade. Parte também dessa ausência se deve a dedicação quase exclusiva do modelo social da deficiência em centrar suas forças na derrubada das barreiras sociais que impediam a inclusão dos deficientes nas esferas públicas. Passado estes momentos, para Shakespeare (2000b, p.22) é hora de ampliar o foco, sendo assim,

Enquanto o modelo social foi historicamente utilizado para destacar as falhas da organização social contemporânea no desenhar dos ambientes laboriosos, no transporte mal projetado, nas atitudes preconceituosas, nos empregadores que discriminam as pessoas com deficiências, questões estas da maior importância, diga-se de passagem, o tema da sexualidade se manteve em estado de espera, quase esquecido em absoluto. Com a primeira parte estabelecida, ainda que deva ser continuamente desenvolvida, é necessário que o modelo social também seja usado para mostrar que os estereótipos sobre a sexualidade dos deficientes não são inevitáveis, tampouco se apresentam como resultado de nossas diferenças corporais. (...). Como defendemos neste livro, o problema da sexualidade dos deficientes não é como fazê-lo, mas para fazê-lo com. As barreiras à expressão sexual das pessoas com deficiência estão basicamente relacionadas com a sociedade hipócrita e alienante em que vivemos e não com os organismos com os quais fomos dotados ou deixamos de ser dotados.

Este silêncio teórico citado por Shakespeare é tão agudo que uma feminista com deficiência da monta de Crow (2004, p.23) também não se depreendeu sobre a análise minuciosa destes elementos. Em suas palavras,

Eu sempre assumi que a campanha mais urgente que deveria ser guiada pelos deficientes estava relacionada à conquista de direitos civis como emprego, lazer, educação, habitação, transporte, etc. Também sempre assumi, não em palavras, e, sim, pelo silêncio, que a sexualidade como preocupação política é praticamente dispensável. Hoje, pela primeira vez estou começando a acreditar que a sexualidade é temática cardeal na luta por melhores condições da população com deficiência. Não está abaixo das anteriores. Está acima de tudo, está no centro absoluto da formação da identidade da pessoa com deficiência. Não se pode lutar pela emancipação dos deficientes sem, concomitantemente, lutar pela emancipação de seus direitos sexuais. Temos desejo de sexo. Fazemos sexo como todos os outros. Isso é perfeitamente natural. O histórico deste quesito é a proibição que nos é infligida pela sociedade na realização de uma das práticas mais instintivas da natureza. Nenhum animal é tão privado sexualmente como a pessoa com deficiência, vítima pela moralidade perversa e hipócrita da sociedade. A radicalidade exige o rompimento com tais interditos.

Partindo dessa premissa, no entender de Shakespeare (2006) um movimento que se queira crítico, como o modelo social, deve romper com todos os tabus guardados pela sociedade. Nesse sentido, o referido autor ressalta que a questão da definição de uma plataforma de luta por uma política sexual deve ser dos temas candentes na pesquisa emancipatória sobre a deficiência, para tanto, é preciso que os teóricos comecem a discutir as implicações sociológicas desta questão. Quando perguntado se os autores do modelo social farão isso, Shakespeare (2006, p.37) responde:

Para ser honesto, eu não sei e realmente não me importo. Eu sou um pluralista, e prefiro seguir meus próprios padrões intelectuais e éticos ao invés de tentar obedecer a uma ortodoxia, por melhor que seja ela. Eu não sigo receitas quando vou cozinhar e tampouco estou interessado em seguir regras previamente impostas quando investigo a sociedade. Se vão ou não estudar com afinco a questão da sexualidade das pessoas com deficiência não me cabe responder. Para tanto, precisam equilibrar as relações entre público e privado, enfocar os fenômenos para além das estruturas sociais e adotar o lema feminista de que o pessoal é político. É disto também que se trata a sexualidade. Estive umbilicalmente ligado a perspectiva do modelo social durante quase duas décadas, mas não tenho bola de cristal. Não posso prever o futuro. Adoraria que esta questão fosse investigada com a acidez e inovação característica dos pioneiros do modelo social. Se essa questão é de fato um tema candente, acredito que sim. Teórica em um primeiro momento. Sim. Mas, ‘A política da deficiência’ escrita por Oliver também foi essencialmente um prodígio teórico. (...) Milhares de deficientes londrinos leram esta obra e alteraram sua consciência como produto quase direto de sua interpretação. (...) Alguém ousaria dizer que tal obra significou pouca coisa? Acredito que não. O que eu desejo é que estes autores façam o mesmo sobre uma política sexual da deficiência. A sexualidade e suas relações devem ser discutidas, tal qual fizeram as feministas. É tema de cuja natureza é essencialmente histórica.

6.3. As intersecções entre os estudos sobre a deficiência e outras minorias sociais: notas críticas

A terceira crítica diz respeito à incapacidade de os estudos sobre a deficiência incorporarem contribuições acadêmicas oriundas de outras minorias sociais, tais como a literatura feminista, os textos sobre raça, homossexualismo, envelhecimento, etc. Ainda que a distinção entre lesão e deficiência materialize uma apropriação e objetivação da literatura sobre gênero como apontamos anteriormente, os próprios Oliver e Barnes (2006) corroboram com estas críticas e destacam ser este um dos pontos falhos do modelo social, contudo, o fato de o mesmo não ter se aprofundado como deveria em tal literatura não significa que jamais irá fazê-lo.

De todas as minorias apontadas aqui certamente a literatura feminista vem sendo aquela que mais contributos têm oferecido aos estudos sobre a deficiência. Desde então, mulheres com deficiência têm demonstrado que algumas de suas experiências de opressão são distintas das experimentadas por homens e se mostram em número mais vasto em relação a estes. Questões como sexualidade, gestação, maternidade e as próprias responsabilidades sobre o cuidado de pessoas com

deficiência, desde familiares até desconhecidos tem um peso significativamente diferente sobre os ombros das mulheres e impactam suas vidas de forma radical. Algumas destas funções são consideradas pela sociedade como de responsabilidade única e exclusiva da mulher, e muitas delas realmente não se configuram como preocupações presentes nos fundadores do modelo social.

Em termos filosóficos, a principal crítica do feminismo dirigida aos pressupostos do modelo social reside na sobrevalorização da independência⁵⁴, cuja base está centrada na ideia de Oliver (2000) de que ao se eliminar as barreiras sociais os deficientes mostrariam toda sua capacidade e potencialidade produtiva. Para feministas como Morris (2009) tal concepção de independência poderia ser um ideal extremamente perverso para inúmeros deficientes, os quais seriam incapazes de alcançá-lo em sua plenitude. De acordo com Diniz (2003, p.4), feminista crítica aos estudos de deficiência, ainda que perfilhada ao seu verniz teórico,

Há deficientes, em que as lesões são tão graves e limitantes, que jamais terão habilidades para a produção, não importa qual o tamanho do ajuste social a ser feito. Para esse grupo de deficientes, a saída são princípios de bem-estar não assentados em uma ética individualista ou da produção, mas no princípio da interdependência das pessoas, um fundamento que, infelizmente, o modelo social não seria capaz de considerar legítimo. (...) Neste sentido, é gigantesca a contribuição da teoria feminista ao desafiar não só o tabu do silêncio em torno do corpo lesado, como, principalmente, a suposta certeza de que todos os deficientes almejavam a independência, ou mesmo seriam capazes de experimentá-la tal como idealizado pelos teóricos do modelo social. Com o argumento de que todos somos dependentes em algum momento da vida, seja na infância ou na velhice, ou em momentos de debilidade por doenças, um grupo de feministas introduziu o princípio da igualdade pela interdependência como um princípio mais adequado para a reflexão sobre questões de justiça no campo dos estudos sobre deficiência.

Salta aos olhos neste corpo teórico a ideia de interdependência como princípio operante da vida. Como diria Corbett (1997, p.90) qualquer tentativa de erigir uma contradição flagrante entre independência e dependência se mostra fadada ao fracasso, uma vez que

(...) Nenhum de nós somos pessoas verdadeiramente independentes, pois sempre dependemos das estruturas que sustentam nossa vida diária. Estar completamente vivo como ser humano requer uma complicada interdependência entre uma rede de pessoas e sistemas. Independência não significa adaptar-se sem nenhuma classe de ajuda. Isto suporia, na verdade, uma vida muito triste.

⁵⁴ Importante frisar aqui que a independência visada pelo modelo social se estabelece como conceito distinto daquele perfilhado pela literatura americana e os Centros de Vida Independente. Independência aos teóricos do modelo social, mais do que uma liberdade e possibilidade no ato de compra e venda, materializa a rejeição de qualquer sujeição e a aquisição de autonomia em todas as esferas públicas e privadas. O ser independente é aquele que se torna senhor de suas decisões, portanto, livre para traçar os caminhos de seu futuro.

Também se mostram singulares as palavras de Eva Kittay (1999, p.18), filósofa e cuidadora de uma filha com grave paralisia cerebral, de que “todos somos filhos de uma mãe”, colocando a interdependência como relação ineliminável do humano. Não há humanidade sem interdependência⁵⁵.

Apesar de pequenina, a assertiva anterior chama a atenção para a questão do cuidado que conleva a deficiência, cuja materialidade é vista por Oliver (1998b, p.7) como uma verdadeira dinamite ideológica, pois em seu entender o referido suposto “(...) serve apenas para posicionar os deficientes como pessoas que não cuidam de si e dependentes dos membros da família, àqueles que efetivamente cuidam e dão o apoio necessário”. Estas discussões ainda carecem de maiores aprofundamentos filosóficos, contudo, somos predispostos a dar razão para ambas às perspectivas, que precisam ser equacionadas de forma a não recriar novamente a ideia da pessoa com deficiência como dependente, ou melhor, construir um espaço no qual a dependência e a diferença sejam vistas concomitantemente como elos inelimináveis do humano. Estas são contribuições que clamam por desenvolvimento e podem elevar o patamar de discussões filosóficas estabelecidas no seio do modelo social.

Entretanto, é preciso ter em mente que não necessariamente a interconexão com estes outros estudos resulta no fortalecimento do modelo social. Em alguns casos pode, inclusive, significar retrocesso. Morris (2008), por exemplo, ao correlacionar deficiência e envelhecimento chega a uma conclusão reacionária no que diz respeito à luta pela transformação da sociedade e pela conquista de novos direitos para as pessoas com deficiência. Isto porque, ao perceber que grande parte da população idosa apresenta alguma forma de deficiência a mesma conclui que todas as pessoas são ou se encontram em vias de materializar alguma deficiência.

Esta relação também é utilizada por Abberley (1987) que, a partir do exemplo da artrite, cuja prevalência entre idosos é alta, enfatiza a imperiosidade de o modelo social alargar o conceito de

⁵⁵ Com esses argumentos, as feministas buscavam chamar a atenção para o fato de a experiência da deficiência ser profundamente marcada por um recorte de gênero. De acordo com Diniz e Medeiros (2008, p.4) “(...) ao mostrar que a deficiência é acompanhada de arranjos familiares voltados para o cuidado da pessoa deficiente essas pensadoras evidenciam que não são apenas as pessoas com algum tipo de restrição corporal que necessitam da atenção das políticas públicas. Como, devido à divisão sexual do trabalho, os cuidadores são predominantemente mulheres, a deficiência quando encarada também no pessoal e familiar possui um irrevogável viés de gênero. São as mulheres, por exemplo, que se afastam do mercado de trabalho para cuidar das pessoas com deficiência, de crianças pequenas ou idosas. Esse afastamento tem uma série de implicações para as mulheres, como a ausência de recolhimentos para o sistema previdenciário entre as mulheres em idade economicamente ativa e isso não pode passar esquecido pelas políticas públicas”. Torna-se nítido que as cuidadoras não poderiam ficar esquecidas no que tange o processo de apropriação da experiência da deficiência, como sistematicamente vinha ocorrendo na literatura londrina. Esta, sem dúvida, é uma contribuição indelével que as feministas realizaram no intuito de enriquecimento e ampliação do próprio modelo social.

lesão e deficiência para outros grupos sociais, entre eles, os idosos. A justificativa para esta inclusão é buscada no próprio princípio do modelo social de que a lesão não determina a deficiência, conseqüentemente, certo grau de hostilidade comportado por um ambiente pode fazer com que leves limitações tornem-se grande causa de deficiências dos mais diversos tipos, cujo exemplo mais cristalino poderia ser encontrado nas populações idosas. Diniz e Medeiros (2008, p.5) destacam que “inúmeros outros casos demonstram que a deficiência não é uma experiência limitada a uma minoria reduzida, mas um fato ordinário e previsível no curso de vida das pessoas, assim como o envelhecimento”. Evidente que esta discussão tem sua razão de ser, contudo, a mesma, ao tentar praticamente universalizar o fenômeno da deficiência, porta em seu interior justamente o maior perigo ao modelo social, qual seja: perder de vista as importantes conquistas em termos de políticas públicas, principalmente no que se refere à discriminação positiva estabelecida pela legislação, as quais foram materializadas em décadas de luta e intensas batalhas contra o saber dominante.

Inegavelmente, tais raciocínios se encontram ancorados em um apelo a fragilidade como característica universal da humanidade, cuja arquitetura comporta intrinsecamente a ideia de que nós, seres humanos, estamos apenas temporariamente sãos e livres da situação de deficiência. Além de Morris (2008), aludido argumento se encontra presente nos trabalhos Shakespeare e Watson (2002), Bichenbach (1999) e também Zola (1989, p.416), para quem:

Uma abordagem mais radical é necessária nos estudos sobre a deficiência. Que vá além dos limites impostos pelo modelo social e consiga demolir a linha divisória entre o falso e o normal, o deficiente e o não deficiente, mesmo porque tal linha apenas existe em vieses metafísicos. Temos de reconhecer que a imparidade e, por conseguinte, a deficiência não demarca apenas o estado físico de uma pequena minoria de pessoas. É a condição normal da humanidade. Nenhum corpo funciona perfeitamente para sempre ou eternamente. Estamos ou estaremos em situação de imparidade em algum momento, pois a doença é a condição humana mais constante e a mortalidade, a essência inevitável de se estar vivo. A deficiência é uma marca de todos ao longo da vida. Com isso, não estamos tentando dizer que a miopia é equivalente a cegueira ou a fratura de um membro similar a sua perda. Isso seria um despropósito. Claramente, as limitações que os organismos individuais experimentam variam de um nível trivial a profundo. Existem diferenças importantes em que a teoria e a prática devem se mostrar sensíveis, mas estas diferenças não podem estar diretamente atribuídas a dois estádios ontológicos distintos. Devemos tentar igualar tais acontecimentos até como forma de retirar rótulos sumamente negativos sobre a deficiência. Se todos têm limitações e são vulneráveis é sobre a fragilidade que devemos constituir nossa política social e não insistir em divisões tipo normal e anormal, social e biológico, deficiência e lesão, dentre outras.

No entender de Hughes (1999, p.158), crítico desta perspectiva, a insistência na fragilidade humana “se tornou, para alguns, uma espécie de vara com a qual supostamente se venceria os postulados do modelo social, servindo principalmente para contestar a distinção que os defensores

deste modelo faziam entre deficiência e incapacidade. Mas a ideia era frágil de per si. De tão universal nada explicava”. De fato, esta abordagem universalista pode ser problemática e de poucos ganhos aos movimentos sociais de pessoas com deficiência. Ainda que a mesma possa se constituir em instrumento teórico de atenuação da negatividade existencial associada à condição da deficiência, ela o faz em detrimento da própria identidade de classe⁵⁶, cujo fortalecimento é cardeal ao incremento da luta política.

Os argumentos utilizados para justificar e referendar esta impostura teórica, a fragilidade como marco definidor do humano, são os mais diversos. Turner (1992, p.276) coloca que “a universalidade do sofrimento humano nos faz irmãos, todos, pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência. Isso nos permite ver a discriminação como um fenômeno que engloba a ubiquidade da miséria humana”. Assim, ele também se antepõe ao dualismo cartesiano gestado pelo modelo individual em sua vertente funcionalista, entretanto, está longe de apresentar uma concepção efetivamente democrática da diversidade humana. Para Turner (1994), a vulnerabilidade vivenciada pelos seres humanos varia de acordo com o contexto social e se constitui como pedra de toque de todos os processos de segregação já veiculados na história. As mulheres foram discriminadas porque vistas como vulneráveis, assim como negros, deficientes, homossexuais, pobres, etc.

Direcionando seu foco especificamente para a deficiência, Turner (1994, p.27) enfatiza que “todos precisamos de proteção porque estamos frágeis e sempre a um passo de nos vermos acometidos por uma moléstia. A saúde é tão ou mais temporária que a doença, posto esta, em alguns casos, se mostrar estável”. Citada contenda destaca o fato de o autor situar nos limites da biologia e medicina os estruturantes da vida do ser humano, preposto que atravança pela raiz a materialização de uma reivindicação ético-política, mesmo porque entendemos que a fisiologia nunca pode ser considerada como o chão do qual se emana a análise social. O homem é essencialmente uma ideia histórica.

⁵⁶ A classe em Marx é um conceito diferencial, inexistente no isolamento, pois incorpora um modo de se relacionar com outras classes e também de recusá-las. Relembremos a clássica definição de Marx (2003, p.33), para quem “na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem seu modo de vida, seus interesses e sua cultura aos de outras classes da sociedade, esses milhões formam uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local, em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nesta exata medida não constituem uma classe”. Por conseguinte, podemos entender por classe uma relação de desigualdade a partir da qual grupos de seres humanos concebem seus interesses como estando em contraposição aos de outros. Não há classe quando da inexistência de relação conflitual com outras classes, assim como pontua Thompson (1987, p.10) “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”. Nestes termos, por mais curioso que possa parecer, podemos falar da possibilidade de existência, desde que objetivamente organizada e com interesses de estabelecimento e luta definidos, de uma classe de pessoas com deficiência. Contra quem lutam? Contra a sociedade sã e normativa e todos os preconceitos que rondam a mesma.

Por conseguinte, possivelmente a alegação da universalidade da dor, doença, imparidade e da deficiência como condicionantes para a edificação de uma teoria social dos direitos mostra-se profundamente ingênua e até certo ponto inútil. Como pontua Hughes (2000, p.561) “Qual a razão para a sociedade comungar uma ideia de criação de uma teoria dos direitos com base no argumento da universalidade da imparidade. Se todos sofrem do mesmo mal de que serve uma ação de discriminação afirmativa?” E acrescenta, “(...) parece-nos muito mais palpável, sensato e convincente a ideia do modelo social, que a partir de evidências empíricas constata com uma clareza inquestionável que os deficientes, e não todos, são marcados, discriminados e excluídos por suas características peculiares”.

Até Shakespeare e Watson (2002), caracterizados pela abrangência e criticidade das análises por eles perpetradas caem na armadilha erigida por Turner (1994), cujo artil se dá pelo rompimento da condição negativa da deficiência. Esta concepção seduz sobremaneira os referidos autores, encontrando guarida na assertiva por eles próprio decantada, a citar, “(...) não existe diferença qualitativa entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, porque, afinal, somos todos deficientes. A fragilidade é nossa marca e a onipresença da deficiência é um fato empírico e não desígnio de qualquer relativismo” (SHAKESPEARE e WATSON, 2002, p.27). Novamente, o maior problema deste raciocínio se encontra na ideia de que o ser humano seja determinado, em última instância, pela natureza, dela derivando a imensa gama de relações sociais circunscritas a cada sujeito.

O argumento de que as pessoas com deficiência estão em desvantagem se comparada a outros indivíduos em um constructo cognoscitivo que destaca a universalidade da deficiência, que atinge a todos, representa um triunfo do igualitarismo filosófico que deixa o conceito de deficiência sem dentes para empreender a tão propalada luta pela transformação social. Colocados estes elementos, entendemos ser tarefa de uma ontologia crítica sobre os estudos da deficiência reivindicar a autenticidade da deficiência sempre e em todo o momento que a mesma for negada.

Não se pode perder de vista, como aponta Hughes (2000), que enquanto os corpos têm sido vistos simultaneamente pela curva dos limites e das possibilidades, o corpo das pessoas com deficiência tem sido interpretado como um limite sem possibilidade. E isto produz consequências drásticas quanto à estrutura psíquica e a inclusão plena das mesmas na sociedade que são e fazem parte.

Turner (1994), Shakespeare e Watson (2002), ao focarem seu olhar sobre a vulnerabilidade e as limitações físicas presentes em todos os seres humanos objetivavam claramente subverter a ontologia negativa geralmente associada às pessoas com deficiência mediante apelo de que o corpo é ou será necessariamente deficiente em alguma etapa da vida. Contudo, como aponta Hughes

(1999, p.563), “no mais das vezes, os indivíduos que são considerados como tendo controle sobre seus corpos são considerados cidadãos. Em contrapartida, aqueles que apresentam uma flagrante limitação corporal em relação à média têm sido historicamente vistos como cidadãos de menor valia”.

Não podemos ressignificar a linguagem sobre a deficiência caindo no equívoco de esconder a discriminação e exclusão que ainda paira sobre a mesma. Esta é a crítica que se pode fazer, por exemplo, ao termo “diversidade funcional”, tão utilizado por Shakespeare e Watson (2002), Morris (1991), Turner (1992, 1994), dentre outros, como sinônimo de deficiência.

O conceito de diversidade funcional surge em 2005 a partir do Fórum de Vida Independente, uma comunidade espanhola on-line que buscava discutir novas terminologias e formas de se encarar a relação entre deficiência e sociedade. O conceito pretendia substituir a ideia de *discapacidad*, uma vez que tal termo traz implícito a concepção da pessoa como alguém não capaz, inapta, não sociável. Foi interpretada como um retrato favorável a edificação de uma nova imagem sobre a deficiência, pois quebrava rótulos e julgamentos assistencialistas de diversas sortes. Diversidade funcional representa o aspecto geral da condição humana, pois todos somos diversos funcionalmente. Nesse espaço, o que distingue uns de outros seria apenas o grau e a extensão das limitações apresentadas pelas pessoas.

Shakespeare e Watson (2002) quase imediatamente após a cunhagem do termo o trazem a baila das discussões londrinas sobre a deficiência, as quais se utilizavam fundamentalmente do termo *Disability* (costumeiramente traduzido em português por deficiência). De acordo com os referidos autores, o termo *Disability*, expresso tanto pelo modelo social como pelo modelo individual, pese suas enormes diferenças epistemológicas, teóricas, práticas e políticas, guardam uma semelhança quase imperceptível, a citar, a qualificação negativa da deficiência.

Se em um caso a mesma se daria por uma falha individual, no outro, se caracterizaria por uma falha da sociedade em acomodar diferenças. O pressuposto da falha subsistiria em ambas as perspectivas, assim, diversidade funcional se mostraria uma variante etimológica interessantíssima posto suprimir dita qualificação deletéria, funcionando como um marco transicional que romperia com o sentido deletério atribuído a deficiência e com as heranças desta como condição de marginalidade, liminaridade ou exclusão social. Assim, o conceito de diversidade funcional não se inscreveria em uma carência, muito pelo contrário, pois apenas assinalaria uma funcionalidade diferente da que se considera usual, a qual, como qualquer diferença, necessita de respeito e valorização em uma sociedade que se queira democrática.

A ideia, de fato, se mostra a primeira vista interessante, contudo, ganha ares de ingenuidade ao frisar e enfatizar sua validade contemporânea pelo suposto anseio democrático da sociedade. Seu

erro é justamente acreditar que o capitalismo queira ser democrático. Este nunca foi e, tampouco será uma de suas premissas, aliás, representa a antítese de sua própria estrutura. Igualmente, embora de forma involuntária, o conceito de diversidade funcional tem sido sistematicamente utilizado pelas elites para referendar um suposto caráter natural da exclusão das pessoas com deficiência, ao enfatizar um raciocínio do tipo: ‘se todos possuem alguma forma de incapacidade e são potencialmente deficientes para que é preciso direcionar políticas específicas para os mesmos. Se todos são deficientes, ou melhor, possuem uma diversidade funcional, o problema está em quem não se adapta ao ambiente, na medida em que a grande maioria das pessoas se acomodam a sociedade’. Este é um raciocínio sobre a deficiência que mais causa temor por sua essência antidemocrática e reacionária.

Nem sempre se mostra como válida a tentativa de dissimular o significado e a perversidade que envolve o ser deficiente na sociedade capitalista. Estes eufemismos acabam por não se mostrarem capazes de descrever a especificidade da condição da deficiência, que não é um evento que todos experimentarão, embora faça parte da vida de um relativo segmento populacional. As pessoas com deficiência não devem ter sua condição amortizada por palavras. A troca etimológica só faz sentido se desaguar na luta contra a opressão social e na possibilidade de visualização das contradições do sistema.

Pfeiffer (2002) destaca que muitas pessoas ligadas a movimentos sociais críticos não desejam esconder suas diferenças mediante a utilização de uma nomenclatura branda, pois tal movimento representa um caminhar na contramão da história das conquistas das pessoas com deficiência, que ampliaram seus direitos afirmando sua condição de descapacitada pela estrutura social. Evidente que tal esforço é louvável e movido por boas intenções e seus argumentos dignos de serem considerados, mas não podem disfarçar a dureza da vida em sociedade para os deficientes em tempos capitalistas. Fazer isso é maquiagem o problema, idealizar que ele não existe, o que certamente não contribui para seu reposicionamento histórico.

6.4. É tornada a esfera da cultura e linguagem secundária pelo modelo social?

A quarta crítica tem em Shakespeare e Watson seus principais propositores, os quais enfatizam que os teóricos do modelo social, densamente preocupados com a transformação da estrutura e barreiras físico-sociais, acabam por relegar a esfera da cultura e da linguagem a um segundo plano. É uma crítica de claro corte pós-moderno, tornada extremamente popular nas áreas acadêmicas nos dias atuais.

Oliver (2008) rebate tais acusações destacando que a ênfase no econômico e no trabalho não significa tornar a cultura como coadjuvante do processo de construção humana. Em seu entender,

quem leu Marx com um pouco de cuidado jamais se prestaria a asseverar que o materialismo histórico ao afirmar a potência da economia desconsidera as outras dimensões da vida humana. Tomando por base a matéria, Oliver (2008, p.27) argumenta

Em nosso contexto histórico grande parte das pessoas com deficiência se concentra nas parcelas mais pobres da população e nos países que enfrentam graves problemas econômicos ou se encontram em estado de guerra. É frequente, neste contexto, a falta de alimentos e bebidas potáveis, a desnutrição ou subnutrição e o parco ou inexistente acesso as produções históricas da humanidade. Como consequência disso, acreditamos que qualquer tentativa de mudar a política da deficiência mediante a transformação dos sistemas representacionais e do significado deletério que tal conceito porta socialmente está fadada ao fracasso quando desconsidera a privação material que tais pessoas experimentam na sociedade. Ao corpo com fome o alimento soa mais saboroso que qualquer palavra aconchegante. Essa parece ser a equação ainda não entendida pelos pós-modernos. É preciso alterar as bases do significado da deficiência, esse é um dos pilares do modelo social, jamais neguei isso, e a teoria deve se debruçar sobre o desenvolvimento de outras formas de se entender a deficiência. Afinal, não é isso também que tentamos fazer com os *Disability Studies*. Contudo, insisto, pensar a transformação semiótica sem visualizar a alteração radical da estrutura pela qual a sociedade se amolda nada mais é do que devaneio histórico. Um retoque de maquilagem. Não nos devemos deixar iludir.

Quanto à importância da linguagem, cabe ressaltar que Oliver (1990), em texto clássico, se diz foucaultiano no sentido de entender que a maneira como falamos sobre o mundo e a forma como o experimentamos são indissociáveis, posto que os nomes que damos as coisas arquetam nossa experiência sobre as mesmas, assim como nossa experiência e relações com o mundo influenciam o nome que damos as coisas. Corroboramos com a ideia de que nenhum fenômeno social, incluindo a deficiência, a incapacidade, o racismo e o sexismo, existe de maneira independente da prática discursiva. A oração negativa sobre a deficiência também conduz ao ato de discriminação, assim como cria inúmeros empecilhos para a estruturação da luta pela mudança da realidade vivida.

Por conseguinte, a revolução da linguagem é parte integrante da transformação do mundo, embora não sua totalidade. “É preciso criar uma nova linguagem para a deficiência, projeto que carece tomar corpo com a mais rápida urgência” (OLIVER, 1990, p.27).

Ainda sob os braços do pós-modernismo, Shakespeare (2008) e Thomas (1999, 2007) criticam o modelo social pelo fato de o mesmo se preocupar demasiadamente com as questões macro sociais e esquecer as esferas microscópicas. Thomas (1999) pontua que uma das grandes lacunas do modelo social consiste no não desenvolvimento das dimensões psicoemocionais da deficiência. Preocupado sobremaneira com a produção social, os estudos londrinos teriam sublevado os aportes internos gestados pela deficiência, assim como a opressão internalizada mediante apropriação de significados pejorativos sobre o ser deficiente em sociedade,

invariavelmente ligados a uma vida de menor valor, inútil, desinteressante, dentre outras adjetivações usuais.

A apropriação destes qualificativos exerce um efeito deletério sobre a constituição da personalidade das pessoas com deficiência, na medida em que tenciona as mesmas a se tornarem passivas perante a realidade social e a interpretarem a deficiência como produto unicamente individual. Por isso, no entender de Thomas (1999), os aportes psicoemocionais se constituem como dimensão fundamental no processo de desativação sofrido pelas pessoas com deficiência, podendo ser sinteticamente definido como opressão internalizada, que ocorre, inclusive, quando a pessoa busca se isolar das relações sociais ou principalmente neste universo. Para Morris (2008), tais análises não desviam a atenção para os problemas cardeais da desativação, como supõem alguns autores do modelo social, mas, sim, incrementam outras esferas epistemológicas como a sociologia das emoções, a psicologia social, a psicanálise, e a fenomenologia da experiência, complexificando ainda mais estes estudos ao se debruçar sobre as possibilidades de desconstrução sógnica dos adjetivos impressos sobre a deficiência.

Inegavelmente esta é uma questão sobre a qual os teóricos do modelo social da deficiência não perfizeram de mote em seus escritos, embora, a bem da verdade, a mesma se encontra presente desde o ensaio pioneiro de Hunt (1966) sobre o estigma. Também pode ser encontrada em Shakespeare, Barton, Barnes, além dos autores interacionistas, cujo exemplo mais conhecido é certamente Goffman, ainda que o mesmo coadune com a perspectiva da deficiência como tragédia pessoal. Enfim, apesar de trabalhada de forma epifenômenica pelos autores do modelo social, a dimensão interior e intimista nunca esteve totalmente ausente desta literatura traçada pelo modelo social como dão a entender Morris (2009) e Thomas (1999), o que não significa que a mesma não carece ser desenvolvida. Precisa sim, mas sob uma perspectiva psicológica que historicize os fenômenos humanos devido a sua socialidade constituinte.

O conjunto destas críticas abrolha em um período de intensos ataques a literatura marxista, do qual os teóricos do modelo social se mostravam caudatários, por conseguinte, é mais do que esperado que as principais contestações dirigidas ao marxismo e aos seus conceitos estruturantes também se reproduzam no seio dos *Disability Studies*. O autor que mais repercussão conseguiu em tal intento foi Paul Abberley.

De acordo com Abberley (1997), os escritos marxistas no terreno dos estudos sobre a deficiência insurgem assumindo uma postura de franca oposição aos principais postulados funcionalistas⁵⁷ e interacionistas que grassavam sobre tal campo, objetivando arquitetar uma

⁵⁷ Abberley (1997) vê em Durkheim o clássico que conseguiu relacionar de maneira absolutamente original sociedade e biologia em sua obra, arquitetando sua concepção sobre a primeira a partir da fisiologia da segunda. Se valendo da ideia

literatura que estivesse frontalmente comprometida com a libertação das pessoas com deficiência de suas condições insalubres de vida. Se o marxismo é a filosofia mais desenvolvida no que tange a explicação do capitalismo, a escolha pelo mesmo devido a formas infinitas de opressão geradas dentro deste sistema certamente foi a mais adequada.

Para Abberley (1999), os londrinos dos *Disability Studies* objetivaram com esta contenda, mediante apropriação da teoria marxiana e conseqüente aproximação íntima de seus pressupostos filosóficos e ontológicos, enfatizar que a abolição do capitalismo representaria a base sobre a qual a deficiência (mas não a lesão) desaparecerá da sociedade. Em tal espaço, a exclusão destes sujeitos é explicada como decorrente do processo de expansão do capitalismo e sua transformação em regime econômico dominante.

Nesse sentido, sobressalta como fonte a obra clássica de Engels (1985), intitulada “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, pela qual o referido autor é taxativo em destacar que a Revolução Industrial cria o proletariado enquanto categoria histórica, assim como permite um substancial processo de concentração e polarização das relações sociais na cidade devido ao brutal processo de urbanização. A concentração citadina da população e a busca incessante por trabalho nas fábricas teve como consequência direta a criação de uma população de excedentes para o labor, enfim, um verdadeiro exército industrial de reserva, o qual contribuiu decididamente para a regulação dos salários pagos aos trabalhadores, além de exercer forte pressão no que tange a impossibilidade em se lutar por melhorias das condições de trabalho. Qualquer revolta era punida com demissão como aponta Engels (1985, p.127), afinal, “ao patrão era só estalar os dedos que um monte de desempregados adentraria as fábricas para executar as tarefas insalubres por salários miseráveis e ainda se sentiriam felizes por fazerem parte do sistema. Triste retrato da amargura a que estamos submetidos”.

de sistema orgânico explica a sociedade como um todo cuja substância está nas ligações fortes e exímias das partes, logo, cada indivíduo e a função por ele desempenhada é parte constituinte fundamental a manutenção do sistema. O bom andamento do coletivo depende do sucesso de cada parcela que o compõe. Possivelmente o conceito mais comentado de Durkheim (1960) se refira à divisão que o mesmo realiza entre sociedades pré-industriais e sociedades industriais. No primeiro contexto, as formas de integração se dariam em razão da similaridade das funções na divisão do trabalho social, batizadas de solidariedade mecânica. Com a industrialização e a crescente separação e distinção do ser em relação ao grupo, a divisão do trabalho se torna cada vez mais especializada e individualizada, sendo que a boa sociedade neste contexto é definida como aquela unida por fortes laços de solidariedade, uma solidariedade orgânica, construída por meio do reconhecimento do papel do outro, enfim, da inserção das diferenças na complexa divisão do trabalho que funda a modernidade. Tal pressuposição não é nova no sociólogo francês. Em ensaios anteriores já enfatizava claramente a necessidade de a sociedade reconhecer a diversidade, porém, nada, absolutamente nada, sugere que tal raciocínio deva se estender para as pessoas incapazes de assumir uma posição nas esferas de trabalho. A solidariedade da qual fala o ilustre sociólogo francês é forjada fundamentalmente nos postos de trabalho, sendo que estar privado dos mesmos também o é se encontrar despojado de qualquer possibilidade plena de adesão social. Esta é a razão pela qual Abberley (1997) se insurge contra os escritos funcionalistas e, embora por motivos diferentes, também critique os marxistas no sentido de que estes visualizam o trabalho como definidor do humano componente do ser.

O exército industrial de reserva, ainda que involuntariamente em termos de consciência de classe, desempenhou e desempenha um importante papel na justificativa da precarização das condições de trabalho. E qual a relação deste com as pessoas deficientes? Simples, de acordo com Finkelstein (1980), aos deficientes eram destinados postos cativos neste exército. Como pontua Oliver (1990), se viam excluídos das atividades laboriosas, mas utilizados como parte de uma engrenagem que visava abafar qualquer possibilidade de contestação do regime ou o desenvolvimento da luta pela melhoria das condições de trabalho.

Além do descrito acima, o livro de Engels (1985) traz outras contribuições ao inventariar as condições de vida e o comportamento coletivo e individual dos operários ingleses. Nele, a figura dos mutilados aparece constantemente como evidência de práticas de um trabalho prejudicial, na medida em que, de acordo com o referido autor (1985, p.180), “os relatos apresentados pelos comissários mencionam uma verdadeira multidão de aleijados se constituindo no chão da fábrica devido às longas jornadas de trabalho, ao ritmo alucinante e as condições insalubres do mesmo.” E acrescenta, “quando não mais úteis seus corpos eram jogados como trapos no portão afora e passavam a se constituir em uma precária camada de desempregados”. É interessante, nesse sentido, a descrição de Engels (1985, p.181) que, ao recuperar escritos da saúde à época, constata que este processo profundamente devastador foi denominado pelos próprios médicos de “aspectos dos resultados fisiológicos do sistema de fábrica”. E continua

(...) raramente tenho atravessado Manchester sem encontrar três ou quatro destes aleijados pelo trabalho, sofrendo com as distorções da coluna vertebral, de suas mãos e pernas. Todos parecem exatamente iguais, sem face, exauridos corporeamente pelo trabalho. Uns sintomas são mais externos, outros internos, porém, não menos devastadores. (...) Me revolta saber que o estado de coisas que permite tantas deformidades e mutilações se promove sordidamente como requisito do benefício de uma única classe, mergulhando o restante em condições desvalidas cercadas pela fome e miséria dos mais diversos tipos por culpa única e exclusiva da burguesia (ENGELS, 1985, p.194).

Conclui seu estudo destacando que é possível demonstrar empiricamente e da forma mais fiável possível que o capitalismo exaure as forças físicas e intelectuais do trabalhador, além de deplorar o estado de energia que mantém seu corpo em funcionamento. Claro está que a questão da deficiência é contingente no estudo de Engels (1985), aparece ora ali, ora acolá, uma vez que o foco de seu trabalho estava na crítica ao capitalismo e na necessidade histórica de o proletariado tomar o lugar de protagonista no corpo da história, mas existe de fato uma ideia inegável no mesmo de que a superação do capitalismo em direção ao socialismo também o é a superação de todas as formas de

deficiência, posto deixarem de existir quando de uma organização efetivamente humana do sistema produtivo⁵⁸.

No entender de Shakespeare e Watson (2002) tal caminho argumentativo acaba por colocar a problemática da deficiência, ainda que desprovido de qualquer pôr teleológico, como uma questão de menor interesse. Bastava transformar a sociedade para que a mesma fosse automaticamente suprimida, analogia não sustentável no terreno concreto, posto que algumas práticas, de tão enraizadas no *modus* societal histórico, dificilmente se transformariam como que em um passe de mágica.

Seguindo tal linha analítica, de acordo com Abberley (1987, 1997), ainda que um processo radical de transformação da sociedade possa de fato reduzir drasticamente o número de pessoas com deficiência este nunca chegará a zero. Esse é o ponto fulcral pelo qual o mesmo destaca a insuficiência do marxismo no que perfilha a construção social de uma teoria libertadora da deficiência, a citar, a noção implícita de que as análises marxistas quando resvalam no fenômeno da deficiência tendem a estar fortemente enviesadas para a prevenção e a cura como fato social, ênfase analítica derivada do entendimento da deficiência como consequência do processo de marginalização social assim como dos próprios conceitos filosóficos marxistas de humanidade e do papel que o trabalho assume em sua gênese constitutiva.

Se o homem constitui sua humanidade por meio do trabalho como se configura a situação daqueles que não podem trabalhar? Esta é a principal preocupação de Abberley (1998) quanto à literatura marxista: a suposta negação da humanidade de alguns deficientes, problemática que deveria ser sanada em uma teoria social da deficiência. Contudo, o autor reitera que foi a literatura de Marx quem mais contributo ofereceu a um pensar emancipatório sobre a deficiência e na interpretação da mesma como forma de opressão social. O desenvolvimento da teoria social da deficiência exigiria uma ruptura com estes modelos de humanidade e filosofia centrados na ideia do *homo faber*, assim como requerem a superação das noções racionalidade e perfectibilidade orientada para a produção de bens. Discordamos radicalmente desta posição, que, a nosso ver, materializa um entendimento superficial dos escritos de Marx.

Inegavelmente, o projeto de “O Capital”, obra prima de Marx, repousa sobre a ideia do ser humano como trabalhador. Quanto a isto, restam poucas dúvidas, entretanto, não podemos ver aí uma teleologia que sumarize o homem ao seu labor.

⁵⁸ Involuntariamente, Engels (1985) parece ter criado a base da distinção possível entre deficiência e lesão, sendo a primeira um produto único e exclusivo da sociedade opressiva. E se assim o é, em uma sociedade efetivamente democrática, libertária e humana a mesma deixará de existir como condição social. Continuará a viver como fatus biológico, mas, apenas no terreno da lesão e não da deficiência.

Ao criticar a danosa materialidade da venda da força de trabalho e da reificação do trabalhador, dominado por seu próprio objeto, e, conseqüentemente, sugerir mediante revolução social relações diametralmente opostas às derivadas no campo do capitalismo, o marxismo certamente presta um contributo inegável a compreensão da origem e natureza da opressão das pessoas com deficiência, na medida em que, como pontua Finkelstein (1980, p.69-72), assevera que os homens estão sendo impedidos de ser mais pelas mesquinhas e danosas relações estabelecidas neste seio histórico, cujo caráter deletério se estabelece ainda com maior voracidade sobre aqueles que se encontram expulsos destas esferas. “Ruim no interior da fábrica, péssimo quando banidos da mesma. Cruel a lógica da capital. É um avanço histórico em termos de possibilidades e um pesadelo eterno no que diz respeito à realidade”. E prossegue “(...) de proveitoso é que o mesmo nos permite pensar em um novo futuro a partir de sua superação”.

Os avanços das cadeias produtivas alavancadas pelo capitalismo juntamente com a crítica ao sobretrabalho que avilta o trabalhador em sua raiz ontológica permite que a projeção do socialismo vindouro, por incorporação de suas conquistas e contradições, possa ser pensada a partir de uma sociedade não tão dependente do trabalho, ou melhor, dependente, pois é uma situação ineliminável do humano, mas não escrava dele. Como derivativo lógico podemos pensar seriamente em uma sociedade que encurte drasticamente o tempo de trabalho sem comprometer a produção necessária ao sustento humano. O processo de minimização do tempo de trabalho socialmente necessário e conseqüente incremento do tempo livre é fator fundamental de inclusão social e de valorização de outras esferas humanas, como a arte, a música, os esportes, a literatura, arquitetura, e a própria contemplação da natureza.

Assim, como pontua Gorz (1982, 2004), embora sob outra perspectiva, trabalhar menos não significa ou implica no direito de descansar mais, muito pelo contrário, pois potencializa nossas forças e matéria para outras atividades, para o prazer da criação não obrigatoriamente ligada a uma necessidade de subsistência. É trabalhar menos também para que todos possam trabalhar, entretanto, na senda de novas relações de produção.

Indubitavelmente, a intensificação do trabalho promovida desde a era moderna tem gestado uma constante e ininterrupta elevação dos índices de produtividade mediante o incremento de tecnologias mais sofisticadas e complexas. Cada vez se produz mais em uma parcela inferior de tempo de trabalho mediante a intensificação do ritmo frenético das cadeias produtivas, elemento que reduz a força de trabalho necessária ao provimento das engrenagens capitalistas. Nesse ponto, se ancora um dos pontos cardeais da irracionalidade que paira sobre a racionalidade capitalista, na medida em que o avanço do trabalho e da produção tem como contrapartida o inerente incremento da miséria humana e o forjar de uma massa crescente de desvalidos.

Contudo, no entender de Gorz (1982, p.154), a revolução nas possibilidades de produção material engendradas pelo capitalismo permite o aparecimento de uma nova formação social, assim como de uma distinta política de redistribuição do trabalho e de redução do mesmo, aportes que caracterizam um avançado projeto de mudança na forma do homem se relacionar com a natureza, uma vez que abarca todas as dimensões temporais da vida social. Nesse sentido, quando Gorz (1982) discorre sobre redução do tempo destinado ao trabalho está pensando na necessidade de sua redistribuição e não no aumento do tempo de não trabalho, é um tempo preenchido pela criação de novos espaços de sociabilidade e novos projetos de vida, elemento que permitirá a abertura de um espaço pelo qual as pessoas não mais são reconhecidas apenas em decorrência de seu labor, mas, sim, fundamentalmente pelas inúmeras e diversas atividades desenvolvidas. Nesta etapa, de acordo com Gorz (1982, p.154) “(...) o trabalho socialmente útil, repartido por todos aqueles que querem trabalhar, cessa de ser a ocupação exclusiva ou principal de cada um: a ocupação principal pode ser uma atividade ou um conjunto de atividades determinadas, efetuadas, não por dinheiro, mas em razão de interesse, de prazer ou da vantagem que se encontre”.

Entretanto, faz-se fundamental citar que em Gorz (1982, 2004) a categoria de tempo livre é radicalmente distinta daquela encontrada em Marx. A necessidade de trabalhar menos não se dá pela revolução do sistema econômico, mas, sim, por uma readequação do mesmo. Como de acordo com Gorz (2004) o capital precisa, a cada dia com maior intensidade, de menos trabalho para funcionar devido ao fato de a tecnologia permitir a liberação da mão de obra, o programa pelo qual o referido autor acredita que devemos empenhar nossas forças se consubstancia na luta pela redução da jornada de trabalho, na ampliação das possibilidades de trabalho autônomo e aquisição de renda como independente desta esfera. Esta transformação não prescinde do capitalismo, muito pelo contrário, posto que se ancore nele por considerá-lo mais eficiente, embora Gorz (1982, 2004), seja um crítico do capital.

Evidente que muitas destas ideias não se contrapõem diametralmente aos escritos marxianos. O conceito fundamental de Gorz de que o capital precisa de cada vez menos trabalho para funcionar também pode ser encontrado em Marx (1996), para quem, a afirmativa de que o referido sistema produtivo precisa de menos trabalho mantém implícito seu oposto dialético, a citar, de que o capitalismo não pode prescindir do tempo de trabalho, pois somente por meio dele pode existir. Por menor que seja essa quantidade, o capital sempre precisará de algum trabalho.

Comparativamente, pesa também a favor de Marx o fato de Gorz ter chegado a essa conclusão em um período crítico de desemprego que grassava sobre o Ocidente, situação incompatível com a de Marx. Pela constatação do aumento abissal de desempregados Gorz insiste na ideia de se trabalhar menos como forma de reequacionar a tênue relação entre emprego e

desemprego. Contudo, para Marx (1996), o problema do desemprego jamais esteve relacionado com a evolução tecnológica, posto ser derivativo da queda da taxa de lucro, fruto da composição orgânica do capital. Assim, tecnológico ou não, o capitalismo convive em sua eternidade com a problemática do desemprego.

Coerentemente, a distinção de calibre entre Marx (1996) e Gorz (1982) não passa pela centralidade do trabalho, evidente em ambos. O pomo da discórdia está no fato de que enquanto para Gorz (1982) a luta deve ser pela redução da jornada e ampliação das possibilidades de trabalho autônomo no tempo livre, para Marx (1996), o objetivo da pugna desta equação não se resolve quando da redução da jornada de trabalho, uma vez que em tal contexto as relações de exploração permanecem intocáveis. Muda a intensidade, mas não o conteúdo e a forma.

A luta em Marx (1987) é pela apropriação e objetivação do tempo livre, que apenas pode se dar pela abolição do mercado, dos meios de produção, do Estado e da superação das relações alienadas tão a gosto do capital, *ipsis litteris*, a luta é pela superação do capital. Marx jamais discorreu sobre a superação da sociedade do trabalho como aparece em Gorz. A teleologia marxiana somava forças para suplantar a sociedade do trabalho alienado e fetichizado guindado pelo capital. Nesse sentido, cabe ressaltar que em Marx (1987), o trabalho apenas terá sentido pleno com a superação do atual estado de coisas e quando formos capazes de derrubar o sistema que o engendra. A vida dotada de sentido fora do trabalho quando em seu interior só restam às vivências das mazelas e malgrados das mais diversas espécies é uma completa aporia, o que mostra como evidente a necessidade de o trabalho se tornar libertador para que a vida fora dele também assim se comporte.

Colocado estes elementos, acreditamos que a nova equação social arquitetada pelo socialismo, além de reduzir o aparecimento de inúmeras deficiências causadas pelas condições indignas do trabalho, pelo flagelo da fome e outras indignas condições características da excrescência de um sistema pouco interessado na resolução da desigualdade social⁵⁹, pode ainda facilitar a incorporação daqueles que se desviam da norma do capital, uma vez que o processo concorrencial não mais ditaria o ritmo da produção. Além disso, e este é o caráter mais importante do ponto de vista do estabelecimento de uma crítica aos postulados de Abberley (1997, 1998), sob uma nova composição entre forma e conteúdo do trabalho pode-se erigir significados outros, não mais de exclusão, desafiliação, assistencialismo, etc., para aqueles que não adentram as esferas do trabalho por motivos vários, inclusive por deficiências de ordem severa.

⁵⁹ Isto porque, partimos do pressuposto que as mazelas da fome e desnutrição, que tantas deficiências têm causado, não se relacionam com qualquer incapacidade produtiva, mas, sim, a uma incapacidade distributiva estrutural não contornável aos olhos do capital. O capital poderia facilmente resolver de uma vez por todas estas denegatórias sociais, condições objetivas sobram para tanto, mas não o faz, nem o fará, em razão de sua própria racionalidade histórica.

Marx (1972, p.23), em sua “Crítica ao Programa de Gotha” reitera enfaticamente que em uma sociedade comunista, quando o trabalho não mais se configurar apenas um meio para a manutenção da existência, tendo se tornado uma necessidade vital, que gera e produz vida ao invés de mortificar o trabalhador, neste contexto, os seres humanos poderão se relacionar produtivamente “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”. Expresso estes elementos, nos interpomos contrariamente ao posicionamento de Abberley (1997, p.78) de que “sob a batuta do marxismo o trabalho sempre se traduzirá na unívoca necessidade de todos os humanos”. Não, tal apontamento não pode ser retirado do corpus marxiano. O trabalho, posteriormente a revolução social e instaurar de um regime socialista, continuará sendo a atividade basilar, nem por isso, única. Os que não puderem trabalhar desenvolverão outras necessidades mediante o enriquecimento de suas capacidades. Este é o duplo dialético que parece ausente em Abberley.

Jamais Marx destacou que o homem se resume ao trabalho ou que o homem é o trabalho. O ser humano abrevia sua vida ao trabalho em uma sociedade específica, o capitalismo, o qual transforma até o tempo de descanso em um período de preparo para o labor, que exaure todas as suas forças e potencialidades, não lhe restando qualquer espaço para se apropriar da gama de riquezas produzidas ao longo da história. Não é a sociedade que Marx objetivou para a humanidade. Tampouco o trabalho desenvolvido em seu interior demarca aquele pretendido pelo mesmo. Sem essas distinções elementares perdemos o alicerce de onde fala Marx e, sem alicerce, não há constructo que resista.

Sob a sociedade capitalista a lógica que governa o trabalho é a da alienação, na qual o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão, espaço em que a valorização do mundo das coisas está em inextricável coesão com a desvalorização do mundo dos homens. Nesse interregno histórico, como aponta Marx (1996, p.80), “o trabalho (sob o capitalismo) não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral”. No trabalho alienado, o objeto que o trabalho produz, seu produto (que é o trabalho fixado no objeto), acaba assumindo as vestes de um ser com poderes independentes que se sobrepõe ao seu próprio produtor. A criatura passa a dominar o criador, despojando-o de sua própria arte. É a essa condição que Marx (1987, p.82-83) denomina de alienação, marca fundante das relações capitalistas; sob seu seio

O trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o

seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si quando fora do trabalho e fora de si quando no trabalho. Está em casa quando não trabalha e trabalha, quando não está em casa. O seu trabalho não é, portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório.

Posteriormente a estas aclarações percebemos nitidamente que o trabalho locupleta toda a vida humana sob a forma de trabalho alienado e não do trabalho ansiado por Marx (1987, p.153), que apenas pode se desenvolver com a superação da referida sociedade. O capitalismo é mister em encerrar a vida humana, ao menos dos não proprietários (imensa maioria da população), na esfera da economia política, posto que “somente como trabalhador o mesmo pode se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico é trabalhador. Ao trabalhador, cuja única propriedade privada é seu corpo físico enquanto força essencial objetiva, resta apenas querer viver para ter”. Como derivada desta condição, a essência humana, no capitalismo, se transforma em mero meio de existência. Não é essa essência mutilada que Marx e, tampouco Lukács, Gramsci, Mészáros e Vygotsky têm em mente na construção de seus sistemas analíticos. Pensam para além desta situação. Partem da mesma, como não poderia deixar de ser, mas, jamais permanecem no ponto de partida. Apenas sobre outra essência, que não se resume a mera existência, é que o homem pode se desenvolver em plenitude.

A essência de que falamos, portanto, não comporta qualquer naturalismo cognoscitivo ou formas de essencialismo. É uma essência histórica, a qual diz respeito ao homem enquanto homem em todas as suas dimensões e não somente como operário ou sujeito econômico. Destarte, Marx não se refere aos seres humanos como sujeitos trabalhadores e produtivos de um modo próximo e único ao sentido econômico, e, sim, como seres plurais com uma miríade de necessidades, potências e forças que são simultaneamente individuais, sociais e históricas, entretanto, não podemos perder de vista de que se para pensar é preciso viver e para viver é imperioso comer, logo, a forma de produção e, fundamentalmente, de distribuição da riqueza social continua a nos desafiar prática e teoricamente.

Nestes termos, o próprio conceito de ser humano em Marx objetiva destacar como, sob a batuta do capitalismo, a vida é fatalmente privada de criticidade, atividade criativa, e liberdade, mesmo porque, não podemos adensar ao interior destas esferas quando as potências humanas que se manifestam na atividade cotidiana se encontram dominadas por necessidades exteriores a ela e onde a atividade vital do humano é transformada de maneira flagrante em apenas um meio para determinado fim. Como aponta Mészáros (2002, p.170) “a liberdade é, assim, a realização da finalidade própria do homem: a autorrealização no exercício autodeterminado e externamente não impedido dos poderes humanos”. A negativa destas condições acaba por suprimir e distorcer as

necessidades e possibilidades humanas fundamentais. Em coerência a estes pressupostos, Marcuse (1978) considera imperiosa a afirmação de que existe uma distinção objetiva quanto às necessidades que detém uma validade real das fictícias e criadas por um sistema opressivo. Grosso modo,

Podemos distinguir as necessidades reais e falsas. ‘Falsas’ são aquelas impostas ao indivíduo por poderes sociais particulares interessados em sua repressão: aquelas necessidades que eternizam o trabalho árduo, a agressividade, a miséria e a injustiça. [...] As únicas necessidades que têm pretensão irrestrita ao saciamento são as vitais – alimento, vestimenta, moradia e apropriação cultural em nível irrestrito. O saciamento dessas necessidades é a condição prévia para a realização de todas as necessidades, das dessublimadas como das sublimadas.

Rompe-se assim com qualquer ideia de uma essência abstrata e que permanece idêntica ao longo de distintas épocas históricas. É uma essência que, conforme pontuamos, apenas pode ser delimitada na e pela história e mediante efetivação da atividade existente. Podemos, a partir de então, identificar que Abberley (1997, 1998) criticou a literatura marxista por supostamente reduzir o homem unicamente a sua atividade produtiva, contudo este jamais se compôs como um cabedal estruturante do pensar marxiano. Aliás, diga-se de passagem, a redução de um ser meramente a sua atividade é uma característica flagrante da vida animal, pois para Marx (1987, p.84)

(...) o animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal.

Falta a Abberley se libertar das condições impostas pelo capitalismo para julgar os anseios marxianos. De fato, nas relações sociais atuais, mediadas pela troca e pelo ato de compra da mercadoria, quaisquer indivíduos que estejam fora das relações produtivas, como diversas pessoas com deficiência, experimentam na carne a amargura de vivenciarem a exclusão nas mais diversas relações sociais. Todavia, essa não é a sociedade do trabalho, mas do trabalho alienado, fetichizado, reificante. Não é essa a sociedade que Marx tem em mente com seu projeto revolucionário do social, ancorado no reino da liberdade. Sem esta mediação, fica impossível entender a importância da própria práxis no interior de tal contexto. Como pontua esclarecedoramente Marx (1987, p.142),

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. E que aumentam as necessidades, mas ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho.

O reino da liberdade⁶⁰ e a sociedade do trabalho começam de fato em Marx a partir do momento em que os seres humanos se constituam como produtores associados e se mostrem capazes de efetivar a produção social em condições adequadas a natureza e necessidades histórico-sociais. A reordenação do trabalho sob essa ótica permite o rompimento com a exclusividade posta pelo trabalho abstrato ancorado em uma sociedade produtora de mercadorias, possibilitando aos indivíduos realizar várias atividades diferentes, elemento que rompe umbilicalmente a necessidade de caracterizar o ser humano pela concreção de uma única atividade. Neste contexto vindouro, os homens e mulheres são definidos por aquilo que são, a destacar, seres humanos livres, autônomos e com diversas aptidões. Não se abole o trabalho, mas confere-se a ele o estatuto devido. Deste panorama é que podemos depreender a aclamada citação de Marx (1977, p.41) da projeção de uma sociedade onde cada sujeito possa

Aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver. Não tendo por isso uma esfera de atividade exclusiva é a sociedade que regula a produção geral e lhe possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear a noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isto a seu bel-prazer, sem por isso se tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico.

Tal redimensionamento transformará abruptamente a forma como visualizamos os seres humanos e as relações sociais por ele contraídas, por conseguinte, a própria ideia de deficiência,

⁶⁰ “A liberdade, bem como sua possibilidade, não é algo dado por natureza, não é um dom concedido a partir do alto e nem sequer uma parte integrante – de origem misteriosa – do ser humano. É o produto da própria atividade humana, a qual, embora sempre engendre concretamente algo diferente daquilo que se propusera, termina por ter consequências que ampliam, de modo objetivo e contínuo, o espaço no qual a liberdade se torna possível.” (LÚKACS, 1979, p.56).

esculpida sob o racionalismo iluminista e a lógica cartesiana, experimentará uma nova significação social. Outros significados, distintos sentidos. Essa contestação não aparece em Abberley (1997, 1998) e, curiosamente, também não se faz presente nos fundadores do modelo social, de cuja base seria fundamental para estabelecer um campo de críticas ao mesmo, lhe permitindo, inclusive, tomar em consideração pontos despercebidos e cardeais na transformação do suposto de que a explicação fincada no materialismo-histórico por mais profunda e coerente que fosse, acabe por ter na plena integração de pessoas com deficiência as esferas laboriosas seu objetivo magnânimo. Entretanto, inexistente esta sinonímia quando nos apropriamos da globalidade da obra de Marx.

Apresentadas as principais críticas quanto aos construtos oriundos do modelo social, demarquemos neste último capítulo algumas contribuições por nós aventadas quanto à consecução da teoria social da deficiência e ao próprio fortalecimento do modelo social, que necessita pensar algumas de suas lacunas e pressupostos como alavanca de seu próprio desenvolvimento histórico e político comprometido com a transformação social.

7. CONTRIBUIÇÕES FORMATIVAS A TEORIA SOCIAL DA DEFICIÊNCIA: AS ARESTAS QUE NECESSITAM SER APARADAS A PARTIR DE PROBLEMÁTICAS NÃO RESOLVIDAS PELO MODELO SOCIAL

7.1. Críticas adjacentes e novos versos sobre a questão política e a cidadania

Antes de adentrarmos na análise sobre a questão propriamente política e em relação ao conceito de cidadania, não podemos deixar de citar a contestação feita por Williams (2000) quanto à tentativa empregue pelos fundadores do modelo social no sentido de equiparar a deficiência com outras opressões tais como raça e gênero, criando uma falsa ilusão de que o referido movimento possui força similar aos dois supracitados. Veja como é paradoxal a situação, criticam-se os teóricos do modelo social por não se valerem em sua completude da literatura e das proposições expressas por outros grupos oprimidos e, concomitantemente, também se lhes contesta por se valerem dessa relação. São criticados pelo sim e pelo não. Atentemos um pouco mais para a proposição desta crítica.

Oliver e Barnes (2006) destacam que não pode haver qualquer dúvida quanto à validade do argumento de que as pessoas com deficiência constituem uma força política potencialmente poderosa, embora cotidianamente se demarque exatamente o contrário posto que os deficientes se invisibilizam perante a vida pública e raramente ocupem cargos parlamentares. No censo londrino de 1990 constatou-se que 12% da população maior de 18 anos se considerava como apresentando alguma deficiência, número este aparentemente subestimado, pois o citado levantamento verificou que 58% das pessoas entrevistadas relataram a existência de pelo menos um membro familiar deficiente⁶¹. No citado censo, apenas 5% da mesma população se declarou negra. Destarte, como ressalta Oliver e Barnes (2006), ainda que os dados estejam subestimados, já que sabidamente as pessoas preferem se identificar com aqueles que exercem posição dominante na sociedade, indiscutivelmente, é notória a presença de uma parcela significativa da população que se autodefine como deficiente. Nesse sentido, dois motivos poderiam explicar o minguado número de políticos com deficiência no parlamento britânico (OLIVER & BARNES, 2006), quais sejam: a) não se constituem enquanto movimento social (o que se põe como falácia) e; b) não votam ou são votados.

⁶¹ Dados parciais do censo de 2010 realizado no Brasil atestam um significativo crescimento do número de pessoas que se declaram como deficientes se comparada ao censo anterior. De acordo com o novo censo a população brasileira é composta por 190.755.799 de habitantes. Destes, 45.623.910, que totaliza 23,9% da população declaram possuir alguma deficiência. Assim, se mostra mais do que nítido que referido segmento compõe uma parcela numerosa da população, e que como qualquer massa, se instigada devidamente possui poder político para fazer sentir sua presença e o atender de suas necessidades.

Oliver e Barnes (2006) investigaram a participação política das pessoas com deficiência nas Eleições Gerais de 1987 e chegaram à constatação de que diversos deficientes sequer apareciam nas listas eleitorais, além disso, aos muitos que apareciam, como cegos e surdos, lhes eram negados o acesso a informações necessárias para fazer uma escolha politicamente mais embasada. Não obstante estas múltiplas opressões, a imensa maioria das pessoas com deficiência que votaram relatou ter encontrado dificuldades gigantescas no que se referia ao acesso ao local das eleições, fosse devido aos transportes ou a estrutura espacial ali circunscrita. Por todos estes elementos, exercer o direito de voto para as pessoas com deficiência parecia uma verdadeira façanha.

Acresce-se a isso a quase inexistência de candidatos que apresentavam alguma deficiência. Nas eleições de 1987 em Londres não havia um único candidato que tivesse a questão da deficiência como centro de sua plataforma político-partidário, aliás, é significativa a total ausência de candidatos identificados como apresentando alguma deficiência. Dentre as possíveis razões apontadas estão a inacessibilidade arquitetônica de muitas bases partidárias, o que atravanca as possibilidades de ativismo partidário para as pessoas com deficiência, e a total ausência da temática como questão pública e social, cuja consecução está diretamente relacionada à primeira proposição. Ou seja, sem deficientes instituídos na política dificilmente esta se tornará uma questão decisiva como raça e gênero.

E mesmo quando estes obstáculos quanto à participação política forem removidos, isso não significa necessariamente que a população com deficiência teria uma força política ativa pela qual todos os partidos tomariam conhecimento. Há uma série de motivos para isso. Para começar nem sempre as pessoas com deficiência se definem como deficientes. Na supracitada eleição três candidatos alegaram em entrevista a Oliver e Barnes (2006) que omitiam sua condição de deficiente devido a um suposto receio de perderem votos por serem considerados menos capazes. Esta falta de identidade com a categoria não nos parece estranha ou tão difícil de entender. Em uma sociedade cada vez mais competitiva e desigual, assumir o rótulo de deficiente, visto ainda sob o prisma eminentemente da tragédia pessoal, indica uma inegável associação com a ideia de anormalidade, inadequação social e sofrimento psicológico, elementos estes vistos como sinal de fraqueza e debilidade dos seres humanos.

A diferença expressa pela deficiência não tem sido integrada a diversidade humana, muito pelo contrário, tem indicado exatamente o oposto, a citar, um estado de menor-valia que a transforma em uma categoria essencialmente negativa e sujeita a toda sorte de exclusões e opressões, símbolo da dependência. Esta característica se reflete diretamente nas relações sociais, mas também na mídia, nas artes, na literatura, na arquitetura. Exemplar neste sentido é a estátua situada na porta de entrada do Memorial a Franklin Delano Roosevelt, dedicado à memória do ex-

presidente dos Estados Unidos. Uma manta sobre os ombros de Roosevelt encoberta o fato de ele ser usuário e estar sentado em uma cadeira de rodas. A estátua, no entender de Gabel (1998) busca criar uma farsa social que simplesmente nega a deficiência de Roosevelt⁶².

Em qualquer competição, marca social de nossos tempos, inexistem competidores que almejam começar uma pugna em desvantagem, logo, pode ser interpretado com naturalidade sociológica este fato concreto. O que está em jogo aqui é a forma como as pessoas são percebidas e tratadas pela sociedade em geral, que as segregam em uma miríade de grupos e fazem as mesmas crerem que seus objetivos e necessidades são antagônicos e irreconciliáveis. Estes elementos reiteram, de acordo com Oliver e Barnes (2006), a necessidade de uma plataforma e terminologia comum para a referida luta e fortalecimento político. Inegavelmente quando se fala em nome da população com deficiência a repercussão e abrangência do discurso tende a ser significativamente maior do que quando falamos particularmente em nome da deficiência física, sensorial, intelectual.

Consideramos deveras salutar o raciocínio perpetrado por Funk (*in* OLIVER & BARNES, 2006, p.78), para quem, as divisões das pessoas com deficiência, de maneira geral, pulverizam o interesse coletivo, sendo que o Estado atue como âncora desse processo histórico, posto

(...) arquitetar sua gama de serviços destinados às pessoas com deficiência de forma a fomentar divisões internas dos mais diversos tipos com o objetivo explícito, embora manifesto apenas no desvendar de sua ideologia, de enfraquecer tal grupo. Em tal teleologia se torna plenamente justificável, ao menos no caso londrino e também no espanhol e francês, cujas legislações e políticas tenho analisado, o oferecimento de subsídios fiscais para pessoas cegas, mas não para outras categorias de deficiência; a distribuição de subsídios de mobilidade para aqueles que não podem andar, mas não para os que caminham com muita dificuldade devido a estrutura social; o pagamento de pensões e benefícios para os acidentados no trabalho em remuneração 5 a 8 vezes maiores do que aquele oferecido para pessoas com deficiência congênita e que se encontram impossibilitados de adentrar a esfera do trabalho.

Esta não é uma consequência não intencional da prestação do Estado, mas uma tática deliberada que o mesmo tem desenvolvido em suas relações com outros grupos e pode ser resumida sinteticamente pela expressão: *dividir para reinar*. A ideia das pessoas com deficiência como um grupo dividido entre si tem implicações deletérias óbvias para qualquer atividade baseada no fortalecimento de uma classe política. Nesse sentido, a miríade de programas e políticas para pessoas com determinadas deficiências, que como todo processo seletivo ao incluir também exclui inapelavelmente outras pessoas, gesta um processo de segregação dentro do próprio movimento

⁶² Aos que tiverem curiosidade a imagem se encontra retratada de maneira evidente no endereço eletrônico: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:FDR_memorial.jpg.

como um todo, elemento que atravança a visualização de uma totalidade social integrada e organizada para atender a todas as diferenças e não apenas aquelas que apeteçam a certos grupos.

A comunhão destes fatores tem gestado, no que diz respeito às pessoas com deficiência, embora esse raciocínio possa ser aplicado a outras minorias sociais, uma classe politicamente impotente e difusa quanto ao estabelecimento de suas questões centrais e que se mostra incapaz de unir as reivindicações de diversos grupos de pessoas em torno de um objetivo comum: a luta contra a opressão e exclusão sofrida pelas mesmas devido a estrutura material, simbólica, espacial e temporal da sociedade capitalista.

Em virtude dessa condição histórica, é preciso recuperar a ideia de solidariedade coletiva proposta por Young (1990, 2006), na medida em que a mesma reitera a existência de igualdade entre grupos sociais distintos e culturalmente diferenciados, mas que se respeitam mutuamente e se afirmam reciprocamente pela valorização e incorporação de suas diferenças. Despeja-se, assim, uma crítica radical a multiplicidade de interesses esparsos apresentados por determinados grupos de pessoas com deficiência que objetivam afirmar sua força de maneira concomitante ao desmerecer de diferenças que não sejam as suas.

Mais do que separar é preciso unir forças no sentido de transformar mediante batalha material e simbólica a negatividade assumida pelo conceito que as definem como grupo ou classe. Não defendemos a subsunção do eu, mas, sim, a afirmação do nós, do coletivo como protoforma de luta. Esta concepção é retratada com rara felicidade por Moraes (2001) ao comentar a obra magistral de Ian McEwan, intitulada “*Enduring Love*”, apontando:

Gostaria, neste ponto, de retomar a epígrafe deste texto (“Alguém disse eu, e não havia mais nada a ganhar dizendo nós. De maneira geral, a gente exerce o bem quando faz sentido. Uma sociedade boa é aquela que dá sentido a essa bondade. De um momento para o outro (...) nós estávamos em uma sociedade em pedaços. Estávamos nos desintegrando. De um momento para o outro, a escolha sensata era cuidar de si”). Ela foi tomada de empréstimo a um livro que Ian McEwan publicou em fevereiro de 1998. Trata-se de um romance, intitulado *Enduring Love*, obra de ficção que capta, com rara precisão em apenas um capítulo, o primeiro, o perfil do ethos dilacerado das relações sociais no Ocidente contemporâneo. A estória relata a tentativa de um grupo de homens de resgatar um menino, imobilizado pelo medo, dentro da cesta de um balão que insistia em subir levado por rajadas de vento. (...) Ao descrever o desenlace, o narrador, participante dos acontecimentos, expõe como se quebra o campo de atuação coletiva. O que aproximava os seis homens — que se desconheciam até então — envolvidos no salvamento e que se agarravam às cordas que pendiam do cesto na tentativa de segurá-las era apenas uma vaga intenção comum, uma predisposição para a ajuda (...). Assim, quando uma rajada mais forte impulsiona o balão para o alto o pânico foi mais forte e todos, menos um, largam as cordas. Todos se salvam, menos aquele que se manteve agarrado ao balão na inútil tentativa de segurá-lo sozinho. E, no entanto, reconhece o narrador, a ação conjunta poderia ter mantido o balão em terra: “Alguém disse eu, e não havia mais nada a ganhar dizendo nós. (...) De um momento para o outro, a escolha sensata era cuidar de si” (MORAES, 2001, p.20).

Esta metáfora da sociedade concreta captada pelas lentes de um romance expõe de maneira emblemática um dos principais problemas hodiernos, a citar, a individualização do humano, que tantos males tem causado a construção de um coletivo e privado mais harmônico, posto servir com rara lealdade a manutenção de um sistema que preze exatamente pela transformação da diferença em desigualdade. Ainda nos cabe escolher um caminho.

Claro que esta é uma problemática extremamente polêmica e acalanta diversos posicionamentos, muitos dos quais certamente avessos a posição por nós assumida que, apesar de encontrar respaldo no modelo social, não está escrita em suas linhas. Além disso, inegavelmente tal pressuposto despertará reações de incômodo na medida em que visualiza o coletivo como fundante do individual e não o contrário, ainda que saibamos que essa divisão comporta apenas um recurso didático, pois coletivo e individual são esferas inter-relacionais, não existem separadas uma da outra. Isso significa ir contra a correnteza da história? Sim, mas este foi um dos objetivos pioneiros do *Disability Studies* e que assumimos por sua inteireza. A todo o momento nos tentamos situar a contrapelo da história. Sabemos de antemão que movimentos que objetivam questionar o atual estado de coisas na sociedade e nos retirar das esferas cotidianas não passam despercebidos, nos deixam marcas e se mostram doloridos posto confrontar algumas certezas. Não passam a brancas nuvens. A poesia do futuro é tirada mais na dor que do amor ao passado.

Representativo se faz aqui uma passagem de Bell-Hooks (1982, p. 42-43), feminista negra que durante uma de suas inúmeras experiências educativas comenta

Os estudantes também me ensinaram que é necessário praticar a compaixão dentro de novos âmbitos de aprendizagem. Nunca esquecerei um dia em que um estudante veio a minha classe e disse: ‘assistimos a suas aulas, aprendemos a ver o mundo desde um ponto de vista crítico que toma em conta a raça, o sexo e a classe social. E já não voltamos a desfrutar da vida como antes’. Ao considerar em minhas aulas classe social, a raça e as preferências sociais me dei conta de que deixar velhas concepções e aprender novos enfoques pode conllevar a um certo grau de sofrimento. Respeito essa dor, e agora sou consciente dela quando ensino, a saber, ensino a meus alunos sobre a transformação de paradigmas e reitero a dor que tal mudança pode ocasionar.

Por estas relações traumáticas, que efetivamente arrancam de nossos pés a certeza da imutabilidade e naturalidade da vida cotidiana e dos fenômenos sociais, que Rosa Luxemburgo (2006, p.57), destaca que “a verdade é revolucionária”. Muda a constituição psíquica dos humanos e a própria forma de visualizar o outro e a diferença. Sem a mesma, impossível se pensar em qualquer transformação social, brotarão apenas mudanças, reformas, paliativos, maquiagens.

Voltando as dificuldades que as pessoas com deficiência encontram para se tornarem politicamente ativas destacamos, por fim, que muitas delas se consideram de fato limitadas para a realização de atividades político-públicas devido ao hábitus de incapacidade que cerca sua condição, cuja historicidade está diretamente relacionada a sua exclusão nos postos de trabalho. Todas estas problemáticas refletem o atual estado de miserabilidade arquitetado sobre a categoria deficiência, condição essa que, no entender de Oliver e Barnes (2006) devem servir como espécie de alerta e divisor de águas quanto a novos objetivos a serem angariados pelos movimentos sociais. Para Oliver (2008), enquanto as pessoas com deficiência se mantiverem apartadas da vida política propriamente dita suas reivindicações dificilmente entrarão na ordem do dia dos projetos legislativos.

A discriminação institucional da qual são vítimas as pessoas com deficiência para ser de fato contestada em um curto espaço de tempo necessita do desenvolvimento destas medidas legais. Escusado dizer que a legislação não muda a prática da discriminação em si, nem poderia, mas no mínimo exerce o efeito de um policiamento sobre o referido processo que pode permitir sua internalização mediante apropriação tácita deste saber. Além disso, estas legislações enviam uma clara mensagem de que a discriminação é inaceitável, qualquer que seja sua forma expressa. Em segundo lugar, podem conferir as pessoas com deficiência uma igualdade de tratamento em relação a outros grupos que tem sido historicamente negada no capitalismo. Por fim, pode também criar mecanismos extras e referendados que facilitem a luta pela transformação de espaços inacessíveis.

Como derivativo destes elementos, Oliver, Barnes, Barton, Abberley e Gleeson destacam como das tarefas primordiais do movimento social de pessoas com deficiência a luta pela conquista da cidadania, a qual serviria como marco cardeal no reequacionar das relações de exclusão perfilhadas hodiernamente. Contudo, será mesmo que a cidadania pode ser vista como um dos fins últimos de um movimento que se declare emancipatório e revolucionário? Apesar de a cidadania ser um termo extremamente difundido pelas sociedades modernas, o mesmo foi cunhado ainda na Antiguidade como representativo da igualdade de direitos políticos garantidos aos que usufruíam de propriedade à época, logo, disponível apenas a uma escassa minoria de gregos. A cidadania grega defendia explicitamente uma igualdade não praticada.

Na Idade Média, em seu momento inicial, inaugurado pela queda do Império Romano no século V, a utilização do termo cai em desuso da forma como estabelecido pelos gregos, na medida em que uma organização social fincada em ideais de fidelidade acaba por tornar a participação política secundária e trivial. No medievo a política cede lugar a outras preocupações, como a religião, a defesa da honra, dentre outras. Em um contexto no qual ninguém pensava que o povo tivesse de ser consultado acerca de sua vontade para absolutamente nada, conceitos como o de

liberdade e política faziam muito pouco sentido, se é que faziam algum. Como os eleitos eram vistos como representantes naturais, designados sob plano divino, tal questão não foi sequer posta. Apenas com o advento da Baixa Idade Média este quadro começa a ser modificado com o ressurgimento da ideia de Estado centralizado e, por conseguinte, da noção de cidadania ligada à concessão de direitos políticos, fenômenos alavancados pelo dinamismo contido no então nascente sistema capitalista.

A problemática dos direitos foi um dos temas candentes empregues pela burguesia na justificativa de sua racionalidade fincada no plano jurídico e ancorada em ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Isto porque, a própria burguesia estava convencida de que tais anseios não poderiam ser desfrutados pela imensa maioria da população, embora inegavelmente seus constructos contribuísem para a inclusão de um maior número de pessoas no corpus político das sociedades. Como pontua Barbalet (1989, p.13) “(...) a concessão da cidadania para além das linhas divisórias das classes desiguais parece significar que a possibilidade prática de exercer os direitos ou as capacidades legais que constituem o *status* do cidadão não está ao alcance de todos que os possuem”. Enriquecendo tal assertiva, de acordo com Barbalet (1989, p.76), a valorização da cidadania como suprassumo da humanidade teve como função histórica e ideológica acalmar os impulsos das massas e “(...) suavizar o mal que as desigualdades econômicas causam aos indivíduos”.

Seguindo o corpo das ideias, se mostra interessante a posição de Marshall (1967), figura mais célebre no estudo acerca da cidadania, em cuja obra existe uma explícita *rationale* quanto a tolerância e a compatibilidade de certo grau de desigualdade com a vida civilizada, marca definidora da cidadania. A tensão permanente entre direitos iguais estatuídos sob uma ordem desigual é, indubitavelmente, o principal tema do pensador inglês. É exemplar, sob esse aspecto, a citação de Marshall (1967, p.64) segundo a qual “(...) a desigualdade do sistema de classes seria aceitável sempre que fosse reconhecida a igualdade da cidadania”. Complementando essa assertiva, para Marshall (1967, p.65) “(...) o que importa é que se produza um enriquecimento geral do conteúdo concreto da vida civilizada, uma redução generalizada do risco de insegurança, uma igualação em todos os níveis entre os menos e mais afortunados. Igualação de status que é muito mais importante que a de renda”.

Colocado estes elementos, torna-se nítida a distinção radical existente entre cidadania e democracia, embora ambos os termos sejam muitas vezes utilizados como sinônimos. A democracia é um termo mais amplo que a cidadania e, no terreno do capital, apenas se efetiva quando da derrubada de tal sistema, enquanto a cidadania, pelo contrário, se configura como um dos lemas desta sociedade e tem historicamente exercido uma importante função na manutenção ideológica da

suposta ideia de igualdade de oportunidades expressas no terreno cotidiano e das relações de produção.

Isso não significa que a cidadania se configura como uma forma de dádiva das classes dominantes as dominadas, muito pelo contrário, pois a expansão histórica dos direitos objetivados pela mesma está diretamente relacionada à luta por reconhecimento empregue por classes trabalhadoras, muitas das quais vinculadas a ideários explicitamente marxistas. Em cidadania, as classes dominantes sempre buscaram o fornecimento de um mínimo de direitos, o que ultrapassa disto é derivado de pressões populares.

Valendo-nos do ensaio de Marshall (1967) podemos definir sinteticamente a cidadania nas sociedades hodiernas como um conjunto de direitos subdivididos em três blocos: civis, políticos e sociais. Quanto aos direitos civis, necessários a liberdade individual, cabe destacar: o direito de ir e vir, a liberdade de imprensa, o direito à justiça e o direito a propriedade. Os direitos políticos estão relacionados à participação no poder político e se compõe pelo direito de votar e ser votado, além do direito de participar e criar partidos políticos que possam fornecer representatividade de seus anseios. Por fim, os direitos sociais estão relacionados ao direito de participar da herança cultural construída socialmente, de não ser discriminado por cor, gênero, condição física, opção sexual ou religiosa, além da garantia de, ao menos, o mínimo bem-estar econômico.

Configura-se como clarividente que vários dos elementos apontados por Marshall (1967) em uma visão concreta de cidadania, portanto não utópica ou idílica, se mostram distantes de efetivados para as pessoas com deficiência, e isto nas três esferas constituintes dos direitos do cidadão. Não é novidade que os deficientes encontram dificuldades abissais de ir e vir devido à inadequação da estrutura física exposta pela sociedade e que o direito de propriedade para aqueles que mal conseguem ter um emprego não passa de um aforismo. Os direitos políticos também são desrespeitados em sua essência. A maioria das pessoas com deficiência ainda não vota devido a razões já apresentadas e, como estas não fazem parte de corpos partidários, também não são votadas. O mínimo de bem-estar econômico é outra das aporias quando visualizamos a vida real das pessoas com deficiência, assim como o suposto direito a não ser discriminado. Como garantir essa prática se a própria estrutura espacial da sociedade discrimina abertamente os deficientes?

A concreticidade empírica da negação de direitos de cidadania básicos as pessoas com deficiência é tão avassaladora que deixa pouco espaço a contestações. Devido a isso, Hahn (1988) destaca que necessitamos mediante novas lutas ampliar os direitos fornecidos e tecer ações concretas no campo político e jurídico para que os mesmos sejam assegurados às pessoas com deficiência.

É estarrecedor que no início do século XXI, como aponta pesquisa realizada por Barnes (2010), apenas um terço das pessoas com deficiência em idade ativa têm trabalho, e os que possuem, estão entre os mais mal remunerados de toda Inglaterra. Claro que esta conta não deve ser depositada apenas sobre os ombros das esferas laboriosas, na medida em que outros setores contribuem fielmente para sua produção. A educação, ao estabelecer no senso comum de que é melhor as pessoas com deficiência ficarem em casa para receber alguma forma de prestação contínua e impedir o acesso dos deficientes ao que de mais rico a humanidade produziu atua também favoravelmente a exclusão/subincorporação dos mesmos.

Não são raros os trabalhos pedagógico-educacionais voltados para pessoas com deficiência que se centram quase exclusivamente no desenvolvimento dos chamados aspectos funcionais para uma vida independente. Aspectos estes contidos nos atos de se vestir, cozinhar, comer adequadamente e se lavar de forma higiênica, enfim, o tipo de coisas que, nas escolas europeias e americanas, começam a ser ensinadas para as crianças sem deficiência nas aulas de economia doméstica desde sua entrada nas escolas. Embora o aprendizado de tais tarefas seja obviamente importante, indubitavelmente elas não preenchem a totalidade das atividades que devem ser ensinadas nas escolas. Entretanto, inadvertidamente assim o tem sido para as crianças com deficiência. Privadas do conhecimento que lhes permite entender, explicar e transformar a realidade elas também se tornam despojadas da possibilidade de mudar os rumos de sua própria vida, ranço assistencialista este que teimosamente insiste em se fazer presente.

Para Barnes (2010), esta é a principal problemática nas chamadas escolas ou classes de educação especial, ou mesmo em diversas salas regulares que recebem alunos com deficiência e edificam de maneira totalmente distinta (e essa diferença tem sido historicamente desfavorável) currículos e saberes que os mesmos devem se apropriar do restante dos outros alunos.

Mantém-se a terrível máxima, tão conhecida em terras brasileiras, da promoção de um saber mais pobre para a população mais pobre, quando justamente são os mesmos que mais precisam daquilo que de mais rico a humanidade condensou como plataforma de humanização e luta por um melhor destino e uma vida, de fato e direito, independente. Assim, vida independente é mais do que apenas viver fora de uma instituição. É ter os mesmos direitos e participar dos múltiplos processos sociais com oportunidades similares as pessoas sem deficiência, logo, trata-se de uma completa integração e inclusão em todos os aspectos da vida em sociedade, condição que precisa ser colocada de forma cristalina aos movimentos de pessoas com deficiência, ao sistema educacional e a sociedade como um todo, embora a quase totalidade deste fato continue convenientemente esquecida pelas classes dominantes, inclusive, nos países ditos desenvolvidos e de primeiro mundo.

Vida independente é sobre a escolha e controle, não se trata de realizar tudo sozinho, mesmo porque absolutamente ninguém, tendo ou não deficiência, pode realizar tudo de maneira individual. Com base nesta lógica argumentativa, de acordo com Barnes (2010, p.23), a ideia de vida independente

(...) ao contrário do que muitos pensam, jamais se mostrou contrária a contratação de assistentes pessoais para os deficientes. Eles contribuem para esta independência. Contudo é preciso ficar claro que se estes assistentes devem, por exemplo, empurrar a cadeiras de rodas para ajudar um deficiente a chegar em uma praça esportiva, cinema ou a um livro, é o deficiente que deve ter o poder de escolha sobre que jogo quer assistir, que filme quer ver e que livro deseja comprar para a leitura. Isso é que chamamos de aumento de capacidade para vida independente.

E vejam bem, ela passa diretamente por outra pessoa, o que apenas acentua a interdependência do gênero humano. Ser independente significa também estabelecer uma relação dialógica e horizontal com o outro. Sem invasão da liberdade de cada um. Nada sobre nós sem nós, diria Chalton (1998), frase símbolo do movimento de vida independente, retirada de um texto escrito por William Roland a um jornal sul-africano, o qual criticava o caráter inumano do *apartheid* e da política segregacionista em que os brancos decidiam pelo futuro dos negros. Portanto, mais do que saber se determinadas pessoas com deficiência conseguem realizar atividades de maneira individual, o importante é compreender se elas podem dizer não e colocar sua vontade perante a situação dada, ainda que a mesma desagrade a alguns. Isto é liberdade de expressão, o que nos lembra uma das mais brilhantes frases de Rosa Luxemburgo (2006), a citar, de que a liberdade de pensamento é sempre liberdade dos que pensam de forma diferente da nossa. E é essa liberdade que o conceito de vida independente deve enraizar em seu interior, qual seja: a liberdade de as pessoas com deficiência expressarem suas opiniões e serem respeitadas por estas, mesmo quando desagradem outros que se julgam protetores destes sujeitos.

Colocado estes apontamentos, é importante citar que quando nos assentamos na perspectiva dos direitos humanos não estamos dizendo que as pessoas com deficiência devem obrigatoriamente ter um emprego (embora devessem, assim como qualquer trabalhador), situação que se mostra a cada dia mais excepcional a grande parte da população em razão dos índices alarmantes de desemprego e trabalhos precários, contudo, insistimos na necessidade de que os deficientes devem ter uma chance igual de emprego e desemprego se comparada a outras pessoas. Se o trabalho é alienante sob os auspícios do capital, e restam poucas dúvidas sobre isso, as pessoas com deficiência também tem o direito de se alienar em seu interior.

Não estamos com isso defendendo o trabalho alienado, mas, sim, e de forma incondicional, o direito de as pessoas com deficiência participarem de todas as produções e atividades sociais, por mais desumanas que sejam algumas delas, mesmo porque o não participar tem significado historicamente a imposição de uma carga extra de opressão e não a adoção de um pensamento esclarecedor sobre o contexto dado, tal qual sugerem algumas análises de Bury (2001) e Shakespeare (2006). Objetivamos, e de maneira irrevogável, a transformação radical da sociedade capitalista, assim como de sua estrutura econômica, cultural e comunicativa.

Todavia, enquanto a mesma não se materializa é fundamental que as pessoas com deficiência participem da realidade presente. Não podem viver em eterno compasso de espera, mesmo porque, por mais que a superação do capitalismo configure uma situação indelével ao processo de desenvolvimento humano em todas suas dimensões, sua consubstanciação não é datada. Produto da ação revolucionária do homem seu aparecer pode levar anos, décadas, séculos ou sequer se realizar. Não há curso natural na história.

Ansiar a ampliação dos direitos para as pessoas com deficiência sob o capitalismo e objetivar a superação desta mesma sociedade não nos parece uma contradição antinômica. Essa relação procura ser levada a cabo pelo grupo londrino fundador do modelo social da deficiência, porém o mesmo não demarca as limitações que conleva o conceito de cidadania, elemento fundamental em uma ontologia que se objetive marxista.

Destarte, se torna imperioso ampliar os direitos sociais das pessoas com deficiência e criar mecanismos para que os mesmos, de fato, se efetivem. Contudo, cidadania não pode ser vista como sinônimo magnânimo de democracia, na medida em que se trata de um paliativo ideológico das reais causas da opressão experimentadas pelos seres humanos, logo, não ataca o cerne da problemática da produção social da desigualdade ao qual está submetida a grande parcela das pessoas com deficiência.

A cidadania aceita a desigualdade como elemento formativo de seus pressupostos, ou seja, sequer a mesma é vista como condição a ser equacionada, muito pelo contrário, posto que acabe por entrar na conta dos males necessários ao desenvolvimento social. A luta pela cidadania não pode implicar no esquecimento da concomitante luta pela superação da mesma.

É preciso tomar uma postura crítica e diametralmente oposta à propalada pelos liberais quanto ao conceito de cidadania. Sobre esta distinção repousa nosso ponto de partida. A perspectiva liberal parte do pressuposto de que os indivíduos precedem ontologicamente a sociedade e possuem uma natureza essencialmente egoísta e competitiva. Logo, a desigualdade se apresentaria como um fenômeno inevitável em razão desta natureza despótica do humano, devendo ser controlada pelo Estado de modo a evitar possíveis excessos. Em Marx (1977) abrolha uma visão profundamente

distinta deste complexo. Primeiramente, porque o homem é social desde seu surgimento, em segundo lugar, a desigualdade, não se manifesta como produto da natureza humana, mas, sim, de uma sociedade que se estrutura de modo a oprimir significativa parcela da população. Nada há de inevitável ou natural neste acontecimento.

Se partirmos da ideia de que o ato fundante das relações sociais desenvolvidas no seio do capitalismo se erige pelo processo de compra e venda da força de trabalho, perceberemos que o mesmo se configura como gerador de inúmeras desigualdades sociais, demarcando uma relação de subordinação do trabalho ao capital, de cuja existência necessita imperiosamente indivíduos livres e iguais, pois quando da inexistência destes termos, a sociabilidade capitalista simplesmente não pode existir. Liberdade e igualdade fundam as bases da ideia de direitos e deveres, cardeais a estruturação do conceito de cidadania. Sob estes pilares se alicerça a emancipação política, de grandes benefícios para a humanidade, embora jamais concretizada em sua plenitude no interior do capitalismo, mesmo porque liberdade e igualdade se instituem em seu seio fundamentalmente como valências dispostas à compra e venda da força de trabalho, na qual o contratante se coloca em posição de superioridade ao contratado. A desigualdade é intrínseca a cidadania e não desvio de rota.

Ganha sentido então a afirmação de Lessa (2007, p.38) de que a emancipação política “é certamente uma forma da liberdade humana, mas uma forma essencialmente limitada, parcial e alienada de liberdade. O que também significa dizer que, por mais plena que seja a cidadania, ela jamais pode desbordar o perímetro da sociabilidade regida pelo capital”. Isto é muito claramente expresso pelo fato de que o indivíduo pode, perfeitamente, ser cidadão sem deixar de ser trabalhador assalariado, ou seja, sem deixar de ser explorado.

Longe de desconsiderarmos a importância da emancipação política, que trouxe inegáveis frutos ao processo de desenvolvimento social, insistimos na necessidade de apreendemos sua natureza, condicionantes e seus próprios limites para melhor descrever o fenômeno, principalmente porque, como pontua Marx (2003b), a emancipação política se constitui como o limite histórico intransponível da liberdade dentro do capitalismo. Cidadania não é sinônimo de liberdade, aliás, até o é, mas de liberdade formal, subsumida aos interesses hegemônicos do capital. Para Lessa (2007, p.58), a cidadania é um momento “específico, e contraditório, na trajetória da autoconstrução da humanidade, mas que precisa ser ultrapassada em direção a uma forma superior de liberdade. A liberdade real, efetiva, supõe a superação da cidadania, o que implica a superação do capital.”⁶³

⁶³ Assim, um movimento social que deseje produzir novos elementos na estrutura social deve trabalhar de maneira concomitante com e contra as instituições pré-existentes e as formas culturais que dela se extraem, por isso, todo movimento essencialmente transformador guarda a contradição como elemento fundante. É preciso incorporar para superar, logo, ao contrário do que pensam alguns autores partidários da inclusão, cujo termo contém uma falácia

Assim, é preciso questionar a ideia da emancipação política como ponto final da humanidade, pois corroborar com tal pressuposto significa também atribuir um estatuto a desigualdade como condição inerente ao gênero humano. Para tanto, essencial se mostra uma volta ao conceito de emancipação humana, desenvolvido inicialmente por Marx (1987b), posto propor a superação da propriedade privada e a ampliação dos ideais de liberdade e igualdade, em outros termos, por objetivar a superação do capitalismo e a edificação de outra sociedade, composta sob desígnios radicalmente distintos.

Partindo destas conexões percebemos que a relação entre emancipação política e emancipação humana é, em seu cerne, uma relação de negação histórica, na medida em que a emancipação humana propõe como condição fundante uma conexão histórico-ontológica entre o indivíduo liberto das alienações abrolhadas no solo da propriedade privada e o gênero humano emancipado do capital, composto que dinamita a própria ideia de emancipação política. Enquanto a emancipação política se mostra essencialmente limitada e parcial, a emancipação humana se configura como ilimitada, integral, holística, na medida em que não apenas alguns homens se tornam livres em seu interior, mas, todos, absolutamente todos, cujo grau de liberdade se enriquece temporalmente com o desenvolver do próprio gênero humano, que hoje se encontra atravancado em sua raiz por relações sociais alienadas e alienantes.

Importante, neste momento, frisar que, inegavelmente, adentramos em uma fase na qual a economia se vê impulsionada tanto pela produção como pelo consumo desmedido e desmesurado de itens que aparentemente não possuem qualquer relação com a satisfação de nossas necessidades mais básicas. Em tal contexto, o incremento da influência da tecnologia nas relações cotidianas se torna patente, assim como a mudança de certos padrões sociais e familiares, acrescido pelo aumento da criminalidade, do vandalismo, das crises que ruíram os pressupostos do estado de bem-estar e da depauperação ecológica que estamos experimentando neste início de século. Todos estes fatores contribuíram para que pudéssemos visualizar a impotência do capital quando da materialização de seus objetivos supostamente democráticos.

Que isto já havia sido demonstrado por mais de uma dúzia de autores é fato, dentre os quais Marx ainda parece se constituir como o mais sugestivo, contudo, empiricamente nos encontramos em um momento singular no sentido de que até o saber cotidiano parece ter se convencido da incontornabilidade e do caráter ingovernável assumido pelo capital, isto porque, no entender de Marx e Engels (1984, p.45-46), nos dias atuais

A sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. (...) As armas (materiais e ideológicas) que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia.

A nova fase vivida atualmente em tempos capitalistas é denominada por Oliver (2000), embasado em Jameson e seu capitalismo tardio, de pós-capitalista, etapa esta marcada pela escravidão do ser ao sistema capitalista, mas, concomitantemente, ao menos na esfera legal, pela ampliação dos direitos sociais, ainda que na imensa maioria das vezes os mesmos não se firmem no terreno da prática.

Exposta as críticas ao conceito de cidadania e a falha do sistema capitalista em garantir as mínimas condições para sua efetivação, que se dá dentro da ordem e não fora dela, torna-se patente que o ideal de Estado democrático manifesto pelos anseios burgueses é uma falácia. O Estado baseado na igualdade perante lei, na garantia de liberdades individuais e na igualdade de oportunidades a todos os indivíduos, na prática, se constituiu historicamente em mito. Portar-se de maneira isonômica significou, entre outras coisas, coadunar com a incessante marginalização e discriminação dos grupos considerados diferentes. Por isso, era preciso partir de outro referencial, outro alicerce intelectual.

Como resposta a estas agruras, grupos minoritários, principalmente do movimento negro, colocam em xeque as noções de individualismo e mérito propaladas pelo ideário burguês. Tal qual aponta Guimarães (1999, p.150), o objetivo desta empreitada estava em demonstrar “(...) que tais valores não passam de uma fachada ideológica para mascarar uma prática sistemática de opressão e exploração de grupos dominados e discriminados”.

Em tal universo, ganha nitidez a ideia de que devemos tratar desigualmente os desiguais, o que inegavelmente demarcava a necessidade de investigar de forma mais coerente e histórica a opressão e colonização interna e externa sofrida pelos grupos minoritários. As políticas liberais universalistas e a ideia de igualdade de direitos se demonstraram falhas em incluir as minorias discriminadas e em permitir as mesmas possibilidades de fruição que aquelas destinadas aos indivíduos socialmente privilegiados. Torna-se patente a necessidade de distribuições desiguais para colocar as pessoas historicamente discriminadas no mesmo ponto de partida. Essa desigualdade que deveria ser criada constitucionalmente acaba por se materializar em um instrumento de igualdade pelo simples motivo de que permite corrigir uma desigualdade anterior. Assim, é como se a nova igualdade de que estamos falando se corporificasse como resultado da equiparação de duas

desigualdades. Era preciso um novo ideal de igualdade, uma igualdade não mais de direitos, mas também de oportunidades, e fundamentalmente de resultados, pois como pontuam Outhwaite e Bottomore (1976, p.372-373),

A crença de que as sociedades deveriam aspirar a tratar seus membros de maneira mais igualitária, no sentido tanto formal quanto material, ocupa uma posição central no pensamento desenvolvido no século XX. Nos séculos XVIII e XIX o ideal manifestou-se na exigência de direitos iguais diante da lei e direitos iguais de participação política. No século XX esses tipos de igualdade já eram dados como certos (na teoria, ainda que nem sempre na prática) em todas as sociedades avançadas, e a atenção concentrou-se numa nova exigência: a igualdade social. Por igualdade social entende-se a ideia de que as pessoas devem ser tratadas como iguais em todas as esferas institucionais que afetam suas oportunidades de vida: na educação, no trabalho, nas oportunidades de consumo, no acesso aos serviços sociais, nas relações domésticas e assim por diante. Mas, que significa ser tratado com igualdade? Falando de maneira ampla, houve duas respostas a essa pergunta altamente controversa, que podemos rotular, respectivamente, de igualdade de oportunidades e igualdade de resultados.

No entender de Guimarães (1999), a igualdade ou equiparação de resultados dá origem a um fenômeno social que podemos chamar de políticas de discriminação positiva, na medida em que atua em favor de grupos historicamente aviltados pela opressão, marginalização e pelo preconceito. Sem dúvida alguma, tal conceito foi impulsionado pelo movimento negro e pela ressignificação do conceito de raça como uma verdadeira plataforma de reivindicações políticas. Ressignificação que está intimamente relacionada com a desbiologização de seus pressupostos. Para Goldberg (1995, p.211) “embora a raça tenha tendido historicamente a definir condições de opressão, ela pode, sob uma interpretação culturalista (...) ser o lugar de um contra-ataque, um solo ou campo para deslanchar projetos de libertação ou a partir do qual se poderia expandir a(s) liberdade(s) e abrir espaços emancipatórios”.

Indubitavelmente, tal perspectiva carrega em seu interior uma tensão das mais complexas, a citar: como atacar de maneira radical o racismo e afirmar concomitantemente a existência de raças? Não seria este processo um contrassenso explícito? Evidente que sim se considerarmos raça em termos biológicos ou, o que não é menos importante, creditar que a raça não tenha nenhuma influência na posição subalterna ocupada pelos negros na sociedade. Ora, mas sabidamente não é isso que acontece. Sabemos de antemão que a raça nada mais é do que uma invenção de elites racistas, todavia, inegavelmente a mesma existe em termos sociais e simbólicos ao se constituir como a base sobre a qual se alicerçam um sem números de opressões sociais sobre os negros hodiernamente. Assim, parece até curioso afirmarmos este elemento, mas, se quisermos nos libertar da raça precisamos afirmá-la primeiro, entretanto, sob desígnios benéficos. Como pontua

Guimarães (1999, p.153) existe, nos dias atuais, uma necessidade fundamental em se “teorizar as ‘raças’ como elas são, ou seja, constructos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios”.

E não foi exatamente isso que os teóricos dos *Disability Studies* procuraram fazer ao implodir o conceito de deficiência de base médica em detrimento de um novo conceito, ancorado na experiência da própria deficiência e se valendo da literatura sociológica?

É preciso reafirmar a deficiência para combatê-la, mas afirmá-la como fato social. Este é o grande deslize das abordagens pós-modernas que postulam frisar noções que amenizem o significado da deficiência e, em forma absoluta, acabam por negar sua própria existência. Por mais que filosoficamente tal movimento possa ser interessante, em termos práticos, seus resultados tendem a contribuir para a manutenção do atual estado de relações sociais. Não se luta contra uma condição a partir da negação de sua existência.

Mas afinal, porque a necessidade de cotas para negros, deficientes ou qualquer outra minoria historicamente discriminada? Pelo simples fato de que as mesmas se configuram hipoteticamente como uma garantia de acesso e permanência nos espaços e setores da sociedade majoritária e hegemonicamente ocupada por aqueles que se perfilham ao chamado tipo ideal. Daí o nome de ações afirmativas, pois elas afirmam direitos (educação, trabalho, lazer, etc.) secularmente excluídos para determinados grupos.

Guimarães (1997) alega que o aparecimento histórico das ações afirmativas data das primeiras décadas do século XX e estiveram relacionados à extensão de direitos para as classes trabalhadoras na tentativa de reparar injustiças sofridas em épocas anteriores, cuja teleologia, como pontua Gomes (2001, p.44) está em que

(...) para além do ideal de concretização da igualdade de oportunidades, figuraria, entre os objetivos almejados com as políticas afirmativas, o de induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, aptas a subtrair do imaginário coletivo a ideia de supremacia e de subordinação de uma raça em relação à outra, do homem em relação à mulher, do normal em relação ao anormal.

Colocado estes elementos, torna-se nítido que o primeiro passo quanto à edificação de uma política de ações afirmativas é dado na demonstração empírica da existência de discriminação passada e presente de certos grupos sociais, mesmo porque, apenas assim podemos pensar em caminhos que compensem a perda sofrida. Henriques (2001, p.87) faz exatamente isso com a

questão da discriminação sofrida pelos negros. Mediante dados coletados de fontes como IBGE, IPEA, DIEESE, o mesmo conclui, ao analisar a realidade brasileira que

(...) no Brasil, a condição racial constitui um fator de privilégio para brancos e de exclusão e desvantagem para os não-brancos. Números comprovam e assustam quem tem preocupação social aguçada e compromisso com a busca de igualdade e equidade nas sociedades humanas. Do total dos universitários brasileiros em instituições públicas não chega a 5% o número de alunos negros matriculados; sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros; sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros. Esses dados alarmantes justificavam a inevitabilidade do desenvolvimento de um sistema de cotas⁶⁴.

Os teóricos do modelo social realizam um movimento muito semelhante para justificar a necessidade de cotas para as pessoas com deficiência nas atividades laboriosas. Oliver e Barnes (2006) demonstram com números censitários nacionais que o desemprego é duas vezes maior entre as pessoas com deficiência que qualquer outro grupo. Destaca ainda que o deficiente, na média, recebe um terço a menos, quando na mesma função e com qualificação equivalentes, que qualquer outro trabalhador. Tais dados demarcam a necessidade de um sistema de cotas que corrija essa distorção. Uma desigualdade que repare outra desigualdade. É uma política baseada na diferença e sobre a diferença, as quais se proliferaram pelos mais diversos recônditos do globo. Vale e importa a diferença, afinal, somos nossa diferença.

O caráter profícuo destas políticas é absolutamente inegável, elemento que leva Barnes (2008, p.137) a destacar “que, na história da humanidade, finalmente percebemos que as maiores conquistas se dão pela afirmação de nossas diferenças e não por uma suposta igualdade” E prossegue “(...) foi afirmando nossa diferença, não biológica, mas social, cultural e histórica que finalmente passamos a ser vistos na cena política e nas ruas, prédios, funções públicas, dentre

⁶⁴ Entretanto, é importante citar que pese todos os contributos fornecidos pela política de cotas fincada no suposto de grupos minoritários (negros, mulheres, deficientes, homossexuais), e eles são muitos, tal esteio se constitui como uma espécie de primeira contenda que não causa tantos estragos ao sistema capitalista como poderia se imaginar, tampouco incomoda sobremaneira as classes dominantes por não romper de fato os laços geradores das relações sociais hierárquicas e verticalizadas, na medida em que não se destitui a separação social fundante do capital: proprietários e não proprietários. Claro que no nível do discurso as classes dominantes se mostram em polvorosa, mas, na materialidade das forças produtivas sabe que seu arsenal ideológico continua resguardado. Mas representam um perigo iminente? Acreditamos que não. Prova disso é que diversos destes grupos minoritários (grupos dentro da ordem) são representados por ministérios em governos nos EUA, Inglaterra, Canadá, Itália, França, México, Austrália e Brasil. As reivindicações dos mesmos fazem parte da agenda política destes governos, alguns de esquerda, outros de direita. Ora, isso nos lembra o fenômeno batizado por Gramsci (1981) de transformismo, definido como a absorção pelo Estado dos quadros dos movimentos sociais e que acarreta uma espécie de rotinização de suas reivindicações, gestando, por conseguinte, o despir de seu potencial revolucionário. Logo, sua incorporação não é vista como ameaça, mas celebrada pelo Estado, pois representa, entre outras coisas, sua submissão ao suposto jogo democrático e a interiorização de seus lemas supostamente libertários e meritocráticos.

outras. É preciso manter e afirmar nossas diferenças”. Oliver, Finkelstein, Gleeson, Pfeiffer, Shakespeare, Barton, Morris e Crow, sem qualquer exceção, corroboram com essa afirmativa.

7.2. A questão da diferença nos *Disability Studies*

Oliver (2008, p.27) pontua que “o descobrimento da diferença como categoria é o que de mais revolucionário se consubstanciou em termos políticos. Afirmar a diferença, desde que em termos históricos, é a maneira mais profícua de se objetivar a igualdade”. Será mesmo?

A problemática histórica da discriminação, opressão e marginalização das minorias não se resolve como que de uma tacada só. Não podemos perder de vista a complexidade do fenômeno em pauta e acreditar que a “a descoberta da diferença” se torne a pedra angular que revolucione por si só toda a humanidade. Os pós-modernos proclamam esta “descoberta” a exaustão e, de maneira sorrateira e inconsciente, o discurso vem sendo apropriado massivamente pelos teóricos do modelo social. Não há mal em visualizar avanços pelo prisma analítico da diferença, mas é um erro traduzir as lutas sociais como derivadas única e exclusivamente sob este seio, principalmente quando desejamos algo para além da ampliação dentro dos quadros da ordem, ou seja, quando nosso telos se consuma na gestação de uma nova sociedade.

Este pode ser o principal problema dos *Disability Studies* nos dias atuais, ou seja, não perceber a sutileza de algumas afirmações que o acabam levando a se identificar a uma perspectiva que perfilhe em sua essência o ideal de se integrar plenamente as conquistas do capital. Se os literatos norte-americanos podem professar candidamente tal escolha sem qualquer justificativa adicional, aos londrinos, pelo próprio referencial ao qual comungam, não é permitida referida posição, posto representar um equívoco ontológico em seu processo constitutivo por uma série de motivos.

Nesse sentido, o ponto nodal reside no fato de poder ser perigoso e, até em certo ponto, desmesurado, se colocar o pressuposto da diferença como subsumindo o da igualdade. Primeiro porque o direito a igualdade pressupõe o direito a diferença, não existem binarismos nesta assertiva. O polo oposto da igualdade é a desigualdade e não a diferença. Como aponta Benevides (1998, p.141) “(...) as diferenças não significam, necessariamente, desigualdades, isto é, não existe uma valoração hierárquica inferior/superior na distinção entre pessoas diferentes”. Contudo, não podemos negar, e uma passadela de olhar pela realidade concreta vivida pelos grupos discriminados confirma esta situação, que, embora nem todas as diferenças sejam hierarquizantes, a maioria acaba por ser no terreno da prática, servindo como definidora de dados agrupamentos, de categorias sociais e grupos apartados por relações de força. Esta é uma questão chave que nos obriga a pensar

para além da própria diferença e se a afirmação da diferença tão cantada aos quatro ventos não pode estar servindo justamente para ratificar uma condição que se queira combater.

Para Barnes (2008), Oliver, Finkelstein, Gleeson, Pfeiffer, Shakespeare, Barton, Morris e Crow, as maiores conquistas do movimento de pessoas com deficiência se deram pela afirmação das diferenças e não da igualdade. Ora, um ponto não invalida o outro. Posso afirmar a igualdade e a diferença simultaneamente sem cometer qualquer erro exegético. Outrossim, devemos ver com cautela a afirmação de Zola (1989, p.425) de que “É preciso manter nossas diferenças”, pois como ressalta Benevides (1998, p.146)

(...) os entusiastas da diferença e de um multiculturalismo ingênuo tendem a ver toda construção de identidade e toda a manutenção da diferença como conquistas. Entretanto, deve-se chamar a atenção para o fato de que um considerável número de identidades se constitui não pelos sujeitos que, por meio delas, foram enunciados, mas pelo seu contrário, pelo dominador. Negros, mulheres, índios, imigrantes, minorias étnicas das mais diversas, todos foram nomeados pelos brancos, homens, etc. Características associadas à cor da pele, ou ao sexo, à condição social ou à localização espacial, têm-se constituído historicamente como formas de dominação.

Antes de manter as diferenças é preciso perquirir quem as criou, para quem foram criadas e quais os objetivos desta criação. Não podemos correr o risco de fazer apologia das diferenças somente por ser um tema da moda, pois, como lembrou Pierucci (1999), em texto instigante e esclarecedor, elas podem conter uma cilada. Na apresentação de seu texto, Pierucci (1999, p.3), retrata

Os conservadores têm as seguintes convicções:
 As pessoas não-brancas são inferiores.
 A miscigenação deve ser desencorajada.
 As mulheres não são iguais aos homens em inteligência.
 Todos os seres humanos não nascem com as mesmas potencialidades.
 Não há razão para se instituir a igualdade salarial.
 Só as pessoas com um determinado nível mínimo de inteligência e educação deveriam poder votar.
 Pessoas com graves defeitos hereditários deveriam ser compulsoriamente esterilizadas.
 As leis atualmente vigentes não favorecem os ricos.
 A propriedade privada não pode ser abolida.
 A estatização leva à ineficiência.
 A guerra é inerente à natureza humana.
 Vai haver outra guerra mundial dentro de vinte e cinco anos.
 Mesmo se for pelo interesse da paz, não devemos ceder um dedo de nossa soberania nacional.
 O patriotismo no mundo moderno não é uma força que trabalha contra a paz.
 O tratamento que estamos dando aos criminosos não é rigoroso o bastante.

A pena de morte não é uma coisa de bárbaros.
 Os crimes violentos deveriam ser punidos com o açoite. (...)
 A educação religiosa deveria ser obrigatória.
 A educação sexual não deve ser dada a todos, meninos e meninas.
 Não é errado que aos homens seja permitida maior liberdade sexual que às mulheres.
 Nossas dificuldades presentes se devem antes a causas morais que econômicas.
 A “vara de marmelo” é um bom princípio educativo.

Esta distinção de práticas (de distinção, desprezo, humilhação, hierarquização, segregação, agressão e intolerância), de discursos espontâneos e doutrinários e que abrangem as esferas públicas e privadas, mas também o universo da moral, da racionalização e dos afetos, princípios e estereótipos, fantasmas e preconceitos, nascem sob o raio de uma necessidade de salvaguarda sempre autorreferida de preservação de um eu dominante e da manutenção do estado de um nós ameaçado. Sob essa lógica, apenas é digno de consideração o que me é semelhante, combinação característica de um direitismo caduco, entretanto, profundamente enraizado em nossas vidas sociais. As classes dominantes se fomentam da criação destas distinções e as popularizam a uma velocidade absolutamente impressionante, as quais constituem uma espécie de campo metapolítico de luta pela hegemonia cultural. “Daí seu fôlego de gato dois séculos depois e seu charme que se revigora por toda parte neste fim de milênio, enquanto tudo o que é solido continua desmanchando no ar” (PIERUCCI, 1999, p.16).

Tais distinções, no entender de Pierucci (1999), se mostram características do pensamento ocidental, diferenciado pela criação constante de diferenças e sua transformação em desigualdades. Essa percepção leva o referido autor a se questionar se não haveria uma universalidade ou transculturalidade das atitudes, posições, opiniões e disposições de direita, uma espécie de estrutura invariante. Sobre tal questionamento, retira o fundamento inicial de sua tese, a citar, que foi a direita quem primeiro professou e apregou a certeza de que os seres humanos não são iguais porque não nascem iguais e, portanto, não podem ser tratados como iguais.

Para ser historiograficamente mais exato, foi a ultradireita do fim do século XVIII e primeiras décadas do XIX, aliás a primeira direita a surgir na História, como reação à Revolução Francesa, ao ideal republicano de igualdade e fraternidade e a tudo quanto de universalismo e igualitarismo havia no movimento das ideias filosóficas do século XVIII. Dito de outro modo, a bandeira da defesa das diferenças, hoje empunhada à esquerda com ares de recém-chegada inocência pelos “novos” movimentos sociais (o das mulheres, o dos negros, o dos índios, o dos homossexuais, o movimento indigenista⁶⁵), foi na origem — e permanece fundamentalmente — o grande signo das direitas, velhas ou novas, extremas ou moderadas. Pois, funcionando no registro da evidência, as diferenças explicam as

⁶⁵ Acrescentaríamos, das pessoas com deficiência.

desigualdades de fato e reclamam a desigualdade (legítima) de direito. (PIERUCCI, 1999, p.18).

A figura típica do pensar do cidadão conservador descrito por Pierucci (1999) na apresentação do texto é retirado do estudo feito por Hans J. Eysenck sobre o retrato do cidadão conservador inglês da segunda metade dos anos 40 do século passado ao entrevistar 750 pessoas de distintas filiações políticas. Apesar da distância geográfica e cultural que separam britânicos e brasileiros e também das temporalidades distintas, Pierucci (1999) chega a um universo absolutamente similar ao analisar os ativistas eleitorais paulistanos de direita na década de 80, composição que retrata uma permanência intrigante destas ideias quarenta anos após a publicação de Eysenck. A listagem de atitudes de direita manifestas por Eysenck inclui uma boa dose de afirmações sexistas, racistas, homofóbicas (e desabilista/deficientista).

Existe uma evidência primeira e hegemônica, quase que uma ideia recebida e um tanto quanto irrefletida, que vincula o racismo, o sexismo, a homofobia, o chauvinismo e também o desabilismo a ideologias, mentalidades e sensibilidades de direita, conservadoras, autoritárias, colonialistas, aristocráticas, machistas, normocêntricas e elitistas, cuja base argumentativa está ligada a um tipo ideal. Nada há de errado com este argumento e ele pode ser facilmente encontrado mediante um simples processo de dedução analítica. Mas existe também, e este é o ponto nodal a fim de abalar o estado espontâneo desta analítica, outra ideia recebida que se pensa suficiente e autoesclarecedora e que define todos estes fenômenos opressivos citados sob uma condição: a rejeição da diferença.

O racismo, o sexismo e o desabilismo são interpretados apenas como recusa, impossibilidade ou incapacidade de aceitar o outro, o diferente, distinto, não semelhante, não idêntico, aquele que foge a um padrão determinado. É sobre este ponto de vista que, por exemplo, se expressam a interpretação hegemônica anti-racista, anti-sexista e anti-desabilista, as quais se valem de uma definição simplificadora, parcamente sofisticada e pouco sociológica se a olharmos em termos históricos, circunscrevendo nos marcos da heterofobia a gênese explicativa destes estados e condições opressivas.

Interpretar o racismo, sexismo ou desabilismo como resultado de um intrincado processo de aversão fóbica a diferença que os referidos grupos portam, generalização tão comum após o genocídio nazista e que habita círculos esclarecidos e mentes democráticas, retrata uma parcela da verdade e não completude, uma meia verdade que, como qualquer vulgata, se vê transformada em modismo, compósito que facilita sobremaneira o abarcar e celebrar da causa da diferença como substância nova, humanitária, progressista, emancipatória e de caráter revolucionário. Ora, se todo

racismo, sexismo e disabilismo é dado pela recusa das diferenças que estes expressam basta que se afirme as mesmas para se lutar contra estas mazelas. Correto? Evidente que sim, contudo, apenas no sentido de as duas afirmações serem verdadeiras. É aqui que insurge um problema de ordem ontológica, da relação expressa entre o ser e o ambiente.

Nem todo racismo, sexismo ou disabilismo consiste fundamentalmente na recusa de suas diferenças, muito pelo contrário, pois salientamos que muitas destas atitudes são produzidas justamente pela afirmação das mesmas. Em todos estes fenômenos profundamente repressivos, conjuntamente a negação das diferenças se consubstancia a afirmação das mesmas, cuja origem é precedente em termos históricos. Primeiro se afirma a diferença, depois se nega. Esta dialética ainda não foi completamente desvendada e segue ignorada por muitos, diríamos a maioria dos que pensam em favor dos grupos historicamente discriminados. Como aponta Pierucci (1999, p.23-24) ao analisar o racismo, a interpretação da negação da diferença como base das atitudes racistas

(...) nos impede de ver os racismos e chauvinismos de todos os tipos e graus como celebração da *certeza das diferenças* e, daí sim, como prescrição da urgência de sublinhar as diferenças para manter as distâncias. O racista vê o mundo dos humanos sob a ótica privilegiada da diferença, melhor dizendo, pondo em foco a diferença. (...) O racismo não é primeiro rejeição da diferença, mas obsessão com a diferença, seja ela constatável, ou apenas suposta, imaginada, atribuída. (...) Não é ocioso explicitar os dois momentos ou atos mentais envolvidos no racismo espontâneo e dispô-los segundo sua ordem, a saber: a rejeição da diferença vem depois da afirmação enfática da diferença. Para a direita, portanto, o discurso que afirma as diferenças — negro é diferente de branco, a mulher é diferente do homem, nordestino é diferente de paulista⁶⁶) e assim por diante — é o discurso inaugural, a enunciação fundante, a evidência primeira, a verdade imediata e incontestada. Os mecanismos que se seguem a esta “constatação do bom senso” acerca do “fato concreto” das diferenças (focalizar, sublinhar, fixar, absolutizar, naturalizar, biologizar, perenizar...) é que vão transformá-la numa tomada de posição racista propriamente dita, excludente e destrutiva da(s) diferença(s) selecionada(s) como alvo, numa convicção de segundo grau legitimadora de práticas de violência no mínimo verbal. (...) Entre a afirmação da diferença (constatada ou inventada) e sua rejeição (que é onde o racismo se consuma), medeia uma série de procedimentos discursivos tendentes a aumentar a distância entre os signos, a exacerbar a diferença, a fazer funcionar a diferença, radicalizando-a no ato mesmo de enraizá-la no dado biológico ou no dado cultural dito irredutível. (...) Se assim é, o que dizer de quando a diferença passa a ser anunciada, alardeada, procurada, que é o que anda acontecendo em alguns dos chamados “novos movimentos sociais” e em certos círculos acadêmicos? Na medida em que isto passa a ocorrer no campo de cá, no campo ideológico das esquerdas, a indistinção dos significantes só faz aumentar a precariedade da sinalização das diferenças ideológicas, que, estas então, deixam de poder ser ditas. Efeito perverso por excelência do enfoque na diferença (de gênero, de cultura, de raízes, de modos de vida etc.) como bandeira de luta dos movimentos de esquerda é, na minha opinião, o embaçamento do foco ou um obscurecimento ainda maior das diferenças definidoras dos campos adversários na guerra ideológica. Que venha o movimento das mulheres frisar para o *uomo qualunque* que a mulher é diferente do homem, *quid novi?* Que venha o movimento negro em suas falas e em seus escritos bradar para uma sociedade como a nossa, que nasceu escravocrata e assim permaneceu durante séculos, e preconizar no cotidiano agressivo desta metrópole que “negro é diferente”, *quid novi?* Isto é o que todo mundo já sabe desde

⁶⁶ Deficiente é diferente do eficiente ou normal.

sempre, não choca ouvido algum, apenas confirma o já sabido e, pior ainda, legítima que a diferença seja enfocada e as distâncias, alargadas. (...) Daí que essa atmosfera pós-moderna que hoje muitos de nós respiramos nos ambientes de esquerda, essa onda de celebração neobarroca das diferenças, de apego às singularidades culturais, de apologia da irredutibilidade das particularidades e especificidades culturais, sociais e ambientais, tudo isso assusta muito pouco as cabeças de direita, mais ou menos elaboradas ou espontâneas. Trata-se de um discurso absolutamente palatável e familiar à direita popular.

Para o indivíduo da direita, para o conservador, o autoritário, o autocrata, aquele que se vangloria por exercer domínio sobre outros, para o racista, sexista, disabilista, afirmar a diferença nunca foi um problema. Aliás, afirma-a a toda hora e momento. Eles são diferentes porque não são brancos, homens, jovens, eficientes, normais, heterossexuais, economicamente ativos. Esta gama de indivíduos, que não é tão grande em termos numéricos, mas exerce um poder tal qual se representasse a maior fatia da sociedade, dorme muito bem quando abraçada a diferença.

O discurso não palatável para estes indivíduos, aquele que lhes retiram o sono e que mais do que qualquer outro desencadeiam violências físicas e verbais, que corroem as verdades que mais acreditavam como eternas é, ainda hoje, mesmo passados mais de duzentos anos de sua materialidade, o discurso proclamado pelos jacobinos no calor da Revolução Francesa. É o discurso expresso na promulgação dos Direitos do Homem e do Cidadão. É o discurso celebrado nas Comunas, na Revolução bolchevique e Cubana. O discurso da igualdade. A ideia da igualdade seja diante da lei, das condições econômicas ou de pertencermos todos a uma mesma condição aterroriza o sono das classes dominantes, afinal, é contra ela que as mesmas lutam. Lutam pela soberania de sua condição e pela impossibilidade de materialização da igualdade, resguardadas por um sistema que transforma a mesma em uma utopia, não como sonho distante, e, sim, como lugar algum. Coerente a estes elementos, Pierucci (1999, p.28) enfatiza

(...) que a posição do indivíduo de esquerda que adere ao charme da diferença é complicada, posto que para a esquerda não pode haver escolha entre a igualdade e a diferença, como escolha há e sempre houve para a direita. Se é para alguém de esquerda abraçar a diferença, que o faça sem abrir mão da igualdade. A tarefa é mais complexa, o trabalho com os conceitos precisa ser mais cuidadoso, mais refinado e matizado, mais atento e mais crítico. (...) A convicção anti-igualitária, eixo que confere ao campo ideológico das direitas sua unidade de fundo, confere por sua vez ao postulado da diferença a consistência interna que lhe permite avançar em sua lógica própria até o fim. (...) Os indivíduos de esquerda, sobretudo intelectuais, que hoje em dia desfraldam tal bandeira não podem deixar de repetir o tempo todo que “a diferença não tem nada a ver com a desigualdade”. “É uma questão de pluralismo cultural!”... “A verdadeira igualdade repousa nas diferenças”... Como se vê, tudo parece muito simples, tudo parece muito claro: os seres humanos *são diferentes, mas iguais*. Neste jogo de linguagem, tudo se passa inocentemente como se não fosse também um jogo de palavras. (...) A diversidade é algo vivido, experimentado e percebido, gozado ou sofrido na vida quotidiana: na imediatez do dado sensível ao mesmo tempo que mediante códigos de diferenciação que implicam

classificações, organizam avaliações, secretam hierarquizações, desencadeiam subordinações.

As colocações de Pierucci (1999) tem o poder de nos tirar do prosaico e este é um mérito inegável de suas análises. Forçam-nos a saída do senso comum e do pensamento por clichês e ocasião, critica o gosto pelo modismo e conformismo ao curso dos acontecimentos. Não bastasse isso, ainda coloca problemáticas de difícil resolução.

Contudo, é preciso ter as claras que um recurso não pode invalidar o outro. Pierucci (1999) praticamente descarta a validade da diferença como categoria analítica útil a transformação social e a contestação da ordem, colocação que também pode conter uma cilada. O retorno da igualdade pode ser questão chave pelo que se luta. Luta-se por igualdade, mesmo que no interior deste processo se afirme a diferença. Não é exatamente sobre esta base que se alicerçam as políticas de ação afirmativa? Entretanto, é preciso citar que a diferença de que fala a direita e as classes dominantes é radicalmente distinta daquela expressa pelos grupos oprimidos.

Dizer que a mulher é diferente do homem devido a sua biologia (como fazem os sexistas), ou, por outro caminho, pronunciar a mesma diferença, porém, justificado-a pela privação social que as mulheres vêm sofrendo ao longo da história pelo patriarcado não pode representar saberes e conhecimentos símiles. Existe uma distinção de base na afirmação destas diferenças. Uma coisa é afirmar as diferenças pela naturalização de determinados caracteres, outra radicalmente distinta é afirmar as mesmas diferenças pela historicização crítica destes aportes. Em um, a asseveração das diferenças busca reforçar a desigualdade e aumentar a distância que separa grupos distintos, em outro, tal afirmação busca reparar um erro histórico e edificar um plano de luta no combate a desigualdade e a qualquer barreira que impeça a apropriação de tudo àquilo produzido pela história da humanidade. É preciso qualificar a diferença de que se está falando, o local de onde se discursa.

Originariamente tema da direita, a diferença de que falam as feministas, os antirracistas e os ativistas dos movimentos de pessoas com deficiência guardam, ou ao menos deveriam guardar, distinções não apenas de grau, mas de natureza. É uma diferença completamente diferente. Talvez o erro destes grupos está em afirmar a diferença pela exclusão da igualdade, caminho sem volta na luta pela efetiva transformação social, isto porque, o par de conceitos igualdade/diferença se cristalizou em termos de uma disjuntiva ou isto ou aquilo. Um ou outro, ou se busca a igualdade ou a diferença, como se de duas opções tivesse de escolher uma.

No pesar desta balança tem se escolhido comumente a diferença como categoria analítica explicativa e ponto de força para se lutar contra a realidade opressiva. Mas esta é uma escolha derivada de uma pergunta possivelmente equivocada. Não se trata de escolher entre um ou outro.

Igualdade e diferença são contraditórias apenas no sentido dialético do termo. São conceitos interdependentes, porquanto a igualdade não é a eliminação da diferença, assim como a diferença não obsta a igualdade.

Seja na militância acadêmica ou ativista não podemos abrir mão de conjugarmos os conceitos de igualdade e diferença, desde que trabalhada de forma histórica e comprometida com um distinto estado de relações sociais. Esta é equação que precisa ser colocada às claras pelo modelo social da deficiência, urgentemente, e nosso trabalho procurou contribuir para a consecução desta empreitada. Além dela também se faz inevitável, em um movimento expansivo dos lineamentos anteriormente estabelecidos, pensar a deficiência para além de conceitos teoricamente rígidos como o de exclusão e inclusão. As margens são locais privilegiados para explicar dito fenômeno social.

7.3. Quando o centro a tudo engloba: uma análise sócio-antropológica do espaço marginal ocupado pelas pessoas com deficiência hodiernamente

A sociedade contemporânea tem definido, ao menos pela imensa maioria de seus propositores, o grande desafio no trato da deficiência como sendo o da inclusão. Será mesmo que tal desígnio responde a complexidade envolta sobre o processo de opressão enfrentado pelas pessoas com deficiência? Acreditamos que não, por isso, se faz fundamental alargar este plano analítico mediante conceitos antropológicos e sociológicos como o de liminaridade e desafiliação, complementares sob uma perspectiva ontológica.

Liminaridade significa *ipsis litteris* estar em dois espaços e em nenhum deles concomitantemente. De acordo com Turner (2005, p.117), na liminaridade existe um período em que as pessoas não se situam “nem aqui nem lá, estão no meio e entre posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimoniais”.

Na Grécia Antiga, por exemplo, os escravos, embora fizessem efetivamente parte da nova sociedade a que eram introduzidos, foram historicamente considerados como intrusos em razão da estranheza distintiva do cativo enraizado. Faziam parte dela e simultaneamente estavam fora da mesma devido a cisão do vínculo pátrio a comunidade propriamente dita. Um bom exemplo se encontra em Da Matta (2000), que, ao se valer da análise dos meios de transportes coletivos busca clarificar este conceito por entender que tal meio corporifica aquilo que de mais característico e marcante há na ideia de liminaridade, uma vez que nesses espaços se materializa a situação justamente quando a massa não está nem em casa (onde se está integrado como pessoa numa

família ou numa vizinhança), nem no trabalho (quando a situação de estar e pertencer a algum lugar é mais forte). Tal definição traça com maestria o conceito de entre, fundamental a situação liminar.

O conceito de liminaridade se arquitetou com base nos estudos dos ritos sociais de iniciação de populações primitivas feito por Van Gennep (1981), ritos estes que trazem a ideia de suspensão de determinada fase, a citar, aquela em que o sujeito não é mais criança, tampouco homem. O rito de passagem demarca uma condição intermediária no qual o indivíduo não é mais o que era, entretanto, também ainda não é o que será. Esta indeterminação social foi entendida como extremamente delicada, sendo definida por Van Gennep (1981) como vida nas margens e por Turner (2005) como vida no liminar.

Desde Van Gennep (1981) os rituais foram considerados pela tríade constitutiva de ritos de separação, de margem/transição e de agregação, fases que podem ser percebidas na maior parte dos rituais dos mais diversos grupos sociais. Todas as fases são relativas umas as outras, tornando-se compreensível sua afirmação de que “para os grupos, assim como para os indivíduos, viver é continuamente desagregar-se e reconstituir-se, mudar de estado e de forma, morrer e renascer” (VAN GENNEP, 1981, p.157).

Para Da Matta (2000), a grande descoberta de Van Gennep é que os ritos, como o teatro, têm fases invariantes, que mudam de acordo com o tipo de transição que o grupo pretende realizar. Se o rito é um funeral, a tendência das sequências formais será na direção de marcar ou simbolizar separações. Mas se o sujeito está mudando de grupo (ou de clã, família ou aldeia) pelo casamento, então as sequências tenderiam a dramatizar a agregação dele no novo grupo. Finalmente, se as pessoas ou grupos passam por períodos marginais (gravidez, noivado, iniciação, etc.), a sequência ritual investe nas margens ou na liminaridade do objeto em estado de ritualização.

Grosso modo, a situação de marginalidade da qual fala Van Gennep (1981) representa o isolamento de uma marcação linear temporal da sociedade para a inserção em um tempo social diferenciado. Os ritos de passagem são assinalados por cerimônias de separação (pré-liminares) e agregação (pós-liminares) que criam em seu interstício um período de longa ou curta duração definido como liminar, cujas características qualitativas as quais os neófitos estão sujeitos são: silêncio, submissão, ausência de sexualidade e anomia. Tais características devem ser consideradas em estado de transição, pois todas estas entidades e atributos são suspensos e dissolvem-se quando da passagem pela liminaridade.

A influência de Van Gennep (1981) sobre Victor Turner é inconteste em sua análise sobre os rituais de iniciação entre as meninas Ndembu, grupo étnico situado no Zimbábue, do qual o mesmo retira a ideia de liminaridade nos anos 50 do século XX. Singulares se mostram as palavras de Turner (2005, p.127), ao descrever que nos ritos de iniciação, para quem

O neófito na liminaridade deve ser uma tábula rasa, uma lousa em branco, na qual se inscreve o conhecimento e a sabedoria do grupo, nos aspectos pertinentes ao novo status. Os ordálios e humilhações, com frequência de caráter grosseiramente fisiológico, a que os neófitos são submetidos, representam em parte, a têmpera da essência deles, a fim de prepará-los para enfrentar as novas responsabilidades e refreá-los de antemão, para não abusarem de seus novos privilégios. É preciso mostrar-lhes que, por si mesmos, são barro ou pó, simples matéria, cuja forma lhes é impressa pela sociedade.

Assim como Van Gennep (1981), Turner parte da ideia de que tais características se dissipam quando do fim do período de liminaridade e o posterior enraizamento social. Esse momento de trânsito de uma etapa a outra é fundamental no próprio processo de evolução social do ser humano.

Do conceito de liminar que Turner (2005) elabora o modelo de drama social⁶⁷ como composto por um conjunto de relações carregadas de tensões, as quais, em determinados instantes afloram, se revoltam, voltam à normalidade e já não são mais as mesmas. No drama social de Turner (2005) os elementos não resolvidos da vida social se manifestam cristalinamente, com isso, o mesmo produz um desvio metodológico no campo da antropologia social britânica ao enfatizar que apenas podemos entender uma dada estrutura quando suscitamos um desvio, pois as estruturas sociais somente se revelam com maior intensidade em momentos extraordinários, antiestruturais, não englobados a sociabilidade propriamente dita, enfim, quando se encontra em seu liminar.

Experiências que irrompem a partir de espaços liminares podem ser fundantes de uma vasta gama de socialidades, posto permitir que fenômenos tidos como suprimidos e residuais venham à superfície do palco histórico, abrindo possibilidades de comunicações mais amplas na vida social. Sob o espelho caleidoscópico da liminaridade a sociedade pode se investigar por múltiplos ângulos e experimentar novas formas de ser e sentir. Em tal espaço, figuras tidas como poderosas podem se mostrar extremamente frágeis, e os frágeis tornam-se, como num passe de mágica, poderosos, surgem, assim, espaços híbridos. Criaturas e imagens ctônicas insurgem com a potencialidade de revitalizar o tecido social mediante suas problemáticas que de minoritárias passam a ser vistas como genéricas.

⁶⁷ Importante ressaltar que o drama social de que fala Turner (2005) é diferente daquele expresso no terreno da sociologia empregue por Goffman (1992). Goffman (1992) apresenta-se como um observador do teatro da vida cotidiana, em suas análises sobre os manicômios e as instituições psiquiátricas. Em contrapartida, Turner (2005) centra seus interesses exatamente no momento de suspensão destes papéis sociais, nos instantes transitórios, extraordinários, ou seja, revela-se como observador do metateatro da vida social, em síntese, do teatro do teatro de Goffman.

Mas qual a relação entre o conceito de liminaridade e o espaço ocupado pelas pessoas com deficiência? Primeiramente, é importante assinalar que estes rituais não devem ser vistos como acontecimentos restritos aos universos das sociedades primitivas. A variedade de ritos que compõe nossa sociedade pode ser observada em eventos rotineiros do dia a dia. Podemos nos apropriar como exemplo dos ritos escolares vivenciados por nós desde pequenos, composto por ritos de chegada (despedida dos pais e cumprimento das professoras, os trotes no caso dos universitários), ritos de ordem (espaços organizados por fila, o tempo pelo sinal, as crianças por classes e idades, etc.), ritos de atividades (ler em público, ir ao quadro, se concentrar silenciosamente nas provas), ritos de saída (festas do fim do ano e a formatura). Todos esses ritos fazem parte de nossa história e contribuem para a construção da identidade de cada indivíduo em particular a partir da maneira pela qual ele se apropria e objetiva em tais contextos. Nesse sentido, a relação da deficiência com a sociedade também pode ser vista como uma espécie de rito.

Murphy (1987, p.112) antropólogo norte-americano, após ter se tornado deficiente físico e se apropriar dos conceitos de liminaridade e pureza de Turner e Douglas respectivamente, teoriza que as pessoas com deficiência vivem em um constante estado de suspensão e paradoxos constitutivos, “nem doentes tampouco são, nem tão mortos nem completamente vivos, nem excluídos ou incluídos na sociedade, ou seja, as pessoas com deficiência tonam-se inevitavelmente ambíguas devido à forma como são encaradas na sociedade”.

De acordo com Shakespeare (2006) tal relação é flagrante se observarmos que nas sociedades modernas as pessoas com deficiência estão, na imensa maioria das vezes, exatamente nesta posição do entre. Não estão completamente integradas a comunidade e a exclusão nos postos de trabalho e em diversos espaços públicos atestam tal argumento. Todavia, também não são excluídas em sua completude, e a existência de políticas e mecanismos de compensação da deficiência comprovam a preocupação da sociedade para com a mesma. Parte e não parte concomitantemente, este é o paradoxo da situação de deficiência.

Porém, acreditamos que essa situação pode, inclusive, ir além dos aspectos descritos por Shakespeare (2006). Se nos ritos de passagem o liminar representa sempre uma condição transitória, na sociedade moderna, a deficiência representa o liminar em estado permanente, que não se dissolve no terreno das relações sociais. Ou seja, as características presentes peremptoriamente durante os ritos de iniciação, tais como silêncio, submissão, ausência de sexualidade e anomia, tornam-se uma constante na vida das pessoas com deficiência em tempos modernos, cuja expressão encontra eco tanto nas práticas cotidianas, ainda prenhes de assistencialismo, quanto em definições acadêmicas como a do modelo individual de deficiência, que explicitamente silencia e coloca os deficientes em estado de submissão aos profissionais da área médica.

A lógica do entre se mantém presente, inclusive, nos casos de sucesso experienciados pelos deficientes quanto à posição social ocupada pelos mesmos, episódio visto quase de forma sobrenatural pela sociedade. Este estado contínuo de liminaridade certamente exerce um papel crucial na constituição da personalidade das pessoas com deficiência, destacando que a mesma se estabelece como fruto da internalização de relações sociais, mesmo porque o homem pode ser definido como um agregado das mesmas. Contudo, a dialética desse processo constituinte pode nos permitir visualizar espaços projetivos de transformação social, abrindo novas possibilidades de interpretação da deficiência e da própria estrutura do sistema que nos circunscreve, o capitalismo. Essa possibilidade ainda não foi desenvolvida pelos estudiosos da deficiência, portanto, carece de aprofundamentos para que se corporifique como práxis.

Apresentado estes elementos, manifesta-se como evidente que a ideia de liminaridade se torna uma ferramenta fundamental para compreendermos o papel do deficiente e a imagem atribuída a ele pela sociedade. Outro conceito que contribui para esta tarefa e amplia a senda relacional da liminaridade aparece em Castel (1998, 2005), o qual questiona radicalmente o caráter estático dos conceitos de inclusão e exclusão social e as rígidas noções de dentro e fora, portanto, fundamentais para se pensar o universo da deficiência.

No entender de Castel (1998) quando se fala em exclusão nos dias contemporâneos se insinua um conjunto de situações que traduzem certa degradação relacionada a um posicionamento anterior. É o caso, por exemplo, de um trabalhador que perde o emprego, fica sem proteção e torna-se vulnerável, não podendo mais se reproduzir em conformidade com a situação anterior. É o caso também de trabalhadores rurais que expulsos do campo, perderam tudo, as referências sociais inclusive, e tornaram-se socialmente isolados. Enfim, tal degradação, no mais das vezes, retrata uma situação vulnerável de quem vive um trabalho precário ou que ocupa uma moradia onde pode ser expulso a qualquer momento quando não consegue cumprir com os compromissos estatuídos. Sendo assim, por exclusão entendemos uma precariedade nas relações de trabalho e nos vínculos familiares e sociais. Dela participam, os beneficiários de subvenções sociais, os endividados, os inempregáveis, os jovens a busca do primeiro emprego, os desempregados de longa data, aqueles que sofrem na pele reações preconceituosas, ou seja, um número nada modesto de humanos.

Em razão da mutabilidade do processo de exclusão e do grande número de integrantes vistos como excluídos, Castel (1998), ao invés de trabalhar com a ideia fixa de exclusão (a qual designa a finalização de um processo), opta por arquitetar um sistema fincado em zonas de coesão social (a influência de Durkheim aqui é confessa), que permite interpretar com maior fidedignidade a posição ocupada por cada membro na sociedade a partir da conjunção de dois fatores: eixo de integração/não integração pelo trabalho e eixo de inserção/não inserção em uma sociabilidade. Esta

composição se mostra mais complexa para entender a época atual, isto porque, em seu entender, a contemporaneidade se caracteriza fundamentalmente pela presença insistente de indivíduos colocados em zonas de flutuação na estrutura social, indivíduos estes que, no mais das vezes, povoam interstícios, sem ocupar locais fixos e designados a priori, situação que, por si só, acaba por implodir conceitos fixos como de exclusão e inclusão.

A associação entre trabalho estável e inserção relacional sólida é vista por Castel (1998) como o marco característico da zona de integração social. Já a fragilidade dos suportes sociais e/ou a precariedade nas relações de trabalho caracteriza aquilo que podemos denominar de zona de vulnerabilidade social, um espaço intermediário dividido em zona de assistência (em que a pessoa possui um trabalho precário, quando possui, mas, em compensação, mantém suportes sociais duradouros) e zona de vulnerabilidade (definida quando da existência precária de suportes sociais e da presença atividade laboriosa). Em contrapartida, a carência de qualquer atividade produtiva e o isolamento das relações sociais, epítomes da exclusão, passa a ser denominada por Castel (1998, p.569) como zona de desafiliação social. Para este autor o conceito de “desafiliação convém melhor que exclusão, afinal, os sujeitos foram desligados dos principais laços de coesão social, mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade”.

Estas zonas não são fixas, suas fronteiras são porosas e permeáveis, facilitando, assim, um cruzamento entre os eixos de integração/não integração e de inserção/não inserção. Sobre a territorialidade destas fronteiras os indivíduos flutuam de zona a outra em dados períodos históricos, transições acentuadas diante do sistema capitalista. A composição e relações entre as zonas de integração, vulnerabilidade e desafiliação servem de indicadores privilegiados para se avaliar a coesão de um conjunto social em certo momento histórico. Enriquece-se o foco analítico para além das relações econômicas, ainda que a mesma seja uma esfera cardeal na consecução das referidas zonas e os riscos de desafiliação sejam proporcionais a possibilidade ou não de desempenhar uma atividade produtiva estável.

De acordo com Castel (1998), desde a década de 70 com o fim do Estado de bem-estar social que as zonas de desafiliação se mostram cada vez mais ocupadas por uma quantidade crescente de pessoas devido à precarização nas relações de trabalho e a constante fragilidade nas interações sociais gestada pela perigosa individualização do humano. Os empregos temporários e de certeza apenas momentânea, característicos da época atual, contribuem decididamente para a composição social a que estamos submetidos, o que indica a necessidade de pensarmos o próprio processo de socialização gestado pelo capital. Uma sociedade que não consegue ter coesão social e

tampouco conjurar o risco de sua fratura, no entender de Castel (1998), se encontra a beira do abismo.

Se a máxima de Castel (1998) é que cada vez mais pessoas adentram nas zonas de vulnerabilidade, assistência e desafiliação devido à precariedade assumida nas atividades laboriosas hodiernas, o que dizer das pessoas com deficiência que desde o estabelecimento do sistema capitalista se encontram alijadas de boa parte das atividades laboriosas? O que dizer da qualidade dos suportes sociais de quem é visto como um peso para a sociedade, um parasita ao sistema? Qual a qualidade de suportes que pode ter uma pessoa reclusa em hospitais psiquiátricos? Se a zona da integração é dada por trabalho estável vinculado a fortes laços sociais, quando é que efetivamente a pessoa com deficiência esteve integrada sob os ditames do capital? Estas são questões fundamentais para refletirmos sobre o espaço ocupado pelas referidas pessoas nos tempos atuais. Retratam que a integração social é uma máxima de impossível alcance quando da manutenção das relações produtivas hodiernas. Sem uma transformação nesta base produtiva falar em inclusão, que já se mostra como termo falacioso, não passa de um recurso ideológico tal qual uma câmara escura que inverte a realidade.

Voltando nossos olhos para a análise do sistema proposto por Castel (1998), torna-se nítido que o mesmo não é estático, tampouco se refere a formas de estratificação social, na medida em que explicita os processos pelo qual os indivíduos circulam pelas zonas por ele propostas. Assim, a arquitetura expressa por Castel (1998) não deve ser entendida como um sistema que objetiva colocar indivíduos nessas zonas pré-estabelecidas, o que seria um equívoco que contradiria a própria intencionalidade do autor, mas, sim, um mecanismo que elucide a apropriação dos processos que permitem aos indivíduos transitarem de uma zona a outra ou se manterem estáveis em uma delas. Por isso, a expressão desafiliação e não exclusão, pois para Castel (1998, p.26) “(...) a exclusão é estanque. Designa um estado, ou melhor, estados de privação. Mas a constatação de carências não permite recuperar os processos que engendram essas situações”.

Castel (1998) acredita que o termo exclusão traduz e oculta simultaneamente o estado atual da questão social. Tem por objetivo designar todas as misérias do mundo, pouco importando a especificidade de cada situação, na medida em que exclusão rotula uma qualificação puramente negativa que designa falta. Seu erro está em não dizer de onde provém e em que consiste esta falta, os processos que o geram. Em virtude desta imprecisão, o termo supostamente se constituiria em uma armadilha tanto para a reflexão como para a ação. Para a reflexão porque nos impede de pensar, e para a ação, pelo fato de fomentar políticas preventivas e de reparo que acabam por intervir no que é periférico e não no coração dos processos que produzem a exclusão. Castel (1998, 2005) aponta a interessante ideia de se questionar termos como inclusão e exclusão tal qual se os

mesmos designassem realidades ou situações que dispensassem explicações. Salutar se compõe a análise de Foucault (1995), que revoluciona tais conceitos ao destacar que os processos sociais hodiernos se caracterizam pela inclusão por exclusão, retratando, assim, como os mesmos apenas podem ser compreendidos em conexão com a história, pois seus significados e sentidos não são irretocáveis, mas móveis.

O excluído sempre fez parte da sociedade. Não é demasiado lembrar aqui a ideia de Marx (1996) do exército industrial de reserva. Fora e dentro de maneira concomitante. Expulso da atividade laboriosa, mas fundamental para recompor o equilíbrio dos salários e garantir o lucro daqueles que detém os meios de produção.

Além disso, sobre a crítica da terminologia exclusão é importante ressaltar que não apenas Castel e Foucault apontam problemas em sua concepção. Marxistas como Jameson (1997) e Mészáros (2002) também nos convidam a suspeitar de algumas máximas formadas sobre o termo. Mészáros (2002), por exemplo, destaca que a categoria “exclusão” tem sérios limites quanto às possibilidades de análise das relações capitalistas, pois não seria capaz de apreender as mediações constitutivas da materialidade histórica apresentada pelo capitalismo tardio, caracterizada pela ampliação e radicalização da desigualdade. Nesse sentido, para Mészáros (2002), desigualdade e exploração seriam categorias mais importantes em termos teóricos e políticos do que exclusão⁶⁸.

Hobsbawm (1987) também critica a utilização de terminologias sem o retraçar de sua história, pois em seu entender, não representam categorias analíticas, e, sim, conceitos derivados de embate político. Conceitos têm história, não se pode despi-los impunemente. Exclusão faz parte destes modismos. Assim, torna-se totalmente compreensível a pedida de Castel (1998) para que o termo exclusão seja utilizado de maneira reservada, uma vez que o mais adequado seria substituí-lo por uma noção mais apropriada para analisar os riscos e fraturas sociais. A exclusão, e seu antônimo, a inclusão, supõem uma antinomia absolutamente descabida a análise histórica. Ou se

⁶⁸ A etimologia exclusão, assim como outros termos populares nos dias atuais, tais como flexibilidade, inclusão, multiculturalismo, dentre outros, se tornou uma espécie de modismo com perigosas consequências para os que objetivam uma análise profunda do tecido social. Bourdieu e Wacquant (1998, p.1) criticam estas novas terminologias, aparentemente sem história material que sustente seu surgimento. Para os mesmos, “(...) em todos os países avançados patrões, altos funcionários internacionais, intelectuais de projeção na mídia e jornalistas de primeiro escalão se puseram em acordo em falar (...) vocabulário, aparentemente sem origem, está em todas as bocas: “globalização”, “flexibilidade”, “governabilidade”, “empregabilidade”, “subclasse” e exclusão; nova economia e “tolerância zero”, “comunitarismo”, “multiculturalismo” e seus primos pós-modernos, “etnicidade”, “identidade”, “fragmentação” etc. A difusão dessa nova vulgata planetária – da qual estão notavelmente ausentes capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade, e tanto vocábulos decisivamente revogados sob o pretexto de obsolescência ou de presumida impertinência – é produto de um imperialismo apropriadamente simbólico: seus efeitos são tão mais poderosos e perniciosos porque ele é veiculado não apenas pelos partidários da revolução neoliberal que, sob a capa da “modernização”, entende reconstruir o mundo fazendo tábula rasa das conquistas sociais e econômicas resultantes de cem anos de lutas sociais, descritas, a partir dos novos tempos, como arcaísmos e obstáculos à nova ordem nascente, porém também por produtores culturais (pesquisadores, escritores, artistas) e militantes de esquerda que, em sua maioria, ainda se consideram progressistas” (BOURDIEU E VACQUANT, 1998, p.1, grifo nosso).

está dentro ou fora. Isso simplesmente inexistente em termos sociais, nossos fenômenos são mais complexos e de mais difícil explicação. Requerem um cuidado mais acurado e é uma pena que determinadas áreas considerem a inclusão, apenas a título de exemplo, como a materialização do projeto futuro de uma humanidade igualitária. A inclusão, assim como a exclusão, mata por asfixia o polo oposto e como todo pensamento repressivo, não aberto a contradições, trata-se de um erro epistemológico, analítico, ontológico e histórico. A diferença entre antinomia e contradição é bem tracejada por Jameson (1997, p.18), para quem

A antinomia explicita-se por uma forma mais clara de linguagem e afirma proposições que efetivamente são radical e absolutamente incompatíveis, é pegar ou largar [...] x ou y, e isso de forma tal que faz a questão da situação ou do contexto desaparecer por completo. De forma distinta, a contradição é uma questão de parcialidades e aspectos; apenas uma parte dela é incompatível com a proposição que a acompanha; na verdade, ela pode ter mais que ver com forças, ou com estado de coisas, do que com palavras e implicações lógicas. (...) Nesse caso, é a situação que explica a disparidade, gerando, em sua incompletude, as perspectivas múltiplas que nos fazem pensar que a matéria em questão é agora x ou y. Inadvertidamente, nossa época é de forma bem clara, mais propícia à antinomia do que à contradição.

O debate sobre exclusão está claramente centrado em um pensamento antinômico, a citar, incluído ou excluído, dentro ou fora. Em conjunção a estes elementos, nos parece como clara a ideia de que, apesar de seu caráter imperioso, é preciso pensar para além da inclusão, tarefa fundamental a consecução de uma teoria social da deficiência e não delineada por qualquer epistemologia explicativa. Ontologicamente, ao menos sob os desígnios do sistema capitalista, não se configura como antinômica a ideia de incluir algo ou alguém que nunca esteve de fato excluído de suas relações? A resposta a esta provocação é da mais fundamental importância e validade, portanto, não podemos nos furtar de seu debate. Mas este é um longo processo do qual queremos fazer parte. Analisar a deficiência em todas as dimensões e amplitudes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou corporificar a apresentação da corrente londrina nominada Disability Studies e, de maneira concomitante, linear a deficiência sob matrizes sociológicas, campo pouco explorado nos textos produzidos em Educação Especial. Se o objetivo foi alcançado o leitor agora já poderá nos responder.

Desde o início estávamos cientes da dificuldade da tarefa a que nos propomos e dos riscos contidos na mesma. Será possível um não sociólogo apresentar um corpo de conhecimentos que busca examinar seus fenômenos exatamente pelas lentes da sociologia? Acreditamos que sim, ainda que o flerte com deslizes de ordem teórica nos seja mais afetos do que aqueles que acometem um sociólogo de formação. Mas, por que se arriscar e adentrar neste terreno pantanoso? Ora, pelo simples fato de que os sociólogos brasileiros de formação não têm tomado para si tal tarefa, promovendo um grande silêncio sobre as questões atinentes a deficiência. Dito isto, não utilizaremos nossas considerações finais para reproduzir o que já foi escrito no trabalho, na medida em que tentaremos imprimir neste espaço conceitos e problemáticas que gestem trabalhos para além do que aqui foi produzido.

Primeiramente, se a definição do mundo e de seus fenômenos interfere diretamente nas possibilidades de vivência do mesmo urge rompermos com a categoria deficiência, eivada de aportes deletérios de cuja sinuosidade nos leva a endossar o ponto de vista imposto pelo modelo individual. A eleição de um termo, nesta esfera, deve ser visto como um processo decisório que transcende a ideia do politicamente correto, da estética e do gosto pela sincronia literária, embora estes dois últimos sejam processos importantes no ato de escrita de um trabalho acadêmico, posto as palavras também deverem ser saboreadas.

Não há neutralidade axiológica na definição dos vocábulos pela sociedade, por isso, suas definições devem ser escrutinadas até as últimas consequências. Nesse interregno histórico, o símbolo é fundamentalmente uma arena de luta e pugna entre diferentes concepções e formas de se entender o ser social. Não os escolhemos candidamente, sabedores que uma escolha sempre acarretará uma não escolha.

Escolher o melhor vocábulo para tratar da deficiência, em nosso caso, da deficiência vista como produção social, significa se posicionar concretamente em um amplo e intrincado debate no qual se escolhe um lado da contenda. Elegemos, desde já, aquele perfilhado pelos que visualizam a condição expressa pela deficiência como derivada de restrições sociais e não de quaisquer limitações biológicas. Esta é nossa posição. Em consonância a este posicionamento e sabedor da historicidade e mutabilidade dos termos ao longo de distintas temporalidades ressaltamos a imperiosidade em definirmos uma nova etimologia que designe da forma mais fidedigna possível

nosso entendimento quando nos referimos ao que antes se denominava como deficiência expressa pelo modelo social (e que certamente não está incorporado na tradicional palavra deficiência herdada do modelo médico).

Excepcionais, pessoas com necessidades especiais, pessoas com diversidade funcional, portadores de deficiência, pessoa com deficiência, pessoa deficiente, ou simplesmente deficiente (isto apenas para permanecermos nas designações utilizadas hodiernamente, sem retroceder a sumarização de termos como monstro, idiota, bobo, retardado, débil, anormal, dentre outros), representam algumas das diversas etimologias simbólicas utilizadas para demarcar o público e a categoria que se perfilha como centro de nossos debates.

Muitas destas terminologias já não são mais utilizadas, pois foram vistos como imagens causadoras de uma série de equívocos e mazelas sobre a situação e os sujeitos que abordavam. Não apenas a história e os homens são móveis, os termos também o são.

Quanto aos primeiros termos citados, excepcionais tem se utilizado basicamente na literatura norte-americana e, a nosso ver, traz novamente à tona a ideia do não usual, do distinto, diferente, do outro em estado de eternidade.

Pessoas com necessidades especiais deriva-se da Declaração de Salamanca de 1994, não é específico a condição de deficiência e, por tudo querer englobar, sobre nada distingue, perdendo qualquer possibilidade de se transformar de fato em campo semasiológico de luta política. Raciocínio análogo pode ser utilizado ao termo pessoas com diversidade funcional.

Também não se utiliza mais pessoas portadoras de deficiência, uma vez que existe um consenso de que a pessoa não porta sua deficiência, mas tem uma deficiência. O verbo portar não pode ser aplicado para descrever uma condição inata ou adquirida das pessoas. Jamais dizemos que uma pessoa é portadora de olhos castanhos, cabelos loiros e pela branca. Ela tem olho castanho. É loira. É branca. Apenas portamos algo que em determinado momento podemos deixar de portar, seja de forma deliberada ou casual. Com a deficiência não se pode fazer isso. Ninguém deixa de ser cego ao esquecer/perder/deixar sua cegueira. A deficiência é parte integrante do ser, não pode ser retirada quando bem se entender.

Indubitavelmente, pessoa com deficiência, pessoa deficiente e deficiente são os termos mais utilizados no Brasil para nominar o fenômeno que descrevemos (em nosso trabalho mesclamos as três formas), sendo o primeiro o de maior uso cotidiano e acadêmico. Já entre os britânicos perfilhados aos *Disability Studies*, são os dois últimos os preferidos em seu vocábulo, uma vez que os mesmos compreendem que ao utilizarmos a etimologia pessoa com deficiência, a deficiência acaba por se tornar uma questão secundária pouco favorável a composição de políticas centradas em caráter identitários.

No entender de Oliver (1990), quando proferimos a expressão “pessoa com deficiência” temos uma clara ideia de que a deficiência é propriedade ou atributo do sujeito, em contrapartida, “pessoa deficiente” ou “deficiente” dá entender que a mesma é parte constitutiva de seu ser e não um pormenor de importância frugal, por isso, o mesmo opta por tais terminologias, deixando a escolha evidente ao ressaltar que “por vezes se argumentou que a expressão ‘pessoas com deficiência’ é mais adequada, pois primeiro afirma o valor do sujeito enquanto pessoa e depois apresenta a deficiência como um apêndice. Entretanto essa visão liberal humanista se opõe à realidade tal como ela é experimentada pelos deficientes, que sustentam ser a deficiência parte essencial da constituição de suas identidades e não meramente um apêndice. Nesse contexto, não faz sentido falar sobre pessoas e deficiência separadamente. Os deficientes demandam aceitação como são, isto é, como “deficientes” (OLIVER, 1990, p.15-16). Sob a senda desta conjuntura, o termo em inglês “*disabled*” é o considerado política e coletivamente mais forte do que pessoa com deficiência, daí sua escolha pelos teóricos do modelo social.

Entretanto, acreditamos que esta ainda é uma discussão cuja base argumentativa necessita da incorporação de outros elementos. Se na língua inglesa tal problema pode ser relativizado com a expressão “*disabled people*”, na língua portuguesa não, uma vez que quando proferimos a expressão pessoa deficiente o último termo adjetiva o primeiro, visto como substantivo. Ou seja, a deficiência torna-se a marca característica, identitária e universalista da pessoa. Até este ponto tudo bem, se partirmos do princípio de que tal universalismo é erigido sobre a experiência em carne de situações de opressão. Contudo, e, aqui reside o problema, o termo “deficiência” porta em seu seio uma inegável relação com o saber médico e os consequentes conceitos de incapacidade e limitação. Foram os médicos que definiram o anormal e monstro como deficientes e se quisermos romper com todas estas amarras devemos pressupor um mergulho radical. Novos fenômenos devem ser distintamente nomeados.

Na literatura científica brasileira o termo “deficiência” tem sido utilizado tanto em referência ao antigo conceito de “handicap” mais atrelado mais ao modelo médico, quanto ao termo “disability” proposto pelo modelo social. A inovação começa já na definição e por isto nos debruçamos agora ao propor a substituição do termo “deficiência” por “desabilidade”, cuja gênese tem por objetivo evitar a confusão que grassa entre a deficiência definida de forma biológica e aquela tracejada pelo vértice sociológico.

Por “desabilidade” entendemos o fenômeno de restrição social acarretado por um corpus cultural pouco sensível as diferenças e a tudo que difere a determinado padrão normativo. A desabilidade é algo imposto sob o lineamento de ordenamentos sociais excludentes, logo, o estudo da mesma apenas pode ser materializado sob firmamentos que se embrenhem na constituição

vetorial deste compósito de relações, cuja opressão manifesta e seu justificar derivativo como produto da natureza se prefigura como uma das marcas flagrantes da alienação que abarca todos os tentáculos da socialidade capitalista e, portanto, nos envolve mediante um processo profundamente desumanizador que impede aos seres humanos a libertária possibilidade de serem mais, enfim, ter seu desenvolvimento alavancado em constante estado de devir. Isto porque a transformação da diferença em desabilidade nos dias atuais retrata o exemplo mais cristalino do desacordo entre as potencialidades humano-genéricas proporcionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e aquelas de fato oferecidas a cada sujeito em particular. Como aponta com rara felicidade Gyorgy Markus (1974, p.99),

Em última análise, a alienação nada mais é que uma ruptura na qual a evolução da humanidade se destaca da evolução do indivíduo, na qual o efeito – que modifica e desenvolve o homem - da atividade humana apresenta-se apenas como relação social global, mas não como elemento capaz de provocar a formação do indivíduo, o desenvolvimento da personalidade e de sua atividade. Logo, a alienação é - no sentido marxista dessas noções - a ruptura, a contradição entre a essência e a existência do homem. Pôr fim à alienação significa promover uma evolução histórica na qual cessará o contraste entre a riqueza da sociedade, os mil matizes da sua vida, por um lado, e a submissão, a limitação, o caráter unilateral de cada indivíduo por outro; na qual será possível avaliar de forma adequada o grau de evolução do progresso social mediante a maturidade do indivíduo; na qual a universalidade e a liberdade do gênero humano se expressem diretamente na existência variada e livre de cada homem.

Ter todos os meios para superar a condição de desabilidade e não superá-la é um fenômeno que destaca cardealmente esta cisão entre essência e existência, daí a necessidade candente em lutarmos contra estas alienações, as quais reduzem os seres humanos ao simples desejo do ter e ao papel de meros objetos, portanto, despossuídos ou podados bruscamente quanto à capacidade eminentemente subjetiva de autodeterminação, da escolha do destino e dos caminhos elencados para esta acolhida, enfim, daquilo que podemos denominar de emancipação.

A citada luta apenas obterá sucesso pleno quando da coincidência entre a mudança das circunstâncias e a transformação das consciências, cuja gênese somente pode ser perfilhada por aqueles que sofrem em carne e diretamente as agruras do estado opressivo ao qual nos encontramos. Apenas os oprimidos podem instituir como protoforma e necessidade fundante de seu desenvolvimento a materialização da citada coincidência, por isso, a autoemancipação é a única forma de emancipação legítima, autêntica. Não é escusado lembrar aqui a célebre equação do Manifesto, no qual Marx e Engels (1988) asseveram que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Nesse sentido, ousamos afirmar que a emancipação da

negatividade contida no conceito de deficiência será obra dos próprios deficientes, e foi mediante seus textos que cunhamos o neologismo desabilidade.

Mais do que isso, a emancipação das pessoas desabilitadas pela sociedade será um produto do estabelecimento de suas próprias verdades e não da interiorização daquelas estabelecidas pelo saber dominante. Renunciamos qualquer postura relativista que assenhoreie a inexistência da verdade objetiva mediante a proclamação de várias verdades: a do deficiente e do homem médio, do negro e do branco, do proletariado e burguês, do revolucionário e conservador, cada qual igualmente verdadeira ou falsa.

Recusamos-nos a endossar a postura pós-moderna e relativista que comunga *ipsis litteris* a anátema de que na escuridão todos os gatos são pardos. Não, não são, apenas parecem. E as aparências enganam. Mais do que nunca é preciso se perguntar: De que lado estamos? Das pessoas desabilitadas pela sociedade ou daqueles que as desabilitam? Desde o início do trabalho, escolhemos uma opção, a primeira.

Nesse sentido, faz pouca diferença se aquele que escreve sobre deficiência apresenta ou não citada condição. Importa se colocar como disposto ao estabelecimento de um projeto de transformação social que critica visceralmente qualquer prática de opressão dirigida à categoria hoje nominada de deficiência. Barnes (1996, p.53) ressalta ser preciso ter claramente uma questão em mente. Se a investigação sobre a deficiência objetiva pesquisar a opressão, pesquisadores não podem, em hipótese alguma, “professar qualquer forma de independência em relação ao problema do qual pesquisam, devendo se juntar ao grupo oprimido em sua luta para enfrentar e vencer essa opressão. Não há paraíso independente ou um meio termo quando se pesquisa a opressão: acadêmicos e pesquisadores só podem estar ou com os opressores ou com os oprimidos”. Colocado isto, no entender de Barnes (1996, p.55) “o que precisa ficar claro é que a investigação emancipatória é sobre a desmistificação das estruturas e processos que geram incapacidade e o estabelecimento de um diálogo viável entre a comunidade científica e as pessoas com deficiência”. Para isso, os pesquisadores “devem colocar os seus conhecimentos e habilidades à disposição das pessoas com deficiência. Esta é questão de fundo sobre a qual orbitam as demais, pouco importando se quem escreve tem ou não deficiência”.

Partindo dos pressupostos assinalados por Barnes (1996), Oliver (2008) destaca que a pesquisa sobre deficiência deve conseguir captar com precisão e refletir a experiência da deficiência a partir da perspectiva, direta ou indireta, dos deficientes, além de contribuir com suas informações para a melhoria das condições materiais que as pessoas vivem e pela possibilidade de ver nesta um campo em transformação. Sendo assim, uma pesquisa de corte emancipatório, como se pretende o modelo social, deve ter em mente que o controle final sobre a pesquisa é desempenhado pelos

sujeitos pesquisados e não pelo pesquisador, fenômeno que pode ser definido como representativo de uma mudança das relações sociais de produção no processo de investigação científica. Isso não significa que os investigadores têm de desistir de seu produto quando terminado, mas, sim, enfatizar que eles devem colocar seus conhecimentos e habilidades nas mãos dos próprios sujeitos da pesquisa mediante ativo processo de apropriação do patrimônio produzido. É preciso ter em mente que o mundo que estudamos é, em parte, criado através dos textos que escrevemos sobre ele, daí a importância desse processo de apropriação citado acima, que, no fim das contas, trata-se de obra essencialmente educacional. Mais do que investigar o mundo, a pesquisa também produz a nós mesmos e o mundo em que vivemos mediante a consecução dos significados por ela criados. Saber é poder. Como pesquisadores não apenas desconstruímos e reconstruímos os discursos sobre o mundo, mas nos envolvemos com o mundo e como tal devemos lutar para produzir um mundo em que todos possamos viver como verdadeiramente humanos em sua plenitude⁶⁹. Assim, o ato de investigação não é um ensaio de mudar o mundo através do processo de inquérito, mas uma tentativa de objetivar tal desígnio mediante a produção social e psíquica de nós e dos outros de forma radicalmente diferente da qual temos sido produzidos.

Claro que o ponto de vista descrito não se delinea como condição plena para o conhecimento da verdade objetiva, contudo, é ainda aquele que oferece a maior e melhor possibilidade de acesso a essa verdade objetiva, que é a verdade da marginalização, opressão, do preconceito, das marcas e estigmas, da impossibilidade do desenvolvimento pleno. Isto porque, somente os que interpretam a desabilidade como produto estrutural de iniquidades gestadas histórica, econômica e culturalmente podem transformar os ditos e ritos expressos sobre sua condição em meio e arena de luta, ferramenta indispensável para a revolução da realidade que ali se apresenta.

Revolução que nunca deixou de ser a transformação das estruturas econômicas, políticas e culturais coadunadas pela tomada de consciência das verdades e interditos do sistema que nos oprime. Apenas ao desvendar seus reais interesses podemos de fato propor sua superação. Justamente na intersecção destes elementos que o pensamento de Marx se coloca como a filosofia ainda insuperável de nossos tempos em função de sua propriedade crítica e emancipadora; da unidade dialética entre o estudo do capital e a convocação para sua derrubada, da análise da

⁶⁹ Gramsci (1981), já sugeria que, sob certas condições, as ideias também poderiam desempenhar o papel de forças materiais e intervir diretamente na produção da realidade, além disso, cabe ressaltar que o artífice da ideia da inseparabilidade entre saber e poder é Foucault (2000). A emergência do paradigma emancipatório na pesquisa sobre a deficiência se mostra como uma resposta direta a constatação de Oliver (2008) de que muito do conhecimento produzido em sociologia não tem qualquer serventia, exceto para os próprios sociólogos, e que apenas podemos salvar a sociologia de si mesma quando nos engajamos para que o conhecimento produzido neste campo seja distribuído e distribuível.

alienação e do fetichismo ao qual estamos envolvidos e a proposição de eliminação de todas as condições no seio das quais o homem é um ser diminuído, abandonado, mutilado, desprezado.

Como bem pontua Sartre (1978), o marxismo ainda representa o horizonte intelectual de nossa época, sendo que qualquer tentativa de ultrapassá-lo tem representado inevitavelmente um retorno a níveis inferiores do pensamento. É a filosofia crítica mestra no estudo do capitalismo. Daí nossa escolha do mesmo como referencial fundante deste trabalho, uma vez que tal ontologia nos permite apreciar de maneira diáfana que a luta pela justiça, igualdade e liberdade não se compõe e recompõe como luta moral nascida do espírito da caridade, mas, sim, como ação política condicionada pela história. O marxismo nos ensina na premência e veracidade em se pensar uma sociedade efetivamente justa e igualitária não apenas por indignação das mazelas que nos afetam sob uma miríade de formas, e, sim, pensá-la como factível porque podemos compreender suas causas e destruí-la. Este é o grande ensinamento de Marx, por isso, é preciso resgatar seus textos como momento fundamental na compreensão do fenômeno denominado deficiência.

REFERÊNCIAS

ABBERLEY, P. The Concept of Oppression and the Development of a Social Theory of Disability. **Disability Handicap and Society**, v. 2, n.1, p. 5-19, 1987.

ABBERLEY, P. Disabling ideology in health and welfare—the case of occupational therapy. **Disability and Society**, v. 10, p. 221-232, 1995.

ABBERLEY, P. Disabled by numbers. In: Levitas R, Guy W. Eds. **Interpreting official statistics**. London: Routledge, p.166-84, 1996.

ABBERLEY, P. The limits of classical social theory in the analysis and transformation of disablement—(can this really be the end, to be stuck inside of Mobile with the Memphis Blues again?), in: L. BARTON & M. OLIVER (Eds) **Disability Studies: past, present and future**. Disability Press, p. 25–44, 1997.

ABBERLEY, P. Trabajo, utopía e insuficiencia. En Len Barton (comp.): **Discapacidad y sociedad**. Ediciones Morata. Madrid, p. 77-96, 1998.

ABBERLEY, P. The Disability Reader: Social Science Perspectives and The Disability Studies Reader. Book Review. **Disability & Society**, v.14, p. 693–697, 1999.

ADORNO, T. W. **Notas Marginais sobre teoria e práxis**. Petrópolis, Vozes, 1995

ADORNO, T. W. **Entrevista com Adorno**. A filosofia muda o mundo ao manter-se como teoria. Lua Nova [online]. 2003, n.60 p. 131-139. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000300008

ALBRECHT, G. **The Sociology of physical disability and rehabilitation**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1976

ALBRECHT, G. **The Disability Business Sage**. London, 1992.

ARCARY, V. Maio de 68: a última onda revolucionária que atingiu o centro do capitalismo. **Acta Scientiarum: Human and Social Sciences**, v.30, p.203-218, 2008.

ASCH, A.; Fine, M. **Women with Disabilities: Essays in Psychology Culture and Politics** Temple University Press, Philadelphia, 1988.

BARBALET, J. M. **A cidadania**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BARNATT, S. Report of the ASA Committee on the Status of Persons with Disabilities. Estados Unidos da América: American Sociological Association's Council, 2005. Disponível em: <http://www2.asanet.org/governance/DisabilitiesReport.pdf>.

BARNES, C. **Disabled People in Britain and Discrimination: A Case for Anti-Discrimination Legislation**. British Council of Organizations of Disabled People, 1991. In: <http://www.leeds.ac.uk/disabilitystudies/archiveuk/archframe.htm>.

BARNES, C.; OLIVER, M. Disability rights: rhetoric and reality in the UK. **Disability and Society**. v.10, n.2, p. 111-127, 1995

BARNES, C. **The social model of disability: myths and misconceptions**. Coalition, Greater Manchester Coalition of Disabled People, 1996.

BARNES, C. **The social model of disability: a sociological phenomenon ignored by sociologists?** London: Cassel, 1998.

BARNES, C. Disability Studies: New or Not So New Directions. **Disability & Society**, v.14, n.4, p.577-580, 1999.

BARNES, C. Emancipatory **Disability Research: Project or process?** Glasgow: 2001. In: <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/Barnes/glasgow%20lecture.pdf>

BARNES, C. Disability Studies: What's the Point? **Intersticios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico**, v.1, n.1, p. 50-57, 2006.

BARNES, C. **Disability Activism and the Price of Success: A British Experience**. Carfax: London, 2007

BARNES, C. La diferencia producida en una década. Reflexiones sobre La investigación emancipadora en discapacidad. In: BARTON, L. (Org.). **Superar las barreras de a Discapacidad: 18 años de Disability and Society**. Espanha: Morata, , p. 381-397, 2008.

BARNES, C. **Un chiste malo: rehabilitar a las personas con discapacidad en una sociedad que discapacita**. México: FCE, 2009.

BARNES, C. Discapacidad, política y pobreza en el contexto del Mundo Mayoritario. **Revista Política y Sociedad**, v. 47, n.1, p.11-25, 2010. Disponible em: <http://revistas.ucm.es/cps/11308001/articulos/POSO1010130011A.PDF>

BARRET, K.; MCCANN, R. The disability in the Ivory Coast. *Antropological papers 1979* [not published].

BARTON, L. The Struggle for Citizenship: The Case of Disabled People. **Disability, Handicap & Society**, v.8, n.3, p.235-248, 1993.

BARTON, L. Sociology and Disability: Some Emerging Issues. **Disability & Society: Emerging Issues and Insights**. Addison Wesley Longman: Essex, 1996.

BARTON, L.; OLIVER, M. **Disability Studies, Past, Present and Future**. Leeds University: The Disability Press, 1997.

BARTON, L. **Discapacidad y Sociedad**. Morata, 1998.

BARTON, L. **Superar las barreras de a Discapacidad: 18 años de Disability and Society**. España: Morata, 2008

- BARTON, L. Estudios sobre discapacidad y la búsqueda de la inclusividad. **Revista de Educación**, v.1, pp. 137-152, 2009.
- BEAUVOIR, S. **A longa marcha**. Alcântara Silveira (Trad.). São Paulo: IBRASA, 1957.
- BECKER, H.S., 1963. **Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance** Free Press, New York.
- BEL HOOKS. **Ain't I a Woman? Black Women and Feminism**. Pluto, 1982.
- BENEVIDES, M, V, M. O desafio da educação para a cidadania. In: Aquino, J, G. **Diferenças e preconceito na escola**. São Paulo, Summus Editorial, 1998.
- BERGER, M. **A projeção da deficiência física no cinema internacional**. [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 1999.
- BICKENBACH, J. Models of Disablement, Universalism and the International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps. **Social Science and Medicine**. V.48, n.6, p. 1173-1187, 1999.
- BORGES, J, L. **Libro de sueños**. Alianza editorial: Buenos Aires, 1976.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BOURDIEU, P. & WACQUANT, L. Sur les ruses de la raison imperialiste. Actes de la **Recherche en Sciences Sociales**, 121, p.109-118, 1998.
- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. 3 ed. Lisboa: Teorema, 1989.
- BRISSENDEN, S. Independent Living and the Medical Model of Disability. In: **Disability, Handicap and Society** v.1, n.2, pp. 173-178, 1986.
- BROGNA, P. ¿El derecho a la igualdad? ¿O el derecho a la diferencia? El Cotidiano: México, 2005, In: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/325/32513407.pdf>
- BROGNA, P. **Las representaciones de la Discapacidad: la vigencia del passado en las estructuras sociales presentes**. México: FCE, p. 157-187, 2009.
- BURY, M. Illness narratives: Fact or fiction. **Sociology of Health and Illness**. v. 23, n.3, p.263–285, 2001.
- BURY, M. Disability and the myth of the independent researcher: a reply. **Disability & Society**. v.11, n.1, p.111–113, 2005.
- BURY, M. **Health and Illness**. Short Introctions: London, 2005.
- CAMILLERI, J, M. Disability: a personal odyssey. **Disability & Society**, v.14, n.6, p.840-856, 1999.
- CAMPBELL, J. & OLIVER, M. **Disability Politics: understanding our past, changing our future**. London: Macmillan, 1996.

- CANGUILHEM, G. **Escritos sobre a medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.
- CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, E, V, A fabricação do corpo na sociedade xinguana. In: **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, Série Antropologia, vol. 32, 1979.
- CERTEAU, M (de). **A invenção do cotidiano**. 2 ed. Petropolis: Vozes, 1996.
- CHARLTON, J. **Nothing About Us Without Us: Disability, Oppression and Empowerment**. University of California Press, Berkeley, 1998.
- CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. **Revista Estudos Avançados**. v.9, p.71-84, 1995.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 11º ed. São Paulo: Ática, 2000.
- COHEN, J, J. A Cultura dos Monstros: Sete Teses, in SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), **Pedagogia dos Monstros**, Belo Horizonte, Autêntica, 2000.
- COHN, S.; PIMENTA, H. (Org.). **Maio de 68**. São Paulo: Azougue, 2008. (Coleção Encontros).
- COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- CORBETT, J. Independent, Proud and Special: Celebratin our Differences. In: Barton, L.; Oliver, M. **Disability Studies, Past, Present and Future**, Leeds: The Disability Press, 1997.
- CORKER, M. **Disability discourse in a postmodern world**. London: Cassell, 1998.
- CORKER, M. Diferencias, fusiones y bases: ¿son éstos los límites de la representación teórica "precisa" de las experiencias de las personas com discapacidad? España: Morata, p.124-139, 2002.
- CROW, L. **Renewing The Social Model Of Disability**. Coalition News. Greater Manchester Coalition of Disabled People, 1992. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/archframe.htm>
- CROW, L. **Including all our Lives: Renewing the Social Model of Disability**. Carfax: London, 1996.
- CROW, L. **Including all of our lives: clarification needed**. Carfax: London, 1998.
- CROW, L. **Needed to the new questions**. Sexuality and disability. London Press, 2004.

- DAMATTA, R. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: **Relativizando, uma introdução à antropologia social**, Rio de Janeiro, Rocco, p. 58-87, 1990.
- DAMATTA, R. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. **Mana** [online]. 2000, vol.6, n.1, p. 7-29 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000000100001>.
- DAMPSEY, P. **Legends and truths about Oliver Cromwell**. Print Published: London, 1998.
- DAVIS, K. **Simple disability**. Monographic studies presented in University of London, 1990.
- DENZIN, N. **Interpretive Ethnography: Ethnographic Practices for the 21st Century** London Sage, 1997.
- DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis 28**. Brasília: Letras Livres, p.1-8, Julho, 2003.
- DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.
- DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; SQUINCA, F. Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. **Cad. Saúde Pública**. 2007, v.23, n.10, p. 2507-2510. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311x2007001000025&script=sci_arttext
- DPI. **The Goals of DPI**. Disabled People's International, 2010. Disponível em: <http://www.dpi.org/lang-en/index.php>
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1960.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.
- FANON, F. **Black skin white masks**. New York: Grove Press, c1967.
- FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FERNANDES, F. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional**. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- FEYERABEND, P, K. **Contra o método**. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.
- FINGER, A. **A Story of Disability, Pregnancy and Birth: autobiographical essay**. Massachusetts, 1990. Paper not published. Presented in international congress of disability.
- FINKELSTEIN, V. **Attitudes and Disabled People: Issues for Discussion**. International Exchange of Information in Rehabilitation/World Rehabilitation Fund, 1980. In: <http://www.leeds.ac.uk/disabilitystudies/archiveuk/finkelstein/attitudes.pdf>
- FINKELSTEIN, V. **The disability movement has run out of steam**. Disability Now, rights. February 1996.

FINKELSTEIN, V. **A Personal Journey into Disability Politics**. 2001. Disponível em: <http://www.independentliving.org/docs3/finkelstein01a.html>.

FINKELSTEIN, V. **The Social Model Of Disability Repossessed**. The Magazine of the Greater Coalition of Disabled People, Manchester: The Greater Manchester Coalition of Disabled People, 2002. In: <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/archframe.htm>

FINKELSTEIN, V. **Reflections on the Social Model of Disability: The South African Connection**, 2005. (Disponível em: <http://www.disabilityarchive.leeds.ac.uk/>).

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001.

FRASER, N. Rethinking Recognition. **New Left Review**, n. 3, p. 107-120, maio/jun, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FRENCH, S. Researching disability: the way forward. **Disability and Rehabilitation**, v.14, p. 183-194, 1992.

FRENCH, S. Disability, impairment or something between?, In: SWAIN, J. **Disabling barriers – Enabling Environments**, Londres, Sage/ Open University Press, 1993.

GABEL, S. **A Theory of an Aesthetic of Disability**. Ann Arbor, MI, UMI Dissertation Services, 1998.

GALTON, F. **Kantsaywhere**. London: Methuen, (1968) 1918.

GARLAND-THOMPSON, R. **Freakery – Cultural Spectacles of the Extraordinary Body**, New York, New York University Press, 1996.

GARLAND-THOMPSON, R. **Re-shaping, Re-thinking, Re-defining: Feminist Disability Studies**. Washington D.C., Center for Women Policy Studies, 2001.

GARLAND-THOMPSON, R. Integrating Disability, Transforming Feminist Theory. **NWSA Journal**. Bloomington, **Fall**, v.14, n.3, p.1-32, 2002.

GIANNOTTI, J. A. Notas sobre a categoria modo de produção para uso e abuso dos sociólogos. **Cadernos CEBRAP**, v.6, p.1-7, 1976.

GIDDENS, A. **Sociology**. 6ª edição. Cambridge: Polity Press, 2007.

GILROY, P. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34, c2001.

GLEESON, B. **Geographies of Disability**, Routledge, London, 1999.

GOBINEAU, J, A. **Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas**. Barcelona: Editorial Apolo, 1937.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GOLDBERG, D, T. **Racist culture**: philosophy and the politics of meaning. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1995.

GOMES, J. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**: o direito como instrumento de transformação social; a experiência dos EUA. Rio de Janeiro; São Paulo: Renovar, 2001.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

GORZ, A. **Misérias do Presente, Riqueza do Possível**. São Paulo: Annablume, 2004.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Carlos Nelson Coutinho (Trad.). 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GROCE, N, E. "Martha's Vineyard". In: Anderson, Y. **The Encyclopedia of Disability**. New York: Sage, 2004.

GUERRA, A, T, M. **Do Holocausto nazista à nova eugenia no século XXI**. 2006. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=8&id=44>.

GUILLAUMIN, C. **Race et nature**. Paris, Côté-femmes éditions, 1992.

GUIMARÃES, A, S. "Racismo a anti-racismo no Brasil". **Novos Estudos**, n. 43, 1995.

GUIMARÃES, A, S. "A desigualdade que anula a desigualdade. Notas sobre a ação afirmativa no Brasil". In: SOUZA, J. **Multiculturalismo e racismo**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

GUIMARÃES, A, S. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 54, p.147-156, jul. 1999.

GUIMARÃES, A, S, A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educ. Pesqui.** [online]. 2003, v.29, n.1 pp. 93-107. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100008

GWALTNEY, L. **Los niños discapacitados em México**. Uno retrato de la comunidad. Ciudad de Mexico, 1970 (Resumén de la conferencia de los estudios sobre los chicos especiales).

HAHN, H. **Can disability be beautiful?** Social Policy: Winter, 1988.

HAMMERSLEY, M **Partisanship and Bias in Social Research**. Buckingham Open University Press: 2000.

HASENBALG, C. “Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil”, In: MAIO, M; SANTOS, R. (orgs.), **Raça, ciência e sociedade**, Rio de Janeiro, Ed. Da Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

HITLER, A. **Minha luta** (Mein Kampf) São Paulo: Editora Moraes, 1983.

HOBSBAWN, E. J. **Mundo do trabalho**: novos estudos sobre historia operaria. Valdeia Barcellos (Trad.). 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBSBAWM, E. **Os anos 60**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

HUGHES, B. The Constitution of Impairment: Modernity and the Aesthetic of Oppression, **Disability & Society**, v.14, n.2, p.155-172, 1999.

HUGHES, B. Medicine and aesthetic invalidation of disabled people, **Disability & Society**, v.15, n.4, p.555–568, 2000.

HUGHES, B.; PATERSON, K. El modelo social de discapacidad y la desaparición del cuerpo: Hacia una sociología del impedimento. In: BARTON, L. (Org.). **Superar las barreras de a Discapacidad: 18 años de "Disability and Society"**. España: Morata, p. 107-123, 2008.

HUNT. P. (Org.). **Stigma: The Experience of Disability**. London: Geoffrey Chapman, 1966. In: <http://www.leeds.ac.uk/disabilitystudies/archiveuk/Hunt/CONTENTS.pdf>

HUNT, P. **Settling Accounts With The Parasite People**: A Critique of A Live apart by E.J. Miller and G.V. Gwynne, UPIAS, 1981, p. 37-50. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disabilitystudies/archiveuk/archframe.htm>

HUGO, V. **O corcunda de Notre Dame**: a verdadeira história de Quasímodo. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2006.

IRELAND, B. J. **The emblematic figure of Henry VIII**: trivia and history. Paper presented in International Congresso f history: London, 2005.

JAMESON, F. **O marxismo tardio**: Adorno, ou a persistência da dialética. São Paulo: UNESP, 1997.

JUNIOR, J, L, L. Monstros, bufões e freaks: riso, medo e a exclusão dos anormais. **Caderno dos Doutores da Alegria**. , Nº 2, 2006.

KAPPLER, C. **Monstros, Demônios e Encantamentos no Fim da Idade Média**. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

KITTAY E. **Love's labor**: essays on women, equality, and dependency. New York: Routledge; 1999.

LAPLANTINE, F. **Antropologia da doença**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LÊNIN, V. I. **Que fazer?**: as questões palpitantes do nosso movimento. Kyra Hoppe (Trad.). São Paulo: HUCITEC, 1979.

LESSA, G. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Ijuí: Unijuí, 2007.

LÉVI-STRAUSS, C. “A Gesta de Asdiwal”, In: **Antropologia Estrutural II**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993.

LOURO, G, L.. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação". **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n.2. Florianópolis, 2001.

LOWY, M. Leon Trotsky: profeta da Revolução de Outubro. **Revista Outubro**. 3.ed/out/2005. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_05.pdf

LÖWY, M. **Resistências culturais à dominação imperial: a alternativa socialista**. En: Seminário Internacional Alternativas Globalização (8 al 13 de Octubre de 2005, Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil). Rio de Janeiro, Brasil : UNESCO, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005B. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp22.pdf>

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUXEMBURGO, R. **O preço da liberdade**. Jörn Schütrumpf(org). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARCUSE, H. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. [Reason and revolution]. Marília Barroso (Trad.). 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARSHALL, T, H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, K. **Crítica de la filosofía del estado de HEGEL**. México: Grijalbo, 1968.

MARX, K. **Crítica del programa de Gotha**. Santiago: Quimantu, 1972.

MARX, K. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política** (Borrador), Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.

MARX, K. **Contribuição a crítica da economia política**. Maria Helena Barreiro Alves (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã (I-Feurbach)**. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira de Oliveira e Silva (Trad.). 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARX. K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Trad. José Carlos Bruni et al. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MARX, K e ENGELS, F. **A sagrada família ou crítica da crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores**. Sérgio José Schirato (Trad.). São Paulo: Moraes, 1987b.

- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Regis Barbosa (Trad.). São Paulo: Nova Cultural, 1996. v.1.
- MARX, K. **O dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. Silvio Donizete Chagas (Trad.) 3. Ed. São Paulo: Centauro, 2003.
- MARX, K. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2003b.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. [Sociologie et anthropologie]. Mauro W. B. de Almeida (Trad.). São Paulo: E.P.U., 1974
- MEDEIROS, M; DINIZ, D. **A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento**. 2008. Disponível em: <http://www.fraterbrasil.org.br/A%20nova%20maneira.htm>
- MERCER, G. Emancipatory Disability Research. In BARNES, C.; OLIVER, M & BARTON, L. (Orgs.) **Disability Studies**. Cambridge: Polity, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- METTS, R. **Disability Issues, Trends and Recommendations for the World Bank**. Social Protection Discussion Paper, 2000.
- MEYERSON, L. & SCRUGGS, T. **Attitudes and disabled people**: a supplementary view. Oxford, 1988.
- MICHAELIS. **Novo Dicionário ilustrado**. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- MILLER e GWYNNE. **A life apart**. Queens Park: London, 1974.
- MINOIS, G. **História do riso e do escárnio**, São Paulo, Unesp, 2003.
- MORAES, M, C, M. Recuo da teoria: dilemas da pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 14, n. 1, 2001.
- MORRIS, J. **Pride against prejudice**: transforming attitudes to disability. London: Women's Press, 1991.
- MORRIS, J. Introducción. En J. Morris (Ed.). **Encuentros con desconocidas**. Feminismo y discapacidad Madrid: Narcea, 1997.
- MORRIS, J. Impairment and disability: constructing an ethics of care which promotes human rights. **Hypatia**, v.16, n.4, 2001. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/archframe.htm>
- MORRIS, J. Lo personal y lo político. Una perspectiva feminista sobre La investigación de la discapacidad física. In: BARTON, L. (Org.). **Superar las barreras de a Discapacidad: 18 años de "Disability and Society"**. España: Morata, 2008, p. 315-326.

MORRIS, J. **Feminism, gender and disability**. Ponencia presentada en un seminario Australia, 2009. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disabilitystudies/archiveuk/morris/gender%20and%20disability>.

MURPHY, R.F. 1987. **The body silent**. New York: Henry Holt and Co.

NAZÁRIO, L. **Da Natureza dos Monstros**, São Paulo, Arte e Ciência, 1998.

NISBET, R. "Las dos revoluciones". In: **La formación del pensamiento sociológico**. Buenos Aires, Amorrutu, 2003.

OLIVER, M. Social policy and disability: some theoretical issues. **Disability, Handicap & Society**, v.1, p.5-17, 1986.

OLIVER, M.; Zarb, G. The politics of disability: a new approach. **Disability, Handicap & Society**, v.4, p.221-239, 1989.

OLIVER, M. **The Politics of Disablement**. Macmillan, Basingstoke, 1990.

OLIVER, M. Changing the social relations of research production?. **Disability, Handicap and Society**, v.7, p.101-112, 1992.

OLIVER, M. **Understanding disability**: from theory to practice. Macmillan; 1996.

OLIVER, M. Changing the social relations of research production. **Disability, Handicap and Society**. v.7, n.101–115, 1997.

OLIVER, M. “¿Una sociología de la discapacidad o una sociología discapacitada?”. En Len Barton (comp.): **Discapacidad y sociedad**, Ediciones Morata. Madrid, pp. 34-58, 1998.

OLIVER, M ‘Final Accounts and the Parasite People’ in Corker M and French S (Eds) **Disability and Discourse**. Buckingham: Open University Press, 1998b.

OLIVER, M. Defining impairment and disability: issues at stake. In: Barnes C, Mercer G, editors. **Exploring the divide: illness and disability**. Leeds: Disability Press; 2000. p. 39–54.

OLIVER, M. **Emancipatory Research**: a Vehicle for Social Transformation or Policy Development. Annual Disability Research Seminar, NDA-CDS: 2002. Disponível: www.leeds.ac.uk/disabilitystudies/archiveuk/Oliver/Mike%27s%20paper.pdf.

OLIVER, M, BARNES C. **Disabled people and social policy**: from exclusion to inclusion. London: Longman; 2006.

OLIVER, M. Políticas sociales y discapacidad: algunas consideraciones teóricas. In: BARTON, L. (Org.). **Superar las barreras de a Discapacidad: 18 años de "Disability and Society"**. España: Morata, 2008, p. 19-33.

OMOTE, S. Estigma no tempo da inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 10, n. 3, p. 287-308, 2004.

OMS. Secretariado Nacional de Reabilitação, Ministério do Emprego e da Segurança Social. **Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens** (handicaps). Lisboa: 1989.

OMS. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde** [Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais, org.; coordenação da tradução Cassia Maria Buchalla]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

OSAMU, M. **Difference, Equality and Disabled People: Disability Rights and Disability Culture**. (dissertação) Master of Arts in Politics of Alternative Development Strategies at the Institute of Social Studies, the Hague, the Netherlands, 1995. Disponível em: <http://www.arsvi.com/1990/9512no-e.htm>

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (eds.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PFEIFFER, D. The philosophical foundations of disability studies. **Disability Studies Quarterly**, v.22, nº2, p. 3-23, 2002. Disponível em: <http://www.dsqsds.org/article/view/341/429>.

PIERUCCI, A, F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: 34, 1999.

PINDER, R. A reply to Tom Shakespeare and Nicholas Watson, **Disability & Society**, v.12, n.2, p. 301–305, 1997.

PRIESTLEY, M. **Disability Politics and Community Care**. Jessica Kingsley Publishers, London, 1999.

PUTMAM, P. **It's de same differences?** Discrimination, disability and race. Mississippi, 1995. Conference presented an University of Mississippi.

RODRIGUES, J, C. O corpo na história. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

RODRÍGUEZ - DÍAZ, S.; V. FERREIRA, M. A. **Diversidad funcional: Sobre lo normal y lo patológico en torno a la condición social de la dis-capacidad Relaciones Laborales**. 2010.

SANT' ANA, A, O. História e Conceitos Básicos sobre Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

SANTOS, R. A. Quem é bom, já nasce feito? Uma Leitura do Eugénismo de Renato Kehl (1917-37). *Revista Intellectus*. Ano 04 Vol. II – 2005.

SANTOS, W, R. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. **Physis** [online]. 2008, vol.18, n.3 [cited 2011-10-30], pp. 501-519 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312008000300008.

SANTOS, W, R. **Deficiência e democracia: a interpretação do Poder Judiciário sobre o Benefício de Prestação Continuada**. [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, 2009.

SARTRE, J. P. **Reflexões sobre o racismo**. J.Guinsburg (Trad.). 6 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

SCOTT, J, W. A **Invisibilidade da Experiência**. Projeto História 16: São Paulo, 1998.

SEEGER, A. A construção da pessoa nas sociedades indígenas. In: **Boletim do Museu Nacional**, v.32, Rio de Janeiro: Série Antropologia, 1979.

SEMONIN, P. Monsters in the Marketplace: The Exhibition of Human Oddities in Early Modern England, in GARLAND-THOMPSON, R (org.), **Freakery** – Cultural Spetacles of the Extraordinary Body, New York, New York University Press, 1996.

SHAKESPEARE, T . A response to Liz Crow, **Coalition**, September, pp. 40-42, 1992.

SHAKESPEARE, T. Disabled people's self-organization: a new social movement?. **Disability, Handicap and Society** 8, p. 249-265, 1993.

SHAKESPEARE, T. Cultural representation of disabled people: dustbins for disavowal? In: **Disability, Handicap & Society**, v.9, n.3, p. 283-300, 1994.

SHAKESPEARE, T. Re-defining the disability problem. **Critical Public Health**. 1995a, v.6, n.2, p.4–9.

SHAKESPEARE, T. Back to the future? New genetics and disabled people, **Critical Social Policy**, n.44/45, p. 22-35, 1995b.

SHAKESPEARE, T. Rules of engagement: doing disability research, **Disability and Society**, v.11, n.1, p. 115-119, 1996a.

SHAKESPEARE, T. Power and prejudice: issues of gender, sexuality and disability, In: **Disability and Society**, v.13, n.3, p. 187-195, 1996b.

SHAKESPEARE, T. Disability, identity, difference. In: C. Barnes y G. Mercer (Eds.). **Exploring the Divide: Illness and Disability**. Leeds: The Disability Press, 1996c.

SHAKESPEARE, T. Rules of engagement: doing disability research. **Disability & Society**. v.11, p.114–119, 1996d.

SHAKESPEARE, T. Poder y prejuicio: los temas de género, sexualidad y discapacidad. In: BARTON, L. (Org.). **Discapacidad y Sociedad**. España: Moratas, 1998a, p.206-230.

SHAKESPEARE, T. Choices and Rights: eugenics, genetics and disability equality, **Disability & Society**, v.13, n.5, p.665-681, 1998b.

SHAKESPEARE, T. Disabled Sexuality: Towards rights and recognition. **Sexuality and Disability**, v.18, n.3, p.159-166, 2000a.

SHAKESPEARE, T. **Introduction**. Venture Press, Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disabilitystudies/archiveuk/archframe.htm>, 2000b.

SHAKESPEARE, T. **Disability Rights and Wrongs**, Routledge: London, 2006.

SHAKESPEARE, T. La autoorganización de las personas con discapacidad: ¿un nuevo movimiento social? España: Morata, 2008, p.68-87.

SHAKESPEARE, W. **A tragédia de Hamlet**, príncipe da Dinamarca. Péricles Eugenio da Silva Ramos (Trad.). Sao Paulo: Secretaria do Governo, 1965.

SILVA, O, M. **A Epopeia Ignorada**: A pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.

SOUZA, A. (de) F. (da) C. **O percurso dos sentidos sobre a beleza através dos séculos: uma análise discursiva**. Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos e Linguagem: Campinas: 2004.

STIKER, H. J. (2006). **Corps infirmes et sociétés**. Paris: Dunod.

THOMAS, C. **Female Forms**: experiencing and understanding disability. Buckingham, Open University Press, 1999.

THOMAS, C. How is disability understood? An examination of sociological approaches. **Disability & Society**, v. 19, n.6, p.569-583, 2004. Disponível em: <http://www.idris.ac.uk/book/Dis%20and%20Soc%20paper.pdf>

THOMAS, C. **Sociologies of Disability and Illness**: Contested Ideas in Disability Studies and Medical Sociology. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1.

TURNER, B. **Regulating Bodies**: essays in medical sociology. London:Routledge, 1992.

TURNER, B. Theoretical developments in the sociology of the body, **Australian Cultural History**, v.13, p. 13-30, 1994.

TURNER, V. **Floresta dos símbolos: aspectos do ritual**. Ndembu. Niterói: EdUFF, 2005.

UPIAS, **Fundamental Principles of Disability Union of the Physically Impaired Against Segregation**,1976. <http://www.leeds.ac.uk/disabilitystudies/archiveuk/archframe.htm>

VAN GENNEP, A. **Les rites de passages**. Paris: Picard, 1981.

VASEY, S. A response to Liz Crow, **Coalition**, September, pp. 42-44, 1992.

WATSON, N. **Thank's Disability Studies**. University of Leeds: Paper not published, 2001.

WILDE, O. **A Alma do Homem sob o Socialismo**. L&PM, 1996.

WILLIAMS, S. J. Is anybody there? Critical realism, chronic illness and the disability of debate. **Sociology of Health and Illness**, v.21, n.6, p.797–819, 1999.

WILLIAMS, S. J. Chronic illness as biographical disruption or biographical disruption as chronic illness? Redirections on a core concept. **Sociology of Health and Illness**, v.22, n.1, p40–67, 2000.

YOUNG, I. M. The ideal of community and the politics of difference, in L. NICHOLSON (Ed.) **Feminism/Postmodernism**. New York: Routledge, 1990.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova** [online]. 2006, n.67, p.139-190 . Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200006.

ZOLA, I. K. **Missing Pieces**: a chronicle of living with a disability. Philadelphia: Temple University Press, 1982.

ZOLA, I. K. Toward the necessary universalizing of a disability policy, **The Milbank Quarterly**, v.67 (Suppl. 2, pt. 2), pp. 401–428, 1989.

ANEXOS

ANEXO 1

Tabela 1: Cursos de Pós-Graduação credenciados pela CAPES em Sociologia/Ciências Sociais

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS			ÁREA: SOCIOLOGIA		
PROGRAMA	IES	UF	NOTA		
			M	D	F
<u>SOCIOLOGIA</u>	UERJ	RJ	5	5	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UFBA	BA	5	5	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UFES	ES	3	-	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UVV	ES	3	-	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UFMA	MA	4	4	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UFJF	MG	4	4	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UFU	MG	3	-	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	PUC/MG	MG	4	4	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UFPA	PA	4	4	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UFCG	PB	4	4	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UEL	PR	3	-	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UEM	PR	3	-	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UNIOESTE	PR	3	-	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UERJ	RJ	5	5	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	PUC-RIO	RJ	4	4	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UFRN	RN	4	4	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UFSM	RS	3	-	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UFPEL	RS	3	-	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	PUC/RS	RS	4	4	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UNISINOS	RS	4	4	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	FUFSE	SE	4	4	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UNICAMP	SP	-	5	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UNESP/MAR	SP	4	4	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	PUC/SP	SP	5	5	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS</u>	UNIFESP	SP	3	-	-
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE</u>	UFRRJ	RJ	5	5	-

PROGRAMA	IES	UF	NOTA		
			M	D	F
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA, DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO</u>	UFRB	BA	3	-	-
<u>DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS</u>	UFPA	PA	-	-	3
<u>PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS</u>	UECE	CE	-	-	4
<u>POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE</u>	UECE	CE	3	-	-
<u>SOCIOLOGIA</u>	UFAL	AL	3	-	-
<u>SOCIOLOGIA</u>	UFAM	AM	3	-	-
<u>SOCIOLOGIA</u>	UFC	CE	5	5	-
<u>SOCIOLOGIA</u>	UNB	DF	5	5	-
<u>SOCIOLOGIA</u>	UFG	GO	4	4	-
<u>SOCIOLOGIA</u>	UFMG	MG	4	4	-
<u>SOCIOLOGIA</u>	UFPB/J.P.	PB	3	3	-
<u>SOCIOLOGIA</u>	UFPE	PE	5	5	-
<u>SOCIOLOGIA</u>	UFPR	PR	5	5	-
<u>SOCIOLOGIA</u>	UFF	RJ	3	-	-
<u>SOCIOLOGIA</u>	UFRGS	RS	6	6	-
<u>SOCIOLOGIA</u>	UFSCAR	SP	5	5	-
<u>SOCIOLOGIA</u>	USP	SP	7	7	-
<u>SOCIOLOGIA</u>	UNICAMP	SP	6	6	-
<u>SOCIOLOGIA</u>	UNESP/ARAR	SP	4	4	-
<u>SOCIOLOGIA (IUPERJ)</u>	UCAM	RJ	7	7	-
<u>SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA</u>	UFRJ	RJ	7	7	-
<u>SOCIOLOGIA E POLÍTICA</u>	UFMG	MG	-	3	-
<u>SOCIOLOGIA POLÍTICA</u>	UENF	RJ	4	4	-
<u>SOCIOLOGIA POLÍTICA</u>	UFSC	SC	5	5	-

ANEXO 2

Tabela 2: Cursos de Pós-Graduação credenciados pela CAPES em Antropologia

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS						
ÁREA: ANTROPOLOGIA						
PROGRAMA	IES	UF	NOTA			
			M	D	F	
<u>ANTROPOLOGIA</u>	UFBA	BA	4	4	-	
<u>ANTROPOLOGIA</u>	UNB	DF	7	7	-	
<u>ANTROPOLOGIA</u>	UFMG	MG	4	-	-	
<u>ANTROPOLOGIA</u>	UFGD	MS	3	-	-	
<u>ANTROPOLOGIA</u>	UFPA	PA	4	4	-	
<u>ANTROPOLOGIA</u>	UFPB/J.P.	PB	3	-	-	
<u>ANTROPOLOGIA</u>	UFPE	PE	4	4	-	
<u>ANTROPOLOGIA</u>	UFF	RJ	5	5	-	
<u>ANTROPOLOGIA</u>	FUFSE	SE	3	-	-	
<u>ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA</u>	FUFPI	PI	3	-	-	
<u>ANTROPOLOGIA SOCIAL</u>	UFAM	AM	4	4	-	
<u>ANTROPOLOGIA SOCIAL</u>	UFG	GO	3	-	-	
<u>ANTROPOLOGIA SOCIAL</u>	UFPR	PR	3	-	-	
<u>ANTROPOLOGIA SOCIAL</u>	UFRJ	RJ	7	7	-	
<u>ANTROPOLOGIA SOCIAL</u>	UFRN	RN	3	-	-	
<u>ANTROPOLOGIA SOCIAL</u>	UFRGS	RS	6	6	-	
<u>ANTROPOLOGIA SOCIAL</u>	UFSC	SC	5	5	-	
<u>ANTROPOLOGIA SOCIAL</u>	UFSCAR	SP	4	4	-	
<u>ANTROPOLOGIA SOCIAL</u>	UNICAMP	SP	5	5	-	
<u>CIÊNCIA SOCIAL (ANTROPOLOGIA SOCIAL)</u>	USP	SP	6	6	-	

ANEXO 3

Tabela 3: Cursos de Pós-Graduação credenciados pela CAPES em Ciência Política

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS			ÁREA: CIÊNCIA POLÍTICA		
PROGRAMA	IES	UF	NOTA		
			M	D	F
<u>CIÊNCIA POLÍTICA</u>	UNB	DF	5	5	-
<u>CIÊNCIA POLÍTICA</u>	UFMG	MG	6	6	-
<u>CIÊNCIA POLÍTICA</u>	UFF	RJ	4	4	-
<u>CIÊNCIA POLÍTICA</u>	UFRGS	RS	6	6	-
<u>CIÊNCIA POLÍTICA</u>	USP	SP	7	7	-
<u>CIÊNCIA POLÍTICA</u>	UNICAMP	SP	5	5	-
<u>CIÊNCIA POLÍTICA</u>	UFPA	PA	3	-	-
<u>CIÊNCIA POLÍTICA</u>	UFPE	PE	5	5	-
<u>CIÊNCIA POLÍTICA</u>	FUFPI	PI	3	-	-
<u>CIÊNCIA POLÍTICA</u>	UFPR	PR	3	-	-
<u>CIÊNCIA POLÍTICA</u>	UERJ	RJ	5	5	-
<u>CIÊNCIA POLÍTICA</u>	UFPEL	RS	3	-	-
<u>CIÊNCIA POLÍTICA</u>	UFSCAR	SP	4	4	-